



# Plano Diretor Municipal

Município de Araçatuba

---

Volume I – Parte I a V  
Versão Preliminar





# PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA



## VOLUME I PARTE I a V

DEZEMBRO 2021  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA - GESTÃO 2017/2024  
DILADOR BORGES  
EDNA FLORES

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE HABITAÇÃO  
ERNESTO TADEU CONSONI



**FUNDAÇÃO PAULISTA DE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

**CETEC - CENTRO TECNOLÓGICO DE LINS**  
**CTGEO - CENTRO DE TECNOLOGIA EM GEOPROCESSAMENTO**

**EMILIANA TEIXEIRA FAGANELLO**  
DIRETORA CETELINS

**JOÃO FELIPE LANÇA**  
ARQUITETO E URBANISTA – RESPONSÁVEL TÉCNICO - CAU 000A677310 RRT SI10142846I00CT001

**GIANPAULO DOMENICO CANNO NOVELLI**  
ENGENHEIRO CIVIL – GERENTE TÉCNICO DO CTGEO - CREA 5060524748 ART 28027230201525408

**RICARDO PROENÇA REBOUÇAS GONÇALVES**  
GERENTE DE PROJETOS DE TI

**DANIELLE FERREIRA DA SILVA**  
ENGENHEIRA AMBIENTAL E CIVIL – SUPERVISORA DE PROJETOS DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

**JOÃO OTÁVIO DE ALMEIDA**  
COORDENADOR DE TI

**ALINE SAYURI HACHISU**  
ARQUITETA E URBANISTA

**ISABELLA ALEIXO CORREA**  
ENGENHEIRA CIVIL

**ALDO CRISTIANINI FERREIRA JUNIOR**  
DESENVOLVEDOR WEB

**GUILHERME COIMBRA XAVIER**  
DESENVOLVEDOR MOBILE

**HELEHANDRA DIOVANA EDUARDA DOS SANTOS BERTOLDO**  
ESTÁGIARIA DE ENGENHARIA AMBIENTAL

**JULIA LOPES CAVINA GAMA**  
ESTÁGIARIA DE ENGENHARIA CIVIL

**LARA CAROLINE SANTOS PINA**  
ESTÁGIARIA DE ARQUITETURA E URBANISMO

**LUANA DE FREITAS ZAVAN**  
ESTÁGIARIA DE ARQUITETURA E URBANISMO

**THAIANY CAROLINY DE FALCHI ALEIXO**  
ESTÁGIARIA DE ENGENHARIA AMBIENTAL



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1. DIVULGAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>2. REUNIÕES COM PREFEITURA – GRUPO DE TRABALHO E CÂMARA TÉCNICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR .....</b>	<b>16</b>
Ata da 1º Reunião Técnica de Revisão do Plano Diretor – Grupo de Trabalho da Prefeitura Municipal .....	17
Decreto N° 20.646 que Institui a Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor de Araçatuba .....	20
Portaria G. P. n° 79, Designa membros quem compõem a Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor de Araçatuba .....	24
Ofício 006/2020 que convoca os membros da Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor de Araçatuba para 1º Reunião .....	29
Ata da 1º Reunião da Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor de Araçatuba .....	30
Ofício 608/2021 que convoca os membros da Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor de Araçatuba para 2º Reunião. ....	43
Ata da 2º Reunião da Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor de Araçatuba .....	44
<b>3. REUNIÕES COMUNITÁRIAS .....</b>	<b>54</b>
Modelo do questionário aplicado nas leituras comunitárias .....	57
Modelo do questionário aplicado pela internet.....	64
Ata da 1º Oficina Participativa de Revisão do Plano Diretor do Município de Araçatuba – Jardim Alvorada .....	77
Ata da 2º Oficina Participativa de Revisão do Plano Diretor do Município de Araçatuba – Bairro Panorama .....	80
Ofício n/058/2020- PJ HUMA em Resposta ao Ofício n°179/2020/S.M.P.U.H .....	84
Modelo de questionário aplicado em abordagem a população .....	85
Gráficos de consolidação dos questionários.....	89
Consolidação das leituras comunitárias e questionários aplicados on line e em abordagem a população .....	103
<b>4. REUNIÕES TÉCNICAS .....</b>	<b>112</b>

Ata da Reunião Técnica de Revisão do Plano Diretor Municipal de Araçatuba – Mobilidade Urbana .....	112
Ata da Reunião Técnica de Revisão do Plano Diretor Municipal de Araçatuba – Iluminação Pública .....	117
Ata da Reunião Técnica de Revisão do Plano Diretor Municipal de Araçatuba – Transporte Público .....	121
Ata da Reunião Técnica de Revisão do Plano Diretor Municipal de Araçatuba – Assistência Social .....	124
Ata da Reunião Técnica de Revisão do Plano Diretor Municipal de Araçatuba – Segurança Pública e Defesa Civil .....	133
Ata da Reunião Técnica de Revisão do Plano Diretor Municipal de Araçatuba – Turismo .....	140
Ata da Reunião Técnica de Revisão do Plano Diretor Municipal de Araçatuba – Meio Ambiente Sustentabilidade .....	145
Ata da Reunião Técnica de Revisão do Plano Diretor Municipal de Araçatuba – Esporte, Lazer e Recreação .....	155
Ata da Reunião Técnica de Revisão do Plano Diretor Municipal de Araçatuba – Cultura .....	159
Ata da Reunião Técnica de Revisão do Plano Diretor Municipal de Araçatuba – Desenvolvimento Econômico e Relação do Trabalho e Desenvolvimento Agroindustrial .....	163
Ata da Reunião Técnica de Revisão do Plano diretor Municipal de Araçatuba – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente .....	170
Ata da Reunião Técnica de Revisão do Plano diretor Municipal de Araçatuba – Saúde..	173
Ata da Reunião Técnica de Revisão do Plano Diretor Municipal de Araçatuba – Educação .....	182
Ata da Reunião Técnica de Revisão do Plano Diretor Municipal de Araçatuba – Planejamento Urbano .....	190
Ata da Reunião Técnica de Revisão do Plano Diretor Municipal de Araçatuba – Agroindústria Urbana .....	197

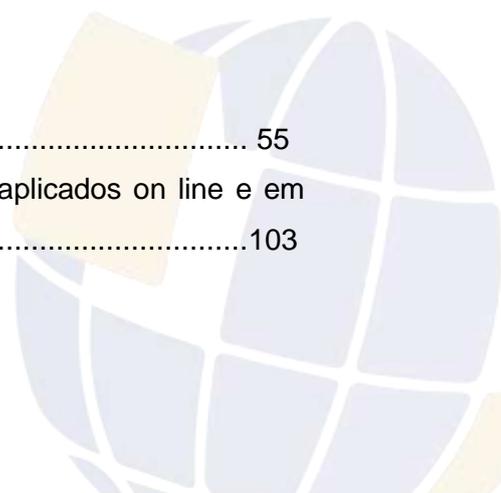


## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Divulgação do início dos trabalhos de Revisão do Plano Diretor .....	3
Figura 2. Divulgação do Plano através de banner – Calçadão .....	3
Figura 3. Divulgação do Plano – Site Prefeitura .....	4
Figura 4. Divulgação do Plano – Site Prefeitura .....	5
Figura 5. Divulgação do Plano – Site Prefeitura .....	6
Figura 6. Divulgação do Plano – Site Prefeitura .....	7
Figura 7. Divulgação do Plano – Facebook .....	7
Figura 8. Divulgação do Plano – Facebook .....	8
Figura 9. Divulgação do Plano – QR CODE do questionário do Plano Diretor enviado para grupos de WhatsApp .....	8
Figura 10. Divulgação do Plano – Panfleto .....	9
Figura 11. Divulgação do Plano – website .....	10
Figura 12. Divulgação do Plano – Coleta de propostas .....	10
Figura 13. Divulgação do Plano – Coleta de propostas .....	11
Figura 14. Divulgação do Plano – Coleta de propostas .....	11
Figura 15. Divulgação do Plano – Coleta de propostas .....	12
Figura 16. Divulgação do Plano – Convite para a reunião com o Conselho Municipal de Meio Ambiente .....	12
Figura 17. Divulgação do Plano – Convite para a reunião com o Conselho Municipal de Meio Ambiente .....	13
Figura 18. Divulgação da Audiência Pública para apresentação dos resultados da revisão do Plano diretor Municipal .....	14
Figura 19. Divulgação da Audiência Pública para apresentação dos resultados da revisão do Plano diretor Municipal .....	15
Figura 20. Equipe do CETECLins entrevistando a população de Araçatuba para coleta de informações abordados no Plano Diretor .....	88

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Agenda das leituras comunitárias .....	55
Tabela 2. Consolidação das leituras comunitárias e questionários aplicados on line e em abordagem a população .....	103



### Centro Tecnológico de Lins

Av. Nicolau Zarvos, 1925 • Jardim Aeroporto • CEP: 16401-371 - Lins, SP  
Fone: (14) 3533 - 3296 • CNPJ: 51.665.727/0001-29 • IE: Isenta  
[www.ceteclins.com.br](http://www.ceteclins.com.br) • [atendimento@ceteclins.com.br](mailto:atendimento@ceteclins.com.br)



## INTRODUÇÃO

---

Os princípios que norteiam o Plano Diretor Participativo de Araçatuba estão contidos no Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Por ser participativo, no processo de elaboração, foram realizadas reuniões comunitárias, aplicação de questionário on line e abordagem da população em vias públicas para responder aos questionários, efetivando a contribuição da população e para o acompanhamento do processo de elaboração e implantação do Plano Diretor Participativo foi instituído o Comitê Gestor composto de forma paritária, por membros da sociedade civil organizada e membros governamentais.

Foram aplicados questionários e realizadas as reuniões técnicas referentes aos diversos segmentos que estruturam o Município, como assistência e fundo social; saneamento básico (abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto); obras, urbanismo e serviços públicos (habitação, drenagem urbana, resíduos sólidos e pavimentação, trânsito), educação, desenvolvimento econômico, esportes e lazer, segurança pública, saúde, agricultura e meio ambiente, cultura e turismo e planejamento e finanças e para a elaboração desta etapa do trabalho, a participação dos membros da Prefeitura Municipal, como secretários e técnicos foi de fundamental importância.

Com a consolidação dos questionários comunitários e técnicos, é possível diagnosticar as necessidades, os problemas e potencialidades setoriais e intersetoriais, composto pelo diagnóstico.

Embasado em todas as etapas desenvolvidas e utilizando extensivamente os instrumentos criados pelo Estatuto da Cidade, foi elaborado o Projeto de Lei do Plano Diretor, apresentado em Audiência Pública, realizada após a finalização dos relatórios de diagnósticos e seus respectivos mapas. A partir da audiência pública, será realizado o ajuste do Projeto de Lei às emendas propostas na Audiência Pública para ser enviado à Câmara Municipal de Araçatuba.

Para que o Município se beneficie efetivamente das proposições do Plano Diretor, é fundamental que existam os demais instrumentos que devem compor o Sistema de Planejamento do Município, em especial a Lei de Uso e Ocupação do Solo, os

Zoneamentos Urbano, Rural e Ambiental, além de planos, programas e projetos setoriais.

Em conformidade com o Estatuto da Cidade, cada documento apresentado a seguir visa retratar a situação atual do Município de Araçatuba e apresentar as propostas de adequação e aperfeiçoamento pretendidos para os próximos dez anos.



## 1.DIVULGAÇÃO

Figura 1. Divulgação do início dos trabalhos de Revisão do Plano Diretor



Fonte: Jornal o Liberal (2019)

Figura 2. Divulgação do Plano através de banner – Calçada



Fonte: CETECLins (2020)

Figura 3. Divulgação do Plano – Site Prefeitura



Fonte: Prefeitura do Município de Araçatuba - <https://aracatuba.sp.gov.br/?s=plano+diretor>

Figura 4. Divulgação do Plano – Site Prefeitura



aracatuba.sp.gov.br/prefeitura-fara-oficinas-participativas-para-revisao-do-plano-diretor-municipal/

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

GRUPPO LAUDOS SERVIÇOS OBRAS AGENDAS VÍDEOS AVISOS PÚBLICOS ARAÇATUBA EX-PROFETOS

TRANSPARÊNCIA ESTATUTOS CONSELHOS COMITÊS LICITAÇÕES DOMÍCIOS SECRETARIAS NOTÍCIAS MAPA TURÍSTICO

## Prefeitura fará oficinas participativas para revisão do Plano Diretor Municipal

Publicado em 08 de fevereiro de 2020 às 17h15

Simultaneamente às Audiências Públicas Populares (APP), que têm início na próxima terça-feira (10), a Prefeitura Municipal de Planejamento Urbano e Habitação (DMPUH) de Araçatuba realizará Oficinas Participativas para Revisão do Plano Diretor Municipal.

Dessa forma, nas dezesseis audiências públicas populares que ocorrem nos próximos dias, haverá um funcionário da prefeitura responsável por coletar as sugestões de melhorias que contribuem para o desenvolvimento de Araçatuba.

O Plano Diretor de Araçatuba é estabelecido pela Lei Complementar nº 288, de 6 de outubro de 2006. De acordo com a descrição, trata-se de um instrumento para nortear o desenvolvimento do Município em seus aspectos econômico, físico e social, que deve ser revisado a cada dez anos.

### CALENDÁRIO DAS OFICINAS PARTICIPATIVAS PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ARAÇATUBA

03 MARÇO
19h às 21h - Bairro Alvorada
Local: EMER Fausto Rent
Rua Conselheiro Crispiano, 595
IBR: 3802-7733
10 MARÇO
19h às 21h - Bairro Panorama
Local: Cemitério Social Reserva de Memórias
Praça Bocerra de Memórias, s/n
IBR: 3800-5264
17 MARÇO
19h às 21h - Bairro Vila Mandarim
Local: EMER Suzi Neiza Marcondes Lemos
Rua Manoel Hieroním de Souza, 216
IBR: 3801-8822
18 MARÇO
19h às 21h - Bairro Vila Verde
Local: EMER Egíeis Góes de Carvalho
Rua Juana Fazzari Jorge, 164
IBR: 3804-2812
24 MARÇO
19h às 21h - Bairro Higienópolis
Local: EMER Leônida de Castro
Rua Praça Antônio Vici, 42
IBR: 3808-7576
31 MARÇO
19h às 21h - Bairro Sábana
Local: EMER Francisca de Arruda Fernandes
Rua Aviação, 720
IBR: 3803-8383
07 ABRIL
19h às 21h - Bairro Vilela
Local: EMER Maria de Freitas Souza
Rua Arredondo Lima, 77
IBR: 3802-8816

Fonte: Prefeitura do Município de Araçatuba - <https://aracatuba.sp.gov.br/prefeitura-fara-oficinas-participativas-para-revisao-do-plano-diretor-municipal/>

Figura 5. Divulgação do Plano – Site Prefeitura



Fonte: Prefeitura do Município de Araçatuba (2020) - <https://aracatuba.sp.gov.br/prefeitura-vai-entrevistar-populacao-para-revisao-de-plano-diretor/>

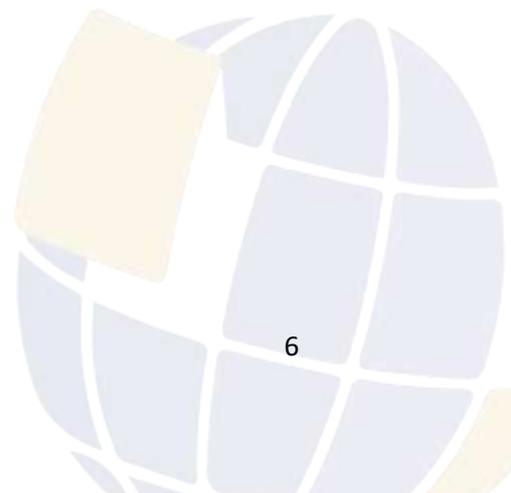
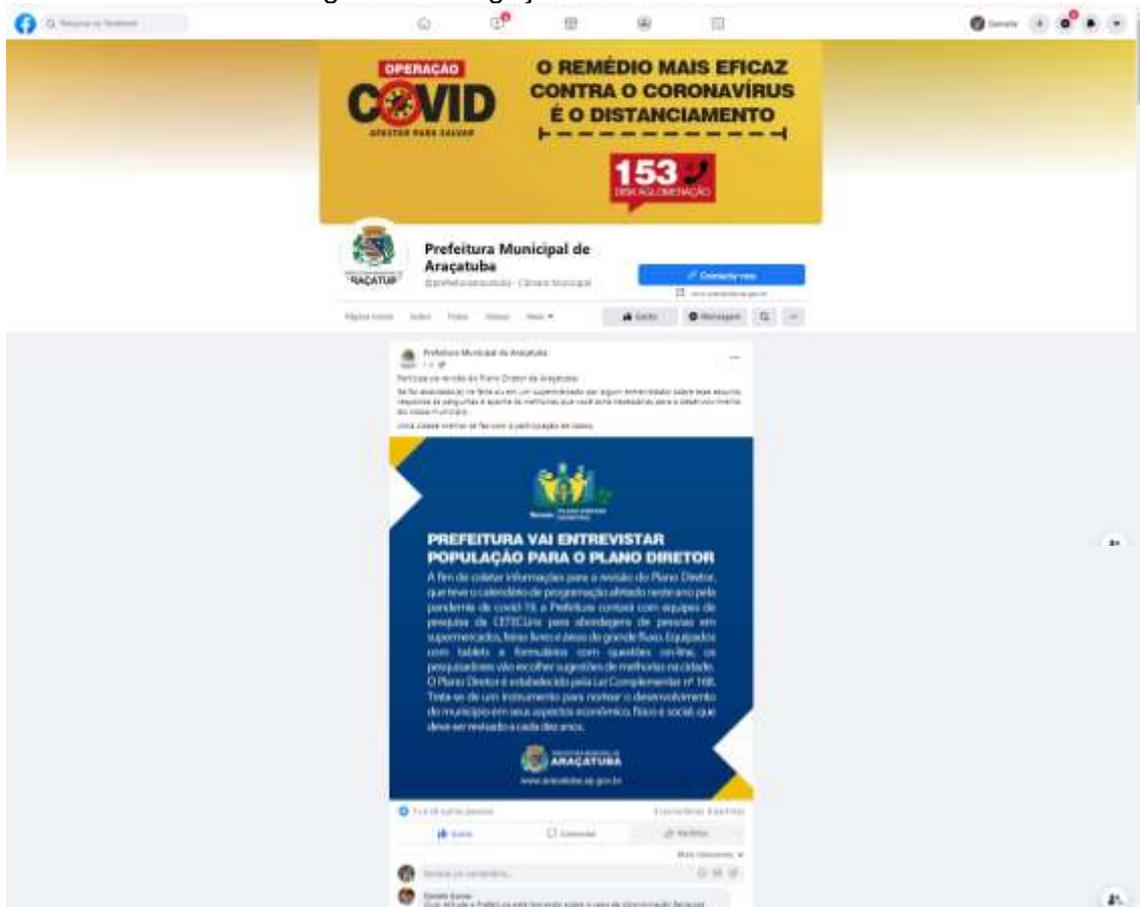


Figura 6. Divulgação do Plano – Site Prefeitura



Fonte: Prefeitura do Município de Araçatuba (2020)- <https://aracatuba.sp.gov.br/prefeitura-vai-entrevistar-populacao-para-revisao-de-plano-diretor/>

Figura 7. Divulgação do Plano – Facebook



Fonte: Facebook Prefeitura Municipal de Araçatuba (2020) - <https://www.facebook.com/prefeituraaracatuba>

Figura 8. Divulgação do Plano - Facebook



Fonte: Facebook Prefeitura Municipal de Araçatuba (2020) - <https://www.facebook.com/prefeituraaracatuba>

Figura 9. Divulgação do Plano – QR CODE do questionário do Plano Diretor enviado para grupos de WhatsApp



Fonte: CETECLins – Centro de Tecnologia (2020)

Figura 10. Divulgação do Plano – Panfleto



**Revisão PLANO DIRETOR MUNICIPAL**

**QUEM DEVE ELABORAR O PLANO DIRETOR?**

O Plano Diretor é uma Lei Obrigatória para todos os municípios com mais de 20.000 habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, integrantes de áreas de interesse turístico, aqueles situados em áreas de interesse de influência de empreendimentos com significativo impacto ambiental. Contudo, a sua elaboração é recomendável também para os pequenos municípios, afim de organizar a estrutura urbana e seu crescimento.

**COMO POSSO PARTICIPAR?**

O processo de revisão do Plano Diretor requer uma leitura comunitária da realidade afim de serem levantados os problemas, qualidades, conflitos e o processo histórico decrescimento da cidade.

**A SUA PARTICIPAÇÃO É MUITO IMPORTANTE!**  
VENHA COLABORAR PARA O DESENVOLVIMENTO DE SUA CIDADE!

**O QUE É PLANO DIRETOR?**

É uma Lei Municipal que deve ser elaborada com o apoio efetivo de toda população. É um instrumento que orienta a política de desenvolvimento e expansão urbana do município. Cabe ao Plano Diretor definir estratégias que venham oferecer melhores condições de vida a comunidade, ou seja, acesso à habitação, saneamento básico (rede de água, esgoto, coleta de lixo), pavimentação, área de lazer, transporte e mobilidade urbana.

**ESSA LEI VISA:**

- Ordenar o crescimento da cidade, a fim de que a malha urbana não ocupe, por exemplo, as áreas de proteção ambiental como as nascentes, as margens dos rios, os fundos de vale, morros, etc;
- Organizar o espaço urbano, ou seja, a localização de empreendimentos a fim de se evitar incompatibilidade de uso;
- Garantir o entendimento às necessidades básicas dos cidadãos quanto à qualidade de vida;
- Regulamentar os instrumentos do Estatuto da Cidade.

 **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA**

 **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA**

Fonte: Prefeitura Municipal de Araçatuba (2019)

Figura 11. Divulgação do Plano – website



Fonte: CETECLins – Centro de Tecnologia (2020)

Figura 12. Divulgação do Plano – Coleta de propostas



Fonte: Prefeitura Municipal de Araçatuba (2020) -

<https://www.facebook.com/prefeituraaracatuba/photos/a.379276838865378/3325548947571471/>

Figura 13. Divulgação do Plano – Coleta de propostas



Fonte: Prefeitura Municipal de Araçatuba (2020)

<https://www.facebook.com/prefeituraaracatuba/photos/a.379276838865378/3325548947571471/>

Figura 14. Divulgação do Plano – Coleta de propostas



Fonte: Prefeitura Municipal de Araçatuba (2020) <https://aracatuba.sp.gov.br/prefeitura-de-aracatuba-divulga-link-para-populacao-participar-do-plano-diretor/>

Figura 15. Divulgação do Plano – Coleta de propostas



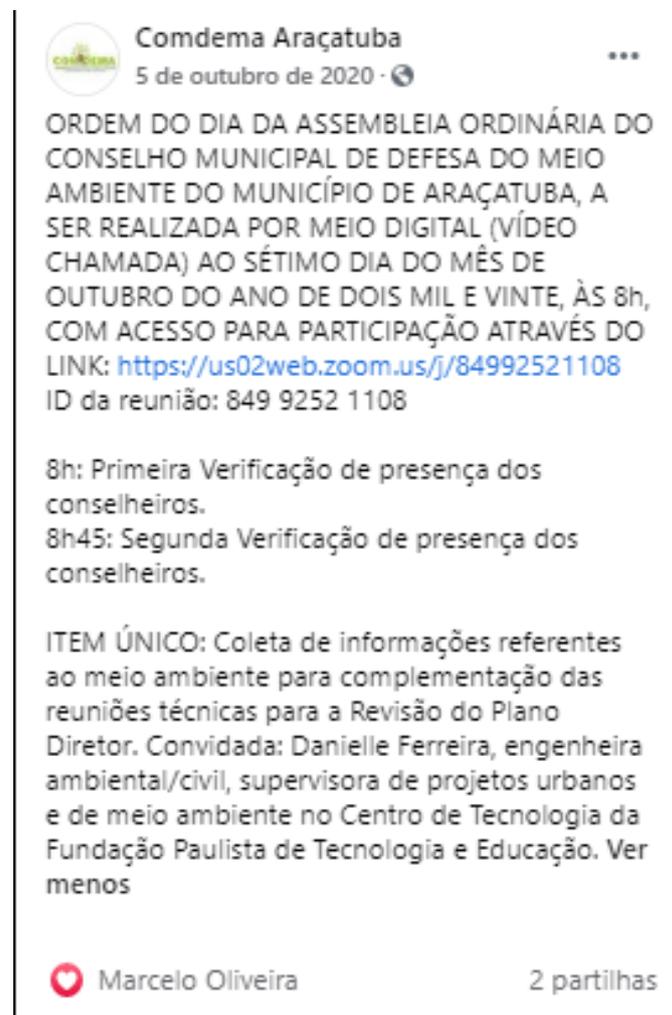
Fonte: Prefeitura Municipal de Araçatuba (2020) <https://aracatuba.sp.gov.br/prefeitura-de-aracatuba-divulga-link-para-populacao-participar-do-plano-diretor/>

Figura 16. Divulgação do Plano – Convite para a reunião com o Conselho Municipal de Meio Ambiente



Fonte: Facebook do COMDEMA (2020)

Figura 17. Divulgação do Plano – Convite para a reunião com o Conselho Municipal de Meio Ambiente



**Comdema Araçatuba** 5 de outubro de 2020 · 🌐

ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA, A SER REALIZADA POR MEIO DIGITAL (VÍDEO CHAMADA) AO SÉTIMO DIA DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE, ÀS 8h, COM ACESSO PARA PARTICIPAÇÃO ATRAVÉS DO LINK: <https://us02web.zoom.us/j/84992521108>  
ID da reunião: 849 9252 1108

8h: Primeira Verificação de presença dos conselheiros.  
8h45: Segunda Verificação de presença dos conselheiros.

ITEM ÚNICO: Coleta de informações referentes ao meio ambiente para complementação das reuniões técnicas para a Revisão do Plano Diretor. Convidada: Danielle Ferreira, engenheira ambiental/civil, supervisora de projetos urbanos e de meio ambiente no Centro de Tecnologia da Fundação Paulista de Tecnologia e Educação. Ver menos

 Marcelo Oliveira 2 partilhas

Fonte: Facebook do COMDEMA (2020)

Figura 18. Divulgação da Audiência Pública para apresentação dos resultados da revisão do Plano diretor Municipal

Fonte: Prefeitura Municipal de Araçatuba (2021) <https://aracatuba.sp.gov.br/prefeitura-de-aracatuba-realiza-audiencia-publica-de-revisao-do-plano-diretor-do-municipio/>

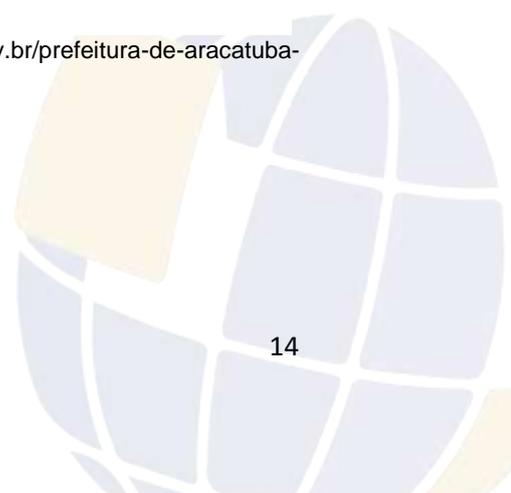
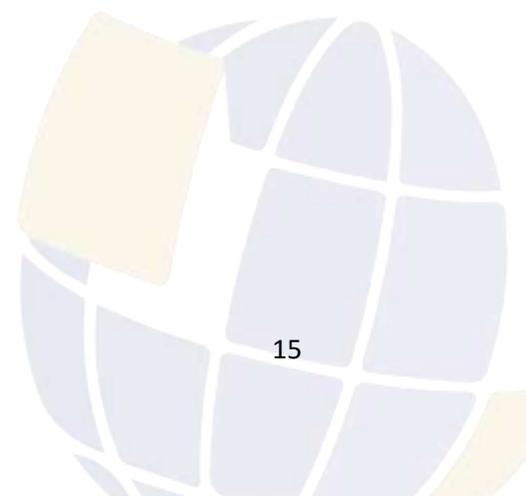


Figura 19. Divulgação da Audiência Pública para apresentação dos resultados da revisão do Plano diretor Municipal



Fonte: Facebook Prefeitura Municipal de Araçatuba (2021)



## **2. REUNIÕES COM PREFEITURA – GRUPO DE TRABALHO E CAMARA TECNICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR**

---

Conforme preconiza o Estatuto da Cidade, foram criados o Grupo de Trabalho composta por técnicos da Prefeitura Municipal, bem como a Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor, compostos por representantes da sociedade civil indicados por cada Conselho ou entidade convidada, ambos com o objetivo de acompanhar o andamento dos trabalhos e contribuir de forma técnica com os trabalhos desenvolvidos, visando o refinamento das informações a respeito do Município de Araçatuba.

A primeira reunião com o Grupo de Trabalho foi realizada em janeiro de 2019 conforme apresentado em Ata de reunião em anexo, onde apresentou-se a metodologia de trabalho a ser adotada. Após a publicação do Decreto que formalizou a Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor, os membros indicados foram convidados a participarem de reunião, com o objetivo de explanar sobre a importância do Plano Diretor, a participação do grupo e da sociedade, bem como também a metodologia de trabalho conforme é apresentada na ata.

## ATA DA REUNIÃO TÉCNICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARAÇATUBA – GRUPO DE TRABALHO DA PREFEITURA MUNICIPAL

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de dois mil e dezenove, na sala de licitações do prédio da Prefeitura Municipal, na Rua Coelho Neto, nº 73, na cidade de Araçatuba, estado de São Paulo, teve início às nove horas e trinta minutos a presente reunião. O sr. Claudio Talão, funcionário da Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação da Prefeitura Municipal inicia a reunião apresentando a equipe da Fundação Paulista, responsável pela revisão do Plano Diretor, o Sr. Carlos Colman, representante da Fundação Paulista toma a palavra e explana sobre a importância do Plano Diretor, sobre a formalização do Comitê Gestor do Plano, sugerindo entidade para compor o grupo e a metodologia de trabalho, passando a palavra para a Eng. Danielle, também representante da Fundação Paulista, que inicia se apresentando, dizendo que será responsável pela coordenação da Revisão do Plano Diretor, informa que o cronograma de trabalho que faz parte do Contrato prevê que sua duração das atividade está prevista para quatorze meses (tendo início em Julho de 2019), porém há uma preocupação pela dependência da organização de um comitê gestor para o acompanhamento do projeto e a divulgação, portanto, adiantou-se essa reunião com o grupo de trabalho afim de adiantar algumas etapas que podem ser mais longas do que o previsto pelo cronograma de trabalho. A engenheira explica também que é exigido pela lei que a divulgação das oficinas e audiências públicas sejam com quinze dias de antecedência, porém todo Plano tem sido divulgado com mais antecedências por meio de rádios, faixas na cidade e panfletos. A Eng. Danielle apresentou ainda a proposta do início da divulgação imediatamente ao invés de se iniciar em julho, expondo o material de divulgação elaborado pela equipe para a aprovação da prefeitura e solicitando a convocação da sociedade civil para ter representantes por entidades para fazer parte do Comitê Gestor, que tem a necessidade de ser decretado antes de se iniciar qualquer etapa, foi pensado esse adiantamento para evitar o atraso do Projeto e não cumprir os quatorze meses, sendo assim janeiro e fevereiro ficou proposto a reunião com a prefeitura para organização das etapas, do comitê e aprovar o material de divulgação, Danielle solicita que seja nomeado um representante para ter contato direto, responsável para organizar os eventos de reuniões, disponibilizando locais compatíveis com datas e horários, continua dizendo que há previsão de ao menos mínimo 22 reuniões de oficinas participativas na cidade incluindo os distritos, onde a população irá trazer os problemas que precisam de solução, essas informações serão parte do material de trabalho para elaboração de um diagnóstico setorial, passando para as reuniões temáticas realizadas com cada secretaria da Prefeitura, afim de ouvir a equipe técnica e identificar outros problemas não apontados pela população, como também identificar possíveis soluções já existente, o grupo de trabalho e o comitê gestor irá acompanhar os resultados obtidos dessas reuniões, participando também com a elaboração de propostas a constar na revisão do Plano Diretor,

elaborando por fim, juntamente com a equipe jurídica a minuta de Lei. A Eng. Danielle completou que era necessário representantes participativos para as reuniões de comitê gestor e técnicas, complementa que pode ser convidado os presidentes de bairros para chamar a população para comparecer às oficinas participativas, explica ainda que nos dias de hoje é difícil a presença da sociedade nas oficinas participativas por isso usa como exemplo medida tomada na cidade de Lins, que foi elaborado um questionário online disponibilizado no site da prefeitura e no total foram aproximadamente 2.500 questionários respondidos e desse valor mais da metade foi o questionário online. O sr. Claudio Talão pergunta se esse método existe na legislação e Danielle responde que o Estatuto das Cidades só estabelece que deve ser um plano participativo, podendo ser adotado várias técnicas para garantir a participação da população, porém, mesmo com o questionário online, a instituição opta pela realização das oficinas, sendo uma forma de estar em contato direto com a população, tendo uma melhor percepção dos problemas identificados pelos munícipes. O Sr. Claudio pergunta a engenheira se o Plano Diretor está começando do zero ou está pegando a revisão do Plano Diretor de Araçatuba e Danielle informa que a princípio houve a leitura do Plano Diretor anterior para entender como foi a divisão do zoneamento do município para poder distribuir as oficinas participativas, e explica que depois de dez anos as condições do município e os problemas mudam e observando com o Plano atual irá fazer uma comparação de existência de problemas e se foi cumprida as metas propostas ou por qual motivo não foi cumprido as metas e se houver novos problemas irá junto com a prefeitura propor uma solução, Sr. Carlos Colam complementa dizendo que será realizado uma atualização do Plano Diretor anterior de Araçatuba e explica também que o Plano Diretor é para criar ferramentas que facilitem o trabalho dos técnicos da Prefeitura, de uma forma organizada e coesa, e isso é importante o questionamento e as discussões dentro da reunião técnica. A Engenheira Danielle mostra como exemplo de formação de Comitê Gestor, o Plano Diretor que foi realizado na cidade de Dracena no ano de 2015/2016 apresentando todas as administrações da prefeitura, todas as secretarias que participaram do grupo, e no Plano da cidade de Lins também usado como exemplo, mostrando quais seriam os representantes, colocou as universidades que representam também o interesse do município, ordem dos advogados, clube de serviços, sindicato, CREA, etc. O Sr. Carlos diz que se trata de um grupo misto, sendo uma parte da sociedade civil e a outra parte representantes do executivo, portanto é convidado todas as secretarias do município. Claudio pergunta se o Plano Diretor será rígido em termos de regras e a Eng. Danielle responde que o Plano Diretor vai dar diretrizes gerais e que esse Plano Diretor são leis complementares uso de locação do solo, código de obras e código de posturas. Sr Carlos comenta que a construção de prédios em locais não favorecidos irá prejudicar toda a organização da cidade, mas alguns Planos Diretores criam mecanismos não só para a regularização das zonas como viabilizar alguns projetos, e ainda complementa a fala informando que que muitas leis complementares no Plano Diretor não foram executadas, com o sinônimo de estarem

"presos" a ela, portanto devem ser editadas. Danielle explica que todas as dificuldades e questionamentos que o grupo tiver deverá ser prescrito para possível estudo. Claudio Talão informa que o Plano tem prazo para 14 meses execução, caso necessite de mudança no meio do processo poderá ser editado o prazo. A Eng. Danielle notifica que o Plano depende do mapeamento, essa responsabilidade é do CTGEO, que após o recebimento das imagens é possível a entrega do mapeamento atualizado, sendo esta etapa prevista para maio de 2019, porém se houver atraso na parte do mapeamento poderá consecutivamente atrasar em todo o início do Projeto. A Eng. Danielle exemplifica ainda sobre o comitê gestor, que em outras prefeituras o convite dos representantes e convites das entidades foi decisão do Executivo, e após isso a publicação dos nomeados, a etapa é a de ampla divulgação dos trabalhos, que em outras prefeituras foram realizados por meio de faixas pelas cidades, panfletos e anúncios em carros de som e spots em rádios. O sr. Claudio diz que sobre a divulgação, hora que possuírem o material, irá entrar em contato com a comunicação da prefeitura para já dar início neste processo. Danielle expõe o material preparado e fala que fica no aguardo da prefeitura a aprovação e que caso tenha que haver mudanças, estão a disposição para realizarem tais alterações, Danielle ainda menciona da possibilidade da população confundir o Plano diretor com campanha política, por isso a importância e falas simples e diretas na divulgação. A Engenheira pergunta se alguém possui alguma dúvida sobre o cronograma e o Plano Diretor e não tendo mais nada a se tratar sobre o assunto a Eng. deu por encerrada a reunião e agradecendo a presença de todos.

## Decreto N° 20.646 que Institui a Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor de Araçatuba



### Prefeitura Municipal de Araçatuba

Estado de São Paulo  
Gabinete do Prefeito

**DECRETO N.º 20.646 – DE 17 DE ABRIL DE 2019**  
"Institui a Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor de Araçatuba e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAÇATUBA,

No uso de suas atribuições legais e considerando Ofício CL051/2019, da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, processo n.º 22.831/2019,

#### **DECRETA:**

**Art. 1.º** Fica instituída a Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor de Araçatuba, atual Lei Complementar n.º 168, de 6 de outubro de 2006, com as seguintes atribuições:

I – analisar e atualizar, conforme a legislação já existente, os dispositivos do Plano Diretor do Município, estabelecendo, para cada situação, as diretrizes que deverão ser seguidas;

II – apreciar, nas situações que se enquadrarem nos parâmetros definidos na legislação atual do Município:

a) propostas de alteração do Plano Diretor;

b) intervenções de significativo impacto na paisagem urbana.

III – acompanhar e atuar pela revisão, atualização e prospecção decenal do Plano Diretor Físico Territorial e Instrumentos complementares;

IV – outras competências definidas pela administração municipal.

§ 1.º A Câmara Técnica ora instituída será formada por tempo determinado, extinguindo-se por si, após a elaboração do texto final e participativo de revisão do Plano Diretor.

§ 2.º Os integrantes da presente Câmara Técnica não terão direito a salários, gratificações ou remuneração de qualquer espécie, sendo considerado o trabalho por eles prestados como serviços públicos relevantes.

**Art. 2.º** A Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor (CTRPD) será formada por representantes, titulares e suplentes, de todas as secretarias municipais, por equipe técnica cujos membros serão indicados pelo presidente da Câmara Técnica e, ainda, por demais órgãos e representações da sociedade civil, conforme abaixo especificado, sendo posteriormente os membros indicados, designados através de Portaria.

I – um representante do CICLAR (Associação de Ciclismo de Araçatuba);

II – um representante da AEAN (Associação dos Engenheiros e Arquitetos da Alta Noroeste);

III – um representante do Clube da Árvore



## Prefeitura Municipal de Araçatuba

Estado de São Paulo  
Gabinete do Prefeito

IV – um representante da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (28ª Subseção Araçatuba);

V – um representante do Rotary Club Araçatuba;

VI – um representante do Lions Clube de Araçatuba;

VII – um representante da Associação Comercial de Araçatuba;

VIII – um representantes do sistema S (SESI, SESC, SENAC);

IX – um representante do CIESP/FIESP;

X – um representante de Instituição de Ensino Superior de Araçatuba;

XI – um representante da Concessionária de Água do Município;

XII – um representante do Poder Legislativo Municipal;

XIII – um representante do Sindicato Rural da Alta Noroeste de Araçatuba (SIRAN);

XIV – um representante da União dos Produtores de Bioenergia de Araçatuba (UDOP);

XV – um representante do Cartório de Registro de Imóveis de Araçatuba;

XVI – um representante dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Saneamento Básico;

XVII – um representante da Associação de Economistas de Araçatuba;

XVIII – um representante da Associação dos Contabilistas de Araçatuba;

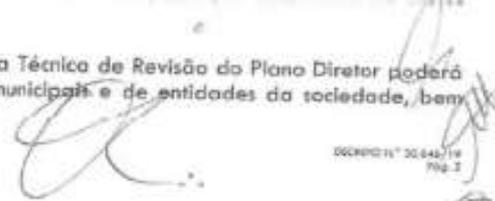
XIX – um representante do Conselho de Corretores de Imóveis de Araçatuba (CRECI-SP);

XX – um representante da Associação dos Corretores de Imóveis de Araçatuba;

XXI – um representante do Conselho Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB).

§ 1.º A Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor será presidida pelo Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, que viabilizará os meios necessários para o seu funcionamento.

§ 2.º O presidente da Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor poderá convidar demais dirigentes de organismos municipais e de entidades da sociedade, bem





## Prefeitura Municipal de Araçatuba

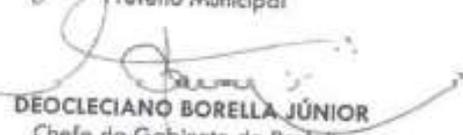
Estado de São Paulo  
Gabinete do Prefeito

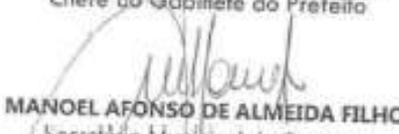
como convocar outros técnicos dos órgãos da administração direta e indireta, para colaborar com esclarecimentos a temas sob sua apreciação.

**Art. 3.º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA, 17 de abril de 2019, 110 anos da Fundação de Araçatuba e 97 anos de Sua Emancipação Política.

  
**DILADOR BORGES DAMASCENO**  
Prefeito Municipal

  
**DEOCLECIANO BORELLA JÚNIOR**  
Chefe do Gabinete do Prefeito

  
**MANOEL AFONSO DE ALMEIDA FILHO**  
Secretário Municipal de Governo

  
**ERNESTO TADEU CAPELLA CONSONI**  
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação

Publicado e arquivado pela Assessoria de Apoio, Controle e Elaboração dos Atos Oficiais do Gabinete do Prefeito, nesta data.

  
**VALDEMIR SARAIVA DA SILVA**  
Assessor de Apoio, Controle e Elaboração dos Atos Oficiais



# Prefeitura Municipal de Araçatuba

Estado de São Paulo  
Cabinete do Prefeito

JORNAL O LIBERAL - EDIÇÃO DO DIA 23 DE ABRIL DE 2019

**Prefeitura Municipal de Araçatuba**

**DECRETO N.º 23.546 - DE 17 DE ABRIL DE 2019**

Revista a Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor de Araçatuba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAÇATUBA,

No uso de suas atribuições legais e considerando Ofício CL-081/2019, da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, processo n.º 32.021/2019, D & C R E T A:

Art. 1.º Fica instituída a Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor de Araçatuba, pelo Lei Complementar n.º 103, de 2 de outubro de 2008, com as seguintes atribuições:

I - analisar e sugerir, juntamente a respeito à estrutura, as diretrizes do Plano Diretor de Município, elaboradas, para este município, as diretrizes que deverão ser seguidas;

II - opinar nas situações que se apresentarem nos parâmetros definidos na legislação atual do Município;

III - promover de elaboração do Plano Diretor;

IV - acompanhar e avaliar, para revisão, atualização e proposição de plano do Plano Diretor, suas alterações e instrumentos complementares;

V - emitir recomendações técnicas para o desenvolvimento municipal.

§ 1.º A Câmara Técnica será formada após formada por tempo determinado, sendo convocada por si, após o término do trabalho final e participativo de revisão do Plano Diretor.

§ 2.º De vigência da presente Câmara Técnica não terão direito a férias, gratificação ou remuneração de qualquer espécie, sendo considerado o trabalho por eles prestado como serviço público remunerado.

Art. 2.º A Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor (CTRPD) será formada por representantes, físicos e jurídicos, de todos os segmentos municipais, por equipe técnica cujo número será indicado pelo presidente da Câmara Técnica e, ainda, por demais órgãos e representações da sociedade civil, conforme elenco especificado, sendo posicionamento de natureza indicativa, devendo atender de forma:

I - um representante do CIOPLAN (Petrópolis de Araçatuba);

II - um representante da ABRAH (Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Alta Nacionalidade);

III - um representante do Clube de Armas;

IV - um representante da Seccional de Direito das Atividades de Interesses Coletivos (SADIC) de Araçatuba;

V - um representante do Rotary Club - Araçatuba;

VI - um representante do Lions Club de Araçatuba;

VII - um representante da Associação Comercial de Araçatuba;

VIII - um representante do SINDI (SIND. SESC. SIDAAC);

IX - um representante do CIESP/SEBRAE;

X - um representante do Instituto de Ensino Superior de Araçatuba;

XI - um representante do Colégio Estadual de Araçatuba;

XII - um representante do Poder Legislativo Municipal;

XIII - um representante do Sindicato Rural de Alta Nacionalidade de Araçatuba (SRAN);

XIV - um representante de União dos Produtores de Bioenergia de Araçatuba (UNOPB);

XV - um representante do Centro de Registro de Imóveis de Araçatuba;

XVI - um representante das Conselhos Municipais de Meio Ambiente e saneamento básico;

XVII - um representante da Associação de Economistas de Araçatuba;

XVIII - um representante da Associação dos Cartórios de Araçatuba;

XIX - um representante do Conselho de Gerentes de Saúde de Araçatuba (CGSA);

§ 1.º A Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor será presidida pelo Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, ou representante de maior hierarquia para o caso de ausência;

§ 2.º O presidente da Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor poderá convocar, sempre que necessário, as organizações jurídicas e as entidades de sociedade, bem como pessoas físicas, físicas ou jurídicas, de natureza pública e privada, para colaborar com pareceres técnicos e outras sob sua solicitação.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA, 17 de abril de 2019.

19º ano de Fundação de Araçatuba e 57º ano de Sua Emancipação Política.

**DILADOR BORGES DAMASCENO**  
Prefeito Municipal  
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação  
**MARCEL APONTO DE ALMEIDA FILHO**  
Secretário Municipal de Governo  
**ERNESTO TACCU CAPELLA DOS SANTOS**  
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação  
Publicado e arquivado pelo Assessor de Apoio, Controle e Supervisão dos Atos, Controlador dos Atos, VILDMAR SARAIVA GALVÃO  
Assessor de Apoio, Controle e Supervisão dos Atos Cíveis

CETECLINS

**Portaria G. P. n° 79, Designa membros quem compõem a Camara Tecnica de Revisão do Plano Diretor de Araçatuba**



## **Prefeitura Municipal de Araçatuba**

Estado de São Paulo  
Gabinete do Prefeito

**PORTARIA G.P. N.º 179 – DE 25 DE SETEMBRO DE 2019**  
"Compõe a Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor de Araçatuba, nos termos do Decreto n.º 20.646, de 17 de abril de 2019, e sua alteração"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAÇATUBA,

No uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**I** – Designar os seguintes membros para comporem a Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor de Araçatuba, nos termos do Decreto n.º 20.646, de 17 de abril de 2019, e sua alteração:

1. Secretaria Municipal de Administração:  
Titular: Paula Petrilli Giardino de Oliveira  
Suplente: Carlos Alberto Coelho Salesse
2. Secretaria Municipal de Assistência Social:  
Titular: Edson José da Rocha  
Suplente: Daniel Augusto de Aguiar Silva
3. Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos:  
Titular: Ana Cristina Bernardes  
Suplente: Fernanda Albanês Herreíra
4. Secretaria Municipal de Comunicação Social:  
Titular: Jonathas Henrique de Magalhães  
Suplente: Kelly Cristina Taiacollo
5. Secretaria Municipal de Cultura:  
Titular: Luis Cláudio da Silva Benedito Júnior  
Suplente: Claudemir Antônio de Paula
6. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial:  
Titular: Arnaldo dos Santos Vieira Filho  
Suplente: José Celso Sanches Júnior
7. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Relações do Trabalho:  
Titular: Orbílio Flávio Lamônica  
Suplente: Celso Amilton Gatto Júnior
8. Secretaria Municipal de Educação:  
Titular: Francisco Nogueira Neto  
Suplente: Vera Elaine Guglielmi
9. Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação:  
Titular: Manoel Francisco Pedrosa da Costa  
Suplente: Sérgio Tumelero
10. Secretaria Municipal da Fazenda:  
Titular: Gervásio Antônio Consolaro  
Suplente: Maria Elizabete Tegen Alaniz

www.aracatuba.sp.gov.br  
Processo: 98287 / 2019 - Data: 25/09/2019 - 16:42:12  
Ofício: 020106 - A. C. E. A. O. I. G. P.  
Requerente: 264708 - ASSISTÊNCIA DE APOIO; CONTRA  
Assunto: 12714 - COPIA DE PORTARIA



## Prefeitura Municipal de Araçatuba

Estado de São Paulo  
Gabinete do Prefeito

11. Secretaria Municipal de Governo:  
Titular: Ana Carolina Corrêa Paes  
Suplente: Edson Júnior Storti
12. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade:  
Titular: Lucas Savério Proto  
Suplente: Jaqueline dos Santos Casoni Borges
13. Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana:  
Titular: Carlos César Costa  
Suplente: João Paulo Orlandino
14. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos:  
Titular: Constantino Alexandre Vourlis  
Suplente: Dimas Bortolotti
15. Secretaria Municipal de Participação Cidadã:  
Titular: Celso Pereira dos Santos  
Suplente: Carlos Roberto Guimarães Valêncio
16. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação:  
Titular: Ariela Akemi Gajardoni Yamaoki Bhering  
Suplente: Denise Carvalho Schneider
17. Secretaria Municipal de Saúde:  
Titular: Neide Rodrigues Merle  
Suplente: Mauricéia Muto
18. Secretaria Municipal de Segurança:  
Titular: José Pereira da Silva  
Suplente: Valmir Alcântara
19. Secretaria Municipal de Turismo:  
Titular: Alex de Paula Castilho  
Suplente: Cláudio Roberto dos Santos Pandolfi
20. CICLAR (Associação de Ciclismo de Araçatuba):  
Titular: Reinaldo Duarte Malta  
Suplente: a indicar
21. AEAN (Associação dos Engenheiros e Arquitetos da Alta Noroeste):  
Titular: Pedro Luiz Parra Petenati  
Suplente: a indicar
22. Clube da Árvore:  
Titular: Leonardo Silva Potje  
Suplente: Allana Lojô Pizápio
23. OAB - Ordem dos Advogados do Brasil (28.ª Subseção de Araçatuba):  
Titular: Moacir Duarte Pires  
Suplente: a indicar



PORTAL DA PREFEITURA  
Pag. 2



## Prefeitura Municipal de Araçatuba

Estado de São Paulo  
Gabinete do Prefeito

24. Rotary Club Araçatuba:  
Titular: Sidney de Oliveira Júnior  
Suplente: Elza Cristina Saiki dos Santos
25. Lions Clube de Araçatuba:  
- a indicar
26. Associação Comercial Industrial de Araçatuba:  
Titular: Osnei Hilário Ferracioli  
Suplente: Karin Teruel
27. Sistemas S (SESI, SESC, SENAC):  
- a indicar
28. CIESP/FIESP:  
Titular: Erik Carneiro da Silva  
Suplente: Samir Nakad
29. Instituições de Ensino Superior de Araçatuba:  
a) Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP – Campus Araçatuba:  
1) Titular: Marcos Franke Pinto  
2) Suplente: a indicar
- b) Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UNISALESIANO – Campus Araçatuba:  
1) Titular: Nelson Hitoshi Takij  
2) Suplente: a indicar
- c) Universidade Paulista – UNIP – Campus Araçatuba:  
1) Titular: Érico Fentanes Barros  
2) Suplente: Manuella Boreggio Costa dos Santos
- d) Faculdade da Fundação Educacional de Araçatuba – FAC-FFEA:  
1) Titular: Aírton Cavazzana  
2) Suplente: Robesval Ribeiro da Silva
30. Concessionária de Água no Município:  
Titular: Andrea Barreto  
Suplente: Cláudio Luís Campos Mendes
31. Sindicato Rural da Alta Noroeste de Araçatuba (SIRAN):  
Titular: Fábio Freixo Brancato  
Suplente: a indicar
- (CREA/SP): 32. Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo  
Titular: Ricardo Cury  
Suplente: Gisele Sartori Bracale
33. União de Produtores de Bionergia de Araçatuba (UDOP):  
Titular: Rogério Barros Mian  
Suplente: Felipe Sakamoto de Miranda



## Prefeitura Municipal de Araçatuba

Estado de São Paulo  
Gabinete do Prefeito

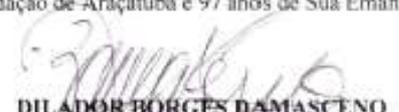
34. Cartório de Registro de Imóveis de Araçatuba:  
- a indicar
35. Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA e Conselho Municipal de Saneamento Básico:  
Titular: Marcelo Rodrigues Freitas de Oliveira  
Suplente: Turso Luis Cavazzana
36. Associação dos Economistas de Araçatuba:  
- a indicar
37. Associação dos Contabilistas de Araçatuba:  
- a indicar
38. Conselho de Corretores de Imóveis de Araçatuba (CRECI-SP):  
Titular: Antônio Barreto dos Santos  
Suplente: a indicar
39. Associação dos Corretores de Imóveis de Araçatuba:  
Titular: Mário Brandini Júnior  
Suplente: Michele Souza
40. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB):  
Titular: José Maria Morandini Paoliello  
Suplente: a indicar

II – A Câmara Técnica será formada por tempo determinado, extinguindo-se por si, após a elaboração do texto final e participativo de revisão do Plano Diretor;

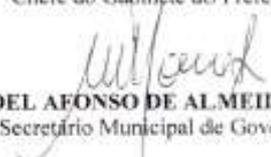
III – Os integrantes da Câmara Técnica não serão remunerados a qualquer título pelos serviços prestados, vedando-se o pagamento de gratificações de qualquer espécie, sendo considerados os trabalhos por eles prestados como serviços públicos relevantes;

IV – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA, 25 de setembro de 2019, 110 anos da Fundação de Araçatuba e 97 anos de Sua Emancipação Política.

  
**DILADOR BORGES DAMASCENO**  
Prefeito Municipal

  
**DEOCLECIANO BORELLA JÚNIOR**  
Chefe do Gabinete do Prefeito

  
**MANOEL AFONSO DE ALMEIDA FILHO**  
Secretário Municipal de Governo

PORTARIA 017/2019  
Pág. 4



**Prefeitura Municipal de Araçatuba**  
Estado de São Paulo  
Gabinete do Prefeito

**ERNESTO TADEU CAPELLA CONSONI**  
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação

Publicada e arquivada pela Assessoria de Apoio, Controle e Elaboração dos Atos Oficiais do Gabinete do Prefeito, nesta data.

**VALDEMIR SARAIVA DA SILVA**  
Assessor de Apoio, Controle e Elaboração dos Atos Oficiais



**Ofício 006/2020 que convoca os membros da Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor de Araçatuba para 1º Reunião.**



OF.CIRC.CL.006/2020

Araçatuba, 26 de fevereiro de 2020.

**Ref.: REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR**

Considerando Portaria nº 20.646 de 17 de abril de 2019, que "Institui a Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor de Araçatuba"

Considerando Portaria GP nº 179 de 25 de setembro de 2019, que "Compõe a Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor de Araçatuba", que designa os membros que compõem a mesma;

Convocamos os senhores membros para reunião a ser realizada no

- Paço Municipal - Salão Azul, no dia 02 de março de 2020 - segunda-feira as 10h00min horas.

  
Ernesto Tadeu Cipella Consoni  
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação

## Ata da 1ª Reunião da Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor de Araçatuba

### ATA DA 1ª REUNIÃO DA CAMARA TÉCNICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Ao segundo dia do mês de março de dois mil e vinte, no Salão Azul da Prefeitura Municipal, na Rua Coelho Neto, nº 73, na cidade de Araçatuba, estado de São Paulo, teve início às dez horas a presente reunião. O sr. Claudio Talão, funcionário da Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação da Prefeitura Municipal inicia a reunião agradecendo a presença de todos e apresenta a equipe da Fundação Paulista, responsável pela revisão do Plano Diretor, a engenheira Danielle Ferreira, funcionária do Ceteclins (Centro de Tecnologia da Fundação Paulista de Tecnologia e Educação) toma a palavra e agradece a presença de todos, apresenta brevemente a Fundação Paulista e o Cetec e relatava sobre a experiência da contratada no quesito planejamento urbano. Logo em seguida, Danielle passa a explicar sobre O Plano Diretor, a Lei 10.257/2001 conhecida como Estatuto da Cidade que dá diretrizes para a elaboração do Plano, suas vertentes, inclusive sobre a questão da revisão que deve ocorrer a cada 10 anos que é o caso do Município de Araçatuba, Danielle dá exemplos sobre a ocupação do solo e zoneamento, ordem pública e organização social, itens a serem abordados nesta revisão, e explica também que anteriormente somente existia o Plano Diretor para organizar o crescimento do Município, e que hoje existem planos setoriais, como por exemplo, de Saneamento e Mobilidade Urbana que trabalham mais a fundo cada item pertinente ao assunto, e então, questionamentos específicos recebidos durante este trabalho serão direcionados a cada Plano pertinente e todos os Planos setoriais devem estar em consonância com o Plano Diretor. Danielle ressalta que o Plano e sua elaboração devem ser divulgados de forma que a população tome conhecimento dos trabalhos e participe, porém, não há garantias de que os munícipes contribuam e não há como obriga-los a participar deste processo e relata ainda que a grande dificuldade encontrada em outros Município foi justamente a participação da população que não se interessa pelo assunto, e mesmo com a possibilidade de participação via internet, é muito baixa a adesão. Danielle passa a relatar sobre a importância do Comitê Gestor ou "Câmara Técnica" como foi definido pelo Decreto nº 20646 de 17 de abril de 2019, e que o grupo é responsável por acompanhar os trabalhos desenvolvidos e se está de acordo com o que o Estatuto da Cidade determina, como a divulgação, participação da população, e os resultados obtidos para a elaboração da Minuta de Lei, além de acompanhar por mais um período após a entrega da Minuta, a sua aprovação na Câmara e a aplicação da Lei. Danielle passa a explanar sobre a Metodologia de Trabalho definida para o Município de Araçatuba, sendo divulgação do calendário das Oficinas Participativas, previstas inicialmente para 18 reuniões que serão realizadas em horário e local a ser definido juntamente com a equipe da Prefeitura, de forma que atenda a todas as regiões do Município, a forma de divulgação optou-se pelo site da Prefeitura e Redes sociais devido ao grande alcance e participação da população nesses canais, mas havendo a possibilidade de utilização de rádios, faixas e carros de som se for o caso. Também será disponibilizado no site da Prefeitura um

link de acesso ao mesmo questionário que será aplicado nas Oficinas participativas, além de contém informações sobre a importância da revisão do Plano Diretor. É explicado também que após a compilação das informações obtidas através da população, um questionário técnico setorial será enviado a cada secretária da Prefeitura para coletar informações mais refinadas, e uma reunião será agendada com cada equipe técnica para sanar possíveis dúvidas e captar dados que poderão auxiliar nas questões levantadas pela população. A partir das informações técnicas compiladas, o Relatório de Diagnóstico será elaborado, onde deverá constar um compilado sobre a situação de cada programa e equipamento e seu funcionamento, sua estrutura organizacional, bem como leis complementares, mapas e outros documentos pertinentes, para por fim, elaborar a Minuta de Lei para ser apresentada a Câmara Técnica e encaminhamento para a Audiência Pública. Danielle ressalta ainda que ainda haverá a possibilidade de contribuições para melhoramento da Minuta de Lei após a realização da Audiência Pública, com um prazo estabelecido, desde que as contribuições sejam de ordem técnica e não sobreponham Lei superiores e não direcionem interesses específicos de indivíduos. Danielle explica que é mesmo com oficinas participativas e reuniões técnicas é possível e muito interessante reuniões com grupos específicos, como líderes de bairros, ongs, conselhos, etc, e a Câmara de vereadores pode convocar uma outra audiência antes da aprovação da Minuta apresentada. O Sr. Claudio Talão informa que a Câmara de vereadores não indicará nenhum tipo de comissão de vereadores para participar presencialmente das discussões, pois eles já possuem os grupos internos e momento adequado a comissão pertinente irá avaliar e discutir o projeto, porém todos foram convidados a participar da presente reunião. Danielle retoma a palavra e informa que alguns serviços já foram iniciados, como divulgação, confecção dos mapas base e material para divulgação, porém o trabalho é longo e detalhado e depende muito das contribuições da população para a construção de um Plano coerente com a realidade do Município e disponibiliza seu e-mail caso alguém tenha dúvidas e sujeitões. Danielle passa a palavra ao Sr. Talão que agradece a presença e colaboração de todos, enfatiza a importância da participação e lamenta a ausência dos que foram convocados e não puderam comparecer e irá encaminhar documento reforçando a todos sobre a importância de cada membro desta Câmara. Talão reforça também que cada cidadão que responder o questionário está contribuindo para a construção de um Município mais organizado atendendo os anseios da população e solicita a colaboração de todos que encaminhem e incentive um familiar, um vizinho ou um colega de trabalho a participar, seja de forma virtual ou presencial nas oficinas participativas. O Sr. Gervásio, representado a Secretária da Fazenda questiona se entres os presentes há representantes da sociedade civil, que é de extrema importância e o Sr. Talão informa que a todos indicados para a Câmara foi enviado convite via e-mail, porém das 20 entidades participantes somente 5 estavam presentes e ele irá reforçar sobre a importância participação, que se o membro indicado não puder comparecer, que encaminhe seu suplente indicado. Danielle ressalta que a participação da Câmara Técnica não é só durante os trabalhos de revisão do Plano, mas continuará por pelo menos 2 anos após a aprovação na Câmara

de Vereadores, e que esses membros podem contribuir na revisão do Plano do ponto de vista técnico que cada classe enfrenta no dia a dia do seu trabalho. Danielle aponta a situação de que estamos em ano eleitoral e não se deve confundir revisão do Plano Diretor com campanha política de A ou B, e infelizmente a população não consegue diferenciar, então é importante as consultas populares acontecerem o quanto antes para coincidirem com o período de campanha, e quem independente do candidato que ganhar no final do ano, o que está no Plano deverá ser cumprido nos próximos 10 anos. A Engenheira pergunta se alguém possui alguma dúvida e não tendo mais nada a se tratar sobre o assunto, deu por encerrada a reunião e agradeceu a presença de todos. Assinam a lista abaixo todos os presentes.



**LISTA DOS MEMBROS DA CAMARA TECNICA REVISÃO DO PLANO DIRETOR  
DECRETO Nº 20.546 DE 17/04/2019. PORTARIA GP. Nº 179 DE 25/09/2019**

**Órgãos Governamentais**

**12. Representante da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade**

Titular	Lucas Savério Proto Telefone: 18-99109-2333 E-mail: lucas.proto@aracatuba.sp.gov.br
Suplente	Jaqueline dos Santos Casoni Borges E-mail: jaquelinocasoni@hotmail.com

**17. Representante da Secretaria Municipal de Saúde, da área de Vigilância Sanitária.**

Titular	Neide Rodrigues Merle Endereço: Rua Afonso Pena n. 1537 Telefone: 3636-1083 Email: expediente.visam@aracatuba.sp.gov.br
Suplente	Mauricela Muto

**14. Representante da SOSPA - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos**

Titular	Constantino Alexandre Vourlus <i>Constantino Vourlus</i> Telefone: 99704-6242 Email: engenharia.vourlus@gmail.com
Suplente	Dimas Bortolotti Email: sosp@aracatuba.sp.gov.br

**16. Representante da Secretaria Municipal do Planejamento Urbano e Habitação**

Titular	Ariela Akemi Garjardoni Yamacki Bhering <i>Ariela Yamacki</i>
Suplente	Denise Carvalho Schneider

**7. Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Relações do Trabalho**

Titular	Orbilio Flavio Lamonica <i>Orbilio Lamonica</i> Telefone: 3636.1280 Email: flaviolamonica@uol.co.br
Suplente	Celso Gatto Telefone: 991337922 Email: gattojr@terra.com.br

6. Representante da Secretaria Municipal de Agroindústria

Titular	Arnaldo dos Santos Vieira Filho Fone: 3636-1280 Email: arnaldo.smca@aracatuba.sp.gov.br
Suplente	José Celso Sanchez Junior Fone: 3636-1280

10. Representante da Secretaria da Fazenda

Titular	Gervásio Antônio Consolaro Telefone: (18)99771-5889 Email: gaconsolaro@aracatuba.sp.gov.br
Suplente	Maria Elizabete Tegoni Alaniz

3) Representante da Secretaria de Negócios Jurídicos

Titular	Ana Cristina Bernardes Email: juridico.pma@aracatuba.sp.gov.br
Suplente	Fernanda Albanes Herrera Email:

8. Representante da Secretaria da Educação

Titular	Francisco Nogueira Neto Telefone: (18)3636-1200 Email: eng.nogueira@gmail.com
Suplente	Vera Elaine Guglielmi

9. Representante da Secretaria de Lazer, Esporte e Recreação

Titular	Mancel Francisco Pedrosa da Costa Telefone: (18)3636-1290 Email: seraracatuba@luzil.com.br
Suplente	Sergio Tumelero

2) Representante da Secretaria de Assistência Social

Titular	Edson José de Rocha Telefone: (18)3622-1048 E-mail: edsonrocha2012@hotmail.com
Suplente	Daniel Augusto de Aguiar Silva Fone: 3636-1260 E-mail: danielasilva3@gmail.com

1) Representante da Secretaria de Administração

Titular	Paula P. G. Oliveira Telefone: (18) E-mail: ppg.o@hotmail.com
Suplente	Carlos Alberto Coelho Salesse Fone: 90744-8810 Email: carlos.salesse@terra.com.br

18) Representante da Secretaria de Segurança Pública

Titular	Jose Pereira da Silva Telefone: (18) E-mail: zemak@hotmail.com
Suplente	Valmir Alcantara E-mail: seguranca@aracatuba.sp.gov.br

13) Representante da Secretaria de Mobilidade Urbana

Titular	Carlos Cesar Costa Telefone: (18) 98112-2381 <i>Carlos C. Costa</i> E-mail: engenheiro.carloscesar@gmail.com
Suplente	João Paulo Oriandino E-mail: mobilidadeurbana@aracatuba.sp.gov.br

15) Representante da Secretaria de Participação Cidadã

Titular	Celso Pereira dos Santos <i>Celso P. Santos</i>
Suplente	Carlos Roberto Guimarães Valêncio Fone: 99686-5719 <i>Carlos Roberto G. Valêncio</i> Email: guimavalencio@gmail.com

4) Representante da Secretaria de Comunicação Social

Titular	Jonathas Henrique Magalhães Fone: 3607-6507 e-mail: jhmagalhaes@gmail.com
Suplente	Kelly Cristina Talacollo Fone: 3607-6502

5) Representante da Secretaria de Cultura

Titular	Luís Claudio da Silva Benedito Junior Fone: 3625-1275
Suplente	Claudemir Antônio de Paula Fone: 3636-1270

11) Representante da Secretaria de Governo

Titular	Ana Carolina Correa Paes Fone: 3607-6603 Email: carolinacorrea2005@yahoo.com.br
Suplente	Edson Junior stort Fone: 3607-6603 Email: edsonstorti@yahoo.com.br

19) Representante da Secretaria de Turismo

Titular	Alex de Paula Castilho Fone: 3625-8636 e-mail: turismo.pma@aracatuba.sp.gov.br
Suplente	Claudio Roberto dos Santos Pandolfi Fone: 3625-8636 e-mail: turismo.pma@aracatuba.sp.gov.br

Órgãos não Governamentais

30) Representante da Concessionária dos Serviços Públicos de Fornecimento de Água Potável e Esgoto (SAMAR)

Titular	Andrea Barreto Telefone: 3837-4464 Email: andrea.barreto@samar.eco.br
Suplente	Claudio Luiz Campos Mendes Endereço: Rua Bagaçu, nº 1530 Telefone: 991418392 Email: claudio.mendes@samar.eco.br

21) Representante da (AEAN) Associação da Classe da Engenharia e Arquitetura

Titular	Pedro Luiz Parran Petenati Telefone: 99706-6488 - 3622-6755 E-mail: pedropetenati.arq@gmail.com
Suplente	

22) Representante de Entidades Ambientalista (Clube da árvore)

Titular	Leonardo Silva Potje Endereço: José Cacerda, nº 971 Telefone: 991560303 Email: leopotje_geo@hotmail.com
Suplente	Allana Lojo Pirápio Endereço: Rua São Bernardo, nº 1644 Telefone: 996158827

32-) Representante do CREA / SP

Titular	Ricardo Cury Fone: 3606-5801 – 011-99485-1707 e-mail: ricardo4082@creasp.org.br
Suplente	Eng Civil Gisela Sartori Brasca CREASP 0601331273 Fone: 09783-4424 – 3622-2895 <i>Eng. Gisela Sartori Brasca</i>

29-a) Representante das Escolas de Ensino Superior com grade curricular afetas ao saneamento básico da UNESP

Titular	Professor Marcos Franke Pinto Fone: 3636-1495 e-mail: diretor_fmva@unesp.com
Suplente	A indicar

29-b) (UNISALESIANO – Campus Araçatuba)

Titular	Nelson Hitoshi Takly Telefone: Email:
Suplente	A indicar

29-c) (UNIP)

Titular	Erico Pentanes Barros Telefone: Email:
Suplente	Manuela Goreggio Costa dos Santos Telefone: Email:

29-d) FEA – Fundação Educacional de Araçatuba

Titular	Airton Cavazzana Fone: e-mail: cavazzana@gmail.com
Suplente	Roberval Ribeiro da Silva e-mail: roberval@uol.com

35) Representante do CONDEMA- Conselho Municipal do Meio Ambiente

Titular	Marcelo Rodrigues Freitas de Oliveira Telefone: 99134-8907 Email: marcelo.oliveira@aracatuba.sp.gov.br <i>Marcelo Rodrigues Freitas de Oliveira</i>
Suplente	

35-a) Representante do **CONSABA** - Conselho Municipal de Saneamento Básico

Titular	Tarso Luiz Cavazzana Fone: 3607-6514 e-mail: tarsocavazzana@yahoo.com.br
Suplente	

31) Representante do **SIRAN** - Sindicato Rural da Alta Noroeste de Araçatuba

Titular	Rogério Barros Mian <i>FABIO FREIXO MIRANDA</i> Fone: 2103-0528 e-mail: rogerio.mian@udop.com.br
Suplente	Felippe Sakamoto de Miranda Fone: 2103-0528 Email: felippe.miranda@udop.com.br

33) Representante da **UDOP**

Titular	Rogério Barros Mian Fone: 2103-0528 e-mail: rogerio.mian@udop.com.br
Suplente	Felippe Sakamoto de Miranda Fone: 2103-0528 Email: felippe.miranda@udop.com.br

38) Representante do **CRECI**

Titular	Antônio Barretos dos Santos Fone: 18-58121-4440 Email: diretorio@criis.com.br
Suplente	

20) Representante do **CICLAR** - Associação de Ciclismo de Araçatuba

Titular	Reinaldo Duarte Malta Fone: e-mail: rfraropartidomilitar@hotmail.com
Suplente	

23) Representante do **OAB/SP**

Titular	Moacir Duarte Pires Fone: 18-59132-1030 E-mail: moacirduartepires@hotmail.com
Suplente	

39) Representante do **ACIATA- ASSOCIAÇÃO DOS CORRETORES DE IMOBILIÁRIAS DE ARAÇATUBA /SP**

Titular	MÁRIO BRANDINI JÚNIOR Fone: 18- 3607-1117 E-mail: <a href="mailto:diretoria@corretaimoveis.com">diretoria@corretaimoveis.com</a>
Suplente	Michele Souza Fone: 3607-1117 e-mail: <a href="mailto:diretoria@corretaimoveis.com">diretoria@corretaimoveis.com</a>

40) Representante do **CETESP - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo**

Titular	JOSÉ MARIA MORANDINI PAOLIELLO Fone: 99776-6688 e-mail: <a href="mailto:jpaoliello@sp.gov.br">jpaoliello@sp.gov.br</a>
Suplente	

24) Representante do **Rotary Club Araçatuba**

Titular	Sidney de Oliveira Junior Fone: e-mail: <a href="mailto:juninhomague@gmail.com">juninhomague@gmail.com</a> e-mail: <a href="mailto:turismo.pma@aracatuba.sp.gov.br">turismo.pma@aracatuba.sp.gov.br</a>
Suplente	

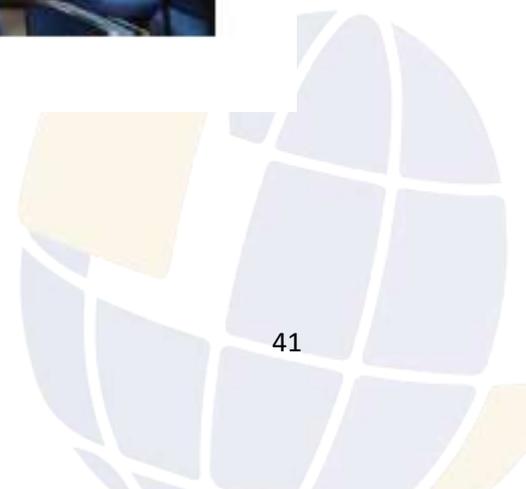
26) Representante da **Associação Comercial Industrial de Araçatuba**

Titular	Osnai Hilário Ferracioli Fone: e-mail: <a href="mailto:aclara@aciara.com.br">aclara@aciara.com.br</a> ; <a href="mailto:osnai@aciara.com.br">osnai@aciara.com.br</a>
Suplente	Ikarin Teruel e-mail: <a href="mailto:aclara@aciara.com.br">aclara@aciara.com.br</a>

28) Representante do **CIESP/FIESP**

Titular	Erik Cameiro da Silva e-mail: <a href="mailto:erik@madine.com.br">erik@madine.com.br</a>
Suplente	Samir Nakad e-mail: <a href="mailto:samir@sameka.com.br">samir@sameka.com.br</a>

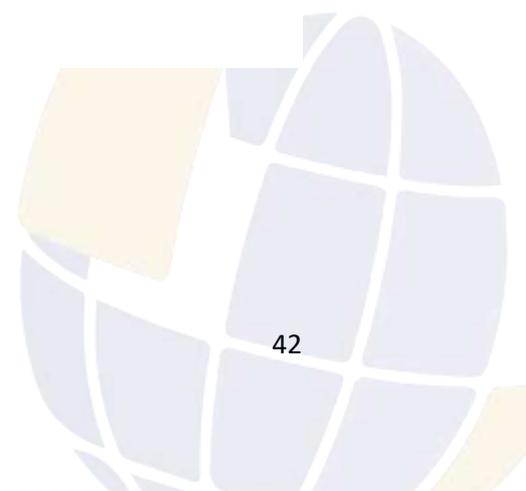
Registro fotográfico da 1ª reunião com a Câmara Técnica.





### Centro Tecnológico de Lins

Av. Nicolau Zarvos, 1925 • Jardim Aeroporto • CEP: 16401-371 - Lins, SP  
Fone: (14) 3533 - 3296 • CNPJ: 51.665.727/0001-29 • IE: Isenta  
[www.ceteclins.com.br](http://www.ceteclins.com.br) • [atendimento@ceteclins.com.br](mailto:atendimento@ceteclins.com.br)



**Ofício 608/2021 que convoca os membros da Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor de Araçatuba para 2º Reunião.**



OF.SEPLAN nº 608/2021.

Araçatuba/SP. 16 de novembro de 2021.

***Ref.: REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR***

Considerando Portaria nº 20.646 de 17 de abril de 2019, que "Institui a Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor de Araçatuba".

Considerando Portaria GP nº 179 de 25 de setembro de 2019 e Portaria GP nº 52 de 23 de fevereiro de 2021, que "Compõe a Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor de Araçatuba", que designa os membros que compõem a mesma;

- **Convocamos os senhores Membros para Reunião a ser realizada no**
  - **Paço Municipal - Salão Azul, no dia 22 de novembro de 2021 - segunda-feira as 14h00min horas.**



Ernesto Tadeu Capella Consoni  
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação



TALÃO, Antonio Cláudio  
Dirigente Administrativo  
S.M.P.-U.H.  
3607.6559.

## ATA DA 2ª REUNIÃO DA CAMARA TÉCNICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e vinte um, no Salão Azul da Prefeitura Municipal, na Rua Coelho Neto, nº 73, na cidade de Araçatuba, estado de São Paulo, teve início às quatorze horas e trinta minutos a presente reunião. O sr. Claudio Talão, funcionário da Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação da Prefeitura Municipal inicia a reunião agradecendo a presença de todos e apresenta a equipe da Fundação Paulista, responsável pela revisão do Plano Diretor e comunica que a minuta que os presentes estão recebendo no formato impresso é a versão preliminar e que pode ser levada e estudada e caso alguém queira fazer alguma contribuição poderá retornar através da ficha de contribuições que está ao final da minuta e deverá ser entregue antes da audiência pública agendada para o dia 07 de dezembro de 2021 às 14 horas no auditório da Secretária de Educação. O arquiteto João Felipe Lança membro da equipe do CetecLins (Centro de Tecnologia da Fundação Paulista de Tecnologia e Educação) toma a palavra e agradece a presença de todos, e explica que a apresentação PowerPoint que será projetada é somente um resumo da minuta contendo as alterações e inclusões realizadas, e o documento que os presentes receberam tem a proposta na íntegra, sendo que os itens em amarelo são anotações internas, itens em vermelho serão excluídos e itens em verde são novos adicionados ou alterações do plano atual e explica também que está apresentando desta maneira por se tratar de uma revisão, pois já existe um texto base e a revisão não cria um plano novo, somente altera itens que não condizem com a realidade do município, o que não tem marcações de cores são textos que vêm na Lei vigente. João Felipe prossegue explicando que os itens a serem tratados nesta reunião não são itens de políticas setoriais, profundos de cada setor como saúde ou educação, mas sim de estrutura do Plano para mudanças gerais, sendo que a primeira mudança importante que impacta toda a cidade é a mudança do macrozoneamento e zoneamento urbano, onde se descreve a organização de uso e ocupação e do parcelamento do solo e indica que todo o texto em verde são zonas que foram criadas, sendo a primeira coluna as macrozonas, que é uma zona geral que organiza o espaço e dentro delas terão as zonas, então hoje no plano atual temos duas macrozonas e 5 zonas, agora está sendo criada a 3ª macrozona que é de expansão urbana e ocupação dirigida que é o espaço que direciona o crescimento da cidade nos próximos 10 anos, sendo que o hoje o crescimento está vinculado a alterações pontuais de perímetro urbano, então a sugestão do novo Plano é que se encerre essas alterações pontuais de perímetro e que este crescimento seja feito por uma delimitação prevista que vai induzir o crescimento em áreas pré-estabelecidas na cidade, já na segunda coluna é apresentado cada zona dentro de cada macrozona, sendo as primeiras zonas as de área urbana que foi dividida em 6 zonas, onde as 2 primeiras já eram existentes e as demais criadas para este novo texto. João continua explicando que todas as áreas que eram periferias estavam classificadas como zonas controladas e com a alteração, essa zona controlada foi dividida

em várias zonas controladas, porém com particularidades conforme sua localização e perfis, e exemplifica como a zona controlada norte, oeste, sul e a zona de desenvolvimento logístico, sendo que as zonas de desenvolvimento logístico e turístico no Plano vigente estavam definidas como áreas de especial interesse e o problema é que elas não tinham regulamentação específicas, exceto a área de especial interesse ambiental, agora que são reclassificadas como zonas, elas tem parâmetro, como por exemplo, o que pode construir, o que não pode construir e ela não fica com uma situação genérica que tem definições mas não tem diretrizes para sua ocupação. João apresenta então o mapa com o zoneamento exemplificando que deixa de existir algumas áreas, mas surgem as zonas, e que tudo o que está no entorno do perímetro urbano é a macrozona rural, cada uma das cores indicam as zonas urbanas, sendo a Z1 que é a zona consolidada, a Z2 que é zona condicionada que são áreas de periferia porém já mais consolidadas, e as zonas controladas norte oeste e sul, por fim a Z8 que se trata da zona logística que sobrepõem outras zonas, sendo uma faixa de 500 metros para cada lado marginal das rodovias, é uma área preferencialmente de uso de logístico, para indústria e serviços de médio porte. João explica que mais a frente será apresentada os parâmetros de ocupação destas zonas e todas as características de cada zona é apresentado no texto. João prossegue e apresenta o capítulo 6º, artigo 81 que ocorreu uma outra mudança estrutural considerável que trata do sistema viário municipal que hoje está na lei de parcelamento de solo com esta alteração, traz para esta Lei maior mas ainda como referência a lei de parcelamento, e junto a tabela apresentada, o projeto traz um mapa com diretrizes viárias, que indicará para os futuros parcelamentos e obras, sejam elas públicas ou privadas quais são as novas diretrizes como novas avenidas, novas ligações e este sistema viário deverá seguir os parâmetros desta tabela e quando está com a observação do número "1", o projeto deve seguir a Lei de parcelamento do Solo e existem outras observações como por exemplo quando há a incidência de interesse ambiental, que daí deverá seguir a nova tabela da Lei nº7052. Neste capítulo há também as indicações de declividades máximas, obrigatoriedade de que todas as novas vias arteriais passem a contar com estrutura ciclo viária de forma obrigatória, todos esses itens indicados no artigo 82. O Sr. César da Secretaria de Mobilidade questiona se as dimensões são as mesmas da Lei de parcelamento de solo e João explica que a princípio está indicando manter as mesmas, porém não há nada que impeça de alterar e que há inclusive de passeio de áreas de interesse social que hoje é de 2 metros e foi alterado para 2,5 metros e as vias locais de interesse social está de 6 metros e foi alterada para 8 metros conforme solicitação e que nada impede que sugestões alterem o existente. João continua explicando que sempre o que motiva a alteração é a solicitação da população ou os técnicos, e que alguns valores de referências utilizados são buscados em experiências boas que estão funcionando bem outros municípios e tudo ainda é passível de sugestões. O Sr. Renato de Paula da Secretaria de Turismo pergunta em que zonas se encontram as propriedades que margeiam o Rio Tiete que serão utilizadas para a instalação de condomínios e áreas de lazer e empreendimentos turísticos e João informa que essas áreas estão na Macrozona

3 de expansão urbana e ocupação dirigida, e todo tipo de formação urbana em área agrícola é destacada como ocupação dirigida, como por exemplo os distritos, ou seja, não é perímetro urbano municipal mas pode se permitir certas atividades com caráter urbano mesmo não estando dentro do perímetro urbano. João prossegue a apresentação e explica o artigo 85 que contém mudança considerável que é um motivo do porquê ter dividido o município em outras zonas, e apresenta a tabela que para cada zona urbana é indicado os usos predominantes, ou seja, o que pode e o que não pode dentro de cada zona, o lote mínimo, a porcentagem de áreas verdes e de áreas institucionais, e é considerado um item importante pois para o futuro do município, ele gera um impacto considerável, e exemplifica alguns itens como o tamanho mínimo de lote é mantido o tamanho de 200 metros quadrados como é o caso hoje, exceto no caso de condomínios na zona norte e oeste e exemplifica também a zona sul que tem influência da área de interesse ambiental do ribeirão Baguaçu, as áreas mínimas de lote são de 300 metros quadrados e nas áreas verdes também foi aumentando a doação de áreas verdes no parcelamento de solo, sendo 25% no mínimo para áreas permeáveis, sendo que o estado exige 20%, esta situação permite uma melhor infiltração de água no solo, contribuindo para proteção e conservação da bacia do ribeirão Baguaçu. O Sr. Claudio Talão reforça que é de suma importância a condição proposta para a zona sul, pois a preservação desta bacia é a preservação do abastecimento público de água, uma vez que 70% do município é abastecido pela captação do Ribeirão Baguaçu que se encontra instalado a montante da zona sul e se não prever a proteção da Bacia do Baguaçu agora, o município certamente sofrerá muito mais com a questão de falta de água para abastecimento público. A vice-prefeita Edna Flores ressalta também que é importante que os projetos de loteamentos projetem as áreas verdes próximas ao manancial contribuindo com uma maior área de percolação. Ainda na mesma linha de discussão sobre a zona sul, João explica sobre o ganho na área verde de 25%, onde é mais fácil se garantir a não impermeabilização, do que nos lotes onde muitas vezes a Prefeitura não terá corpo técnico para fiscalizar se foi respeitado a taxa de 40% de permeabilidade. João apresenta um novo instrumento interessante para áreas institucionais, que apresenta além da área de 5% institucional que seja doado mais 3% de área institucional patrimonial nas zonas oeste e norte, para serem doadas ao município para fins de habitação de interesse social, não podendo ser equipamentos, e o Sr. Talão relata sobre a grande dificuldade encontrada hoje pela Secretaria de assistência social é encontrar áreas para construção de conjuntos para realocar famílias, e comenta também sobre a possibilidade de áreas consorciadas, que condomínio fechado podem entregar áreas institucionais fora do seu parcelamento desde que o valor financeiro da área proposta seja equivalente a sua área após toda a infraestrutura realizada, e em seguida a Sra. Edna Flores ressalta que é importante avaliar essa situação com cautela afim de se evitar que os loteadores doem áreas muito afastadas, inviáveis para utilização de áreas institucionais, criando-se cenários de exclusão social e João Felipe explica que esse item é uma possibilidade de que os empreendimentos destinem suas áreas institucionais fora do parcelamento e em muitos municípios

esta prática tem funcionado muito bem como uma política de compensação de áreas públicas e que se não for bem utilizado pode se tornar um instrumento de exclusão, e no artigo 87 é apresentado uma trava para evitar que seja usado de forma incorreta, de forma que haja condicionantes e sem essas condicionantes o município não é obrigado a aceitar as áreas consorciadas. Rodrigo Cella pede a palavra e comenta que ser importante incluir um item em que condicione que essas antes a serem consorciadas passem também pelo conselho de assistência social, de meio ambiente e o conselho de desenvolvimento urbano. Já falando do artigo 91, João Felipe explica que é um artigo importante pode gerar bastante debate, acerca dos loteamentos de acesso fechado ou controlado, vulgarmente chamados de condomínios, e que muitos municípios têm utilizado de uma "trava" para limitar o tamanho máximo desses empreendimentos, afim de se evitar o problema de mobilidade e segurança pública, que se trata de tamanho máximo de 700 metros por 700 metros, e no caso de o empreendimento quer um tamanho maior, deverá prever uma rua sem acesso controlado na metade do comprimento, garantindo uma mobilidade, e o Sr. Rodrigo Cella questiona é não é um tamanho muito grande este proposto, e João Felipe explica que a princípio precisa entender também o que cabe dentro de um parcelamento de 700X700 metro, pois se for o caso de um parcelamento de medidas menores, considerando que deve contar com áreas verde, institucional, sistema viário e área de lazer, as áreas disponíveis para lotear ficariam poucas e pode inviabilizar e espantar empreendedores dispostos a investir, o que não é a intenção do Plano também, e se for o caso de propor áreas menores, há a necessidade de fazer cálculos e ver se o empreendimento será viável. O arquiteto João Felipe apresenta também uma nova inovação no assunto de condomínio de acesso controlado é a questão de áreas institucionais fora do fechamento, uma vez que hoje o município já solicita porém não está regulamentado, no que tange áreas verdes solicitado que pelo menos 50% da área fique para fora do cercamento e 50% da testada do empreendimento deve ser visivelmente permeável, ou seja, não pode ser totalmente de muro fechado, mas poderá utilizar-se de gradil ou outro material que permita que a pessoa que está fora do loteamento tenha visão do lado de dentro e vice-versa para fornecer uma questão de segurança, João explica também que não será mais possível um loteamento maior que 700 metros colado em outro loteamento e nesta situação deverá ser instalado um sistema viário no meio para possibilitar a mobilidade. João Felipe prossegue e apresenta a sugestão relacionada a atividades realizadas em glebas, e dá o exemplo de uma indústria que funciona em uma gleba que ainda não foi parcelada, se essa área tiver mais que 30 mil metros quadrados, a indústria só poderá funcionar se deverá ser parcelada, criando área verde, institucional, e sistema viário, ou que incidir sistema viário, e o Sr. Rodrigo Cella pergunta como ficaria no caso de ser uma área de 60 mil e o investido utilizar somente metade como forma de fugir do parcelamento e João acrescenta que pode ser acrescentado o mesmo instrumento do IPTU progressivo que fala sobre áreas contíguas de mesmo proprietário, porém ainda será ir estudar uma trava para evitar que o proprietário de área burle a lei e aí complementa que essa é a Lei Geral e ainda sim o Município pode expedir diretriz para a questão. João Felipe passa a explicar

o artigo 106 que trata sobre o coeficiente de aproveitamento, que na lei vigente este item foi totalmente vetado por ser um assunto extremamente delicado e no geral o mercado imobiliário não quer ver restrição, porém se trata de um assunto muito importante para o controle de densidade, infraestrutura urbana, etc, e uma forma de evitar o lobby imobiliário, buscou-se um novo instrumento que no município de São Paulo foi aplicado e ter sido muito exitoso e no município de Ribeirão Preto está sendo estudo e muito bem visto, que sempre se cria o coeficiente básico e o máximo, é dado a possibilidade de outorga onde é possível pagar para se edificar acima do permitido, e a intenção é inverter essa ideia, então é apresentado os instrumentos de incentivo urbanístico, que para o empreendedor poder construir acima do coeficiente máximo, ele deverá cumprir no mínimo 3 instrumentos, como por exemplo empreendimento de uso misto, aumentar a permeabilidade do solo, permitindo a fruição pública (chamadas anteriormente de galerias ou vielas), qualificando o passeio público e são itens que não geram prejuízos econômicos, mas melhoram muito as condições de quem utiliza do local. João explica que a partir do capítulo 4, são apresentando os instrumentos, assim chamado pelo Estatuto da Cidade, que são ferramentas que o município tem para poder colocar em prática determinadas políticas públicas e não está sendo inventando nada novo, somente aplicando a realidade do município e obrigatoriamente o Plano Diretor deve prever, pois são instrumentos legais previstos no Estatuto, e cita os exemplos de outorga onerosa, IPTU progressivo, utilização compulsória. João prossegue explicando detalhadamente cada artigo do capítulo 4, que mesmo que não sejam aplicados, devem constar e constar se for o caso que não serão aplicados. João segue para o artigo 165 que já existia no Plano porém não era colocado em prática, então é apresentado uma lista de todos os tipos de empreendimentos que se forem ser executados tem que apresentar para a Prefeitura o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e ao detectar impactos relevantes como em fluxo de trânsito, esgotamento sanitário, adensamento de população, a Prefeitura deverá cobrar do empreendimento contrapartidas para mitigar os impactos gerados pelo empreendimento. Sr. Rodrigo Cella questiona se quando o empreendimento é realizado pela administração pública, o mesmo também deve apresentar o EIV e cita o exemplo da construção de uma avenida e João explica que o Estatuto já deixa claro que pode apresentar, mas não é obrigatório, uma vez que alguns empreendimentos por si só já são caracterizados como interesse público e fica isento de apresentar o EIV, mas há alguns empreendimentos específicos de interesse público como um hospital que gera outras externalidade, e aí fica a questão do que o próprio município irá dar de contrapartida, por isso não geral não é aplicado. O Sr. Renato questiona como estão enquadrados a questão de "clubes de lazer" que nada mais é do que um lote particular edificado com área de lazer e são alugados para recreação e confraternização e que hoje são os que mais sofrem denúncia de reclamação por conta de barulho e perturbação, e João explica que que o EIV trata de empreendimento e essa situação de "clubes de lazer" são atividades espontâneas, e cabe somente a fiscalização atuar, uma vez que na aprovação de projeto, deve ser apresentado se será atividade comercial ou residencial. João explica o artigo 175 que trata de bens

abandonados, sendo muito interessante para o município que poderá utilizar incorporando ao seu patrimônio, podendo fazer concessão ou leiloa-lo, Flavio Lamônica questiona se os imóveis que são somente terrenos em áreas centrais também se enquadram neste artigo e João responde que esta situação se enquadra no artigo 118 a 129 que é a utilização compulsória e o IPTU progressivo. Finalizado a apresentação da Minuta de Lei, o Sr. Claudio Talão pede para apresentar alguns dos mapas elaborado a partir das discussões e a Eng Danielle apresenta o mapa de Áreas Verdes, e o Sr. Talão explica que a linha em azul que cerca a área urbana é a área de expansão urbana que anteriormente não existia no Município e pede para engenheira Danielle explica, então Danielle toma a palavra e explica que anteriormente realmente não existia a expansão e todo o empreendedor que tinha o interesse em lotear uma área simplesmente escolhia a área e solicitava a publicação de um decreto que a tornava a área parte do perímetro urbano e a mesma área poderia ficar anos aguardado o empreendimento, além de não haver uma regra que limitasse a distância da área urbana, ficando espaços vazios entre a nova área o e perímetro urbano, ocasionado não intencionalmente a especulação imobiliária, então criando-se este perímetro de expansão urbana, os empreendedores são obrigados a primeiramente lotear as áreas dentro da expansão, evitando também os prejuízos de a Prefeitura futuramente arcar com instalação de equipamentos públicos, custos com coleta de lixo e transporte escolar nas áreas que ficariam mais afastadas e impedindo também os espaços vazios urbanos para a especulação imobiliária. O Sr. Renato pede a palavra e brevemente relata da importância de impedir a criação de espaços vazios urbanos e diante da apresentação dos mapas solicita que o mapa de turismo seja apresentado se forma separada da cultura, mesmo que os equipamentos sejam os mesmos. Sobre a questão de áreas verdes, o Sr. Talão aponta que em alguns loteamentos as lagoas de contenção de águas pluviais em áreas verdes e João Felipe informa que o adequado é estes sistemas de contenção estejam em áreas de equipamentos públicos urbano, o Sr. Rodrigo Cella comenta que no caso desses sistemas de contenção estiverem alocados em áreas verdes, como fica a questão de manutenção, se é o caso de pedir autorização nos órgãos competentes para a realização de manutenção e João informa que não pode impedir de construir a bacia de contenção em APP ou áreas verdes, porem o responsável deverá licenciar nos órgãos competentes e explica ainda que pode ser construído dentro das áreas permeáveis, uma vez que as bacias de contenção funcionam também como um sistema de infiltração de água no solo. Danielle lembra que no município existe a Lei que exigem uma área não edificante de 50% da área de APP, então no caso, por exemplo, existe a área de 30 metro de APP na margem do rio e mais 15 metros, totalizando 45 metros e desta forma é possível construir as bacias de contenção dentro desta faixa de 50% não edificante. Danielle apresenta o mapa de interesse ambiental, onde é possível identificar que a área de interesse ambiental foi alterada ocupando toda a área da bacia do ribeirão Bagaçu, a montante do ponto de captação da SAMAR, e ressalta a importância da proteção desta área, que evita o carreamento de solo para o corpo hídrico, evitando o assoreamento, contribui com a maior percolação de águas pluviais no solo,

evitando o aumento de cheias em área já urbanizada, garantindo uma água de melhor qualidade para um sistema responsável por 70% do abastecimento do município e o Sr. Talão reforça a importância das áreas verdes dos parcelamentos estarem próximas as APPs e áreas não edificantes para aumentar a área de infiltração e corredores verdes. João Felipe informa que a delimitação do perímetro urbano é travado no Plano Diretor, não podendo ser alterado com um decreto, e para ocorrer a mudança para atender algum interesse particular é necessário realizar a revisão do Plano, convocando audiências e participação popular. Danielle explica que a próxima etapa agora é a contribuição dos presentes para inclusão de itens ou alterações para a compilação e apresentação em audiência pública agendada para o dia 7 de dezembro e o Sr. Rodrigo Cella comenta que as sugestões enviadas pela Ong ARA não constam nesta minuta apresentada e Danielle explica que recebeu as contribuições, porém muitas delas são específicas a assuntos setoriais, e que todas constam no Relatório de Diagnóstico, porém não entram na minuta de Lei, assim como outras contribuições recebidas de empreendedores, e do grupo GERAR, e reforça novamente que se alguém tem sugestão ou contribuições a fazer referente ao material apresentado nesta data que encaminhe o quanto antes via e-mail através da ficha distribuída no início da apresentação. A Engenheira pergunta se alguém possui alguma dúvida e o Sr. Flávio Lamônica pergunta o que a equipe que participou deste processo de revisão espera do município para daqui 30 anos e o Sr. Talão informa que o Plano é previsto para no máximo 10 anos, e que com as mudanças rápidas que o mundo passa, pode acontecer de o Plano necessitar de uma revisão antes dos 10 anos projetados, porém ele acredita que tudo o que foi apresentado na questão de ocupação de solo não será completado em 10 anos, uma vez que a projeção populacional começa a decair a partir de 2030 e o déficit habitacional tem diminuído progressivamente a cada ano, o Sr. Gianpaulo Novelli, engenheiro do Cetec Lins pede a palavra para complementar a fala e explica que este processo de revisão está em desenvolvimento a quase 3 anos e é possível observar que grande parte das solicitações estão focadas na questão ambiental e de pedestre que atende a mobilidade urbana e no momento que o projetor for para a Câmara de Vereadores, vai acontecer o que se vê acontecendo em vários outros município, a baixa participação por parte dos maiores interessados que é a população, que para desenvolver este trabalho, foi preciso colocar equipe na rua abordando a população para responderem a um questionário de 10 ou 15 minutos e muitos ainda se negaram a participar, o que fica nítido que eles não participam por vontade própria, então quando chegar lá no dia de aprovar a Lei, muito provavelmente será cortado metade dos instrumentos propostos, ficando uma Lei que atende somente os interesses de alguns grupos específicos que se articulam com o legislativo, por isso é importante a população cobrar não somente aqui o trabalho realizado, mas também os representantes do legislativo, para que o Plano realmente represente as necessidade do Município nos próximos 10 ou 30 anos e ressalta a grande importância da população participar da audiência pública e da aprovação desta Minuta de Lei. Não tendo mais nada

a se tratar sobre o assunto, o Arquiteto João Felipe deu por encerrada a reunião e agradeceu a presença de todos. Assinam a lista abaixo todos os presentes.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA



### LISTA DE PRESENÇA - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARAÇATUBA - SP

22 de novembro de 2021

Nome Completo	RG	Sector	Assinatura
João Paulo de Sá	19.749.831-6	S.M.S.G	
Enzo Arrais Rappellebyor	10.727.811-3	S.M.C.S.P	
Conceição Lourenço Lourenço	27.052.295-1	Cooperativa	
Maíra Maria Ferreira de Sá	16.018.878-1	União Arquitecta João Felipe	
Abel de Sá Araçatuba	25.882.20-2	S.M.H.S	
Rodrigo Celso	36.034.080-7	Comunidade Agrícola	
Luiz Antônio de Sá	15.600.588-4	França	
Wilton José Tomaz	19.598.660-7	Associação Municipal	
Leonardo Silva Pato	40.390.512-4	Clube de Futebol	
Arnaldo de Sá	11.962.688-3	Verdeador	
FLAVIO LAMONICA	19.135.425-5	S.M.H.S	
Manoel F. Sales Jr	12.367.945-1	S.M. Governo	
Renner Ferreira	44.051.445-2	CTEGEO	

Rua Coelheiro Neto, 73 - Vila São Paulo, Araçatuba - SP



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA



### LISTA DE PRESENÇA – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARAÇATUBA – SP 22 de novembro de 2021

Nome Completo	RG	Sector	Assinatura
Contra Celso Costa	18.889.894-97	Municipalidade	[Assinatura]
Cláudio Ap. Sato de Oliveira	19.102.119	Segunda	[Assinatura]
QUELE SATORU BODAINS	8549.934	CREA-SP	[Assinatura]
RENATO LOZ PERAZA PEREZATI	18.423.075-4	AGAU	[Assinatura]
André de Almeida dos Santos Lima	24.281.280-8	501.501.74	[Assinatura]
André A. G. Yamaki Fukusuzuki	68.911.884-8	Plan. Municipal	[Assinatura]
André Rodrigo Jato	10.914.159-5	U. U. U. U.	[Assinatura]
Staviane Gulleriani	076.555.148-0	Sec. Saúde	[Assinatura]
maria Elisabete de Almeida	15.906.276-02	SM. Fazenda	[Assinatura]
Sora Leticia Pinheiro Jr	16.215.318-0	Munic. Administrativo	[Assinatura]
Apel. Francisco	86300122	Administrativa	[Assinatura]
Francisco Nazareno Tito	26.000.934-4	Educação	[Assinatura]
ROVANO ARAUJO DE PAULA DUVA	19.163.846-2	SM. Turismo	[Assinatura]

Rua Coelho Neto, 73 - Vila São Paulo, Araçatuba - SP



### Registro fotográfico da 2ª reunião com a Câmara Técnica



### 3. REUNIÕES COMUNITÁRIAS

Foram programadas as reuniões comunitárias em cada setor do município de Araçatuba onde seriam discutidos e analisados os problemas e potencialidades dos diversos segmentos que estruturam o Município segundo os temas tratados como: saneamento básico (abastecimento de água, rede de esgoto, coleta de resíduos orgânicos, coleta de galhadas e podas, serviço de drenagem, coleta de entulhos e inservíveis, coleta seletiva e descarte indevido de resíduos), iluminação pública, acessibilidade (rampas e calçadas adaptadas em estabelecimentos públicos), mobiliário urbano (calçadas, pontos de ônibus e taxis, sinalização, faixas de pedestre, lixeiras nas áreas públicas, equipamentos de lazer, recreação e ginastica, pontos turísticos e arvores); equipamento públicos (hospital e posto de saúde, creche, escolas de ensino fundamental, técnico, médio e superior, praças e espaços públicos para lazer, centro comunitário), mobilidade (transporte coletivo, itinerário, horários do transporte público, asfalto, ciclovia/ciclofaixa, vagas de estacionamento); estabelecimentos comerciais, industrias e públicos (que causa incômodo ou que faltam no bairro), lotes vazios e construções (existência de lotes vazios, limpeza de lotes, presença de construção inacabada ou abandonada, déficit habitacional), eventos (culturais, esportivos e religiosos), segurança (bairro e cidade) e demais assuntos pertinentes ao desenvolvimento do município. A programação previa a realização de 18 reuniões com datas de 3 de março a 31 de maio de 2020, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1. Agenda das leituras comunitárias

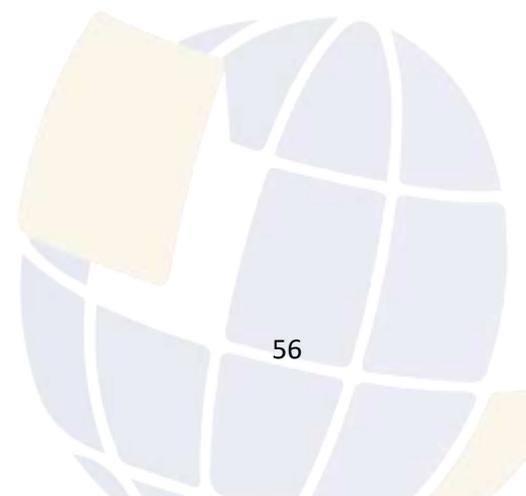
continua

Local	Data	Hora	Região
EMEB Fausto Perri	03/03/2020	19:00	Bairro Alvorada
Cemfica Solar Bezerra de Menezes	10/03/2020	19:00	Bairro Panorama
EMEB Euza Neuza Marcondes Lários	17/03/2020	19:00	Bairro Hilda Mandarinó
EMEB Egles Gabas de Carvalho	19/03/2020	19:00	Bairro Vista Verde
EMEB Leonísia de Castro	24/03/2020	19:00	Bairro Higienópolis
EMEB Francisca de Arruda Fernandes	31/03/2020	19:00	Bairro Santana
EMEB Maria de Freitas Souza	07/04/2020	19:00	Bairro Villella
Estação Cidadania	14/04/2020	19:00	Bairro Atlântico
EMEB Prof. Lauro Bittencourt	23/04/2020	19:00	Jardim Primavera
EMEB Joaquim Dibo	28/04/2020	19:00	Jardim Dona Amélia

Local	Data	Hora	Região
EMEB Carmélia Fonseca	30/04/2020	19:00	Bairro Aclimação
EMEB Índio Poti	05/05/2020	19:00	Bairro Vila Carvalho
EMEB Selma Trevelin de Jesus	12/05/2020	19:00	Bairro Taveira
EMEB José Machado Neto	14/05/2020	19:00	Jardim São José
EMEB Floriano Camargo Arruda Brasil	19/05/2020	19:00	Bairro Guanabara
EMEB Antônio Rodrigues Martins Neto	21/05/2020	19:00	Bairro Clovis Picoletto
EMEB Leão Nogueira Filho	26/05/2020	19:00	Bairro Iporã
EMEB Fernando Gomes de Castro	31/05/2020	19:00	Bairro Agua Limpa

Fonte: Prefeitura Municipal de Araçatuba (2020)

Foram realizadas 2 reuniões comunitárias seguindo o calendário proposto, cuja as atas e listas de presença são apresentadas neste relatório, porém, em 11/03/2020 a Organização Mundial de Saúde declarou a situação de Pandemia devido a contaminação com o novo Corona vírus (Sars-CoV -2) e instituiu o protocolo de prevenção e controle, havendo a necessidade de reduzir o número de pessoas nos ambientes e o distanciamento social. Diante da nova situação, as realizações das reuniões comunitárias foram suspensas.



## MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO NAS LEITURAS COMUNITÁRIAS

Nome do bairro: \_\_\_\_\_

### QUANTO AO BAIRRO EM QUE VOCÊ MORA

#### A - Saneamento básico:

Abastecimento de água: ( ) boa ( ) regular ( ) ruim

---

---

---

Rede de esgoto: ( ) boa ( ) regular ( ) ruim

---

---

---

Coleta de resíduos orgânicos: ( ) boa ( ) regular ( ) ruim

---

---

---

Coleta de galhadas e podas: ( ) boa ( ) regular ( ) ruim

---

---

---

Serviço de drenagem: ( ) boa ( ) regular ( ) ruim

---

---

---

Coleta de entulhos/inservíveis: ( ) boa ( ) regular ( ) ruim

---

---

---

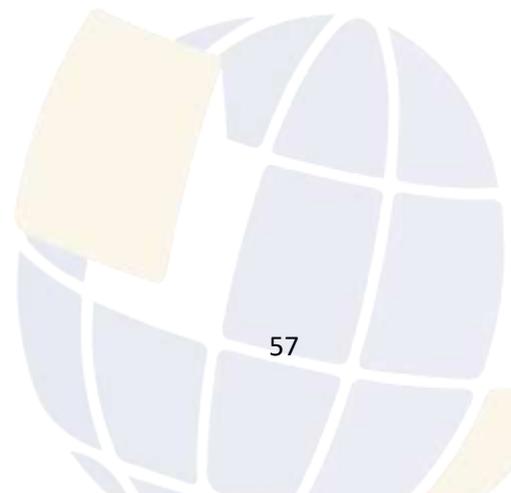
Coleta seletiva: ( ) boa ( ) regular ( ) ruim

---

---

---

1



Descarte indevido de resíduos: ( ) sim ( ) não

---

---

---

**B - Iluminação pública:**

Iluminação pública: ( ) boa ( ) regular ( ) ruim

---

---

---

**C - Acessibilidade:**

Rampas e calçadas adaptadas em estabelecimentos públicos: ( ) boa ( ) regular ( ) ruim

---

---

---

**D - Mobiliário urbano:**

Calçadas: ( ) boa ( ) regular ( ) ruim

---

---

---

Pontos de ônibus e de táxis: ( ) boa ( ) regular ( ) ruim

---

---

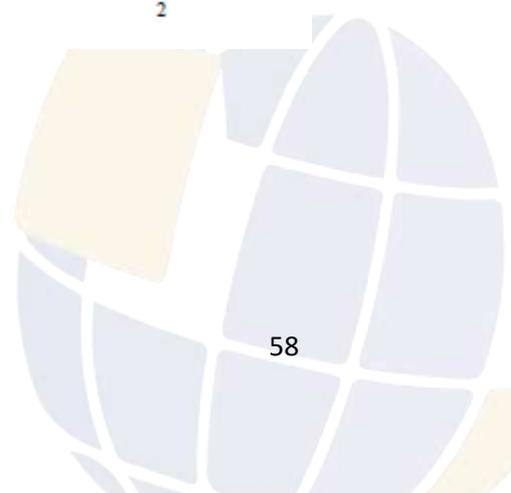
---

Sinalização: ( ) boa ( ) regular ( ) ruim

---

---

---



Faixas de pedestre: ( ) sim ( ) não

---

---

---

Lixeiras nas áreas públicas: ( ) boa ( ) regular ( ) ruim

---

---

---

Equipamentos de lazer, recreação, ginástica (quadras poliesportivas, campos, ginásio, estádio):

---

---

---

Árvores:

---

---

---

### E - Equipamentos públicos:

**Saúde:**

Hospital e/ou Posto de Saúde: ( ) boa ( ) regular ( ) ruim

---

---

---

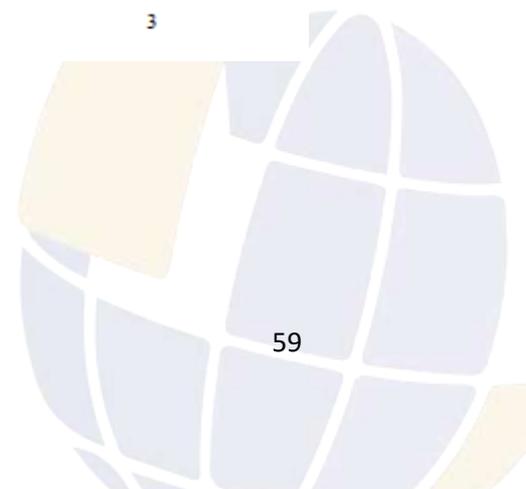
**Áreas de lazer:**

Praças e espaços públicos para lazer: ( ) boa ( ) regular ( ) ruim

---

---

---



**F - Mobilidade:**

Transporte Coletivo: ( ) boa ( ) regular ( ) ruim

---

---

---

Itinerário (percurso): ( ) boa ( ) regular ( ) ruim

---

---

---

Horários do transporte público: ( ) boa ( ) regular ( ) ruim

---

---

---

Asfalto: ( ) bom ( ) regular ( ) ruim

---

---

---

**G - Estabelecimentos comerciais, industriais e públicos:**

Entre os estabelecimentos comerciais, industriais e públicos existentes no bairro, algum causa incômodo?

---

---

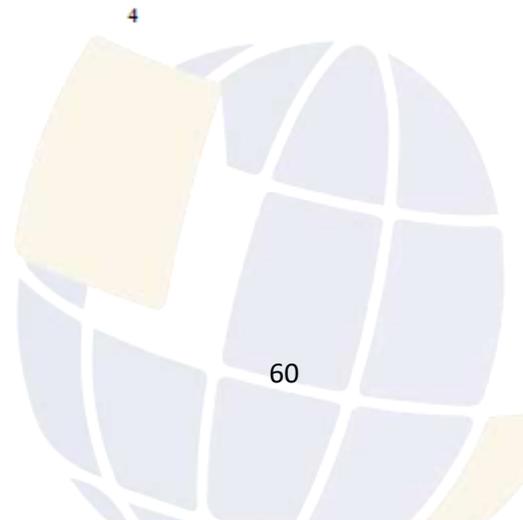
---

Quais tipos de estabelecimentos que faltam no bairro?

---

---

---



**H - Lotes vazios e construções:**

Existência de lotes vazios: ( ) sim ( ) não

---

---

---

Limpeza dos lotes: ( ) boa ( ) regular ( ) ruim

---

---

---

Presença de construção inacabada/abandonada: ( ) sim ( ) não

---

---

---

**J - Segurança:**

No bairro: ( ) bom ( ) regular ( ) ruim

---

---

---

**QUANTO AO MUNICÍPIO**

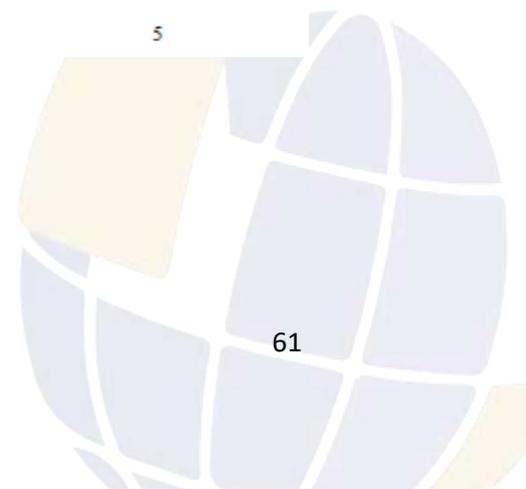
**D - Mobiliário urbano:**

Pontos turísticos:

---

---

---



**E - Equipamentos públicos:**

**Educação:**

Creche: ( ) boa ( ) regular ( ) ruim

---

---

---

Escolas de ensino fundamental: ( ) boa ( ) regular ( ) ruim

---

---

---

Escolas de ensino técnico: ( ) boa ( ) regular ( ) ruim

---

---

---

Escolas de ensino médio: ( ) boa ( ) regular ( ) ruim

---

---

---

Escolas de ensino superior: ( ) boa ( ) regular ( ) ruim (considerar município)

---

---

---

**F - Mobilidade:**

Ciclofaixa/ciclovía: ( ) boa ( ) regular ( ) ruim

---

---

---





## MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO PELA INTERNET

### Revisão do Plano Diretor Municipal de Araçatuba

Descrição do formulário

**Bairro** \*

Texto de resposta curta

**Saneamento básico**

Descrição (opcional)

**Abastecimento de água (ex: qualidade da água, qualidade do abastecimento, etc): \***

Boa

Regular

Ruim

**Pergunta**

Texto de resposta longa

**Rede de esgoto: \***

Boa

Regular

Ruim

**Pergunta**

Texto de resposta longa

<p>Coleta de lixo: *</p> <p><input type="radio"/> Boa</p> <p><input type="radio"/> Regular</p> <p><input type="radio"/> Ruim</p>	
<p>Pergunta</p> <p>Texto de resposta longa</p> <p>.....</p>	
<p>Coleta de galhadas e podas: *</p> <p><input type="radio"/> Boa</p> <p><input type="radio"/> Regular</p> <p><input type="radio"/> Ruim</p>	
<p>Pergunta</p> <p>Texto de resposta longa</p> <p>.....</p>	
<p>Serviço de drenagem ( buelros, galerias de água de chuva, alagamentos): *</p> <p><input type="radio"/> Boa</p> <p><input type="radio"/> Regular</p> <p><input type="radio"/> Ruim</p>	
<p>Pergunta</p> <p>Texto de resposta longa</p> <p>.....</p>	

**Coleta de inservíveis ( ex sofás velhos, armários, eletrodomésticos, madeiras, sucatas): \***

Boa

Regular

Ruim

Pergunta

Texto de resposta longa

.....

**Coleta seletiva ( material reciclável): \***

Boa

Regular

Ruim

Pergunta

Texto de resposta longa

.....

**Descarte indevido de lixo ( em terrenos, estradas, praças):**

Sim

Não

Pergunta

Texto de resposta longa

.....

**Iluminação pública**

Descrição (opcional)



**Iluminação pública**

Boa

Regular

Ruim

**Pergunta**

Texto de resposta longa

---

**Acessibilidade**

Descrição (opcional)

**Rampas e calçadas adaptadas em estabelecimentos públicos:**

Boa

Regular

Ruim

**Pergunta**

Texto de resposta longa

---

**Mobiliário urbano**

Descrição (opcional)

**Calçadas:**

Boa

Regular

Ruim



<p><b>Mobiliário urbano</b></p> <p>Descrição (opcional)</p>	
<p><b>Calçadas:</b></p> <p><input type="radio"/> Boa</p> <p><input type="radio"/> Regular</p> <p><input type="radio"/> Ruim</p>	
<p><b>Pergunta</b></p> <p>Texto de resposta longa</p> <p>.....</p>	
<p><b>Pontos de ônibus e de táxi:</b></p> <p><input type="radio"/> Boa</p> <p><input type="radio"/> Regular</p> <p><input type="radio"/> Ruim</p>	
<p><b>Pergunta</b></p> <p>Texto de resposta longa</p> <p>.....</p>	
<p><b>Sinalização:</b></p> <p><input type="radio"/> Boa</p> <p><input type="radio"/> Regular</p> <p><input type="radio"/> Ruim</p>	
<p><b>Pergunta</b></p> <p>Texto de resposta longa</p> <p>.....</p>	

<p><b>Faixas de pedestre:</b></p> <p><input type="radio"/> Sim</p> <p><input type="radio"/> Não</p>	
<p><b>Pergunta</b></p> <p>Texto de resposta longa .....</p>	
<p><b>Lixeiras nas áreas públicas:</b></p> <p><input type="radio"/> Boa</p> <p><input type="radio"/> Regular</p> <p><input type="radio"/> Ruim</p>	
<p><b>Pergunta</b></p> <p>Texto de resposta longa .....</p>	
<p><b>Equipamentos de lazer, recreação e/ou ginástica:</b></p> <p>Texto de resposta longa .....</p>	
<p><b>Pontos turísticos:</b></p> <p>Texto de resposta longa .....</p>	
<p><b>Árvores:</b></p> <p>Texto de resposta longa .....</p>	
<p><b>Equipamentos públicos</b></p> <p>Descrição (opcional)</p>	

<p>Hospital e/ou Posto de Saúde</p> <p><input type="radio"/> Boa</p> <p><input type="radio"/> Regular</p> <p><input type="radio"/> Ruim</p>	
<p>Pergunta</p> <p>Texto de resposta longa</p> <p>.....</p>	
<p>Educação</p> <p>Descrição (opcional)</p>	
<p>Creche:</p> <p><input type="radio"/> Boa</p> <p><input type="radio"/> Regular</p> <p><input type="radio"/> Ruim</p>	
<p>Pergunta</p> <p>Texto de resposta longa</p> <p>.....</p>	
<p>Escolas de ensino fundamental:</p> <p><input type="radio"/> Boa</p> <p><input type="radio"/> Regular</p> <p><input type="radio"/> Ruim</p>	
<p>Pergunta</p> <p>Texto de resposta longa</p> <p>.....</p>	

**Escolas de ensino técnico:**

Boa

Regular

Ruim

Pergunta

Texto de resposta longa

.....

**Escolas de ensino médio:**

Boa

Regular

Ruim

Pergunta

Texto de resposta longa

.....

**Escolas de ensino superior ( considerar no município):**

Boa

Regular

Ruim

Pergunta

Texto de resposta longa

.....

**Áreas de lazer**

Descrição (opcional)



<p><b>Praças e espaços públicos para lazer:</b></p> <p><input type="radio"/> Boa</p> <p><input type="radio"/> Regular</p> <p><input type="radio"/> Ruim</p>	
<p><b>Pergunta</b></p> <p>Texto de resposta longa .....</p>	
<p><b>Centro comunitário:</b></p> <p><input type="radio"/> Boa</p> <p><input type="radio"/> Regular</p> <p><input type="radio"/> Ruim</p>	
<p><b>Pergunta</b></p> <p>Texto de resposta longa .....</p>	
<p><b>Quadras de esporte (Ginásios/campos): :</b></p> <p><input type="radio"/> Boa</p> <p><input type="radio"/> Regular</p> <p><input type="radio"/> Ruim</p>	
<p><b>Pergunta</b></p> <p>Texto de resposta longa .....</p>	
<p><b>Mobilidade</b></p> <p>Descrição (opcional)</p>	

<p><b>Transporte Coletivo:</b></p> <p><input type="radio"/> Boa</p> <p><input type="radio"/> Regular</p> <p><input type="radio"/> Ruim</p>	
<p><b>Pergunta</b></p> <p>Texto de resposta longa</p> <hr/>	
<p><b>Itinerário:</b></p> <p><input type="radio"/> Boa</p> <p><input type="radio"/> Regular</p> <p><input type="radio"/> Ruim</p>	
<p><b>Pergunta</b></p> <p>Texto de resposta longa</p> <hr/>	
<p><b>Horários do transporte público:</b></p> <p><input type="radio"/> Boa</p> <p><input type="radio"/> Regular</p> <p><input type="radio"/> Ruim</p>	
<p><b>Pergunta</b></p> <p>Texto de resposta longa</p> <hr/>	
<p><b>Ciclofaixa:</b></p> <p><input type="radio"/> Boa</p> <p><input type="radio"/> Regular</p>	

<p>Pergunta</p> <p>Texto de resposta longa</p> .....	
<p>Vagas de estacionamento:</p> <p><input type="radio"/> Suficientes</p> <p><input type="radio"/> Insuficientes</p>	
<p>Pergunta</p> <p>Texto de resposta longa</p> .....	
<p>Asfalto:</p> <p><input type="radio"/> Bom</p> <p><input type="radio"/> Regular</p> <p><input type="radio"/> Ruim</p>	
<p>Pergunta</p> <p>Texto de resposta longa</p> .....	
<p><b>Estabelecimentos comerciais, industriais e públicos</b></p> <p>Descrição (opcional)</p>	
<p>Entre os estabelecimentos comerciais, industriais e públicos existentes no bairro, há casos que causam algum tipo de incômodo?</p> <p>Texto de resposta longa</p> .....	
<p>Quais tipos de estabelecimentos que faltam no bairro?</p> <p>Texto de resposta longa</p> .....	

<b>Lotes vazios e construções</b> Descrição (opcional)	     
<b>Existência de lotes vazios:</b>  <input type="radio"/> Sim  <input type="radio"/> Não	
<b>Pergunta</b> Texto de resposta longa .....	
<b>Limpeza dos lotes:</b>  <input type="radio"/> Boa  <input type="radio"/> Regular  <input type="radio"/> Ruim	
<b>Pergunta</b> Texto de resposta longa .....	
<b>Presença de construção inacabada/abandonada:</b>  <input type="radio"/> Sim  <input type="radio"/> Não	
<b>Pergunta</b> Texto de resposta longa .....	
<b>Déficit habitacional:</b>  <input type="radio"/> Sim  <input type="radio"/> Não	

<p>Pergunta</p> <p>Texto de resposta longa</p> .....	
<p>Eventos</p> <p>Descrição (opcional)</p>	
<p>Eventos culturais/esportivos/religiosos:</p> <p><input type="radio"/> Sim</p> <p><input type="radio"/> Não</p>	
<p>Pergunta</p> <p>Texto de resposta longa</p> .....	
<p>Segurança</p> <p>Descrição (opcional)</p>	
<p>No bairro:</p> <p><input type="radio"/> Bom</p> <p><input type="radio"/> Regular</p> <p><input type="radio"/> Ruim</p>	
<p>Pergunta</p> <p>Texto de resposta longa</p> .....	
<p>Na cidade:</p> <p><input type="radio"/> Bom</p> <p><input type="radio"/> Regular</p> <p><input type="radio"/> Ruim</p>	

## ATA DA 1ª OFICINA PARTICIPATIVA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARAÇATUBA.

Ao terceiro dia do mês de março de dois mil e vinte, na Escola Municipal de Ensino Básico Fausto Perri no Jardim Alvorada – Rua Conselheiro Crispiniano, 550, na cidade de Araçatuba, estado de São Paulo, teve início às dezenove horas e trinta minutos, a presente oficina. A presente reunião foi realizada juntamente com a plenária de discussão do Plano Plurianual Participativo (PPA), a vice-prefeita Edna Flores abriu a reunião e explanou sobre a importância da participação da população das audiências públicas e explicou sobre o PPA, passando a palavra para a engenheira Danielle que falou sobre a revisão do Plano Diretor Municipal de Araçatuba convidando os presentes a responderem o questionário entregue na entrada da escola. Os presentes interessados responderam o questionário, tirando dúvidas com a equipe de engenheiros e arquitetos do Ceteclins. Os questionários preenchidos foram entregues a equipe, e não tendo mais o que tratar sobre a Revisão do Plano Diretor, Danielle agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.





Revisão do Plano Diretor de Araçatuba

Local: Oficina Comunitária - EMEB Fausto Perini

Data: 23/07/2020 Horário: 19:30

Nº	Nome	Entidade/Cargo	RG
1	Danielle Surina	CETEC	44051495-2
2	Alma S. Martins	CETEC	46532811-5
3	Cynthia Ingrid Pilla Barbosa	CETEC	49726444-1
4	Dina Lúcia Lima	comunitária	33555575-1
5	Arisona Cássio	comunitária	335555017-1
6	Marjorie da S. Feres	comunitária	25.732.542-3
7	Genivaldo F. Araújo Santos	comunitária	30.615.925-9
8	Gláucia Medeiros Souza	Cyfao Paul	42.546.244-8
9	Elvina da Santa Luz	comunitária	43.215.740-5
10	Fátima Mendes	Miscadara	---
11	Luciana Braga da Silva	Miscadara	---
12	Rainilda B. Moraes	comunitária	29.232.715-8
13	Marcelo R. Santos	comunitária	29.549.074-9
14	Wilson T.P. Santos	comunitária	45.212.800-0
15	Luciana S. Lima	comunitária	22.225.2-6
16	Olivia Souza	comunitária	14.015.354-8
17	Janeira Fátima Pedron	comunitária	26.844.283-6
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			

Centro Tecnológico de Lins  
 Av. Nelson Závios, 325 - Jardim Aeroporto - CEP: 16401-371 - Lins, SP  
 Fone: (14) 3533-3296 - CNPJ: 51.665.727/0001-29 - IE: Isenta  
 www.ceteclins.com.br - atendimento@ceteclins.com.br



### ATA DA 2ª OFICINA PARTICIPATIVA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARAÇATUBA.

Ao décimo dia do mês de março de dois mil e vinte, no Centro Municipal de Formação Integral da Criança e do Adolescente "Solar" no bairro Panorama – Praça Bezerra de Menezes, sem número, na cidade de Araçatuba, estado de São Paulo, teve início às dezenove horas e trinta minutos, a presente oficina. Esta oficina também foi realizada juntamente com a plenária de discussão do Plano Plurianual Participativo (PPA), a vice-prefeita Edna Flores abriu a reunião e explanou sobre a importância da participação da população das audiências públicas e explicou sobre o PPA e a revisão do Plano Diretor Municipal de Araçatuba convidando os presentes a responderem o questionário entregue na entrada da escola. Os presentes interessados responderam o questionário, tirando dúvidas com a equipe de engenheiros e arquitetos do Ceteclins. Os questionários preenchidos foram entregues a equipe, e não tendo mais o que tratar sobre a Revisão do Plano Diretor, Danielle agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.





Revisão do Plano Diretor de Araçatuba

Local: Oficina Partecipativa - CENASA SOLAR  
 Data: 10/03/2020 Horário: 19:30

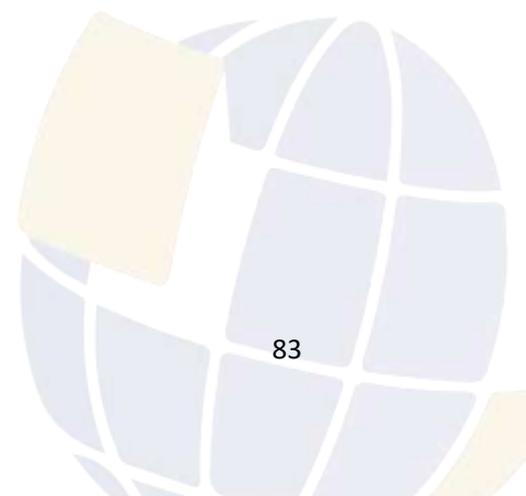
Nº	Nome	Entidade/Cargo	RG
1	Alton Siqueira Habau	CITGO	98836811-5
2	Nicolau Caldeira de Paiva	CITGO	48469205-7
3	Daniella Ferraz	CITGO	011051495-2
4	Miguel Roberto B. Leite	MORADOR	7910.227-X
5	Yanla Ferraz de Paiva	moradora	-
6	Carla C. Lins	moradora	40713481-3
7	Sara M. Lins	moradora	<del>40713481-3</del>
8	Silviana Leite	moradora	331815506
9	Edson de Paiva de Paiva		
10	Marcos Gabriel de Paiva	Morador (MOR)	32438175-8
11	Arnaldi de Paiva	Moradora	46119345-1
12	Marcelo Augusto		
13	Marcelo Augusto	morador (MOR)	46119345-1
14	Marina Verônica de Paiva	moradora	34908924-0
15	Marcelo Augusto	moradora	-
16	Marcelo Augusto	Moradora	28.003.6666
17	Gustavo de Paiva	moradora	
18	Anderson Siqueira de Paiva	moradora	64646676-8
19	Edson de Paiva		32.471.637-6
20	Marcelo Augusto de Paiva	COMDEMA	48218523-3
21	Marcelo Augusto de Paiva	Adv	
	MARCIO E OLIVEIRA	MORAJUR	22256419

Centro Tecnológico de Lins  
 Av. Nicolau Zarvos, 1925 - Jardim Aeroporto - CEP: 16401-371 - Lins, SP  
 Fone: (14) 3533-3296 - CNPJ: 51.665.727/0001-29 - IE: Isenta  
 www.ceteclins.com.br - atendimento@ceteclins.com.br



Considerando a Lei nº13.979/2020 que elenca regras para o “enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Covid-19 responsável pelo surto de 2019”, a suspensão das oficinas comunitárias se tornaram inviáveis, considerando o interesse da Prefeitura Municipal de Araçatuba e da contratada responsável pela elaboração da revisão do Plano Diretor em dar continuidade ao andamento dos trabalhos, preservando a saúde e integridade dos envolvidos no trabalho e da população, e considerando as fases do Plano São Paulo de enfrentamento ao Covid, a equipe do CTGEO juntamente com a equipe da Prefeitura Municipal da Araçatuba optou por uma nova metodologia para a participação da população nos trabalhos, garantindo o que preconiza o Estatuto da Cidade e a segurança da população. Foi realizado uma consulta ao Ministério Público (em anexo) sobre a nova metodologia a ser adotada. Desta forma, optou-se pela aplicação de questionários em forma de entrevista a população que foi abordada na área central de Araçatuba no período de 18 a 28 de agosto de 2020. O questionário continha as mesmas perguntas aplicadas nas oficinas participativa e disponíveis no site da Prefeitura, e estão armazenadas em um aplicativo desenvolvido exclusivamente para este trabalho, sendo as informações coletadas por tablete e armazenadas em banco de dados.

A seguir é apresentado a resposta do Ministério Público quando a alteração de metodologia de trabalho, bem como os questionários aplicados a população araçatubense.



**MPSP** | MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE HABITAÇÃO E  
URBANISMO E MEIO AMBIENTE DE ARAÇATUBA

Araçatuba, 30 de junho de 2020.

Ofício nº 058/2020 – PJ HUMA  
Ref. Ofício nº 179/2020/S.M.P.U.H

**Assunto:** Autorização para alteração do método de elaboração da Revisão do Plano Diretor do Município de Araçatuba

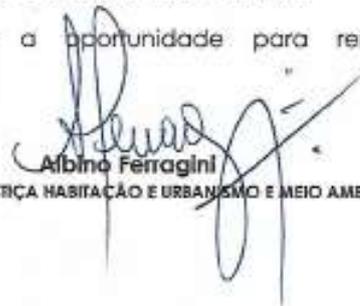
**Senhor Prefeito,**

Cumprimentando Vossa Excelência, informo que me causou estranheza o teor de referido ofício, até porque é do conhecimento da Administração Municipal que o Ministério Público não é órgão consultivo, mas agente público na fiscalização do cumprimento da lei e da ordem jurídica.

Além disso, esta Promotoria de Justiça até então não tinha conhecimento de que a administração municipal ajustou Contrato SMA/DL/131/2018 com a Fundação Paulista de Tecnologia e Educação para revisão do Plano Diretor.

Quanto aos trabalhos afines ao referido contrato, cabe à Administração Municipal continuar ou suspendê-los, lembrando que também é responsabilidade da administração tomar as providências que sejam necessárias para se cumprirem as determinações dos Decretos e Protocolos de Saúde, sejam do Estado ou da União, a fim de que não se propague o contágio em nosso Município, nesta época de Pandemia do COVID-19, tanto que só podem funcionar os serviços essenciais, como é do conhecimento de todos.

Aproveito a oportunidade para renovar-lhe votos de consideração e apreço.



**Albino Ferragini**  
PROMOTOR DE JUSTIÇA HABITAÇÃO E URBANISMO E MEIO AMBIENTE

Excelentíssimo Senhor

Doutor **DILADOR BORGES DAMASCENO**  
DD. Prefeito Municipal  
Rua Coelho Neto, 73 – Araçatuba SP

Avenida Joaquim Pompeu de Toledo, 1.261 – Saudade | Araçatuba/SP

## MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO EM ABORDAGEM A POPULAÇÃO

**Local de coleta**  
Calçada 28/08/2020

---

**Bairro**

---

**Saneamento básico**  
Abastecimento de água  
 Sim  Regular  Não

---

Rede de esgoto  
 Sim  Regular  Não

---

Coleta de lixo  
 Sim  Regular  Não

---

Coleta de galhadas e podas  
 Sim  Regular  Não

---

Serviço de drenagem  
 Sim  Regular  Não

---

Coleta de entulhos/inservíveis  
 Sim  Regular  Não

---

**Coleta seletiva**  
 Sim  Regular  Não

---

Descarte indevido de lixo  
 Sim  Não

---

**Iluminação pública**  
Iluminação pública  
 Sim  Regular  Não

---

**Acessibilidade**  
Rampas e calçadas adaptadas em estabelecimentos públicos  
 Sim  Regular  Não

---

**Mobiliário urbano**  
Calçadas  
 Sim  Regular  Não

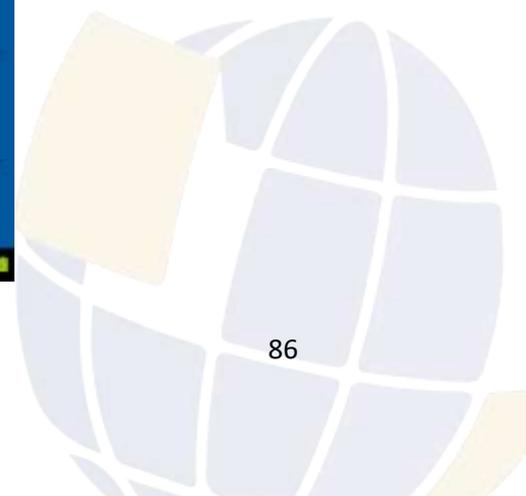
---

Pontos de ônibus e de taxi  
 Sim  Regular  Não

---

Sinalização  
 Sim  Regular  Não

03:11



Ciclovia  
 Não  Regular  Muito

---

**Estabelecimentos comerciais, industriais e públicos**  
Entre os estabelecimentos comerciais, industriais e públicos existentes no bairro, há casos que causam algum tipo de incômodo  
 Não  Regular  Muito

---

Quais tipos de estabelecimentos que faltam no bairro  
 Não  Regular  Muito

---

**Lotes vazios e construções**  
Existência de lotes vazios  
 Não  Sim

---

Limpeza dos lotes  
 Não  Regular  Muito

---

Presença de construção inacabada/abandonada  
 Não  Sim

---

Déficit habitacional  
 Não  Sim

---

Não  Regular  Muito

---

Presença de construção inacabada/abandonada  
 Não  Sim

---

Déficit habitacional  
 Não  Sim

---

**Eventos**  
Eventos culturais/esportivos/religiosos  
 Não  Sim

---

**Segurança**  
No bairro  
 Não  Regular  Muito

---

Na cidade  
 Não  Regular  Muito

---

Observações

SALVAR

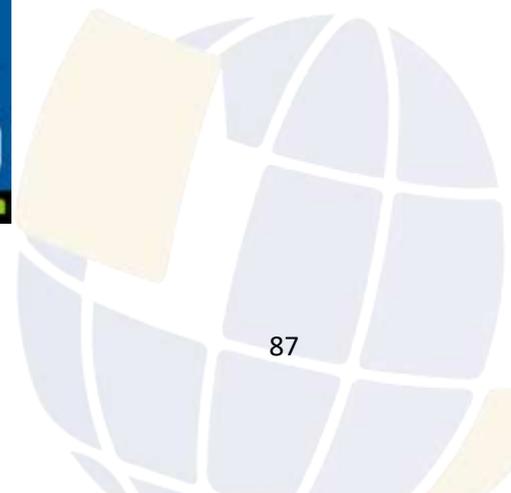


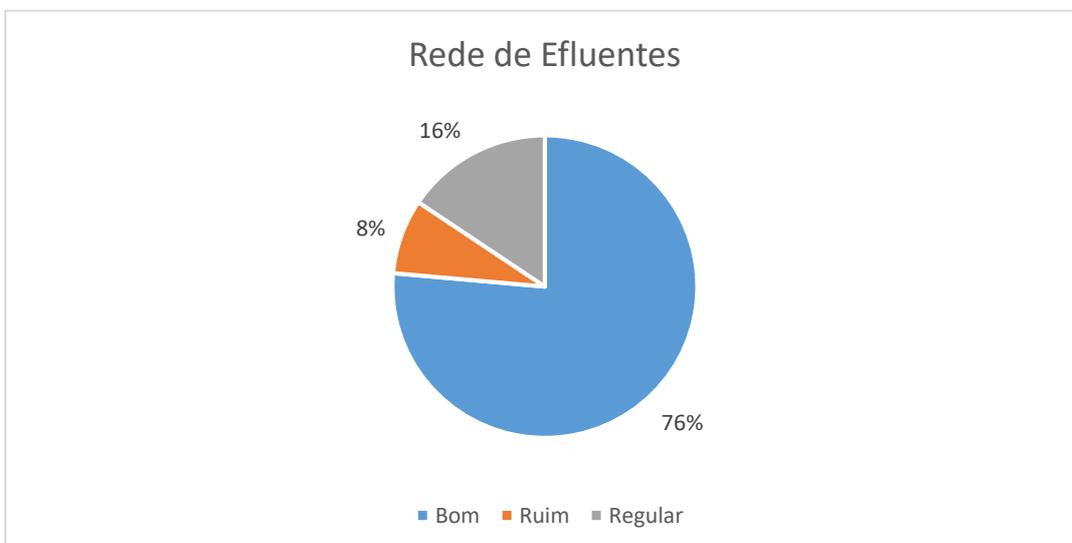
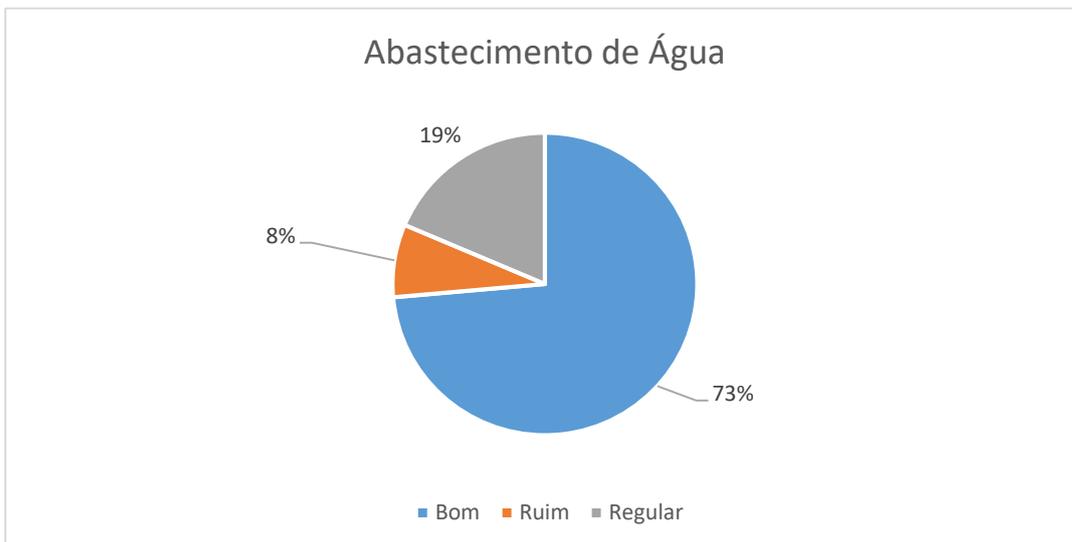
Figura 20. Equipe do CETECLins entrevistando a população de Araçatuba para coleta de informações abordados no Plano Diretor.



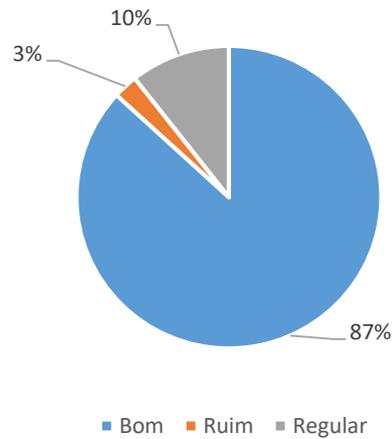
Ao total, foram respondidos 39 questionários e os resultados compilados são apresentados a seguir.

### GRÁFICOS DE CONSOLIDAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

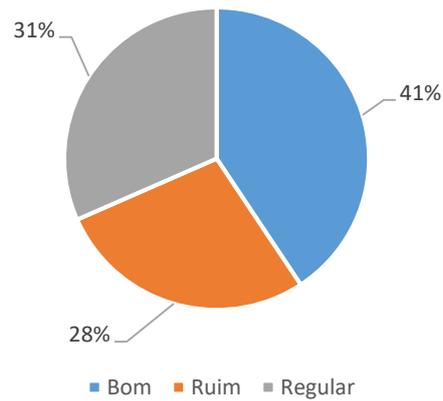
**Saneamento** é o conjunto de medidas que visa preservar ou modificar as condições do meio ambiente com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde, melhorar a qualidade de vida da população e à produtividade do indivíduo e facilitar a atividade econômica. No Brasil, o saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição e definido pela Lei nº. 11.445/2007 como o conjunto dos serviços, infraestrutura e Instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejos de resíduos sólidos e de águas pluviais.



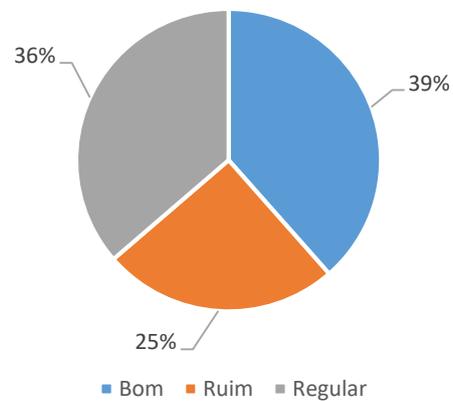
### Coleta de Resíduos Orgânicos Domiciliares



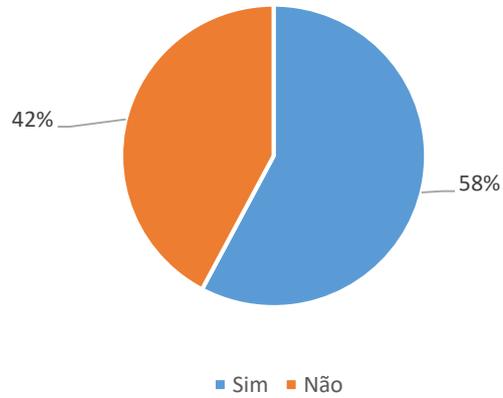
### Coleta de podas e galhadas



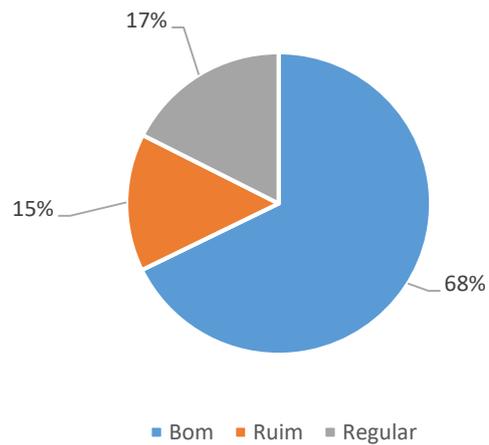
### Coleta de Inservíveis



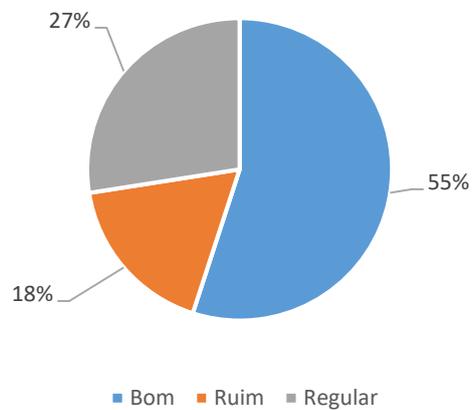
### Descarte indevido de resíduo



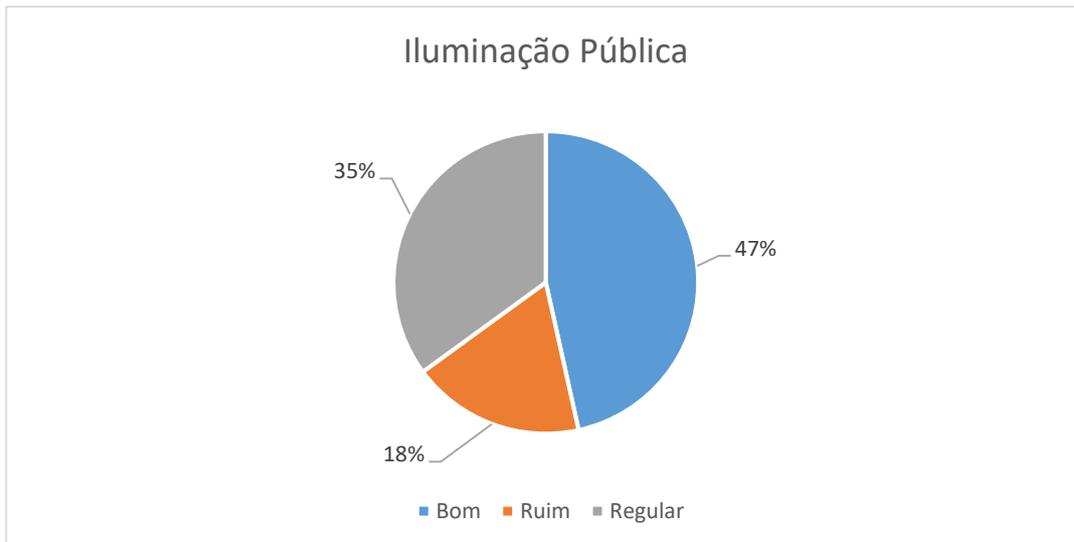
### Coleta Seletiva



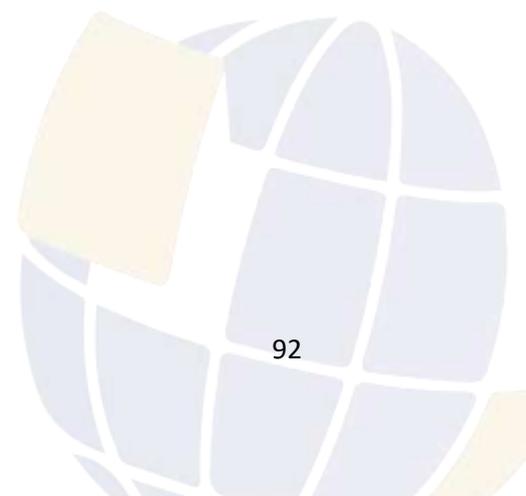
### Serviço de Drenagem Pluvial

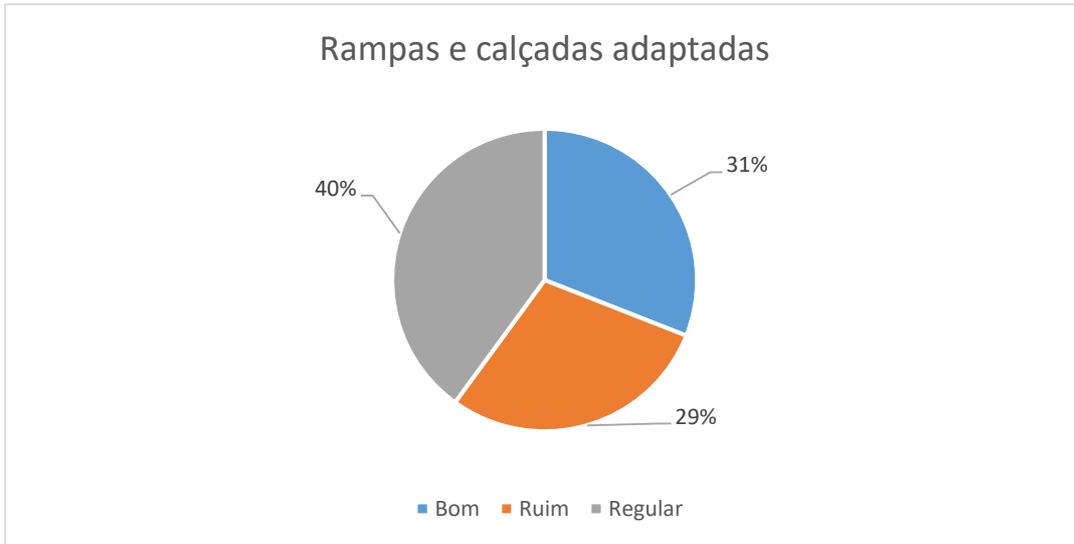


A **iluminação pública** é essencial à qualidade de vida nos centros urbanos, atuando como instrumento de cidadania, permitindo aos habitantes desfrutar, plenamente, do espaço público no período noturno. Trata-se de um serviço de responsabilidade exclusiva da CPFL Paulista e fiscalização da Prefeitura, e tem como finalidade iluminar avenidas, ruas, praças, abrigos de transportes coletivos, passarelas, entre outras áreas públicas de livre acesso.

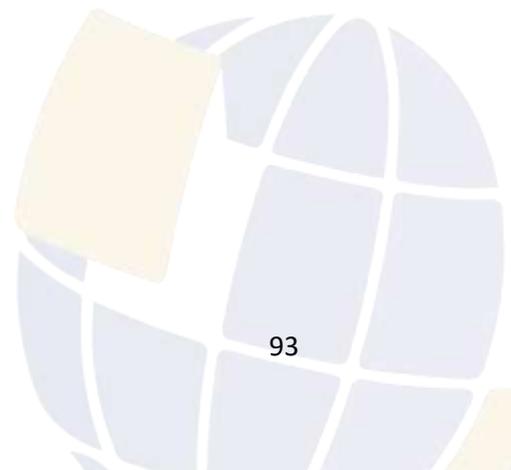
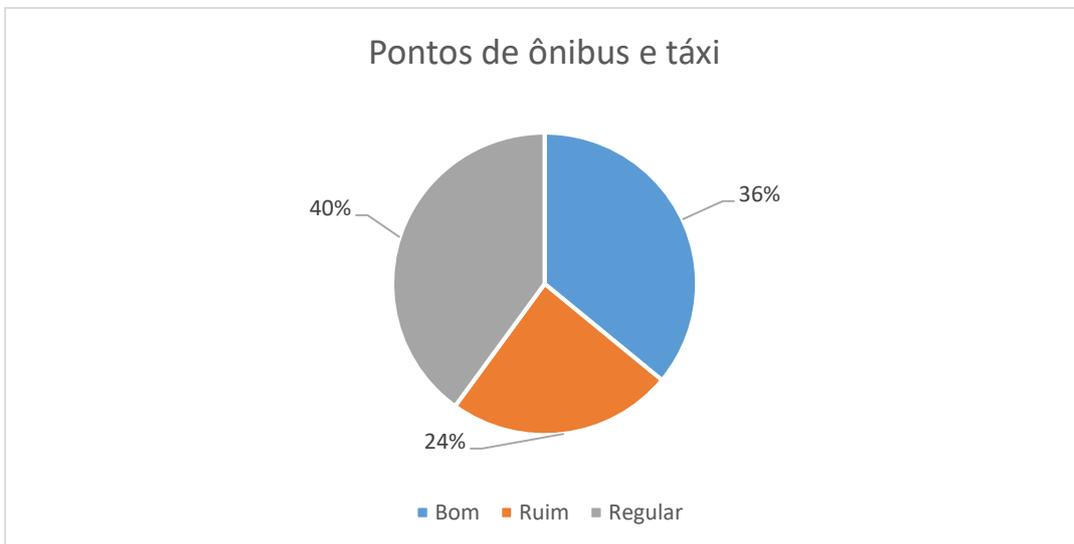


**Acessibilidade** são as condições e possibilidades de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de edificações públicas, privadas e particulares, seus espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, proporcionando a maior independência possível e dando ao cidadão deficiente ou àqueles com dificuldade de locomoção, o direito de ir e vir a todos os lugares que necessitar, seja no trabalho, estudo ou lazer, o que ajudará e levará à reinserção na sociedade.

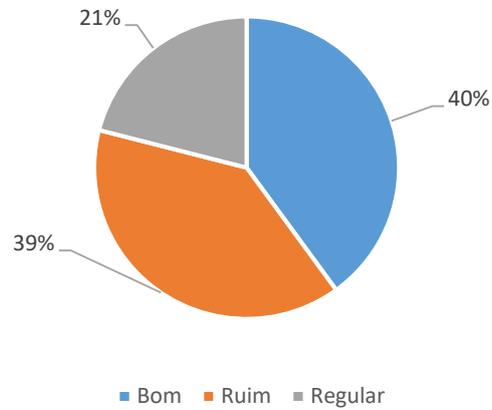




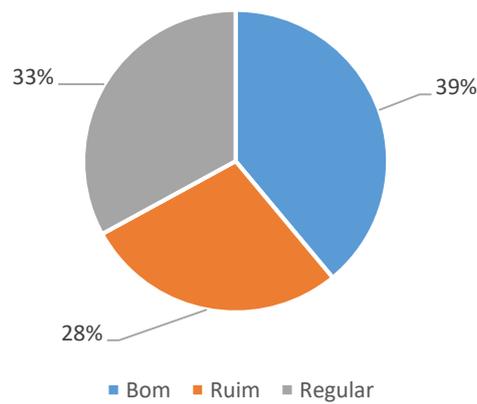
**Mobiliário Urbano** são todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados.



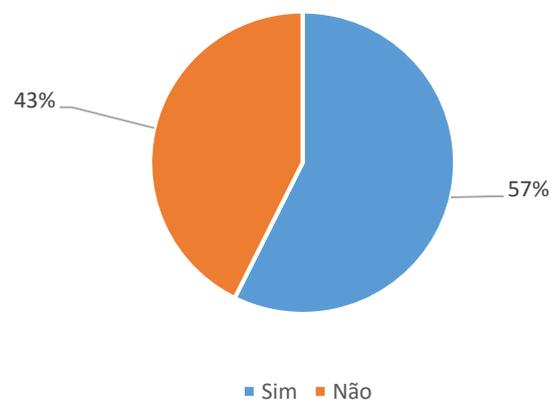
### Sinalização

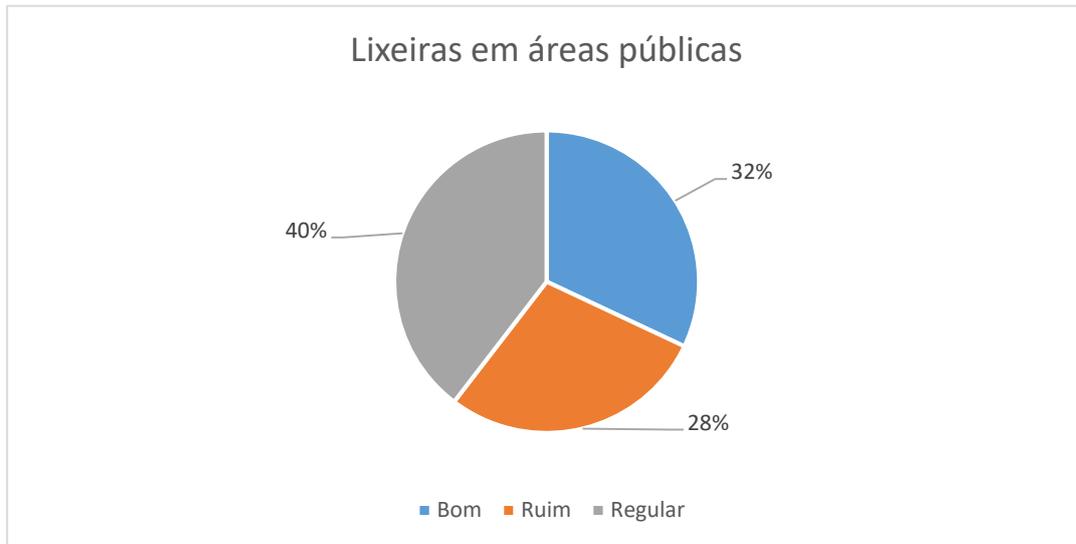


### Calçadas

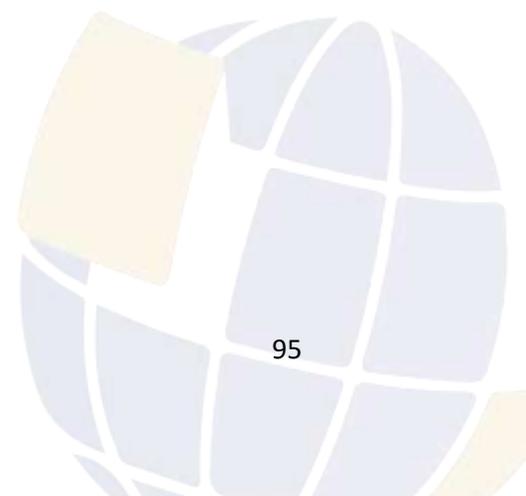
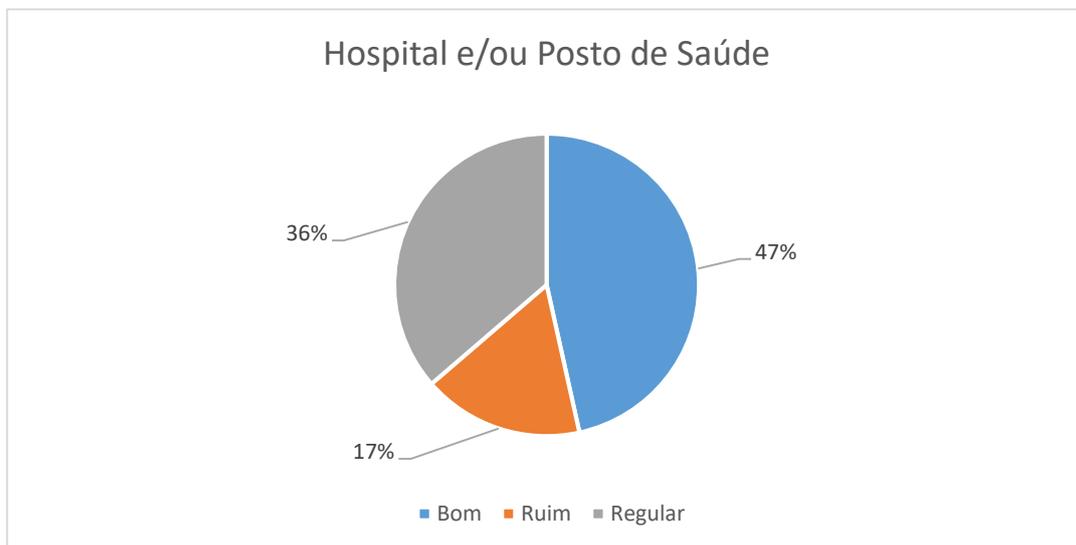


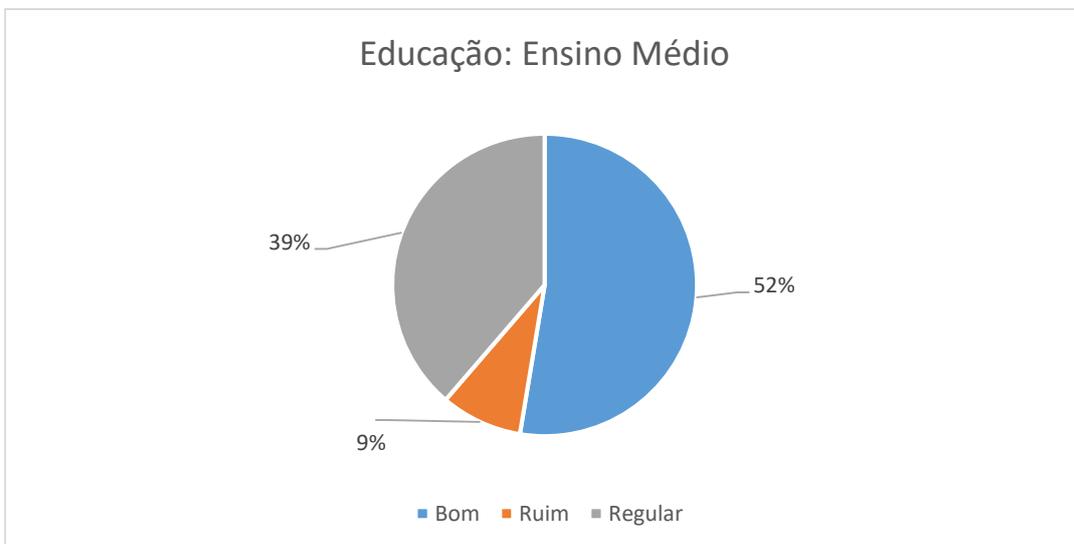
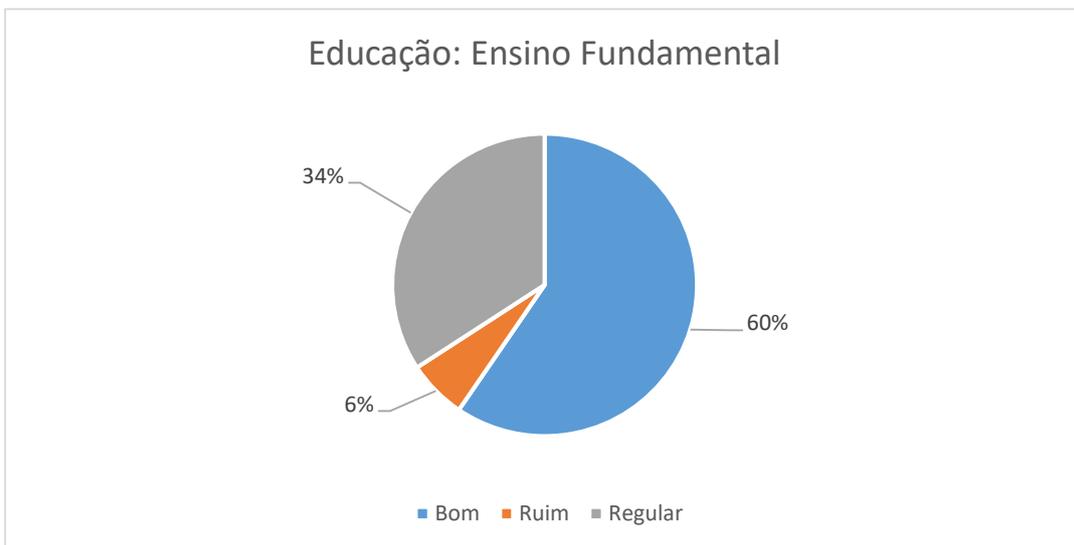
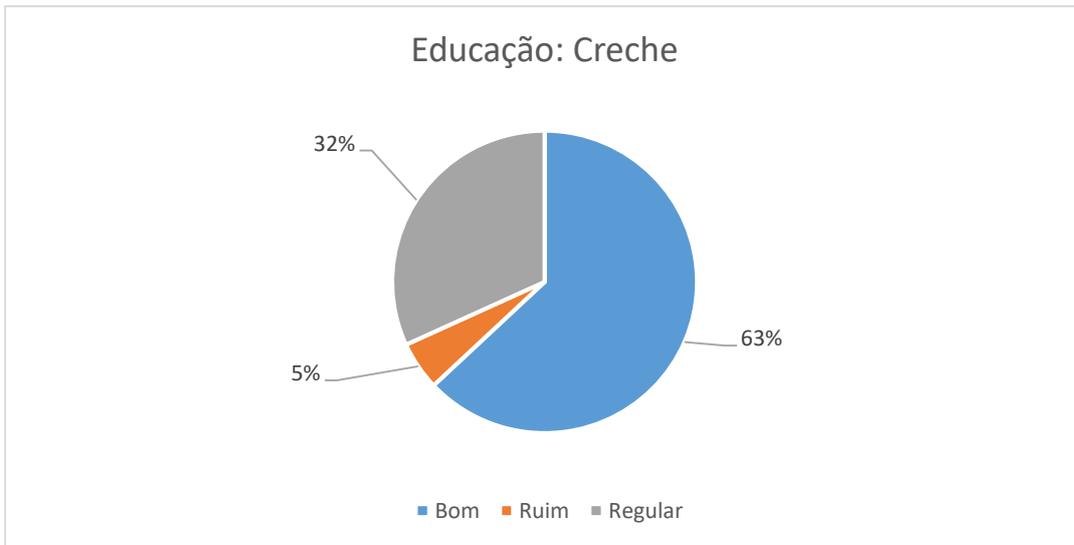
### Faixa de pedestre

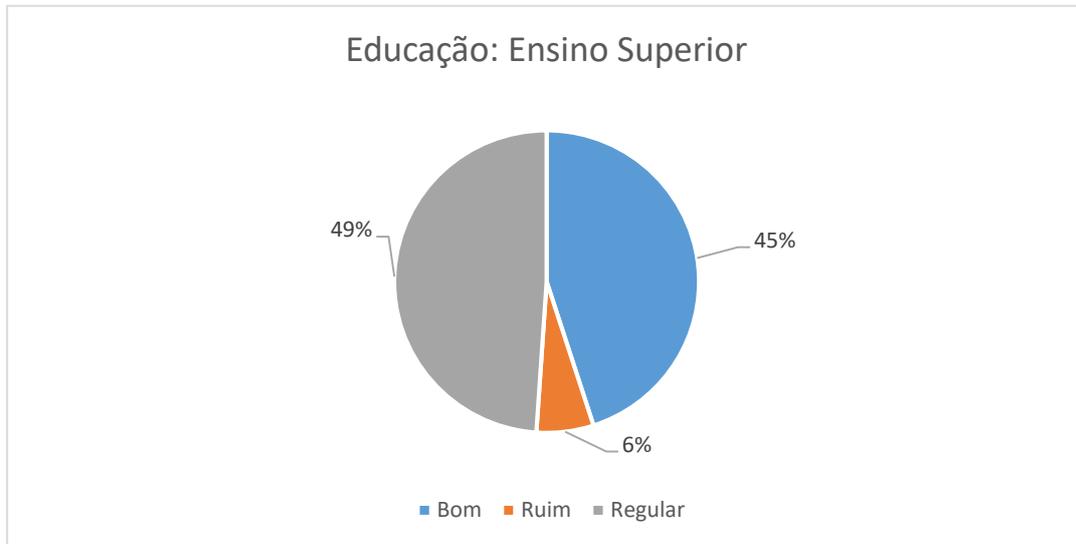




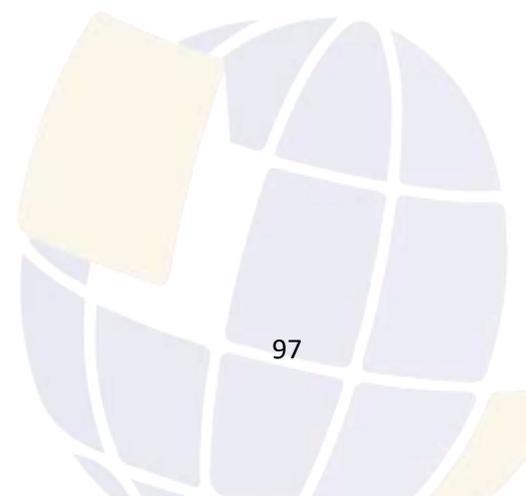
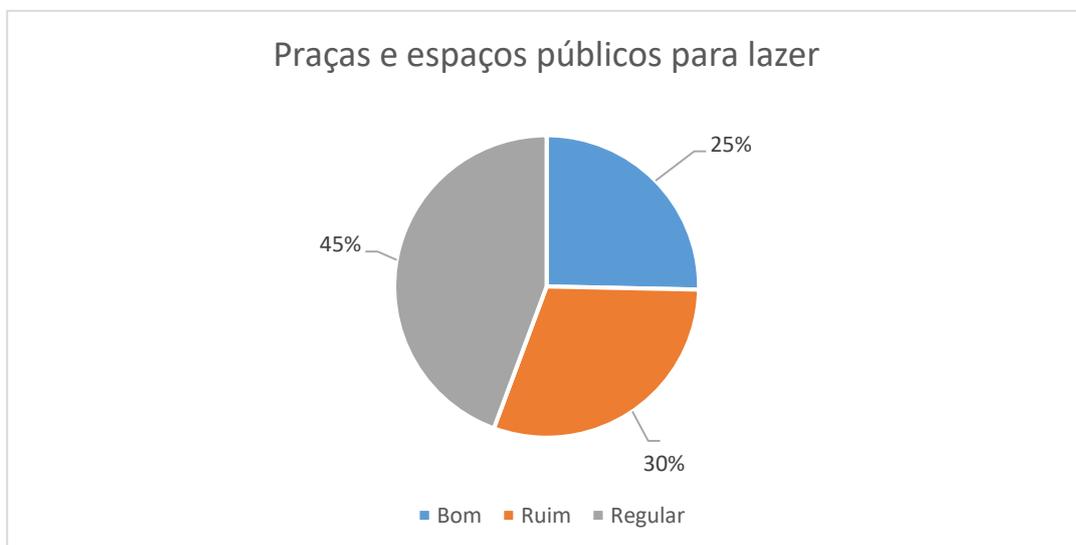
**Equipamentos Urbanos** são todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinada a prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados.

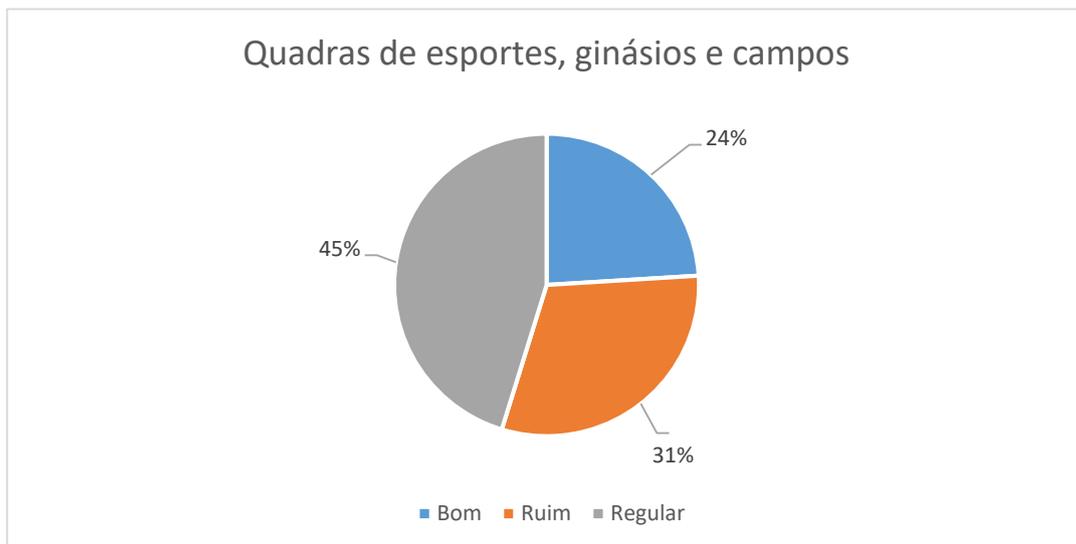
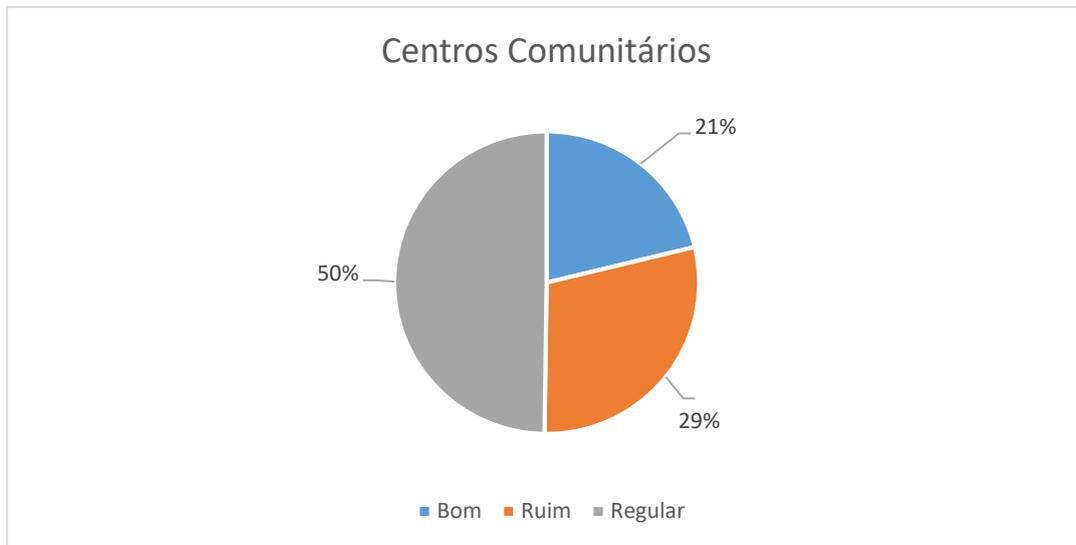




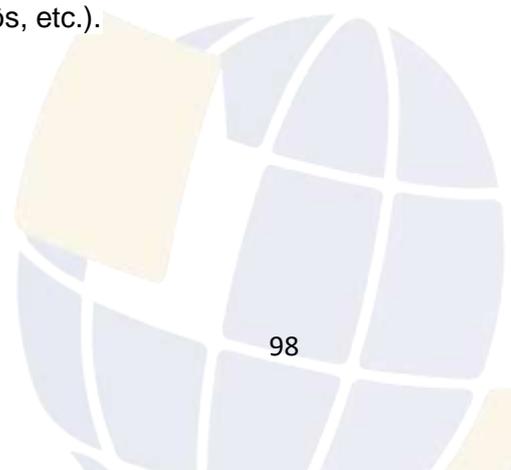


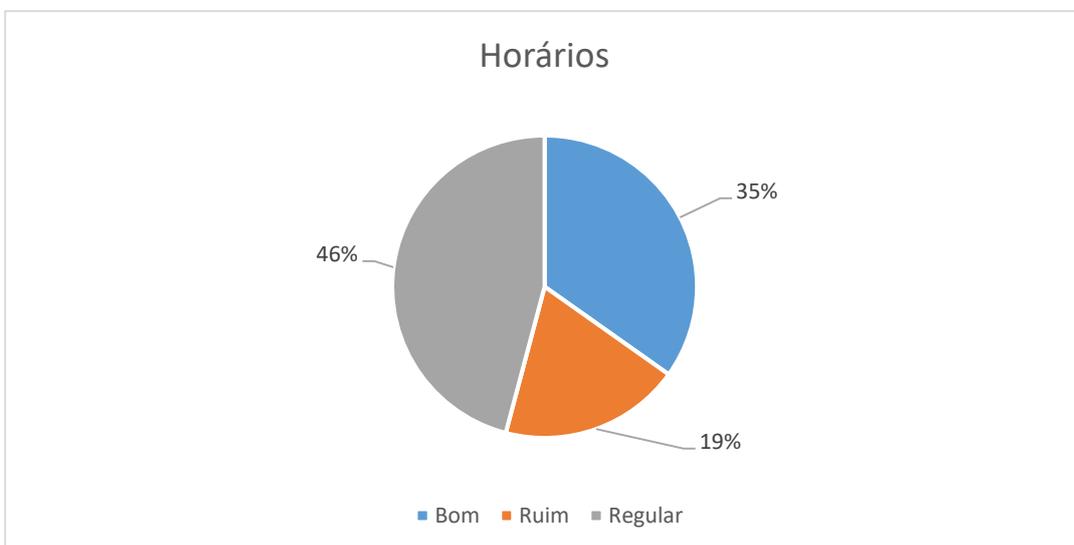
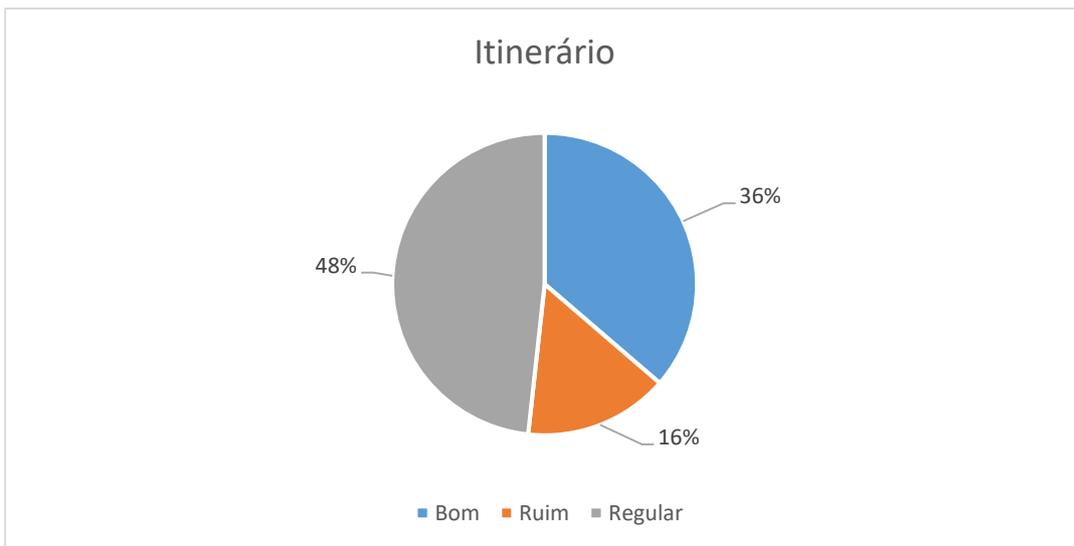
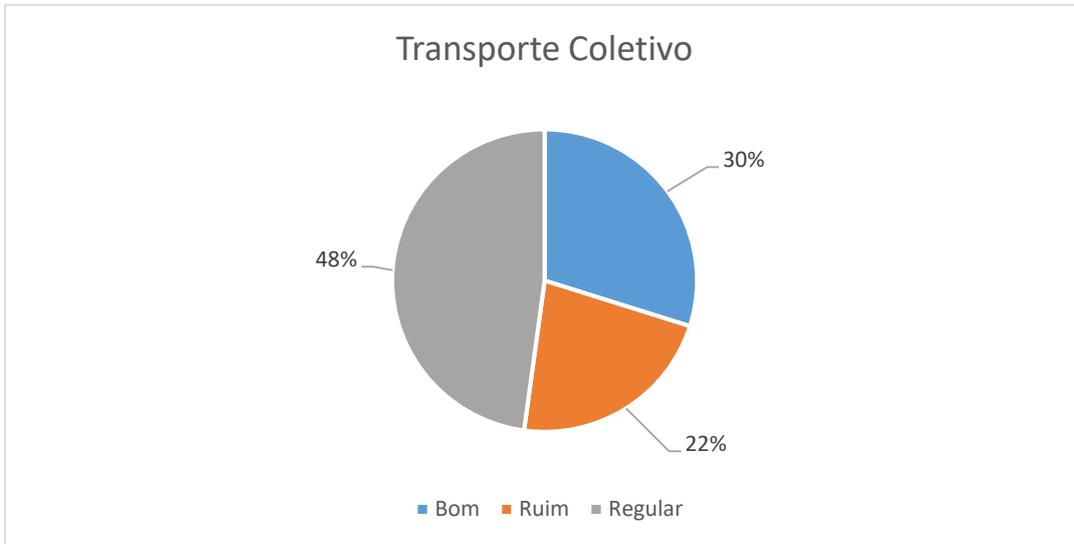
**Áreas pública de lazer** são destinadas à mobilidade, à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, espaços livres de uso público.

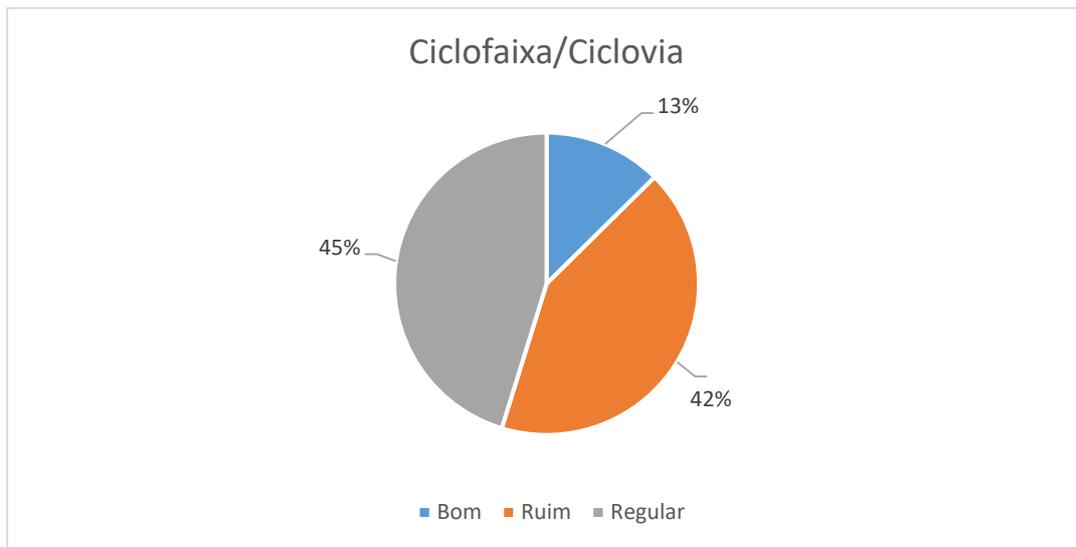




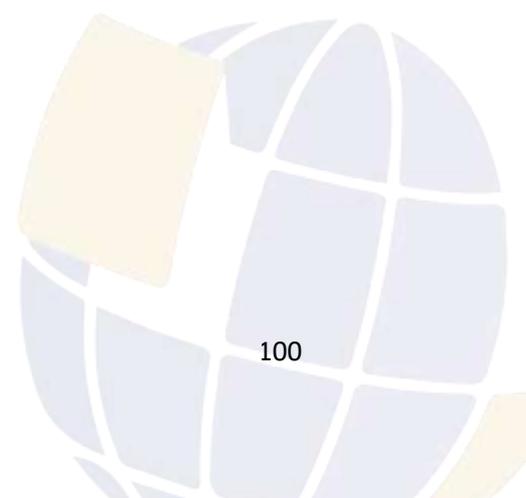
A **mobilidade urbana** refere-se às condições de deslocamento da população no espaço geográfico das cidades. O termo é geralmente empregado para referir-se ao trânsito de veículos e também de pedestres, seja através do transporte individual (carros, motos, etc.), seja através do uso de transportes coletivos (ônibus, metrô, etc.).



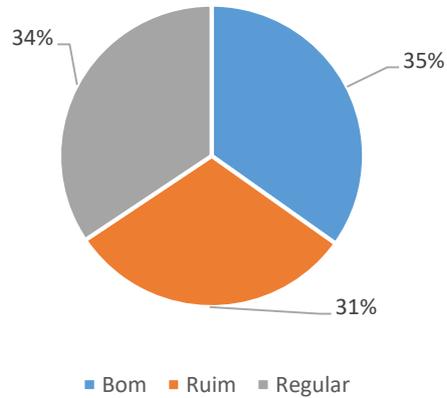




**Lotes** são parcelas de solo para fins de edificação, sendo lotes vazios aqueles não ocupados por construções. Quanto a **obras inacabadas** referem-se a obras não concluídas, podendo ser privativas ou públicas.



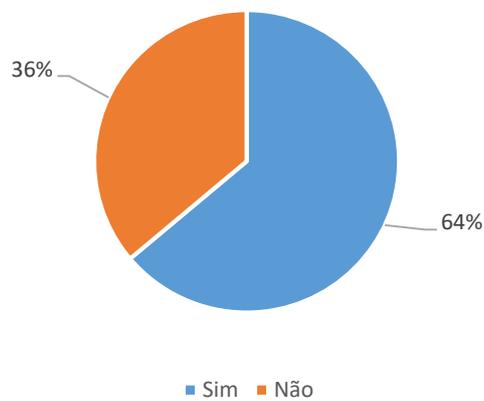
### Limpeza dos lotes



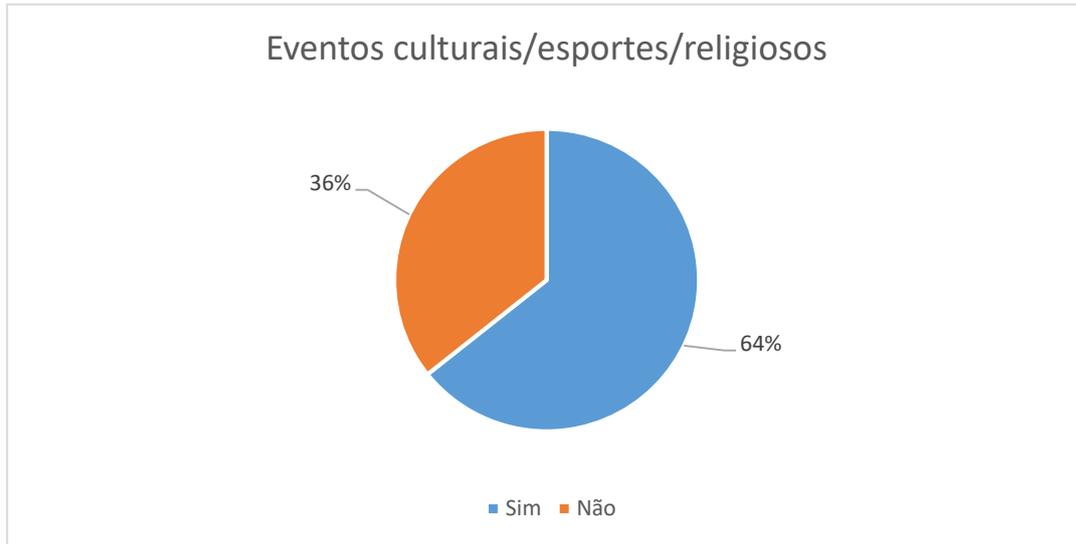
### Presença de construção inacabada/abandonada



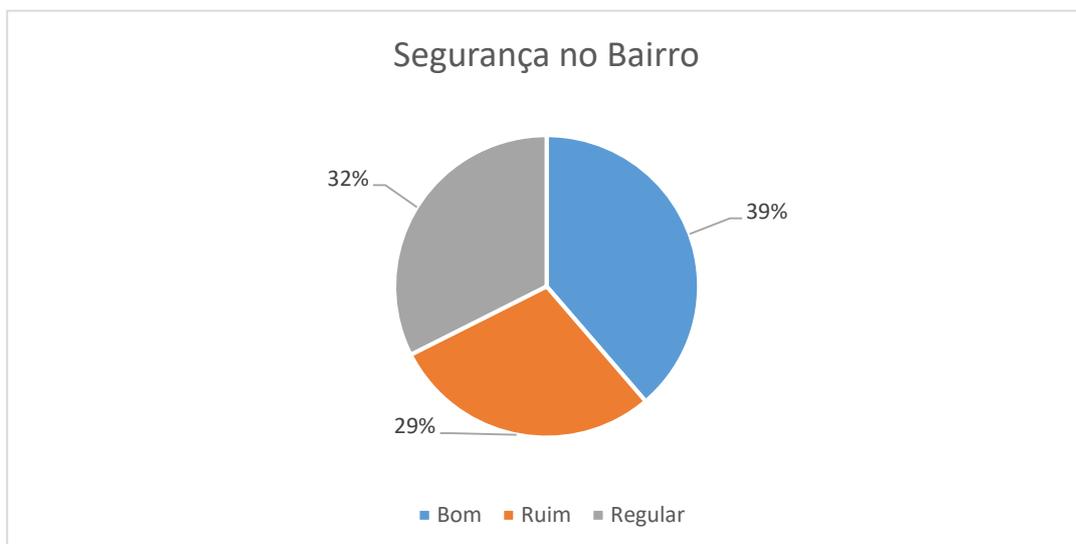
### Déficit habitacional

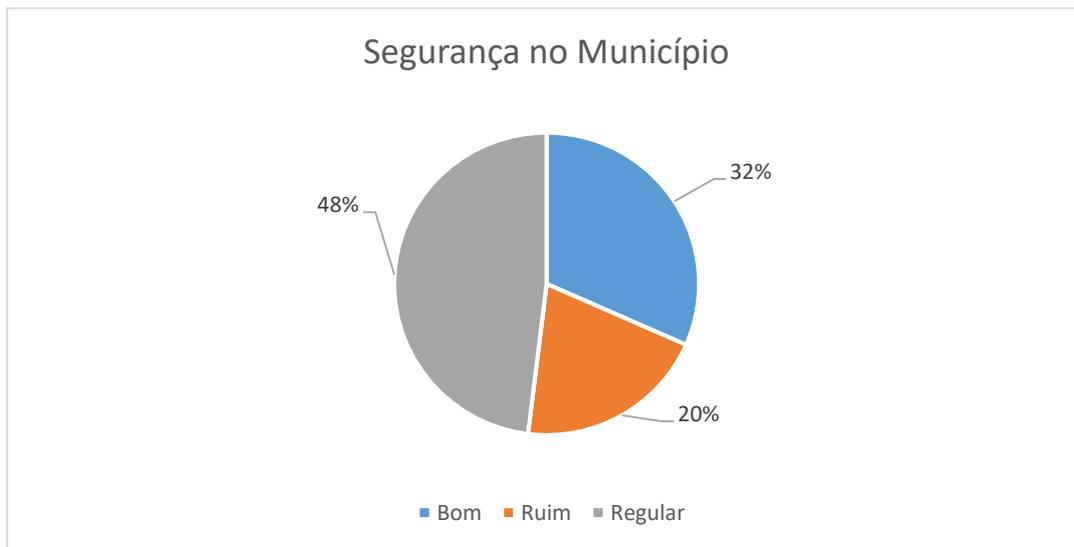


**Eventos** são acontecimentos programados visando a divulgação, a comercialização e o desenvolvimento de atividades científicas, culturais, desportivas, assistências, etc e servem como instrumento de incentivo ao turismo. São manifestações sociais em torno de diferentes temas proporcionado pela natureza e pela cultura de um grupo.



A **segurança pública** é uma atividade pertinente aos órgãos estatais e à comunidade como um todo, realizada com o fito de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei.





**CONSOLIDAÇÃO DAS LEITURAS COMUNITÁRIAS E QUESTIONARIOS  
APLICADOS ON LINE E EM ABORDAGEM A POPULAÇÃO**

Tabela 2. Dados consolidados das leituras comunitárias

continua

ÁREA	DIAGNÓSTICO
Abastecimento de água	<p>Baixa pressão; Alto teor de cloro; Altas tarifas; Não há fiscalização quanto a instalações irregulares; Falta manutenção e quando tem é feita em horários de maior uso; Corte sem aviso prévio; Escassez nos bairros São João, Umuarama, Jussara, Alvorada, Res. Beatriz, Planalto, Aclimação, Vila Alba, Res. Aguas Claras e Concordia; Escassez em dias chuvosos no Bairro Jardim do Trevo;</p>
Coleta e tratamento de esgoto	<p>Vazamento constantes na Av. Odorindo Perenha, no Bairro Ouro Preto, nas esquinas do Bairro Morada dos Nobre; na Rua Antônio dos Santos Ribeiro; Descarte irregular no rio do bairro Ouro Preto, deixando proximidades com mau cheiro; Demora para fazer as manutenções; Regularmente volta esgoto na Lagoa do Miguelão; Mau cheiro constante; Falta de manutenção nos encanamentos; Mau cheiro na rua Pinheiros; Vazamento e demora para fazer as manutenções na rua José Madrid Martin; Muita obstrução no bairro Lago Azul; Vazamento em dias chuvosos no bairro Concordia; Obstrução no bairro Alvorada; Mau cheiro acarretando acúmulos de baratas no bairro Alvorada; Volta esgoto para os imóveis no bairro Jd. Atlântico;</p>

ÁREA	DIAGNÓSTICO
Coleta de resíduos orgânicos	<p>Resíduos acumulados na esquina</p> <p>Descarte incorreto;</p> <p>Falta de coleta no bairro Vila Carvalho e Alvorada;</p> <p>Descuido na hora da coleta, deixando lixo para trás;</p> <p>Não há regularidade no horário e frequência;</p>
Coleta de podas e galhadas	<p>Não tem local para descarte no bairro Cj. Hab. Ezequiel Barbosa</p> <p>Necessário pagar a terceiros para coletarem os resíduos</p> <p>Não ocorre coleta</p> <p>Falta de cuidado com terrenos baldios</p> <p>Descarte incorreto e as vezes jogam em terrenos baldios</p> <p>Não ocorre coleta, com isso moradores colocam fogo no bairro Ouro Preto</p> <p>Podas incorretas e com pouca frequência</p> <p>Necessário pagar a terceiros para podas</p> <p>Sem fiscalização para podas</p>
Drenagem	<p>Sistemas de drenagem não dão conta com alta vazão de chuva;</p> <p>Asfalto com muitas obstruções;</p> <p>Entupimento do sistema de drenagem, principalmente nas ruas Alfredo Chianteli, São Caetano, Aldo Campos, Barão do Triunfo, Imaculado Coração, Porangaba, Paula Soyza, Bolívia, São Leopoldo, São Francisco, Dr. Francisco com esquina com Av. Juscelino, Barão do Triunfo, Prestes Maia, Rotary Club e nos bairros São Rafael, Vilela, Umuarama;</p> <p>Falta de serviço de drenagem na rua Gonsalves Dias, Rua Mirvan Zampieri, na Avenida Prestes Maia, no assentamento Chico Mendes, Bairro Engenheiro Taveira, Bairro Amizade e no Bairro Ipanema;</p> <p>Descarte de lixo em bocas de lobo e galerias;</p> <p>Falta de limpeza;</p> <p>Mau cheiro nas bocas de lobo;</p> <p>Devido ao entupimento á acúmulos de ratos nos sistemas de drenagens;</p> <p>Na Av. João Arruda Brasil, quando ocorre chuva inunda a rua;</p> <p>A impermeabilização da cidade e canalização de rios aumentaram os índices de alagamento. Deve-se modernizar as estratégias atualmente utilizadas.</p>
Coleta de resíduos inservíveis	<p>Descarte incorreto, quase sempre em ruas e terreno baldios;</p> <p>Falta de coleta;</p> <p>Não há frequência na coleta;</p> <p>Necessário pagar para terceiros;</p> <p>Necessário fazer cronograma e divulgar este;</p> <p>Ter mais eco pontos pela cidade;</p>
Coleta seletiva	<p>Não há coleta nos bairros Iporã;</p> <p>Falta de divulgação dos dias que serão feitas as coletas;</p> <p>Demoram para fazer a coleta;</p> <p>Necessário pagar para terceiros;</p> <p>Não há colaboração da população quanto a separação do material;</p>
Descarte indevido de resíduos	<p>Descarte incorreto dos moradores, quase sempre os descartes são feitos em terrenos baldios, matas/ pastos, estradas, linha do trem, margem dos rios;</p> <p>Falta a coleta;</p> <p>Falta de fiscalização e conscientização da população;</p>

ÁREA	DIAGNÓSTICO
Descarte indevido de resíduos	Falta de lugares próprios para esses descartes; Não há frequência e demoram para coletar;
Iluminação pública	Há diversos locais com iluminação insuficiente como ruas; Demora ou falta para fazer reparos e manutenção; Iluminação muito fraca ou antigas; Falta de iluminação em áreas verdes, rodovias, espaços vazios e travessa; As copas das árvores atrapalham a iluminação; Pontos de ônibus sem iluminação no bairro Jussara; Substituição da iluminação amarela por uma mais eficiente;
Rampas e calçadas adaptadas em estabelecimentos públicos	Rampas de garagem obstruindo o caminho; Calçadas irregulares; Falta de pavimento e manutenção; Falta de rampas e adaptações para pessoas com deficiência; Falta de iluminação pública; Falta de manutenção;
Calçadas	Presença de obstáculos, mato, sujeira, irregularidades e danificadas principalmente por conta das arvores; Falta de manutenção; Passeios públicos estreitos; Falta de passeios públicos; Falta de sinalização;
Pontos de ônibus e taxis	Falta ponto de taxi no bairro Joaquim e Jd. Do Trevo; Falta de coberturas e bancos; Os pontos não estão sinalizados; Poucas presenças de pontos; Ônibus passam direto; Falta de cronograma para os horários dos ônibus; Falta de fiscalização para carros que param nesses pontos;
Sinalização	Falta de sinalização dos sentidos das vias; Falta de sinalização nos bairros Res.Etemp, Atlântico I e II, São Rafael, Villela; Falta de manutenção das placas e sinalização no solo; Não a semáforos, placas de pare e faixas nas vias; Não há educação por parte dos motoristas que "avançam" os pares; Sinalização irregular dificulta o acesso ao imóvel no bairro Panorama; Rua Mirandópolis com valeta muito alta; Falta lombada na rua 4; Sem identificação das ruas; Há necessidade de sinalização e obstáculos que diminuam a velocidade dos automóveis perto da escola Lauro Bitencourt; Falta de sinalização de velocidade na Odorindo Perenha;
Faixas de pedestre	Não há ou estão sem manutenção; Falta de conscientização da população que não usa a faixa de pedestre;
Lixeiras nas áreas públicas	Não há em alguns bairros; Falta manutenção ou a própria população arruma;
Equipamentos de lazer, recreação e ginástica	Falta manutenção e bancos; Não há iluminação;

ÁREA	DIAGNÓSTICO
Equipamentos de lazer, recreação e ginástica	<p>Não há equipamentos de lazer no bairro Cj. Hab. Clovis V. Picolotto;</p> <p>Não há em alguns bairros ou quando tem é privado;</p> <p>Falta arborização para deixar os locais mais frescos;</p> <p>Falta recreação para as crianças nos bairros Alvorada, Concórdia e Cj. Hab. Elias Stefan;</p>
Hospital e unidades de saúde	<p>Não há humanização dos profissionais durante o atendimento;</p> <p>Falta médicos e medicamentos;</p> <p>Falta manutenção do prédio;</p> <p>Há demora no atendimento, agendamento de consultas, cirurgias e exames;</p> <p>Não há próximo aos bairros Umuarama, Concórdia, Aeroporto, Fazenda São João, Res. Beatriz, Porto Real II, Vila Aeronáutica, Lago Azul;</p> <p>Falta pronto socorro no bairro Ouro Preto;</p> <p>Apenas um posto para atender mais bairros, bairros Ipanema e São José;</p> <p>Não há agentes de saúde para passar nas casas;</p> <p>Faltam profissionais especialistas como pediatras, ginecologistas;</p> <p>Aumentar número de vagas no Pronto Socorro;</p> <p>Implantação de hospital infantil;</p>
Creches	<p>Não há ou quando tem são em outros bairros;</p> <p>Falta vagas, funcionários e professores;</p>
Escola de Ensino Fundamental	<p>Não há ou quando tem são em outros bairros;</p> <p>A infraestrutura está inadequada;;</p> <p>Falta de interesse dos professores</p> <p>Muitas são particulares;</p>
Escola de ensino médio	<p>Não há nos bairros Chácaras Arco-íris, Palmeiras, Jd. Atlântico, Pinheiros, Morada dos Nobres, Faz. São João, Aclimação, Porto Real II, Vila Aeronáutica, Iporã, Res. Águas Claras, Alto da Boa Vista, Jd. Universo, Novo Umuarama e Lago Azul;</p> <p>Só há escolas em bairros vizinhos;</p> <p>Falta de zelo dos alunos para com a escola;</p> <p>Muitas são particulares;</p> <p>Falta professores;</p>
Escola de ensino superior	<p>Não há muitas instituições públicas.</p> <p>Não há transporte suficientes.</p> <p>Faltam vagas e outros cursos.</p> <p>Faltam cursos gratuitos na área de administração, elétrica, enfermagem, pedagogia, medicina, estética.</p> <p>Faculdades distantes dos bairros.</p> <p>Na Fatec/Etec é muito perigoso a noite.</p> <p>As mais próximas são a Unip e Unisalesiano, as demais são muito longe.</p> <p>O ensino não é muito bom;</p> <p>Faltam oportunidades e bolsas de estudo para a população carente;</p> <p>O ensino particular é muito caro;</p>
Praças e espaços públicos para lazer	<p>Falta manutenção, limpeza, paisagismo, arborização.;</p> <p>Faltam novas praças nos bairros;</p> <p>As praças estão abandonadas e destruídas;</p> <p>Há muitos andarilhos;</p>

ÁREA	DIAGNÓSTICO
Praças e espaços públicos para lazer	Não há bancos nem árvores suficientes; Os próprios moradores cuidam de algumas praças; No Residencial Florença está abandonada; Há a Praça do Pinheiro, porém bate muito sol; As praças são perigosas, não tem segurança, praças frequentadas por usuários de drogas; Problemas com árvores caídas e podas; Falta mobiliários, parque para crianças, aparelhos de ginástica; Há moradores de rua na praça da Santa Casa e na praça da Avenida Brasil; Há a Praça do Baguaçu, porém é muito longe;
Centro comunitário	Não há na maioria dos bairros; No bairro Taane Andraus tem uma unidade com obras paradas; Há centros abandonados e destruídos por vândalos; Há centros comunitários próximos ao posto de bombeiro e posto policial da Rua do Mandarin pouco utilizados;
Quadras de esporte, ginásio e campos	Faltam quadras em alguns bairros; Falta manutenção e limpeza; Há locais para a prática de esportes, porém são abertos e não passam segurança; Há quadras particulares e/ou criadas pela população; A população que faz a limpeza e manutenção das quadras existentes; Há quadra no "Miguelão" Dona Amélia e a população que cuida; Há a escolinha de futebol do Corinthians; Há espaços abandonados; Somente a quadra da creche que é aberta aos finais de semana; Há quadras em algumas escolas; Falta iluminação nas quadras existentes;
Transporte coletivo	Falta manutenção; Há necessidade de mais empresas; Transporte precário; Demora a passar ou não cumprem os horários; Falta de motoristas qualificados; Superlotação em horários de pico; Não passa no bairro Pinheiros; Falta de conscientização da população ao usarem lugares preferenciais; Não há ônibus para cadeirantes; Tarifas altas; As linhas são insuficientes;
Horários do transporte público	Não atende as necessidades da população; Falta divulgação dos horários; Disponibilizar mais horários e ônibus; Faltam horários aos finais de semana; Demora muito para o ônibus passar e há muito atraso; Os horários são de 2 em 2 horas e em outros lugares, de 30 em 30 minutos; Poucos ônibus em horários de pico;

ÁREA	DIAGNÓSTICO
Localização dos pontos	Há necessidade de mais pontos; Locais inadequados; Muito distantes; Sem sinalização;
Itinerário	Itinerário não cruza os bairros; Demora quando passa pela Avenida Ibirapuera; Rotas muito longas; Falta ônibus que passe perto das escolas Salesiano, Jorge Correia e Toledo, que passe pelo menos na Rua Bandeirantes, pois atualmente os estudantes tem que ir até a Rua Luís Pereira Barretos para pegar ônibus e o caminho é muito perigoso; As linhas são insuficientes, mal divulgadas e mal distribuídas;
Ciclovias e ciclofaixa	Falta implementar em novas ruas; Falta manutenção; Há ciclovias na Rua do Fico, Rua Waldemar Alves, na Avenida da Saudade e no Bairro Ipanema; Há uma ciclovia nova na Morada dos Bosques e na Avenida Bagaçu que não liga a lugar nenhum; Falta implantar em locais com movimento, como a Avenida Café Filho;
Estabelecimentos comerciais, industriais e públicos que causam incômodo	Poluição visual de estabelecimentos da Rua do Fico; Posto de combustível com som alto; Serralheria; Pista de Skate; Empresas de recapeamento asfáltico, fazem muita sujeira e barulho; Vidraçaria; Bares e áreas de lazer com som alto; Centro de acolhimento (centro pop) em bairro residencial; Buffet Zoopa Loopa, restaurante Villa Grill, igrejas com som alto; Bares com calçadas ocupadas com mesas e pessoas; Escolas; Comércio em geral; Indústria; Há muito entulho na empresa MRV; Carros que param nos estabelecimentos com som alto; Clube; Igreja Assembleia de Deus; Forte odor vindo do curtume; Cadeia pública desativada onde existem muitos pombos; Fábrica que produz mau cheiro próxima a Rua 4; Avenida onde há muito barulho de motos e carros com som; Oficina mecânica;
Tipos de estabelecimentos que faltam em seu bairro	Lotéricas, papelaria, posto de combustível, farmácia, posto de saúde, posto policial, agências bancárias, escola, livraria, asilo. Parques, áreas de esportes, pontos turísticos, feira livre, áreas de lazer, quadras e ginásios de esporte, praças e áreas para crianças, agências de correio, creches e mais postos de saúde, mercados mais completos;

ÁREA	DIAGNÓSTICO
Existência de lotes vazios	Há diversos terrenos vazios e sem manutenção, moradores do bairro queimam entulhos; Muitos locais poderiam ser usados para a construção de áreas de educação, saúde e lazer para o bairro; No Bairro Concórdia 4 e na área da “pedreira” há muitos lotes vazios; Lotes vazios pertencentes à Lomy Engenharia e à prefeitura; Há um pasto onde tem projetos para casas; Sem fiscalização, ficando com altos matos, com risco de insetos, calçadas não feitas; População joga entulho;
Limpeza dos lotes	Falta conscientização da população, fiscalização e multas; No final da “estradinha” há muito lixo; A prefeitura realiza a limpeza às vezes; No Bairro Parque Baguaçu, na mata, há muito lixo; Limpeza realizada de 3 em 3 meses; Os proprietários demoram para realizar a limpeza e só realizam se houver denúncia na prefeitura; Falta de fiscalização; Os terrenos em geral possuem mato alto, acúmulo de resíduos e entulhos, caramujos e animais peçonhentos;
Presença de construção inacabada ou abandonada	Construções abandonadas, que torna um lugar perigoso; Mercado cuja obra está parada; Prédio da Tecol abandonado; Há casas e prédios abandonados; Há materiais de construção nas calçadas; Há ruas que não têm asfalto;
Déficit habitacional	Faltam investimentos para população de baixa renda; Faltam residências próprias; Há muitas casas para alugar e a maioria da população mora em casas locadas; O valor de aluguel das casas é alto; Os bairros são muito afastados e carentes; Há muitos espaços vazios, como terrenos próximos ao Hospital da Mulher; Há muitos moradores que vêm de outros estados/países que não têm condições de pagar aluguel;
Eventos culturais, religiosos e esportivos	Faltam eventos com fácil acesso pela população; Há poucos eventos gratuitos; Falta de um grande centro cultural; Há somente bailes para a 3ª idade e eventos religiosos (quermesses); Faltam feiras de profissões e profissionais liberais, as que têm são afastadas dos bairros; Falta divulgação e eventos como shows, teatros, dança, festival de música, esportivos e religiosos; Na Praça 500 havia, hoje não há mais; Não há mais a Virada Cultural; Falta divulgação dos pontos turísticos, passeios ciclísticos e roteiro nas cachoeiras;

ÁREA	DIAGNÓSTICO
Eventos culturais, religiosos e esportivos	Há eventos apenas dentro dos condomínios; Há festas juninas organizadas pelos moradores; Tem eventos, mas a população não vai; Há ginástica para os idosos no estacionamento do Supermercado Rosa Felipe; Há eventos e food truck no Bairro Paraíso; O Cemfica TV promove e divulga eventos;
Segurança no bairro e cidade	Há muitos roubos de carro, venda de entorpecentes, assaltos em lojas, residências; Tiroteios e assassinatos frequentes; Há vandalismo e muitos moradores de rua; Pessoas estranhas abordando mulheres nas praças do Centro; Ruas escuras e perigosas no bairro São José; Falta segurança nos pontos de ônibus; Falta policiamento; Necessidade de mais policiamento nas praças dos bairros.
Outros assuntos	Falta de pavimento na rua Conde Zepelin; Asfalto ruim na rua Cesário Mota, Conde Zepelin, Avenida dos Araçás; Pouco crescimento econômico; Pavimentação ruim nos bairro e necessidade de manutenção nas placas de sinalização; Transporte para outras cidades é de baixa qualidade; Poda de arvores é necessária e urgente; Prédio abandonados poderiam ser utilizados para fins culturais; Atrair mais empresas para criação de mais vagas de emprego; Aumentar a fiscalização de transito; Quando chove falta energia elétrica no bairro Hilda Mandarino e demora a voltar; Muitas arvores grandes na cidade sem manutenção; Sistema semafórico é ruim e zona azul não passa segurança; Bairro São José é muito carente e precisa de mais atenção; População deixe seus animais soltos nas ruas, no Bairro Paula Souza tem muitos animais abandonados; Rotatória da SAMAR é perigosa; Serviços prestados pela vigilância sanitária /epidemiológica é muito bom, porém é necessário aumentar as castrações para animais de rua e de população de baixa renda; Colocar mais obstáculos nas avenidas pois acontecem muitos acidentes; Praça João Pessoa deveria ser mais limpa e organizada para eventos; Criação de espaço cultural no antigo pátio ferroviário; Falta semáforos na avenida dos fundadores; Regularizar a questão de poda de arvores; Córrego Alvoradinha está tomado pelo mato, precisa ser revitalizado; Rua São Caetano precisa de obstáculos para reduzir a velocidade dos transeuntes; Os locais públicos devem ser mais limpos e organizados; Melhorar a iluminação nas passarelas;

continua

ÁREA	DIAGNÓSTICO
Outros assuntos	Implantar mais praças e bosques; Acolhimento dos moradores de ruas; Problemas de rampas das calçadas;

Fonte: CETECLins (2020)

#### 4. REUNIÕES TÉCNICAS

##### **ATA DA REUNIÃO TÉCNICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARAÇATUBA – MOBILIDADE URBANA**

Aos quatorze dias do mês de setembro de dois mil e vinte, na sala da Secretaria de Mobilidade Urbana da Prefeitura Municipal de Araçatuba, localizada na Avenida Dr. Alcides Fagundes Chagas, nº 600, portão 7, na cidade de Araçatuba, estado de São Paulo, teve início às nove horas e trinta minutos a presente reunião. O arquiteto João Felipe deu início a reunião agradecendo a presença e colaboração dos presentes, explicou brevemente sobre o processo de revisão do Plano Diretor e a importância dos dados coletados. Logo em seguida iniciou perguntando sobre os trabalhos desenvolvidos pelo setor de mobilidade urbana, se o setor executa somente operação e sinalização ou também projetos e o Sr. Carlos Cesar, diretor administrativo passou a informa que hoje os projetos são por contas do setor de planejamento, ficando ao setor a responsabilidade de operação fiscalização de transportes, porem o transporte escolar fica a cargo da secretária de educação, tanto as rotas de estadual e municipal e os particulares. Quanto aos projetos, o setor de planejamento encaminha a mobilidade e o setor fiscaliza as questões de sinalização e vias, sugerindo algumas alterações. Seguindo pelo questionário respondido anteriormente pela equipe da secretaria de transito, a engenheira Danielle questionou se as distribuições de cargos e divisões de diretoria seguem o organograma conforme a Lei nº 206 de 2010, e o sr. Cesar informou que sim, tendo somente alterado a questão do secretário de Planejamento Urbano também ser o secretário da pasta de mobilidade por força de uma portaria que acumula duas pastas, mas os demais itens seguem conforme o organograma, tendo o gabinete, chefe de gabinete, assessor executivo, diretoria de viação e transporte urbano, diretoria de transito e diretoria administrativa. João Felipe questiona sobre a conservação das vias municipais e ações a serem tomadas, e o Sr Carlos Cesar informou que as informações vieram do Plano Diretor de Mobilidade, datado de 2017, sendo que o município possui aproximadamente 1030 km de vias públicas, e deste número, cerca de 80% estão asfaltadas. João questiona se eles sabem informar se desses 20% restantes são parcelamentos anteriores a Lei 6766/79 e o Sr. Carlos Cesar informa que no caso os que estão neste 20% já estão sendo asfaltados, chegando próximo ao valor de 100%, sendo que os bairros são da época em que não se era exigido que os loteadores entregassem as infraestruturas. João Felipe questiona se a Prefeitura tem algum programa para a realização destes serviços afim de asfaltar 100% das vias e o Sr. Cesar informa que as verbas vêm pela Secretaria de Planejamento, que possui duas frentes de serviços, sendo a de reperfilamento e outra de pavimentação e acredita que as obras que estão em andamento são de verbas com financiamentos. Os diretores presentes relatam sobre os problemas decorrentes da lei de parcelamento de solo que permite ruas de 6 metros de largura para qualquer tipo de loteamento, e pelas Certidões de Diretrizes a equipe solicita vias maiores, porem os loteadores afim de aumentar a quantidade de lotes e lucrar, tendo o conhecimento da lei de parcelamento "brigam" pelo diretor de

rua de 6 metros, cabendo então a secretaria de mobilidade definir mão única e estacionamento de um lado do para permitir uma circulação mais controlada, e a secretaria tem ciência que a aprovação nessas condições certamente dará problemas no futuro com a expansão da área urbana do município. João Felipe questiona se no Plano de Mobilidade existe algum mapa com a identificação das vias não pavimentadas, e o Sr. Cesar Informa que não, e que do que está listado pelo Plano, muitas já não condizem com a realidade de hoje e Danielle informa que há a possibilidade de atualizar um mapa através de imagens de satélite recente. João Felipe pergunta se há o acompanhamento da Secretaria dos índices de acidentes, o Sr. Cesar informa que a Secretaria possui um sistema de gestão de multas onde é possível acompanhar todos os dados de acidentes de trânsito e óbitos, sendo um sistema integrado, e a polícia militar envia a secretaria relatório mensais e a equipe insere as informações no sistema, gerando um banco com as informações mapeadas, tendo um gerenciamento e possibilitando um melhor gerenciamento e assim implementar ações, mesmo tendo um número reduzido de equipe, é possível realizar as pequenas ações. João questiona se há uma verificação de pontos recorrentes de acidentes, onde carece de investimentos de grande porte, e o Sr. João Roberto (diretor de trânsito) porém não há como a secretaria investir na demanda, então Danielle relata que nas pesquisas com a população foi relatado por munícipes o problema recorrente na avenida que passa pela universidade Unip principalmente no horário das 17 horas, quando o fluxo de veículos aumenta muito e questiona se há algum projeto previsto para o local, e o Sr. João Roberto informa que o problema de travessia no local se deve ao fato de existir uma rotatória próximo que que encaminha o fluxo de duas vias para o referido local e que o ideal para solucionar o problema seria a construção de um elevado, porém o custo é elevado, e o Sr César complementa informando que ali existe a questão das universidades Salesiano e Unip, além dos condomínios que geram um grande fluxo pela Avenida Pompeu e Baguaçu, e uma solução que poderia amenizar o problema seria na avenida de acesso ao Condomínio Alphaville, ampliar a avenida até chegar a Rodovia Marechal Rondon, onde já existe um projeto que diminuiria a utilização da rotatória, uma vez que há a possibilidade de adentrar a área urbana do município por avenida projetada. A outra possibilidade seria a extensão da Avenida Romano Massaroro de Oliveira, com a construção de um elevado sobre o parque do Baguaçu, interligando com Avenida Waldir Felizola de Moraes, também aliviando o fluxo advindo da Avenida Pompeu. Outro ponto indicado pelo Sr. Cesar como problemático em horário de pico é a rotatória da avenida Brasília com a Avenida Pompeu, onde já estão com pequenos projetos para tentar desafogar o trânsito, sendo uma possibilidade de desvio de trânsito. Danielle questiona sobre outro ponto próximo ao shopping, sendo as avenidas Governador Mario Covas e Aguapeí, que dão acesso a via João Cazerta, e eles informam que são projetos da concessionária que opera a Rondon, sendo que no horário das 19 horas aumenta o fluxo no local, porém não gera congestionamento, e o Sr. Carlos informa ainda que quando o Grupo Rondon pegou a concessão da rodovia, há havia no plano governo o projeto das marginais para desafogar a rodovia que é utilizada

pelos munícipes para fugir do trânsito na mancha urbana do município, e agora, nos trechos onde ainda não havia a continuidade das marginais, a concessionária iniciou as obras sem consultar a Prefeitura, ficando a manutenção por conta da concessionária. O Sr. Cesar informa que as obras emblemáticas que seriam de grandes custos e de grande necessidade já estão em curso, sendo a "2 de Dezembro", a "Café Filho", a continuidade da "Pompeu". João Felipe questiona se existe uma matriz de "origem/destino", ou matriz de distribuição de viagem, ou ainda modal de utilização de transportes e o Sr. Cesar informa que no Plano de Mobilidade existe o planejamento de manejo, mas os itens anteriores não. Danielle questiona se há muitas reclamações de lombadas/valetas, radar e o Sr. Cesar informa que mais de 200 pedidos para implantação de lombada, e o Sr. João informa que hoje as lombadas são bem eficientes para controle de velocidade. Sr Cesar comenta que no questionário preenchido ele menciona sobre uma problemática que ocorre no município de Araçatuba, que nas grandes avenidas que possuem canteiro central, todas as vezes que há rua, é feito um recorte no canteiro para a travessia para a outra via, o que acaba atrapalhando o trânsito, uma vez que os motoristas não sabem utilizar como retorno, invadindo a faixa da contramão, ocasionando transtornos e até acidentes. João Felipe questiona se há pontos de conflitos, onde há sempre a necessidade da presença de agentes de trânsito, é a resposta é que não há casos no município. Sr. César informa que existe uma comissão para avaliação de defesas de autuações e posteriormente mais 3 pessoas na JARI, como forma de garantir mais transparência do processo. Informa também que infelizmente a multa funciona muito mais do que a educação para o trânsito, que há várias campanhas de educação, porém não surte muito efeito. A respeito da área rural não foi mencionado nenhum problema recorrente ou proposta de melhoria, exceto a sugestão do Sr. Carlos, que falou sobre rotas rurais próximos ao Água Limpa, Prata, com um ambiente gostoso e que está sendo muito frequentado por grupos de ciclistas, que seria interessante investir no local. Sobre áreas de ciclistas em áreas urbanas não há áreas definidas ou ciclo faixas ou ciclo vias, e a partir do Plano de Mobilidade, passou a se exigir dos novos empreendimentos áreas de ciclo vias, porém não um Plano geral para ações ciclo viárias bem como não tendo nada mapeado. Danielle questionou se há um plano de ciclo faixas que interligam bairros ao centro uma vez que foi observado um grande número de usuários, e é informado pela equipe da Prefeitura que não há. Sr César relata que no ponto de vista dele, olhando os projetos que surgiram ao longo dos últimos anos, não houve um projeto de interligação entre os bairros que surgiram, com vias arteriais para dar fluidez no trânsito e João Felipe anota como item importante a ser mapeado para constar com item a constar no Plano. Sobre a questão de estacionamento, é informado que existe o estacionamento rotativo, que funciona muito bem, sendo via concessão, por parquímetro, aplicativo e alguns lojas disponíveis para pagamento. João Felipe questiona como está a questão de legislação do uso do solo para aprovação de novos empreendimentos, quanto a criação de vagas, e é informado que fica a critério dos arquitetos do setor de planejamento, não cabendo ao setor de Mobilidade resolver. Danielle questiona se há

alguma legislação sobre guias rebaixadas, e o Sr. Cesar informa que não existe lei, e que seguem critérios, mas nada normatizado. Não é de responsabilidade da Prefeitura a questão dos aeroportos conforme informado pelo Sr. César. João Felipe questiona se há pontos de conflito em estradas/vias de acessos quando chegam ao município e o Sr. Cesar informa que antigamente, mas foram todos resolvidos. Também foi informado que não há problemas de grandes caminhões de cargas circulando na área urbana, e será implementado a restrição somente na área central, não tendo mais nada a ser discutido sobre o tema, João Felipe agradece a colaboração dos presentes e encerra a reunião, todos os presente assinaram a lista de presença apresentada a seguir.



## **ATA DA REUNIÃO TÉCNICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARAÇATUBA – ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

Aos quatorze dias do mês de setembro de dois mil e vinte, na sala da Secretaria de Planejamento e Habitação da Prefeitura Municipal de Araçatuba, localizada na Rua Coelho Neto, nº 73, na cidade de Araçatuba, estado de São Paulo, teve início às treze horas e trinta minutos a presente reunião. O arquiteto João Felipe inicia a reunião agradecendo a colaboração do engenheiro Fabricio e explica brevemente sobre o processo de revisão do Plano Diretor. A engenheira Danielle toma a palavra e já inicia a reunião baseando-se no questionário técnico respondido pela equipe da Prefeitura sobre iluminação pública, onde foi declarado que a CPFL Paulista está ainda responsável pelo parque de iluminação pública do Município, e o engenheiro Fabricio explica que a Prefeitura ganhou na justiça o direito de não assumir a atividade, sendo que já transitou em julgado. Danielle questiona sobre os acordos realizados entre as Prefeitura e a CPFL sobre as podas de arvores em locais de rede elétrica e questiona como está a situação no Município de Araçatuba e Fabricio afirma que também é o caso do Município em estudo devido ao serviço demandar de mão de obra e equipamentos especializados, caso que a Prefeitura não tem, e quando questionado se o serviço está sendo realizado de maneira combinada, o mesmo afirma que há muitos problemas de não atendimento a solicitação, principalmente quanto aos pontos de iluminação, e fica no impasse de que não realiza o serviço por não se tratar de rede elétrica, porem ao entender de todos, os pontos de iluminação fazem parte do conjunto de rede elétrica, devendo então, serem locais de podas realizadas pelo Grupo CPFL. A engenheira Danielle questiona se a CPFL realiza os serviços de podas conforme solicitação ou segue algum cronograma pré-estabelecido, e Fabricio passa a informar que não existe cronograma, e que normalmente é a equipe da Prefeitura que detecta algum problema e faz a solicitação, e logo em seguida é questionado se é realizado serviços de poda preventiva ou somente emergencial, e ele responde que a preventiva é realizada somente nas rede, ficando os pontos de iluminação a depender do solicitação emergencial e demora aproximadamente um mês para a realização do serviço. Danielle questiona também a respeito de um convenio firmado entre a CPFL e a Prefeitura de Araçatuba, e o senhor Fabricio informa que o programa "Arborização + Segura" tem o objetivo de trocar gradativamente algumas árvores plantadas equivocadamente em pontos críticos da rede elétrica aumentando riscos de acidente e de desabastecimento público, promovendo maior segurança à população por meio do plantio de espécies arbóreas que convivam de forma harmônica no mesmo local, serão doados ao município 2.500 espécies para o desenvolvimento deste trabalho, e também a questão de poda, realizando podas mais harmônicas, menos agressivas, respeitando o meio ambiente, porem na presente data não estava em execução ainda. Fabricio informou ainda que está ocorrendo a substituição de lampas comuns por lâmpadas de LED, porem em alguns locais está difícil realizar o serviço devido as copas de arvores frondosas que impedem o acesso ao ponto de

luz, dependendo da poda realizada pela CPFL. João Felipe questiona sobre essas trocas e o Sr. Fabricio informa que faz parte do programa de "eficiência energética". Danielle pergunta se há um levantamento do quantitativo de postes no município, e Fabricio relata que, a respeito de pontos de iluminação, há aproximadamente 25 mil, somando os pontos de vias, canteiros centrais e praças. Danielle questiona também a respeito de iluminação de vias dentro de condomínios, e Fabricio informa que se for loteamento fechado, a iluminação é de responsabilidade da CPFL, e quando se trata de condomínio fechado, é de responsabilidade da Prefeitura. A respeito de troca de responsabilidade sobre o parque de iluminação pública, Fabricio relata que o município não tem condições técnicas de gerir, sendo muito provável a terceirização do meio de PPP, sobre a CIP, é relatado que o valor já é deficitário, sendo que todo mês fica valor em debito, porem ele acredita que com esse programa de "eficiência energética" ocorra uma redução de valor, uma vez que serão substituídas 6 mil lâmpadas, porém, ele ressalta que muito provavelmente não haverá folga para investimentos em melhorias. João Felipe questiona sobre como conseguiram custear a substituição dessas lampas, e é informado por Fabricio que ocorreu uma parceria entre a Prefeitura e CPFL. João Felipe questiona se a Prefeitura possui um SAC para serviços de iluminação pública, ou algum outro tipo de controle ou acesso às informações, e Fabricio informa que não há, sendo tudo gerido pela CPFL, porem o municípe liga na CPFL e a CPFL por sua vez informa que o assunto deve ser tratado com a Prefeitura, o que faz com que muitos casos são atendidos pelo próprio Fabricio, quando é notado que a ocorrência está aumentando, o próprio Fabricio faz a abertura de chamado/pedido na CPFL, porém não há um cadastro dos tipos e quantidade de ocorrências, mesmo daquelas que caem na Prefeitura. Fabricio relata que no parque de IP de Araçatuba ainda há muitas lâmpadas de vapor de mercúrio e vapor de sódio, porém sem um padrão de instalação. João Felipe questiona se no Município há algum programa de incentivo a geração de energia, ou alguma instalação em prédio públicos, e nos é informado que está sendo construído o primeiro prédio público que contará com energia fotovoltaica, que será o almoxarifado da secretaria de educação, e se trata de um prédio bem grande com uma grande área de cobertura onde serão instaladas as placas do sistema. Danielle questiona se há interesse da Prefeitura em instalar em outro prédio também ou algum outro tipo de programa de eficiência e Fabricio informa que a projetos em andamento, e no ponto de vista dele, seria mais fácil iniciar pelas escolas públicas, pois se trata da secretaria que tem maior quantidade de verbas para melhorias e adequações de prédios, sendo já um levantamento de locais, materiais e orçamentos já prontos para a implantação, hoje existe linhas de financiamento para aquisição e instalação de programas de eficiência energética, sendo a PROCEL, porem até a presente data a Prefeitura não chegou a formalizar nenhuma proposta, e maior dificuldade para iniciar o processo é a questão de a maior parte dos prédios públicos precisaria passar por uma boa reforma, uma vez que se trata de prédio velhos, com instalações elétricas ultrapassadas para receber um sistema moderno como os sistemas de placas fotovoltaicas, sendo necessário um investimento muito maior

do que somente as placas. João Felipe questiona se existe no município alguma carecia muito específica, ou dificuldades relacionadas a IL, e Fabricio relaciona os problemas de vandalismo recorrentes em praças públicas, como quebra de lâmpadas e roubos de cabos, que são instalados em um dia e no outro já é necessário refazer o trabalho, e o fato de não possuir uma equipe própria para a realização destes serviços acaba dificultado mais ainda, ficando pendente da equipe da secretaria de obras, sendo que esta secretaria também não possui caminhão, material e equipe adequada para a realização do serviço de forma rápida e eficiente. Outro problema recorrente apontado por Fabricio são os furtos de cabos nas avenidas dos Fundadores e dos Araçás, que tentou-se dificultar a ação de vândalos colocando tubos galvanizados para impedir o furto de redes subterrâneas, porém, mesmo assim ocorre os vandalismos. Danielle questiona sobre problemas de fiação baixas, e Fabricio informa é são situações difíceis de acontecer, porem há o problema muito grande com os fios de fibra ótica, desde do início de 2017 quando o problema começou a cair da Prefeitura, porem a mesma não legisla sobre a questão de uso do poste, sendo de responsabilidade da CPFL, porem a Prefeitura conseguiu organizar uma reunião com todas as operadores de serviços de internet e tv a cabo que utilizam de fibra ótica que passa pelos postes, e sempre que ocorresse uma notificação seria repassado ao grupo para que buscasse uma solução e criando um consenso para que os serviços pertinentes a áreas ocorressem de uma forma mais adequada, mas mesmo assim ainda há muitos problemas sendo apontados pela população, pois não há equipe de fiscalização. Foi criado uma Lei na Câmara de vereadores que rege que " logo que o serviço fosse cortado, a empresa responsável deve retirar os cabos", porém não há como fiscalizar se está sendo aplicado a Lei, dependendo somente de denúncia. João Felipe questiona sobre disponibilidade de energia, se a CPFL se opõem sobre a instalação de algum empreendimento devido a demanda insuficiente e Fabricio informa que nunca houve tal situação, e o que ocorreu algumas vezes foi a situação de oscilação de energia em bairros e bairros rurais que já foram tratadas e hoje estão adequados. João Felipe deixou a palavra aberta para que Fabricio colocasse alguma situação de carência, necessidade, perspectivas relacionadas a iluminação pública no município e projeções para os próximos 10 anos de vigência deste novo Plano diretor e Fabricio colou que uma grande necessidade do município é o regramento quanto a antenas de telefonia, não tendo uma Lei município, seguindo a Lei a ANATEL, ou o código sanitário do Estado que deixa uma faixa em torno da base da torre de 1,50m, precisando urgente de alguma normatização ou regularização. Não tendo mais nada a se tratar sobre o assunto de iluminação pública, o arquiteto João Felipe deu por encerrado a reunião agradecendo a presença de todos.



## **ATA DA REUNIÃO TÉCNICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARAÇATUBA – TRANSPORTE PÚBLICO**

Aos quatorze dias do mês de setembro de dois mil e vinte, na sala da Secretaria de Mobilidade Urbana da Prefeitura Municipal de Araçatuba, localizada na Avenida Dr. Alcides Fagundes Chagas, nº 600, portão 7, na cidade de Araçatuba, estado de São Paulo, teve início às quatorze horas e trinta minutos a presente reunião. O arquiteto João Felipe deu início a reunião agradecendo a colaboração do Lavinio, diretor de Transporte Público, explicou brevemente sobre o processo de revisão do Plano Diretor e já adentrou a questionamentos a respeito do transporte público no município de Araçatuba, mais especificamente sobre problemas enfrentados, dificuldades e propostas para os próximos 10 anos e o Sr. Lavinio informou que hoje a diretoria trabalha especificamente com todos os transportes que tenha placa vermelha, como taxi, moto taxi, transporte público, e que não abrange transporte por aplicativo como UBER pois não são obrigados e terem placa vermelha, mas estão tentando regulamentar este tipo de serviço também. João Felipe questiona sobre linhas de transporte, como são trabalhos hoje, se são deficitários, se há reclamações por parte da população, e Lavinio passa a relatar que, até antes do período da pandemia, quando iniciou o mandato, havia problemas de linha, problemas de elevadores que não funcionavam, mas conseguiu sanar 80% destes problemas, estando quase 90 % dos ônibus já equipados do elevadores, que a reclamação relacionada a estado de conservação dos ônibus caiu devido a uma melhor manutenção dos veículos, e após o início do período de pandemia caiu muito as reclamações quantos as situações citadas anteriormente e aumento as reclamações quanto aos horário, pois houve a necessidade de reajustes de horários de circulação, com previsão para retomar ao normal a partir do mês de outubro, e ainda segundo Lavinio, após muito atrito com a empresa de transportes, conseguiu fazer as substituição de carros mais antigos, tendo um total de 34 carros entre os que circulam e os carros reservas, que operam 12 linhas, tendo um total de 25 mil usuários/dia. Com a situação de pandemia foram retirados de circulação os micro-ônibus para evitar a aglomeração, e conseguiu alinhar a pontualidade dos ônibus. Lavinio explicou que hoje existe o terminal central, sendo que todos as linhas dão a voltam e finalizam no terminal central, possuindo algumas poucas linhas bairro-terminal-bairro. João Felipe questiona quais as previsões para o futuro, se há ampliações de linhas, trocas de carros e Lavinio informa que a diretoria de transito pretende trocar 60% dos carros para carros novos, e conseguiu manter na licitação carros com ar-condicionado, porem até o momento não há nenhum carro que atenda este requisito, sendo que foi testado um carro novo com ar-condicionado e wi-fi que circulou para teste por um pequeno período em cada linha, e foi aprovado pela população, porem o veículo já foi retirado da frota, Lavinio relata ainda que se houvesse pelo menos 6 carros com estes itens circulando já estaria bom. Ele relata também que em período de festas (expo Araçatuba) é necessário colocar dois carros por linha/dia para atender a demanda da população, sendo algo fora do habitual. João Felipe

questiona se as linhas são radiais, perimetrais e Lavinio explica que teve um período em que evitava entrar em bairro para percorrer percurso em zig-zag, e a partir desta problemática se instalou o percurso atendendo somente nas avenidas em circuito de balão, e segundo o contrato, pode haver uma distância máxima de 500 metros entre ponto-a-ponto, então adequou-se o distanciamento entre os pontos para não ultrapassar este limite, além do que, a Prefeitura instalou 71 pontos cobertos. João Felipe questiona como funciona sobre como funciona a concessão de pontos e Lavinio explica que a Prefeitura fez a licitação, e com uma verbera que retornou da Câmara conseguiu ampliar esses novos pontos (71), porem os mesmos não atendiam a demanda, então criou-se o Programa "adote um ponto" onde um comerciante "adota" o ponto, seguindo os padrões da Prefeitura quanto a tamanho, material e indicação de local, ele "instala" o ponto e pode utiliza-lo para propaganda de seu comercio, tendo bastante empresas interessadas. Sobre a informação ao usuário, há a ouvidoria pública e site da mobilidade, o site da empresa que informa as linhas/rotas e horários. Todas as alterações de horários de ônibus obrigatoriamente têm que passar pelo setor de mobilidade da Prefeitura. A respeito dos atrasos de ônibus que geravam reclamações constantes, Lavinio relata que em um dos pontos problemáticos que era a Rua Duque de Caxias, conseguiu retirar essa rua da de pelo menos 10 linhas, o que melhorou muito a questão de pontualidade. A bilhetagem é eletrônica, através de cartão eletrônico, tendo um prazo de 5 minutos para realizar a integração. Danielle relata que durante as pesquisas com a população, de modo geral, a questão de pontualidade dos ônibus foi bem pontuadas e elogiada, porem questionaram muito sobre a qualidade dos ônibus, e Lavinio afirmou que realmente alguns carros mais velhos deixam a desejar, e durante esses 3 últimos anos conseguiu melhorar alguns itens, mas ainda há mais coisas na questão de manutenção a serem melhoradas. João Felipe pergunta quais são as necessidades para os próximos 10 anos, e Lavinio afirma a substituição dos carros por veículos novos (zero km) é primordial, e o projeto de alterar o terminal deveria ser revisto, tendo um projeto de ampliação, reforma de banheiros e instalação de fraldário, as linhas nos bairros se tomarem menos capilares. Danielle questiona se quando há alteração de rotas, a população não reclama e Lavinio afirmou que sim, gerar muita reclamação, mas depois os usuários se adaptam a nova rota e concordam com a melhoria. Foi informado que não há projeto de faixas de ônibus, mas está sendo estudando a questão de pontos de ônibus e pontos cobertos. A Empresa tem um projeto de aplicativo de GPS de ônibus, a partir do próximo anos estará disponível para a população, porem a Prefeitura prioriza a substituição dos carros, ficando para segundo plano a instalação do GPS. Lavinio informa também que a relação entre a Prefeitura e Empresa prestadora de serviço de transporte melhorou muito, sendo sempre atendidas as necessidades de ambos os lados. João Felipe questiona como são implantadas ou ampliadas as linhas para atender os novos loteamentos e Lavinio informa que é ampliado conforme a necessidade, mas não é o caso e instalação de uma nova linha para atender esta nova demanda. Lavinio relata sobre uma ideia de futuramente instar uma linha circular, que sairia do terminal, percorreria toda a

cidade e retomaria ao terminal, com até dois carros por dia, de forma a tirar as linhas que são pouco utilizadas, mas seriam atendidas por este tipo de circuito. Danielle relata que durante as pesquisas, muitos usuários informaram que estão trocando a utilização de ônibus por carros de aplicativo, pois fica mais barato quando se está em mais pessoas, além de mais rápido e Lavinio complementa que esses aplicativos estão atrapalhando em 70% do sistema de transporte urbano, tendo motoristas que adentram em áreas não permitidas como o terminal. A ideia é de se criar uma minuta para ter algum controle ou informação sobre esses motoristas de aplicativos. A respeito da taxi, Lavinio informa que hoje há 154 registros de taxistas, não tendo o comercio de ponto no município, e sobre os motos taxistas e moto frete, todos seguem a regulamentação do município, e os tuk-tuk não são regulamentados no município. Sobre as bicicletas elétricas, até 50 cilindradas não é necessária habilitação, porem a diretoria de transito já enxerga a necessidade de regulamentação, uma vez que este meio de transporte já está gerando muitos transtornos no transito, uma vez que não respeitam regras de transito segundo relato de Lavinio. Não há projetos para ônibus elétricos. Sobre a gratuidade, Lavinio informa que em Araçatuba ela é somente acima de 65 anos, sendo que 60% dos usuários são idosos utilizando a gratuidade. A respeito de ônibus intermunicipais e fretamentos não são de responsabilidade desta secretaria conforme informado pelo Sr Lavinio. João Felipe questiona se há alguma regulamentação especifica para a questão de ônibus que não para nos pontos e Lavinio informa que não, porem há regras internas da empresa que se o motorista não parar nos pontos quando houver passageiro, depois de 3 advertências o motorista será demitido. A ouvidoria é da Prefeitura, estando localizada no prédio do "Atende Fácil". Danielle questiona se há algum número de whatsapp que o munícipe pode enviar fotos de denúncia ou relação e Lavinio informa que não, porem acha a ideia interesse e coloca como providencia a ser tomada para auxiliar nos trabalhos da diretoria e divulgar o número para a população. Não tendo mais nada a se tratar sobre o assunto de transporte público, o arquiteto João Felipe deu por encerrado a reunião agradecendo a contribuição do diretor presente.



## **ATA DA REUNIÃO TÉCNICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARAÇATUBA – ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Aos quatorze dias do mês de setembro de dois mil e vinte, na Sede da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Araçatuba, localizada na Rua Bandeirantes, nº 111, na cidade de Araçatuba, estado de São Paulo, teve início às quinze horas e trinta minutos a presente reunião. O arquiteto João Felipe inicia a reunião agradecendo a participação dos presentes e explana brevemente sobre o processo de revisão do Plano diretor e como estão sendo conduzidos os trabalhos, apontando a qual etapa do trabalho esta reunião pertence e sobre a importância da participação da equipe técnica e as validações das informações prestadas via questionário técnico preenchido por esta secretaria. João Felipe questiona a equipe se é utilizado o Plano diretor vigente para o direcionamento dos trabalhos como habitação de interesse social, ZEIS, regularização fundiária e a senhora Janete dos Santos, chefe de Gabinete explica que regularização fundiária e habitação de interesse social fica a cargo da Secretaria Municipal de Habitação, sendo pouco utilizado o Plano para direcionamento dos trabalhos. João Felipe questiona também sobre o que a equipe tem de planejamento dentro da Secretaria de Assistência Social para os próximos anos e o Diretor de Programas da Proteção Social Básica, senhor Ederson Ribeiro Costa iniciou explicando sobre o que é a Diretoria Básica cuida dos serviços de prevenção, ou seja, a proteção da família, convivência familiar e proteção de vínculos de idosos, crianças e adolescentes, tendo de forma direta, administrada pelo próprio Município 6 unidades de CRAS implantadas nesta administração, e anteriormente tinha somente uma unidade que era chamada de CRAS, mas na verdade não era CRAS pois operava com equipe mínima de atendimento e sem coordenação, e após as mudanças, esta unidade atua independente com delimitação de território, e ressaltou que o Plano Diretor vigente fala em implantação de 8 unidades de CRAS, e seria minimamente necessário a implantação de mais duas unidades de CRAS para atender áreas urbanas isoladas como Taveira e Água Branca, sendo essas áreas atendidas hoje por equipe volante/móvel, que também atende os assentamentos e bairros rurais, sendo necessário a ampliação das equipes volantes também. A engenheira Danielle questiona sobre o motivo ou a dificuldade de implantação dessas unidades de CRAS, uma vez que o Plano anterior é datado de 2006 e as unidades foram implantadas nos últimos 4 anos e o senhor Ederson afirma que não houve problema na implantação, uma vez que quem autoriza a implantação das unidades é a gestão federal, pois o financiamento público é de origem federal, sendo que de fato, somente 3 unidades recebem verbas públicas federal, e o município que construiu 6 unidades e dá o aporte financeiro para as outras 3 unidades. A engenheira Danielle pergunta se somente a verba federal recebida é suficiente para manter as atividades de assistência social, e o senhor Ederson afirma que não, que a Secretaria recebe verba federal, estadual e municipal, sendo a maior parte federal, a secretaria otimiza os recursos de 3 unidades e divide em 6 unidades de CRAS. João Felipe

questiona se mantivesse nesta revisão de Plano as 8 unidades de CRAS como estabelecido no Plano vigente, o serviço seria realizado de forma eficiente, e o senhor Ederson afirma que não teria como manter 8 unidades, uma vez que não haveria verba, então é levantando pela engenheira Danielle que o ideal então seria aumentar a verba federal e o senhor Ederson afirmou que se aumentasse a verba, o ideal seria ampliar para 10 unidades para poder fazer uma nova divisão das áreas do município, pois sem o aporte federal e estadual não tem como aumentar as equipes para implantação das 4 novas unidades de CRAS, e engenheira Danielle questiona também se aumentasse as equipes volantes já resolveria a situação dos CRAS ou seria realmente necessário a implantação das outras unidade de CRAS, e o senhor Ederson informou ser de supra importância a implantação de mais 2 unidades de CRAS e mais 1 equipe volante minimamente para poder oferecer o serviço com qualidade. A engenheira perguntou se há bairro já identificados com a necessidade de implantação dessas unidades e foi respondido que os bairros Água Branca e Taveira. A engenheira Danielle relata que geralmente as áreas identificadas como maior vulnerabilidade são áreas de residências do programa "Minha Casa minha Vida" e o senhor Ederson complementa dizendo que são justamente os bairros onde estão instalados os CRAS, sendo o CRAS São José, CRAS Tv e CRAS ETEMP, e são áreas também de maior falta de cobertura social, onde predomina a pobreza e outros problema sociais, tendo um conglomerado de aproximadamente 20 bairros para cada unidade de CRAS. O arquiteto João Felipe questiona sobre o programa "Minha Casa Minha Vida", que mesmo estando alocado em outra secretaria, se a assistência social acompanha e pode relatar como está a situação de pessoas que não tem acesso a moradia, como está a questão de cadastro e o Sr. Ederson informou que até 2019 o cadastro ficava com a Secretaria de Assistência Social pois na habitação não havia quem realizasse a avaliação técnico-social, sendo agora de responsabilidade da Sec. de Habitação, por se tratar de uma política habitacional e não assistencial, então a Danielle questionou sobre a existência de Plano Habitacional no Município e a equipe não soube informar, reiterando que não é uma demanda da política assistencial. João Felipe questionou sobre a população em situação de rua e o senhor Edson Terra assumiu a palavra, informando que essas ações são da Diretoria de Proteção Social Especial, que trabalha com a violação de direitos e tem também a execução de ações diretas através de equipamentos como CREAS, Centro-POP, acolhimentos de média e alta complexidade para crianças e adolescentes e daí partem as parcerias com as OSC's (Organização de Controle Social) para execução de alguns serviços, porém o Centro-Pop e os CREAS continuam sendo a referência para atendimento de proteção especial de média complexidade. O Centro-Pop, hoje está sendo realizado um novo diagnóstico para se obter informações atuais quanto a quantidade de pessoas em condições de rua, sem que o diagnóstico anterior relata 101 pessoas em situação de rua, não sendo famílias, e sim indivíduos, que transitam de cidades em cidades, sendo poucos casos de pessoas/famílias da própria cidade, e existe uma grande dificuldade, pois quando se trata de família é mais fácil encaminhar e construir perspectivas/estratégias, garantir e viabilizar acesso aos

direitos, e sendo a maioria indivíduos com escolhas e projetos de vida, e hoje existem um serviço completo de atendimento para essas pessoas, sendo o Centro-Pop a porta de entrada para a política de assistência e a partir do centro-pop eles terão acesso ao CRAS, ao Cad-Único e outros tipos de políticas setoriais, como por exemplo, a saúde. O Centro-Pop acaba se constituindo como porta de entrada para os serviços de acolhimento, tendo o acolhimento institucional de média permanência (até 6 meses) que ocorre através de um chamamento público, que deixa de ser executado diretamente para ser executado por uma entidade (OSC), e o acolhimento de longa permanência, onde o indivíduo não pode mais fazer da rua local de convívio, sendo este acolhimento ser realizado também por uma entidade OSC. O albergue existente hoje que também faz acolhimento não tem qualquer tipo de parceria com Prefeitura, sendo que no Plano vigente havia sido estabelecido a parceria sendo esta rompida por opção própria da instituição. Para o serviço prestados pela Prefeitura de atendimento à população de rua está faltando então o serviço que deveria ter segundo o convenio que foi assinado, sendo o serviço de albergue. Foram identificados 101 indivíduos em situação de rua no ano de 2017 e está sendo realizado um novo censo, porém, desses indivíduos identificados nem todos frequentam ou participam o POP, por questão de desejo próprio do indivíduo. A atualização do novo censo servirá de base para identificar as novas demandas. O Sr. Edson relata que no ano de 2016 foi realizado um grande diagnóstico do serviço de assistência social no município, confirmando que será de grande valia no processo de revisão do Plano Diretor, uma vez que foram utilizados dados de cad-único, censo IBGE, e o mesmo contém propostas e metas. João Felipe explica que nem todas as metas sejam temas de Plano Diretor, mas que terá um capítulo de políticas sociais, exemplificando que a cidade terá metas de 10 anos de zerar a população de rua e exemplos de criação/constituição de fundos, criação de mais centros-pop, cabendo aos próximos governos a concretização das metas propostas, e por fim, solicitou que a equipe técnica da Prefeitura disponibilizasse este diagnóstico de 2016 para avaliação e como material complementar pela a Revisão do Plano diretor, e que foi concordado pela equipe. Retornando ao assunto de população de rua, o Sr. Edson concluiu que a meta não é erradicar, mas ter capacidade de atendimento básico, sendo que hoje há toda estrutura para tal serviço, falando sobre o CREAS que também faz parte do atendimento especial, que atende as crianças e adolescente, já que os idosos pertencem a uma outra interface, uma vez que nos próximos 10 anos a projeção de população a demanda irá aumentar, exigindo mais das políticas públicas. É perceptível o aumento do número de violação aos direitos dos idosos, e o aumento se deve também ao aumento desta população, sendo observado no CREAS o aumento de número de atendimento, então conforme aumenta esta população, aumenta também o número de ocorrências. Na observação do Sr. Edson, para os próximos 10 anos o ideal a ampliação da rede, sendo a ampliação de mais um CREAS, sendo que há a previsão para tão logo a alteração de prédio do CREAS e ficará nítido que o espaço será pequeno, e criando uma outra unidade poderá ser um especial para atendimento de idosos e portadores de deficiência como já ocorre em outros

municípios, e a outra unidade ficaria para atendimento de crianças e adolescentes. João Felipe comenta que na reunião com o setor de transporte, foi identificado que cerca de 60% de usuários de transporte público no município de Araçatuba são idosos e estão concentrados em uma área mais afastadas do município, que reflete o índice de envelhecimento da população e indica que esta população busca por equipamentos no centro da cidade e o Sr. Ederson complementa que este dado demonstra a pobreza da população da terceira idade. O Sr. Edson retoma a palavra e reafirma que a implantação de outro CREAS vai bater de frente com as necessidades, pois já tem se configurado dentro da unidade onde a meta anual é de 198 atendimentos, porém já está realizando cerca de 500, e a cada ano vem aumentando muito as necessidades, sendo que o CREAS é a ponte, que faz os encaminhamentos dos idosos vítimas de violação de direitos para os ILPI (Instituição de Longa Permanência para Idosos), e outra grande dificuldade é o número de ILPI, sendo um problema comum no Brasil inteiro, e em conjunto com a assistência básica, implantar novos CCI (Centro de Convivência do Idoso) e talvez conseguir postergar o encaminhamento do idoso para uma ILPI. O Sr. Ederson complementa que até a implantação do CDI já retardaria a necessidade de mais ILPI e explica a diferença entre CDI e CCI, sendo o CCI um local de atividades para o idoso passar o dia, e o CDI também, porém com o diferencial de que o CDI é para pessoas que não tem autonomia. A engenheira Danielle questiona como funciona o deslocamento desses idosos para esses centros de atendimentos e o Sr. Ederson informa que o transporte até o CDI é realizado pela Prefeitura. O Sr. Edson complementa que o sistema fosse territorializado, a convivência seria no bairro e então não haveria a necessidade de transportes. O Sr. Ederson complementa ainda dizendo que o correto seria que em cada CRAS houvesse um CCI, e explicou como funciona o CCI, desde a chegada, refeições até a sua saída ao final do dia, e lista os profissionais que atendem, desde enfermeiros, psicólogos e terapeutas. É unânime entre os técnicos da Prefeitura que a melhora é de praticamente 100% na questão de saúde e disposição desses idosos que passam a frequentar o CCI. João Felipe questiona sobre a questão de cobertura espacial dos atendimentos, e o Sr. Ederson informa que não regionalizado, sendo um único atendimento em um bairro afastado (chácara Arco-Íris), sendo um local muito longe, e ressalta a importância de ser territorializado e que seria interessante territorializar todos os atendimentos, desde infância, jovens até os idosos (todos os centros de convivência), pois facilitaria a questão de deslocamento. Sobre o Centro-Pop, o Sr. Edson informa ter somente uma unidade, sendo esta o suficiente para atender a demanda no momento, sendo um trabalho de abordagem/busca da população que precisa do atendimento, indo em pontos já conhecido de permanência deste tipo de população, como praças. Retornando ao assunto das ILPI, é informado pela Sr. Edson a existente de 4 unidades, sendo todas parceiras de Prefeitura e que hoje não há mais vagas para encaminhamento, daí surge a grande necessidade de uma nova unidade, seja em forma de parceria ou seja a responsabilidade da própria prefeitura, são ao total de 125 vagas, sendo considerado um número baixo. Há uma problemática de articulação entre as ILPI e a Prefeitura, uma

vez que a grande maioria das vagas são ocupada por idosos de grau 3, que não possuem mais autonomia, sendo necessário uma equipe de saúde para atendimento, e a Secretaria de Assistência Social não tem convenio com a saúde, sendo um grande desafio manter essas instituições somente com profissionais cuidadores, e acha importante constar essa articulação como meta. A engenheira Danielle questiona sobre o número de ocorrências de negligencia com idosos, se está diretamente relacionada a uma classe social menos favorecida, e o sr Edson informa que o maior número de ocorrência de deve a negligencia com o cuidado do idoso, tendo uma interface de relação com o trabalho, ou seja, pessoas que precisam sair para trabalhar e acabam deixando seus idosos sozinhos sem cuidados, isso não é caracterizado como uma negligencia velada, mas sim por uma necessidade de trazer sustento e poder manter também os cuidados com este idoso por meio deste sustento, esta situação tem crescido muito e por isso surge a necessidade de mais CCI, o Sr Edson ainda ressaltou que os municípios não estão preparados para este aumento, assim como as políticas públicas não estão totalmente estruturadas para atender o aumento da demanda. O arquiteto João Felipe questiona se no município há áreas urbanizadas onde há um interesse em levar um tipo de equipamento, mas não há uma área institucional para a instalação de equipamento, e o Sr Ederson informa que hoje o próprio CCI já passa por este problema, tendo a necessidade de ser em uma área central, mas não disponibilidade na região central. João Felipe ressaltou que um dos instrumentos do Plano Diretor é propor áreas onde possam ser feitas as instituições, inclusive áreas particulares que por meio de outros instrumentos possa permutar, e poderemos indicar áreas através de uma próxima conversar com apontamentos em mapas. Outra questão levantada por João Felipe é a respeito de aluguel social, e o Sr. Edson informa que foi aprovado o artigo da Lei que regulamenta o aluguel social, sendo que hoje não é um problema, a rede trabalha de uma forma articulada entre CREAS, CRAS e Centro Pop, etc, o que se discute muito hoje é que não se dá o aluguel social por dar, sendo fornecido por 3 meses, e podendo ser prorrogado por mais 3 meses, sendo avaliado caso a caso, e avaliando como pode ser construído um plano para interligar pela rede para que o Poder Público não retire sem tem o encaminhamento para um projeto de moradia. João Felipe questiona sobre acompanhamento de situação de favelamento, de co-habitação e cortiço, e o Sr Ederson informa que há somente uma situação, sendo áreas verdes invadidas e já está ocorrendo através do Programa "Cidade Legal" a regularização fundiária dessas áreas e não há conhecimento de outras áreas com co-habitação ou favelamento. O Sr Edson informa que o problema hoje é outro, uma vez que com o Programa "Minha Casa Minha Vida" remanejou muitas famílias no município de Araçatuba, tendo um percentual de 25% da população que estava em situação precária de moradia sendo atendida por este programa, que atendeu até quem não se classificava na situação de necessidade, a engenheira Danielle então questiona se há déficit habitacional e o Sr Edson informa que foi praticamente zerado, e o Sr Ederson complementa que quando surge as situação de necessidade de moradia, são situações muito específicas como alguém expulso de casa, por exemplo. João Felipe questiona sobre

os números de habitações entregues pelo programa "minha casa minha vida" por faixa de renda, e é informado que esses números podem ser obtidos com mais exatidão no setor de habitação. Ele questiona também sobre os PTS-P (Projeto De Trabalho Social Preliminar), Planos do Minha Casa Minha Vida, se é realizado pela equipe de assistência social da Prefeitura e o Sr. Ederson informa que é realizado pela Assistência Básica, tendo eles realizado o último levantamento para o Bairro Porto Real II e os próximos serão realizados pela Caixa devido a uma nova normativa da própria Caixa. A sra Janete comenta sobre as ILPI, que os serviços de convivência, tão necessários e com poucos espaços para implantação de novas unidade poderiam ser realizados dentro das ILPI's de Instituições parceiras, uma vez que eles já possuem espaços grandes e estruturados e o Sr. Edson complementa que a dificuldade de ser formar essas parcerias seria a falta de funcionários, mas que poderia se formar convênios, onde a Prefeitura pagaria a mão de obra, mas economizaria no aluguel de áreas e instalação de infraestrutura, uma vez que estes ILPI já estão equipados. O arquiteto João Felipe questiona se os ILPI'S parceiros já possuem algum tipo de incentivo, como por exemplo desconto em impostos, e o Sr Edson informa que eles já possuem repasses por ser ILPI e que ainda realizavam muitos eventos para angariar verbas e com a situação da pandemia não pode mais a realização desses eventos, sendo necessário efetuar uma modificação dentro da Secretaria de Assistência, que da contribuição de verba para com essas instituições, poderiam ser utilizados somente 60% com pagamento de funcionários, e agora é possível utilizar 100% para esta finalidade, justamente pela dificuldade de se realizar eventos e arrecadar verbas complementares através dos eventos. A engenheira Danielle direciona perguntas agora para o Fundo Social de Solidariedade, a respeito do funcionamento e realização de cursos gratuitos para a população, e o Sr. Jorge, presidente do fundo relaciona os diversos cursos trazidos através de convenio com o Governo do Estado, sendo eles Curso de Panificação na Padaria Artesanal onde formou mais de 7 mil pessoas, Escola de Moda, Escola da Beleza, formou parcerias também com Centro de Ressocialização. Sr Jorge informou também que o Fundo de Solidariedade foi instalado em um novo prédio, onde são oferecidos os cursos, com verbas do Ministério do Trabalho e a engenheira Danielle pergunta se eles identificam a necessidade de criação de novos cursos e a Sra Suzeli, Secretária de Assistência Social informa que foi realizado uma reunião em São Paulo para trazer esses novos cursos, mas que devido a situação de pandemia não foi possível a abertura dos mesmos. O Arquiteto João Felipe questiona sobre aberturas de cursos atrelados a economia do município, que viabilizaria empregar essas pessoas ao final do curso e a equipe informa que esses cursos estão na Secretaria de Desenvolvimento Agroindustrial. Sr. Jorge informa ainda que alguns cursos dependem de investimentos da Prefeitura, como por exemplo um curso para 20 alunos, ao custo de R\$38,00 por aluno, o governo estadual manda esse valor e mais um equipamento, e fica a cargo da Prefeitura entrar com professor, matéria prima, etc, a procura pelos cursos tem sido muito grande, então após o encerramento do convenio com o Estado, a Prefeitura entrar com recursos próprios para iniciar

novas turmas, um exemplo são os cursos de panificação, que tem uma lista de espera de 71 pessoas, moda tem uma espera 58 e na moda um espera de 44 pessoas, sendo que o perfil de pessoas que procuram por este curso sendo bastante diversificados. A Sr. Janete completou que segundo a Secretaria de Desenvolvimento, um curso muito procurado é o de cuidador, que vem de encontro com o assunto muito discutido nesta reunião, e um dado curioso é que o curso para pedreiro, assentador de revestimento tem sido muito procurado por mulheres. João Felipe questiona a equipe "o que eles esperam para assistência social nos próximos 10 anos" e o Sr. Edson toma a palavra dizendo que é esperado que a assistência social atinja as reais demandas das pessoas, conseguindo integrar as outras políticas públicas, trazendo uma solução para os problemas das pessoas, caminhando para uma assistência eficaz, vendo as famílias e indivíduos assistindo de uma forma sem assistencialismo, profissionalizando a vigilância social, propondo políticas sociais em outros setores do município. A engenheira Danielle questiona sobre o assunto de diminuição de indivíduos em situação de rua, quais ações poderiam ser tomadas/implantadas para diminuir esta situação, e o Sr Edson informa que a demanda de saúde mental e com a mudança de política de saúde mental esses números podem sofrer grande variação e junto vem atrelado outras situações como marginalização do indivíduo. O Sr Ederson dá o exemplo dos jovens que cumprem medida socioeducativas, no município houve uma mudança dos serviços, o CREAS atende essa população e o município não consegue manter o pós-medida, então a assistência vai adotar a medida de pós-medida, que só existe para crianças e adolescentes, conhecida como serviço de convivência fortalecimento de vínculo, para inclusive atende um jovem que saia da Fundação Casa e está desorientado, que poderá diminuir o número de reincidência ao crime, sendo uma política de Governo, que com a troca de Governo, talvez não se mantenha. A lacuna dos 14 anos aos 22 anos quando se atinge a idade adulta existe no município de Araçatuba há 25 anos, desde quando o centro-escola mudou, com o SUAS, a política de assistência social mudou completamente, ficando uma lacuna de encaminhamento para o primeiro emprego. O Sr. Ederson enfatiza ser importante dar continuidade ao serviço CFDV para jovens, após medidas socioeducativas. Não tendo mais nada a se tratar sobre o assunto de assistência social, o arquiteto João Felipe deu por encerrado a reunião agradecendo a presença de todos.



## **ATA DA REUNIÃO TÉCNICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARAÇATUBA – SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL**

Aos vinte e nove do mês de setembro de dois mil e vinte, na sala da Secretaria Municipal de Segurança de Araçatuba, localizada na Avenida Prestes Maia, nº 560, na cidade de Araçatuba, estado de São Paulo, teve início às dez horas a presente reunião. O arquiteto João Felipe inicia a reunião agradecendo a colaboração de todos presentes e explica brevemente sobre o processo de revisão do Plano Diretor. A engenheira Danielle relata que houveram planos anteriores e eles devem ser revisados a cada dez anos, e considerando que a equipe técnica da Revisão do Plano Diretor não é da cidade de Araçatuba, ressalta a importância da participação da população e equipe técnica do município que conhecem as necessidades e demandas das melhorias. João Felipe descreve os itens do questionário dando início pelo sistema de segurança do município, questionando quais são as estruturas físicas e as respectivas localizações. Sr. Valmir, secretário executivo cita que existem os seguintes postos internos: Posto de informação no centro, na rodoviária e no calçadão. Sr. Cesar, guarda municipal cita que existe um posto no estádio que talvez seja reativado. Valmir relata que existem além da base fixa e a sede da guarda da secretaria, quatro postos. Danielle questiona qual o motivo da desativação do posto do estádio e qual a sua importância em relação a sua localização. Cesar relata que o posto é de grande importância e foi desativado devido à falta de funcionários efetivos, porém na mesma semana estava ocorrendo a formação de mais noventa e três novos efetivos. João Felipe questiona se existe alguma informação sobre a estrutura da polícia militar, civil e federal e se existe algo que seja operado em conjunto. Valmir relata que eles não possuem informações relacionadas à estrutura, porém possuem convênios em processo com a polícia civil e militar que é relacionada à formação, aperfeiçoamento e operações, e com a federal em relação a estrutura, como o porte de armas e funcional, o ministério público também solicita o apoio da equipe da Segurança Pública. Valmir ainda afirma que todos os órgãos de segurança possuem um ótimo relacionamento com a guarda civil de Araçatuba. João Felipe questiona se é realizado o vídeo monitoramento no município. Valmir confirma. Cesar relata que existe um serviço de monitoramento que sempre que solicitado o acesso a imagem é fornecido sem burocracias. Danielle questiona qual a quantidade de pontos de monitoramento existente. Cesar cita que existem pontos de monitoramento em todas escolas municipais e Valmir acrescenta que existem também em algumas unidades da prefeitura (praças, Unidades Básicas de Saúde, calçadão, rodoviária, prefeitura, secretarias). João Felipe afirma que são os prédios próprios e da área central. Cesar relata que possuem também uma central onde descarrega as imagens. João Felipe questiona se existe uma estrutura conjunta de ação integrada, uma base conjunta e a partir daí uma comunicação entre si. Cesar relata que houve planejamento para desenvolvimento de uma base conjunta no quartel da polícia, mas até o momento ainda não foi efetivada. Danielle questiona se existe atividade delegada

em conjunto com a polícia militar. Valmir relata que ainda não existe e afirma que com a sua experiência não convém a atividade delegada para o município, pois ela foi necessária no passado onde uma boa parte da equipe se aposentou, já hoje estão formando uma grande quantidade de efetivos da guarda municipal, que atualmente a guarda está bem estruturada com aquisição de armamento, rádios, motocicletas de médio porte, viaturas especializadas, e conta com as rondas escolares, central, ambiental, bike patrulha que atua nas praças da região central e calçadão. João Felipe questiona sobre a atual estrutura física, se existe algo em projeto que seria importante. Valmir cita que o ideal seria criar um centro de formação e aperfeiçoamento da guarda e a criação de uma comissão efetiva com instrutores e coordenadores para manter os profissionais atualizados. Danielle questiona se já existe um programa de atualização dos profissionais. Valmir afirma que é realizada a atualização, mas não possuem um espaço físico próprio, sendo ideal a criação de um núcleo de formação e aperfeiçoamento do profissional, considerando que a regulamentação exige. Cesar reafirma que o ideal seria a criação de um núcleo de formação e o vídeo-monitoramento para todas as entradas e saídas do município e também para as praças públicas. Valmir cita que existe um projeto onde os moradores que cederem o acesso às câmeras da frente das residências para que seja realizado o vídeo monitoramento desses locais, deveriam receber algum incentivo para tal atitude, que seja permitido pelo poder executivo, aos moradores que cederem esse acesso. Valmir complementa dizendo que o ideal seria que os próprios guardas fossem capacitados para os serviços relacionados ao vídeo monitoramento, para não gerar sobrecarga para a equipe de TI (Tecnologia da Informação) da prefeitura. João Felipe questiona se existem OCRs no município e Valmir relata que existe a proposta para instalação de OCRs (Reconhecimento Óptico de Caracteres) no município, sendo de grande importância para a segurança do município e complementa que com a instalação desse equipamento, melhoraria a disponibilidade de profissionais para o atendimento das eventuais ocorrências. João Felipe questiona se parte do efetivo da guarda é destinada somente ao vídeo monitoramento e se as câmeras são operadas somente pela guarda. Cesar cita que o vídeo monitoramento é realizado através das câmeras e das parcerias existentes, sendo que possuem uma equipe em regime de escala em local próprio dentro da secretaria de segurança e sendo detectada alguma anomalia, é deslocada uma equipe até o local. João Felipe questiona se existe mais algum órgão de segurança pública que possui o vídeo monitoramento ou se está tudo concentrado na Secretaria de Segurança. Valmir relata que à princípio somente a Secretaria de Segurança possui o vídeo monitoramento. Cesar acrescenta que a polícia militar se encontra com a parte investigativa cabendo à Secretaria de Segurança a colaboração com as imagens. Danielle questiona se a Secretaria possui acesso ao vídeo monitoramento da rodovia. Valmir relata que por conta de a rodovia ser uma concessão, não possuem parcerias com a Secretaria de Segurança e acrescenta que se houvesse o monitoramento das entradas e saídas do município, não seria necessária a parceria com a concessionária da rodovia. João Felipe questiona a quantidade de colaboradores

atualmente na guarda, citando a proporção de um guarda para novecentos e oitenta e cinco habitantes e se essa quantidade de colaboradores é suficiente. Cesar relata que a proporção mudou devido aos noventa e quatro novos colaboradores que foram formados recentemente. João Felipe questiona se essa quantidade é suficiente ou se existe alguma recomendação. Valmir afirma que a recomendação é uma proporção de um guarda para oitocentos habitantes que é atendida. João Felipe questiona se no momento a formação de efetivos não é para suprir a demanda que falta, mas sim para repor os demais, dentre eles os aposentados. Valmir afirma que o ideal seria aumentar a quantidade de guardas para duzentos e sessenta para chegar na proporção ideal. João Felipe questiona se existe uma legislação municipal que impõe atribuições à guarda civil. Valmir afirma que é uma legislação federal que impõe as permissões e limitações de função não sendo possível atuar em determinadas infrações, Valmir ainda cita que a lei basicamente tem a função de cuidar dos patrimônios públicos sendo que todas as guardas possuem a mesma função, sendo possível direcionar as equipes, citando como exemplo o descarte irregular de lixo que é uma atribuição da guarda municipal. Danielle questiona se existe algum canal de denúncias direcionada para a guarda em relação à fiscalização ambiental. Valmir afirma que foi feito através da mídia da prefeitura a seção de descarte irregular de lixo e considerando que a equipe não realiza a fiscalização em horários pré-definidos. Valmir ainda complementa citando que as denúncias referentes ao COVID-19 também são destinadas para a guarda municipal. João Felipe questiona se existe algum dado estatístico referente às ocorrências mais frequentes. Valmir afirma que as principais ocorrências estão ligadas ao meio ambiente. Danielle relata que grande parte da população que respondeu ao questionário do plano diretor relatou que existem locais nas periferias do município onde se tomou hábito o descarte irregular de resíduos, que mesmo a prefeitura realizando a limpeza do local, a população toma a realizar o descarte nestes locais. Valmir afirma que a guarda não pode impedir o município de descartar o resíduo no local errado e também que o problema é mais social do que de segurança. Cesar afirma que mesmo com os pontos específicos para descarte dos resíduos (EcoPontos), por comodidade a população tem preferência para o descarte em locais mais próximos ou habituais, sendo a maioria das ocorrências relacionadas à poda de árvore sem autorização e descarte irregular de resíduos. Cesar relata que foram realizadas diversas campanhas de conscientização e fiscalização no município. Danielle questiona sobre o vandalismo no município, citando que nos questionários aplicados com a população, boa parte relatou problemas de vandalismo nas praças. Valmir afirma que a população não aciona a guarda em relação a esse tipo de problema. Cesar afirma que existe a ronda constante nas praças, porém demorava por volta de três a quatro horas para a viatura retornar e agora com a formação dos novos guardas, ele afirma que existem guardas constantemente nas praças. Valmir afirma que numericamente o vandalismo é o que tem menor quantidade de ocorrências. Danielle explica que em relação aos questionários aplicados com a população, boa parte afirma que as áreas centrais e bairros do município são seguras, porém em

relação às praças a população afirma que a prefeitura realiza a instalação dos equipamentos, mas após certo tempo os vândalos danificam o local e devido a medo, a população não denuncia os casos. Valmir relata que houve uma praça específica onde houve um problema constante de vandalismo, onde foi mantido um guarda para a fiscalização frequente do local, porém só ocorreu esta ação a partir de denúncia e nesta situação conseguiu resolver o problema. Valmir cita que foram feitas várias operações em conjuntos com outras secretarias onde eram realizados serviços sociais para os moradores de rua, fornecendo banho e alimentação, porém após certo tempo essa população voltava a situação de rua e João Felipe relata que em reunião com a Secretaria de Assistência Social, foi citado que a situação dos moradores de rua estava controlada, tendo um cadastro de aproximadamente cento e noventa e três cadastrados. Danielle relata que além dos moradores de rua, existem também os usuários de drogas que possuem suas residências. Valmir relata que houve uma ocorrência em que foi abordado uma van oficial do município de Três Lagoas que estava deixando moradores de rua no município de Araçatuba, desta forma fica difícil controlar a situação desta população e João Felipe afirma que o município possui uma boa estrutura de assistência social. Cesar relata que os encaminhamentos são realizados através do Centro Pop (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua). João Felipe questiona sobre a distribuição espacial em relação a crimes e os demais problemas existindo algum ponto focal da cidade. Valmir afirma que os principais pontos de ocorrências são: Centro Pop, Estádio Municipal, Centro e o Terminal Rodoviário. Danielle questiona sobre a demanda de denúncias relacionadas ao COVID-19. Cesar relata que as principais denúncias são relacionadas a aglomeração em estabelecimentos comerciais, visto que a guarda não pode agir em residências. Valmir relata que a principal atuação da guarda em relação à Operação COVID é relacionada a identificação da área e a segurança dos fiscais, cabendo ao fiscal de posturas as devidas atitudes. João Felipe questiona se existe alguma área de atuação onde a guarda gostaria de estar presente. Cesar relata que gostariam de atuar na segurança da população nas Bases Comunitárias dos bairros, que foi proibida por lei federal (Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014). Valmir relata que existe a pretensão de criar uma patrulha denominada Maria da Penha em conjunto com a delegacia de defesa da mulher e o ministério público para atendimento e orientação das vítimas, outra sugestão é o policiamento comunitário (trazer a comunidade em conjunto com a instituição), porém a guarda não possui a estrutura física e operacional. João Felipe questiona sobre a atuação da guarda em tarefas extraordinárias como apoio a eventos da prefeitura. Valmir relata que existe a Operação Pipa, onde a guarda realiza campanhas e palestras de conscientização e orientações relacionadas ao cerol e demais problemáticas (álcool, drogas, tabagismo) nas escolas. Danielle questiona se na Operação Pipa além das palestras e orientações, são realizadas também a apreensão em estabelecimentos comerciais que vendem este tipo de material. Ataíde confirma e relata que ao ser constatada a denúncia, é realizada a ida ao local acompanhado de um fiscal para apreensão do material e aplicação de multas. Valmir relata que

também possuem a pretensão de criar a patrulha rural para proporcionar segurança à população local e também aos ciclistas que frequentam a área, porém a guarda não possui equipe especializada para operar na área rural. Cesar relata que o apoio aos ciclistas já existe, porém, a ideia é aumentar esse alcance para a área rural do município. Não tendo mais nada a se tratar sobre o assunto de segurança pública, o arquiteto João Felipe deu por encerrado o tema de segurança pública agradecendo a presença de todos e deu continuidade à reunião abordando o tema da Defesa Civil. João Felipe questiona se a Defesa Civil está vinculada à Secretaria Municipal de Segurança e sobre quais as principais ocorrências da Defesa Civil. Ataíde relata que as principais ocorrências dependem do período do ano e geralmente são relacionadas a residências, enchentes e pequenos incêndios. João Felipe questiona sobre os resultados das perícias e a origem dos problemas, citando como exemplo as residências. Ataíde relata ainda que os problemas frequentes com as residências estão relacionados a construção inadequada e a falta de acompanhamento de um profissional adequado para execução da obra. João Felipe questiona como é realizado o acompanhamento da ocorrência. Ataíde relata que após constatada a solicitação, é realizada a visita ao local pela equipe da defesa civil e é realizado o registro fotográfico em conjunto com o relatório técnico que é encaminhado para o perito/engenheiro que realiza a visita ao local e apresenta o diagnóstico, cabendo à secretaria tomar as providências necessárias. João Felipe questiona sobre a atuação da Defesa Civil nas questões sazonais de incêndios e enchentes. Ataíde relata que é realizada a parte burocrática como a documentação para o aluguel social, retirada dos moradores do local de risco, e o Corpo de Bombeiros atua com a equipe de brigada de incêndio. João Felipe questiona se os serviços de drenagem estão ligados a Secretaria de Obras e se os alagamentos e as enxurradas estão entre as ocorrências mais frequentes. Ataíde confirma e relata que os alagamentos e enxurradas são os mais frequentes, porém estão sendo desenvolvidas diversas obras de melhorias. João Felipe questiona se existe comunicação entre a secretaria de obras e a Defesa Civil em relação às regiões de mais ocorrências. Ataíde relata que anualmente é enviado pela Defesa Civil o relatório do orçamento participativo indicando os pontos onde devem ser realizadas intervenções, cabendo à secretaria de planejamento a identificação dos pontos críticos onde serão realizadas essas intervenções. João Felipe questiona sobre quais pontos de ocorrências frequentes de incêndios urbanos. Valmir relata que são em média três a quatro incêndios por ano. João Felipe questiona se a Defesa Civil atua em incêndios rurais. Ataíde relata que a defesa civil não atua em incêndios rurais. Danielle questiona sobre o atendimento do corpo de bombeiros. Valmir relata que sempre que solicitado o corpo de bombeiros atende aos chamados de ocorrências. João Felipe questiona sobre a atual estrutura da Defesa Civil e quais as Secretarias estão envolvidas. Ataíde relata que todas as secretarias estão envolvidas, principalmente quando ocorrem sinistros, porém a mais presente é a Secretaria de Segurança. João Felipe questiona se existe alguma área de atuação que a Defesa Civil gostaria de estar presente, mas atualmente não consegue. Ataíde relata que atualmente a Defesa Civil atua em

todas as áreas. João Felipe questiona se existe algo que é julgado como importante para ser incorporado à Defesa Civil em um período de dez anos. Ataíde relata que a demanda é atendida devido ao município de Araçatuba possuir duas unidades do Corpo de Bombeiros, sendo que se necessário algum equipamento, é possível adquirir através do Estado, e as capacitações e treinamentos são realizadas anualmente. Danielle questiona se a equipe dos agentes é composta por voluntários e guardas municipais. Ataíde confirma e relata que a maioria são da guarda municipal. João Felipe questiona se os recursos humanos são suficientes ou necessitam de expansão e se a Defesa Civil possui corpo técnico próprio (engenharia). Ataíde afirma que são suficientes e que em relação a engenharia, é proveniente de outra secretaria. João Felipe questiona se existe algum chamado da população mais frequente e se existem outros dados mapeados relacionados a riscos geotécnicos como deslizamento. Ataíde relata que os chamados são sazonais, variando entre enchentes, alagamentos e incêndios, já para riscos geotécnicos e deslizamento não possuem dados mapeados. João Felipe questiona se existem dados mapeados em relação a favelas e invasões em APPs (Áreas de Preservação Permanente). Ataíde relata que existem essas áreas, principalmente invasões em áreas verdes, porém não foram mapeadas pela Defesa Civil, porém a Secretaria de Planejamento possui essas informações devido ao programa Cidade Legal. Danielle questiona se existe alguma atividade de risco (cita como exemplo o gasoduto) que passa pelo município e a Defesa Civil tenha conhecimento e controle. Ataíde afirma que não possui conhecimento sobre tais atividades. Não tendo mais nada a se tratar sobre o assunto de Defesa Civil, o arquiteto João Felipe deu por encerrado a reunião agradecendo a presença de todos.



## **ATA DA REUNIÃO TÉCNICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARAÇATUBA – TURISMO**

Aos vinte e nove do mês de setembro de dois mil e vinte, na sala da Secretaria Municipal de Turismo de Araçatuba, localizada na Rua Quinze de Novembro, nº 341, na cidade de Araçatuba, estado de São Paulo, teve início às doze horas e trinta minutos a presente reunião. O arquiteto João Felipe inicia a reunião agradecendo a colaboração do assessor Alex e explica brevemente sobre o processo de revisão do Plano Diretor. O arquiteto João Felipe dá seguimento a reunião baseando-se no questionário técnico que não foi respondido pela equipe da Prefeitura sobre turismo, questionando qual o panorama atual do turismo na cidade, principais pontos turísticos e quais aquisições de projetos que deveriam ser lançadas. O assessor Alex inicia explicando que o turismo na cidade ainda está em crescimento, pois até então, a cidade não era reconhecida como um município turístico afirmando que as gestões anteriores tentaram fazer com que ela fosse levando em conta que Araçatuba é sede de região, eles recebem muitas pessoas para diversas situações, em vista de que turismo não é somente lazer, mas também turismo de negócios, saúde e compras, sendo o turismo de compras atualmente o principal tipo de turismo que ocorre na cidade onde muitas pessoas da região vão até a cidade para realizar compras e então retornar para suas respectivas cidades. Alex continua dizendo que por volta de dois anos atrás, foi alcançado o marco de município de interesse turístico e com isso foi necessário o desenvolvimento do Plano Diretor de Turismo que já se encontra aprovado e se tomou lei sendo que neste mesmo ano o Plano deverá ser atualizado, pois muitas das coisas que constam no plano não acontecem e outras que não aconteciam vieram a acontecer. A eng. Danielle questiona sobre qual a data do Plano Diretor de Turismo e relata que em dois mil e dezesseis teve uma demanda muito grande para a inscrição de municípios com interesse turístico. Alex relata que o Plano Diretor de Turismo é de dois mil e dezessete a dois mil e dezenove e que ele está disponível online, ele descreve alguns dos itens contidos dentro do Plano, sendo que alguns dos eventos que constam no Plano não ocorrem mais, e que existe o mapa dos pontos turísticos do município. A eng. Danielle questiona se o plano e seus anexos estão disponíveis para acesso no site da prefeitura. Alex confirma e mostra onde estão dentro do site e a forma de acesso. O arq. João Felipe questiona sobre o funcionamento atual do conselho. Alex mostra os mapas dos levantamentos realizados no Plano Diretor de Turismo, sobre os principais pontos turísticos da cidade (praças, Hot Planet, museus, igrejas, pesca, ciclo turismo, etc.) dando destaque para o Hot Planet que atualmente é o principal ponto turístico do município e o ciclo turismo que está faltando somente o mapeamento das rotas que foi solicitado pela população devido ao aumento da demanda e a identificação com placas dos pontos turísticos que está em processo de execução pela empresa vencedora da licitação. Alex fala sobre o site onde tem a rota do ciclo turismo, porém não informa qual. Danielle questiona se as informações citadas por ele também estão contidas no Plano. Alex confirma e diz que eles foram requisitos para poder entrar no MIT (Município de Interesse Turístico). Alex informa sobre os itens "Público alvo" que é a população em geral ou por seguimento e "Período" de alguns eventos que não possuem uma data fixa por conta de a prefeitura ser uma parceira e não a organizadora do

evento, ficando como parte da prefeitura a divulgação, apoio com guarda e logística. Danielle questiona se a área de agronegócios possui um turismo forte. Alex confirma e relata sobre a chegada da ABQM, que levou a um crescimento repentino no agronegócio na cidade, levando às pessoas das redes de hotéis dizerem que a cidade é dividida em antes e depois da chegada da ABQM. Alex ainda relata que são três eventos que antes eram ministrados na cidade de Avaré, porém foi transferido para Araçatuba, visto que houve a construção de três arenas no recinto de exposições, porém devido a pandemia, o evento será em um só, porém fechado somente para competidores. Danielle questiona se os investimentos foram do município. Alex diz que os investimentos vieram do sindicato e da ABQM, e relata que o recinto era estadual, passando para o município que deu a concessão para o Sindicato (SIRAN), que realizou os investimentos em uma arena e a ABQM em mais duas arenas. João Felipe questiona quais outros eventos relacionados ao agronegócio acontecem no município. Alex diz que em relação ao agronegócio quem poderia informar melhor seria o SIRAN, devido às diversas palestras. João Felipe questiona se o agronegócio não é o foco da Secretaria de Turismo e se o foco é no turismo para comércio. Alex confirma que o agronegócio não é o foco, pois a ABQM não requer recursos públicos, sendo que as ações da prefeitura são de logística, primeiro contato com as redes hoteleira, provendo treinamentos para atendimento ao público. Alex continua relatando sobre o parque de águas termais, que já foi fechado anteriormente devido à má administração, e foi assumido por uma nova equipe com o nome de Hot Planet, onde foram realizados grandes investimentos em reformas, sendo um local de interesse para o município, portanto dão um grande apoio ao empreendimento, mas o município ainda não tem definido qual o foco principal do turismo, mesmo já tendo ganho o prêmio de turismo de compras (comércio local, shopping, mercados). Danielle afirma que Araçatuba é a maior da região até Andradina. Alex confirma e relata que até a região de Andradina, a população se desloca em grupos até Araçatuba para realizarem compras mensais (mercado) e conseqüentemente acabam conhecendo a cidade (shopping). João Felipe questiona se o turismo de comércio está relacionado à central ou aos shoppings e grandes mercados. Alex afirma que ambos estão ligados, pois a maioria que vai até o município durante a semana, passa pelo calçadão e em seguida para o shopping, já aos fins de semana Alex afirma que a população se desloca até o município para passeio em shoppings e cinemas. Danielle questiona se existe algo local voltado para o turismo gastronômico. Alex afirma que é um turismo forte dentro do município, existem diversos restaurantes com comidas típicas, bares e outros mais sofisticados. Alex relata que existe um programa cultural chamado Culturaça onde acontece a visita aos bares e restaurantes que se destacam, com uma "pegada cultural" entrando em contato com a Secretaria de Turismo para indicação desses locais, e também o evento chamado "Comida de Boteco" que já está em sua décima edição e se tornou tradição do município atraindo boa parte da população sendo o evento composto por um concurso de comidas típicas de diversos estabelecimentos do município onde são avaliados e selecionados dez desses estabelecimentos participantes para irem ao evento, sendo mais de doze horas de evento, onde os ganhadores do concurso podem vender seus produtos para o público. João Felipe questiona se o turismo rural é relevante no turismo no município. Alex afirma que os ranchos são o principal foco nos fins de semana e atualmente existe uma grande demanda na "Praina

municipal”, onde existem planos de dar uma finalidade para o local, seja através da privatização, com a concessão da área ou através da administração pública, porém com a aplicação de uma cobrança pois atualmente não existe cobranças para uso do espaço. João Felipe afirma que o local não possui estrutura. Alex relata que o local possui uma estrutura básica, porém necessita de melhorias. João Felipe questiona quais ações devem ser elencadas como prioritárias para os próximos anos no turismo. Alex solicita a presença da Luciana, presidente do Conselho Municipal de Turismo. João Felipe explica brevemente para Luciana sobre o processo de revisão do Plano Diretor contextualizando-a sobre o assunto questionado anteriormente a Alex. Luciana questiona se será feito um planejamento em cima do assunto. João Felipe afirma que serão traçadas diretrizes no Plano Diretor Municipal que devem ser seguidas pela próxima revisão do Plano Diretor de Turismo, como exemplo é citado que se o Plano Diretor Municipal diz que não deseja mais o turismo de compras o Plano Diretor de Turismo deverá responder ao Plano Diretor Municipal, ou seja quais ações que são julgadas como importantes para estarem alinhadas entre os dois Planos. Alex reforça que não existe um segmento pré-definido semelhante à outras cidades. Alex relata que os eventos que acontecem no município são grandiosos e atraem boa parte da população assim como o setor de compras e saúde. Luciana relata que por conta de Araçatuba ser sede administrativa e a maior cidade da região, resultou em uma diversificação das frentes do turismo citando como exemplo o turismo de saúde onde a Santa Casa, Unimed, Hospital Central e a Associação Ritinha Prates que atendem as demandas de média e alta complexidade, especialidades e as clínicas, que criam movimentação de eventos (na área da saúde) trazendo conhecimento para a região, e por conta da estadia nos hospitais os familiares que realizam a visita também utilizam os serviços do município, o turismo rural também é presente no segmento de eventos (pecuária, lazer, restaurantes, ciclo turismo) e existem projetos de hotéis também para a área rural. João Felipe questiona se existe alguma área que precisa de melhorias, dando como exemplo o turismo rural crescente, mas que ainda está em processo de aprimoramento. Alex informa que compete à Secretaria de Turismo a função de dar infraestrutura à população que já usufrui dos diversos tipos de turismo, sendo algo que já ocorre atualmente. Luciana expressa que a divulgação é algo que falta no município, considerando o seu porte e os diversos eventos que ocorrem na cidade, citando o município de São Paulo como exemplo. João Felipe questiona se a divulgação não seria uma ação de governo, porém necessária. Luciana concorda e diz que isso deveria ser paralelo. João Felipe cita a Prainha municipal como exemplo de item importante para constar no Plano, estabelecendo um prazo para implantação de melhorias e infraestrutura para área. João Felipe explica que após a finalização do plano, ele será encaminhado como projeto de lei que quando aprovado deverá ser cumprido independente da equipe gestora, no Plano Diretor Municipal deverá constar que a revisão do Plano Diretor de Turismo deverá ser feita, acrescentando os demais itens citados anteriormente. Danielle relata sobre o possível interesse turístico da área do antigo pátio ferroviário e dá exemplo de outros municípios. Alex cita que existe o museu ferroviário e diz que a ideia para a área é a criação de uma área de calçadão e a revitalização de toda a área do pátio, ele ainda cita que a Secretária anterior tinha como plano que todos esses edifícios deveriam ter uma função cultural para o município, tornando a área em uma vila ferroviária.

Luciana relata que uma das casas de ferroviários foi transformada em um museu. Alex diz que existe o vagão para visitação e a maria fumaça dentro do zoológico. João Felipe questiona se o turismo histórico, voltado para a visitação do pátio ferroviário e centro histórico existe atualmente. Luciana responde que não. Alex acrescenta que existe a visitação ao museu e ao vagão que existe nos fundos. Danielle questiona se não é uma rota. Alex relata que quando são turistas, eles encaminham para o museu e em seguida para o zoológico para a visitação. Danielle questiona se ainda existe um resort particular. Alex explica que o local ainda existe, porém se tornou residencial, tendo disponibilidade somente diretamente com o proprietário, sem intermédio da prefeitura. Alex relata que os investidores precisam de conhecimento do valor das áreas históricas e dá exemplo de uma cafeteria próxima a faculdade Uni Toledo, onde atrai a população. Luciana cita a falta de conhecimento da população em relação à história do município, e comenta que a coordenadora do curso de História da Uni Toledo (atual Estácio) está desenvolvendo um inventário documentado do município para realizar uma divulgação para a população tomar conhecimento do desenvolvimento do município e ter uma apropriação do município. João Felipe questiona se o conselho de patrimônio é vinculado ao turismo ou à cultura. Luciana responde que atualmente está ligada à cultura, não ao turismo. João Felipe questiona se a classe ferroviária é atuante no município e se existe alguma associação. Alex diz que existe uma associação que já foi atuante, mas atualmente não são muito ligados à memória do local e muitos dos que ficaram são filhos ou netos dos ferroviários e não possuem uma ligação. Luciana relata que a lei de uso e ocupação do solo deveria ser revisada pois a vizinhança de salões de festas ou clubes não permitem que sejam realizados eventos e o alvará não é liberado. Alex dá como exemplo a praça João Pessoa que possui um palco para shows e peças de teatro à céu aberto, onde eventualmente veio a construção de um edifício residencial localizado na esquina em frente à praça e desde então surgiram críticas relacionadas ao horário dos eventos. João Felipe cita como exemplo da lei de Uso e Ocupação do Solo, quando se quer construir um buffet ou casa de shows em determinado local e devido à lei não é permitido, diferente de espaços públicos onde não é um uso formal. Danielle relata que se realizado um estudo de impacto de vizinhança para um evento que ocorre uma vez ao ano não é viável. Alex relata que o setor de planejamento repassa para o setor de turismo resolver os conflitos de uso e ocupação. João Felipe afirma que em teoria espaços públicos não podem ter o zoneamento impedido devido a serem áreas verdes e áreas institucionais. Danielle relata sobre o evento chamado de Virada Cultural elogiado pela população que por volta de dois anos não veio mais a acontecer. Alex relata sobre o evento chamado Q-festival que é realizado em um clube antes denominado como clube de campo, que devido ao crescimento do município a região se tornou parte da área urbana, e nas proximidades da área do Recinto de Exposições foi construído um condomínio residencial. Alex relata que o evento da ABQM é possui um fluxo de pessoas três vezes maior do que a exposição, porém é um evento aberto ao público controlado, porém não possui shows devido aos animais. Alex relata que o evento da ABQM ocorria no município de Avaré, porém com o crescimento do evento a rede hoteleira não conseguia comportar toda a demanda. Não tendo mais nada a se tratar sobre o assunto de turismo, o arquiteto João Felipe deu por encerrado a reunião agradecendo a presença de todos.



## **ATA DA REUNIÃO TÉCNICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARAÇATUBA – MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**

Ao primeiro dia do mês de outubro de dois mil e vinte, na Sede da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Prefeitura Municipal de Araçatuba, localizada na Avenida doutor Alcides Fagundes Chagas, nº 222, na cidade de Araçatuba, estado de São Paulo, teve início às quatorze horas e trinta minutos a presente reunião. A engenheira Danielle inicia a reunião agradecendo a participação dos presentes e explana brevemente sobre o processo de revisão do Plano diretor e como estão sendo conduzidos os trabalhos, repassa todos os questionários encaminhados a secretaria sendo os referentes a Meio Ambiente, Áreas Verdes, Drenagem Pluvial, Água e Esgoto, Resíduos Sólidos. O senhor Marcelo, assessor executivo da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade informa que no dia 07 de outubro ocorrerá a reunião do COMDEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, e questiona se seria possível apresentar para os conselheiros a pauta da Revisão do Plano diretor, e abrir para os mesmos trazerem propostas pertinentes ao meio ambiente do Município, e fica definido a data para a realização da participação da equipe técnica do Cetec. Danielle explica aos presentes que foi realizado uma captação de informações via questionários aplicados a população que transitava pelo centro da cidade, e se tratando de assuntos relacionados a meio ambiente, ficou nítido que a população araçatubense tem pouquíssimo conhecimento sobre o assunto, não sabendo opinar sobre a qualidade dos serviços prestados, sempre apresentado situações referentes a podas/abates de arvores de passeios públicos ou praças, o senhor Lucas, secretário de meio ambiente relata que a grande discursão na questão de podas é que os munícipes solicitam a poda esperando por um trabalho de poda de topiaria, além de questionarem que as arvores fazem "sujeira" com a queda de folhas, e requerem a supressão das arvores que abrigam aves para evitar "transtornos" ocasionados pelas mesmas, o que dificulta o trabalho desta secretária que não pode atender a essas demandas, uma vez que não são itens de crivo técnicos, e o fato da população não conhecer as questões de meio ambiente prejudica os serviços da equipe de meio ambiente. Marcelo aponta que a entrega do inventario urbano juntamente com o Plano Arbóreo do Município irá facilitar o trabalho da Secretaria, e a engenheira Danielle ressalta que já foi realizado um levantamento preliminar e que a equipe de campo já está percorrendo o município, e a primeiro momento já foi possível observar a quantidade de espécies que necessitam de uma poda de manutenção em caráter urgente, e pelo tamanho dos indivíduos, é possível identificar que muitas arvores são com idade superior a 30 anos e uma predominância da espécie Oiti, então Lucas confirma que no município também predomina a Sibipiruna, espécie plantada também na mesma época dos Oitis, e informa ainda que o município teve 3 grandes movimentos de plantios de Oitis, sendo o primeiro ocorrido em meados de 1910 quando se iniciava a implantação da Vila Ferroviária na cidade, o segundo plantio de dessas espécies arbóreas ocorreu na década de 20, no centro histórico de município, a partir da vila Ferroviária em direção a praça do Boi (conhecida na época como Jardim Araçatuba) e na vias próximas. Lucas relata ainda que na vila Ferroviária, mais precisamente na casa do engenheiro há a existência de uma Figueira, uma nas arvores icônicas do

município com aproximadamente a 100 anos, uma das únicas que restaram da época de arborização da vila ferroviária, essas espécies arbóreas com mais de cem anos serão cadastradas para um programa de conservação, bem como a espécie arbórea na escola Luiz Gama, a Sete Copas da Cobrac, a Figueira próxima ao residencial Picolotto que é muito procurada por ser de interesse cultural e religioso, devendo o loteador prever uma praça ou parque no local, afim de preservar a árvore. Lucas relata que esta Figueira está em uma área especial de interesse ambiental conforme consta nos mapas do Plano Diretor anterior, e que é de grande importância não só manter esta área, mas como ampliá-la, de forma a abranger toda a bacia de contribuição do Ribeirão Baguaçu, de forma a controlar o uso e ocupação de solo, permitindo manter a boa qualidade dos córregos que contribuem para a área de captação de água para abastecimento urbano. Danielle questiona se os novos loteamentos que são protocolados no município passam pela Secretária de Meio ambiente para avaliação e possíveis proposições, e o Sr. Lucas informa que todos são enviados a secretária principalmente pela questão do plano de arborização, antes mesmo de serem protocolados no GRAPROHAB e após a aprovação para a respectiva secretária emitir o LO. Lucas ressalta que há uma grande problema na questão de fiscalização do plano de arborização realizado pelas loteadoras, no que tange a quantidade de fiscais para realizar o serviço, uma vez que hoje a Secretária conta com apenas um fiscal, e dessa forma não é possível atender a demanda, sendo necessário ao menos mais 3 fiscais, desta forma seria possível realizar uma fiscalização após a emissão do habite-se, uma vez que a emissão da mesma fica condicionada a vários fatores, dentre eles o plantio de uma espécie arbórea na frente do imóvel, e logo após a emissão do documento e espécie acaba sendo removida, prejudicando assim o projeto de arborização urbana do município. Danielle questiona se o habite-se também tem a questão de taxa de permeabilidade no imóvel, e se é respeitado, uma vez que já foi levantado por outra equipe a importância de se manter uma taxa de permeabilidade, principalmente das áreas onde estão as áreas de contribuição aos córregos que abastecem a cidade e o Lucas informa ser muito importante este tópico, uma vez que o Ribeirão Baguaçu é responsável por 70% do abastecimento do município, sendo 10% abastecimento advindo do Rio Tiete e 20% do poço profundo. Lucas demonstra através de mapas que no Plano de 2006, a área de interesse ambiental se delimita somente a uma área do meio da bacia do Ribeirão Baguaçu, sendo interessante e importante aumentar essa área de forma que contemple todas as nascentes que desaguardam no Baguaçu, garantindo assim a qualidade e volume hídrico necessário para se manter esta captação. Lucas ressalta a importância dessa área, dando o exemplo de um fato ocorrido no passado de que, havia-se a intenção de implantação de um CGR- Centro de Gerenciamento de Resíduos, sem a coleta seletiva e uma área na cabeceira do Ribeirão Baguaçu, o que poderia prejudicar consideravelmente o sistema de abastecimento público do Município, então, diante de fatos já ocorridos, observa-se a grande importância dessa área de interesse ambiental ser mantida e ampliada. Lucas prossegue informando que esta área de interesse ambiental possui pequenas propriedades onde ocorre a agricultura familiar tradicional no município, Danielle questiona se essa propriedade de agricultura familiar produzem orgânicos, uma vez que o uso incorreto de agrotóxicos pode também prejudicar o abastecimento público e o Sr. Lucas informa que parte dos produtores trabalham com

orgânicos, e há uma chácara da Igreja Messiânica na mesma região que produz orgânicos há mais de 50 anos sendo bem tradicional, Marcelo complementa que a Prefeitura tenta incentivar o aumento das produções de orgânicos uma vez que o PPA prioriza a compra de orgânicos para a preparação das merendas. A respeito das Praças do Município, Lucas relata sobre as praças centenárias, sendo uma delas a Getúlio Vargas, com bom espaço para lazer e recreação, com boa arborização e manutenção e onde ocorre a feira livre de produtores de orgânicos, e a Praça João Pessoa (500 anos), que surgiu devido a preservação por parte do loteador de uma espécie de Farinha Seca, a espécie original morreu e no local já foram feitos mais 2 plantios de farinha seca para substituir a árvore original, uma forma de manter a tradição e história local e é sugerido inserir este fato no interesse turístico de Araçatuba. Retomando o assunto de área de interesse ambiental na cabeceira do Ribeirão Bagaçu, Danielle questiona sobre a questão de loteamentos na área, uma vez que já é conhecido fatos de tal interesse por ser uma área nobre e Marcelo relata que no ano de 2018 ocorreu um movimento a respeito as áreas de lotes para essa região que é de no mínimo 300m<sup>2</sup> e os empreendedores queriam diminuir esta área pela metade, o que implica em menos área para percolação de água no solo, Lucas relata que não há problema em lotear a área desde que se mantenha a área mínima de 300m<sup>2</sup> e a taxa de 50% do lote como permeável, ou loteamento de sítios e chácaras preservando os princípios ecológicos dando como exemplos lugares onde este modelo já existe com Filadélfia, Londres e Tóquio. Lucas demonstra em mapas (áreas de especial interesse) outra área já descrita no Plano Diretor como área de interesse logístico, que engloba áreas como do aeroporto estadual, entroncamento de rodovias, estaleiro, pátio ferroviário e o porto estadual na margem do Rio Tiete, sendo importante também manter esta área, uma vez que grande interesse tanto do governo Estadual quanto do Federal em ampliar o uso da hidrovia. Nesta mesma área de interesse logístico, Lucas relata que estão inseridos os Centros de Gerenciamento de Resíduos domésticos, e o Centro de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ambos de responsabilidade da Prefeitura e a Estação de Tratamento de Efluentes – ETE Bagaçu, Danielle questiona sobre um outro Centro de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil que está previsto para ser implantado no Parque Industrial de Grandes Resíduos e Lucas informa que se trata de duas empresas particulares que estão licenciando uma área da Prefeitura onde já havia deposição de RCC controlada até 2017 por caçambeiros sem qualquer tipo de licenciamento ou documento, sendo que no local já existia um TAC – Termo de ajuste de Conduta emitido pela Cetesb devido a um período anterior de utilização. Lucas relata também que mesmo com uma área para deposição de RCC a Prefeitura enfrentava a problemática com mais dezenove pontos de descarte clandestino de RCC, ficando um alto custo de dois milhões de reais/ano para a limpeza constante destas áreas, devidos as essas dificuldades, a Prefeitura realizou a concessão da área do antigo aterro de inertes para essas empresas se instalarem e processarem o material advindo de caçambeiros, ficando somente a área próximo ao CGR sob os cuidados da entidade municipal. Outro grande problema enfrentado é a questão da cooperativa de catadores de recicláveis que operava dentro da área do CGR também, não havia coleta seletiva de porta em porta, a cooperativa recebia os resíduos doméstico e fazia a separação manual, tendo os cooperados expostos a contaminação ao manipular

os resíduos, além de uma baixa eficácia e lucro, mesmo a Prefeitura dando toda a assistência social. Lucas explicou que em 2017 a Prefeitura ampliou o aterro de resíduos domiciliares para atender a demanda do Município, implantou a coleta seletiva de porta em porta e ampliou as atividades na Cooperativa tornando a mesma insuficiente, e em 2019 foi construído uma nova unidade na área de empréstimo ao lado do terreno do CGR, e está previsto para aproximadamente 10 dias a instalação de uma esteira neste novo barracão afim de melhorar as condições de trabalho, agilizando o fluxo de entrada e saída de material. É relatado ainda que a grande dificuldade de uma cooperativa é que o grupo quer ser assistido em 100% das atividades, o que dificulta o trabalho uma vez que o recebimento de "pagamento" não depende exclusivamente de manter uma boa triagem e venda do material. Lucas relata que no município existe também a ACREPOM, sendo uma associação de catadores iniciada ainda no período de existência dos lixões municipais e hoje se sustenta de materiais coletados em áreas comerciais (lojas e supermercados) além do PEV (ponto de entrega voluntária) que tem uma boa cooperação da população. Lucas relata que durante este período de pandemia aumentou consideravelmente o número de catadores autônomos que através do cronograma de coleta municipal, se antecipam a passagem do caminhão coletor e levam para comercializar todo o material que seria destinado a cooperativa, uma ação que se instalou e ainda não foi identificado uma maneira de solucionar. Um outro problema recorrente é a questão dos carreteiros, que possuem pequenos veículos e cobram valores baixos para transportar resíduos tipo RCC, galhadas e inservíveis, e ao invés de depositar nos ecopontos do município que hoje são 5 unidades distribuídos pelas periferias da cidade, eles descartam em estradas, lotes vazios e beiras de córregos, acarretando em mais serviços e gastos aos cofres públicos para realizar o manejo desse material, uma forma de coibir esta prática é através de identificação do gerador e a responsabilização do mesmo, sendo necessário vasculhar o resíduo depositado em local irregular. Os ecopontos foram criados para evitar a situação de descarte irregular, sendo suas localizações dispostas próximos aos pontos viciados indicados no Plano Diretor, o que resolveu muita parte do problema, sendo que funcionam das 7 às 17 horas de segunda a sábado, tendo sempre um fiscal para orientação da população que utiliza o local. Lucas relata que a equipe da Secretária de Meio Ambiente realizou um treinamento de 16 horas para a equipe de 90 agentes entrantes na Guarda Municipal de Araçatuba, tendo conteúdo de Legislação Municipal, Estadual e Federal abrangendo descarte de resíduos irregular, podas de árvores, queimadas, maus-tratos de animais e Danielle menciona que na reunião com a guarda-municipal, o Sr. Alcantra relatou sobre a autoridade que os guardas municipais tem de fiscalizar e autuar os munícipes nas questões ambientais quando comprovado as irregularidades ou em casa do flagrante, então Lucas descreve o processo que o guarda autua sob o código de posturas e encaminha para a Secretária de Meio Ambiente qualquer demanda ambiental, como por exemplo descarte dentro de córregos e desta maneira é autuado por crime ambiental conjuntamente, sendo penalizados quem descartou e o proprietário da área onde ocorreu o descarte, sendo a autuação em flagrante, o indivíduo já é autuado no ato, no caso de não identificação do responsável, o proprietário é notificado e 15 dias após o ocorrido o material descartado ainda estiver no local, é gerado a autuação, sendo o valor de R\$800,00 dobrando o valor em caso de reincidência. Lucas prossegue

informando que no caso de descartes em corpos hídricos, a Prefeitura realiza o Boletim de Ocorrência que é encaminhado a Polícia Ambiental, Danielle pergunta sobre a atuação da polícia ambiental no município e a equipe da prefeitura informa que mesmo com as dificuldades de poucos veículos para atender 49 cidades, a polícia é bem atuante, principalmente nas questões de queimadas rurais, tendo aumentado muito as ocorrências principalmente para a limpeza de terrenos. A equipe relata que a Lei do Plano Diretor vigente determina que todos os córregos do mapa 32 são de especial interesse ambiental, porém no mapa não consta todos os mapas, sendo necessário inclui-los, e Danielle explica que possivelmente houve alteração na minuta, porém o mesmo não ocorreu nos mapas, mas que neste momento cabe casar as informações e mapas e deve ser explicado em audiência pública para não haver distorção ou retaliação da lei, e a equipe frisa mais uma vez a importância para o sistema de abastecimento do município de se manter toda a bacia de contribuição do Ribeirão Baguaçu a montante da captação, incluído a nascente do Córrego Machadinho como área de especial interesse ambiental, e identificam ainda as áreas do CGR, captação do Tiete e a ETE Baguaçu. Marcelo menciona a "Mata dos Ingleses" como uma área de especial interesse ambiental e que não consta no Plano Vigente, e Lucas completa que é de extrema importância por se tratar de uma área sensível, de corredor ecológico da região sendo de interesse para conservação da biodiversidade, devendo ser incluída na atualização dos mapas do novo Plano, e infelizmente ocorre muita caça no local. Danielle questiona a respeito das chácaras de recreio da região, localizadas às margens do Rio Tiete, e Lucas informa que um atrativo turístico muito forte da região e pela imagem de satélite aponta as localizações dos condomínios de chacaras e Marcela ressalta que no Município existe a Lei que determina de as APPs nas margens do Rio Tiete devem ser de 100 metro, independente do Código Florestal e Lucas complementa que a CETESB licencia independente da Lei Municipal e Danielle complementa que quando a Prefeitura emitir a Certidão de Uso e Ocupação do Solo ela deve mencionar a Lei Municipal e a CETESB deverá acatar, uma vez que a Lei do Município é mais restritiva. Retomando a questão de áreas especiais de interesses ambientais, Lucas aponta como uma área também prioritária a região do parque Baguaçu, onde antigamente funcionava uma pedreira de basalto utilizado na construção da estrada de ferro, Lucas completa relato que a região tem muita ocorrência de dengue e leishmaniose devido às lagoas de águas paradas que surgiu após a exploração do basalto, há também a existência do antigo emissário de efluentes doméstico do DAEA, Danielle questiona a respeito da vegetação neste local e Marcelo explica que na década de oitenta ocorreu um movimento dos municípios que realizou o plantio de espécies arbóreas no local e criou-se o decreto que o torna parque ecológico e ressalta ainda que há a predominância de Leucenas. Lucas relata que não há possibilidade de alterar o coeficiente de permeabilidade para um índice menor devido ao tipo do solo na região, sendo uma região de solo muito fino, com existência de argila, latossolo muito denso e profundo, existência de muito saibro, o que dificulta a infiltração de água, Danielle complementa informando que diante de um solo com pouca capacidade de permeabilidade e uma grande área já urbanizada e a ampliação, sem a possibilidade de aumentar o canal do ribeirão, e com as mudanças nos regimes de chuvas que tem tornado mais constantes as chuvas intensas e curtas, muito provavelmente as regiões lindeiras a córregos e rios irão sofrer com

constantes problemas e enchentes e inundações. Sobre as lagoas oriundas da extração de saibro, Marcelo relata que estudos realizados pela fiscal Jaqueline, identificaram que eram usados para processar sebo do frigorífico que existia na região, e devido a este tipo de uso a carga orgânica ainda se matem muito elevada, ocorrendo a eutrofização por macrófitas anualmente, Danielle questiona se não existe um TAC para resolver o problema e Marcelo completa informando que não existe mais o frigorífico, ficando para o Município solucionar esses tipos de problemas. Danielle relata que em reunião com a equipe de mobilidade, apontou-se como possibilidade a construção de um viaduto por cima do Parque Bagaçu, afim de dar fluxo ao transito advindo dos bairros Ivo Tozzi e Hilda Mandarino, além de uma nova entrada da Rodovia Marechal Rondon projetada na lateral do campus da Unesp, e a equipe de Meio Ambiente reportou que é interessante, uma vez que os impactos seriam mínimos, uma vez que o traçado é o mesmo já utilizado pelo linhão de energia elétrica, e se pensando em um Plano para 10 anos, provavelmente será necessário uma projeção de um equipamento que não perturbe o parque existente. Danielle questiona a respeito da existência de áreas de expansão urbana, que não é muito bem definido no município, sendo necessário pré-estabelecer essas áreas para organizar o crescimento das áreas urbanas e Lucas relata que não existe uma lei de expansão urbana mas é possível identificar que existe uma predominância de crescimento para a região norte, onde é classificado como área de interesse logístico, deva a áreas industriais já estarem alocadas nesta área e é comum se instalar zonas de moradias para atender a mão de obra dessas indústrias, para a implantação de novos empreendimentos, é emitida pela Prefeitura uma certidão com diretrizes a serem seguidas, que somente utilizam os mapas de zoneamento do Plano Diretor, porém não limita um distanciamento máximo do perímetro urbano. Danielle questiona se há programas para criação de novas áreas verdes e Lucas apresenta mapeado algumas áreas de remanescentes florestais que somando chegam a um valor de 3% de área do município, e que considera muito importante a preservação destas áreas existentes, bem como a criação de novas áreas e toma-los parques. Lucas ressalta a dificuldade da secretaria no sentido de pouco corpo técnico para atividade específicas, dando exemplo da ausência de analistas ambientais para a realização de licenciamento e vistorias, ficando a cargo da fiscal, e Danielle concorda que sem profissionais habilitados na área o trabalho fica moroso e falho em alguns aspectos, Lucas complementa que hoje não há nenhum tipo de licenciamento ambiental na Prefeitura para empreendimentos, somente na questão de poda e supressão de indivíduo arbóreo. A respeito do Zoológico que é de responsabilidade da Secretária de Meio Ambiente, Marcelo e Lucas relatam sobre uma ação do Ministério Público a respeito de maus-tratos dos animais (decorrente da morte de vários animais de porte grande por motivos variados no ano de 2016 e de dinheiro público recebido para melhorias nos recintos que não foram realizados). Hoje existe um plantel de 265 animais de 20 espécies diferentes sob responsabilidade da Prefeitura e já ocorreu a tentativa de enviar para outras instituições como centros de conservação, santuários, porém os órgãos estaduais não autorizam a transferência das espécies por entender que já existe sobrecarga, sendo necessário continuar a manutenção destas espécies no próprio zoológico municipal, diante desta necessidade, criou-se o CRAS – Centro de Reabilitação de Animais Silvestres, e devido a isto, tem aumentado muito a quantidade de animais silvestres que a Prefeitura

recebe e encaminha cerca de 350 animais silvestres pra outro centros por ano, sendo necessário manter o CRAS para tratar, adaptar e soltar, sendo necessário a criação de uma área de soltura sendo uma possibilidade a "Mata dos Ingleses" se tornar esta área de soltura, por já ser considerada um corredor ecológico, no caso de animais que não tem possibilidade de retornar ao habitat natura, encaminha-los para centros que tenham condições de mantê-los, como por exemplo Santuários. Marcelo prossegue salientando que para manter o CRAS na área do Zoológico é necessário murar todo o local onde ainda há dois recintos ocupados para impedir a entrada de animais domésticos que tem sido recorrente e a entrada da população, e no restante de área (65%) criar-se um parque aberto ao público para a utilização da população, toda a regularização já área já foi feita com autorização de manejo do DEFAU, o projeto de infraestrutura já foi criado em colaboração com o curso de arquitetura da UniToledo, ficando ainda algumas partes parada como poda devido à falta de verba (estimativa de R\$1.600.000,00). Danielle questiona se a população é a favor de ter um zoológico no município e Lucas relata que a população cobra por parques, a criação do CRAS e do Parque na área do zoológico vai de encontro com a vontade da população, e ainda a gestão de bem-estar animal vem para a Secretaria que hoje se encontra sob os cuidados da zoonose. Danielle questiona se é a zoonoses a responsável pela castração e o porquê é realizado somente a castração de gatos e Lucas explica que se deve ao número muito alto de felinos nas ruas, que tem a capacidade de uma procriação muito rápida, Marcelo completa ainda que a posse responsável também fica a cargo das zoonoses, mas na verdade deve ser vinculada a Secretária de Meio ambiente devido a ser bem-estar animal. Danielle questiona se há uma parceria com a Unesp, uma vez que a mesma possui curso de medicina veterinária e Marcelo responde que sim, mas somente para tratos com o zoológico e Lucas relata que agora o Prefeito Dilador conseguiu junto ao Governo Estadual recursos para a construção de um hospital veterinário público, já tendo sido aprovado a área (ao lado do centro de zoonoses) com aprovação de técnicos do Estado que visitaram o local, se iniciando uma vida nova em relação ao bem estar animal. Marcelo explica que ainda há dificuldade com a falta de funcionários, que hoje o município possui somente um monitor de agropecuária para atender todo o município e quando há ocorrência de cavalos soltos na área urbana, é acionado o guarda municipal para fazer o recolhimento do animal, mas é importante um técnico ou veterinário, para já realizar identificação de possíveis maus tratos cumprindo assim as ações de maus-tratos. Lucas relata que tem algum mapeamento feito em relação as áreas remanescentes de matas originais sendo importante mantê-las e mapeou também as áreas do projeto de plantio baseado no Plano de Restauração Ecológica de Mata Atlântica e Cerrado do Município – PREMAC – ATA, que através de um decreto municipal foi instituído a possibilidade de proprietários rurais cadastrarem as suas áreas de preservação permanentes na Prefeitura para obtenção de plantio, formando uma parceria com a Prefeitura que necessita cumprir compensações ambientais, que desde 1988 tem projetos atrasados e não possui áreas suficientes para o cumprimento de todos, Lucas continua informando que recorreu a ONGs internacionais que financiavam através de fundos, e juntamente com a AES-Tiete, CETESB e Secretária Estadual de Meio Ambiente se reuniram e conseguiram trazer verbas de uma ONG Belga que financiou o plantio nas APPs de propriedades que margeiam o córrego dos Espanhóis, sendo iniciado o Plantio em APP

e a próxima etapa é o plantio para formação de corredores ecológicos, e o projeto foi encabeçado pelo SIRAN (Sindicato Rural da Alta Noroeste). Marcelo relata ainda que há uma grande interesse em recuperar as nascentes do espigão da cabeceira da bacia do Ribeirão Baguaçu, formando corredores ecológicos naquela área também interligando a Bacia do Tiete com a Bacia do Peixe, porém é necessário a anuência dos proprietários, sendo necessário incentivar esses proprietário a plantar nessas nascentes. A respeito do Córrego Traitu, Lucas relata que a área das nascentes deste córrego, bem como as lagoas das nascentes do Córrego Machadinho estão fora a área atual de interesse ambiental, sendo muito importante inclui-las, uma vez que contribuem para o ponto de captação para abastecimento urbano. A Respeito do prolongamento da avenida Pompeu margeando o córrego Machadinho, Lucas relata que já foi identificado que a app local tem em torno de 1 metro a 1,50 de resíduos da construção civil que foram depositados no local nas décadas de 70/80, que a compensação ambiental desta obra está sendo realizado em outra área, e nas áreas próximas já existe um TAC sendo cumprindo com aproximadamente 600 arvores, além de implantação de dispositivos de equipamentos que irão impedir problemas de enchentes no local, como dissipadores e escadas hidráulicas. Lucas continua explanando sobre as áreas de especial interesse ambiental, que compreende a área das nascentes do Córrego Machadinho, onde já existe um projeto aprovado para a recuperação da área por loteadores, e deve-se manter como interesse ambiental. Marcelo ressalta a área do córrego ao fundo do Bairro Nova Iorque que contribui na área de captação da ETA do Ribeirão Baguaçu, sendo de suma importância manter e ampliar a área de interesse ambiental para preservação do abastecimento público. Jaqueline apresenta o problema que ocorre nas margens do Córrego Alvoradinha, que foi loteado e ocupado, e os moradores da população procuram muito a Secretaria buscando alternativas para ocupar dos lotes que estão dentro da APP, porém não há alternativa, uma vez que ainda existe vegetação no local, sendo necessário cumprir a Lei Federal. Danielle da continuidade a reunião questionando sobre a existências de problemas relacionados a drenagem pluvial, e Lucas informa que o Córrego Traitu é um grande responsável por ainda aliviar esses problemas, e que a obra na Avenida Pompeu também vai aliviar as cheias da avenida, e acredita ser de suma importância a preservação da cabeceira do córrego Machadinho, Danielle então sugere a criação de um parque linear, com instalação de lagoas que funcionariam como pulmões, segurando as águas advindas dos bairros próximos, impedindo que o um grande volume seja jogado diretamente no canal do córrego Machadinho, integrando quadra de esportes, pistas de caminhadas, tornando atrativo para a população. A respeito dos Resíduos da Construção Civil, Lucas relata que hoje a área antiga será processada por dois empresários diferentes, e a área de responsabilidade de Prefeitura (ao lado do aterro municipal) é operado com uma escavadeira hidráulica e um implemento separador que peneira o material originando dois subprodutos, e o subproduto gerado é usado 100% pelas obras da Prefeitura, infelizmente o material de descarte irregular não pode ser processado, sendo destinado totalmente para aterramento, principalmente da área de jazida. Lucas informa que o Município está fazendo parte do Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia, que se trata da maior aliança mundial de Prefeitos e líderes locais compromissados com a ação Climática e uma das ações é após o cadastro, realizar o levantamento de todo o carbono emitido pelos trabalhos da

Prefeitura, como as emissões pelos automóveis do município e etc, e qual o poder de remediação, e sendo a ação escolhida pelo Município de Araçatuba é o plantio de muitas árvores e recuperação de áreas degradadas. Danielle questiona se o Município aderiu a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e se tem o IPTU verde no município, Lucas relata que existe o IPTU sustentável, que funciona muito bem, porem são poucos munícipes interessados em aderir, e a Secretária tem poucos técnicos disponíveis para realizar a fiscalização. Danielle questiona se no município existe um berçário de mudas e Lucas confirma que sim e que inclusive receberam uma doação de espécies devido a uma parceria firmada com a CPFL Paulista e já iniciaram o plantio nas áreas onde ocorreram podas irregulares, Lucas relata que a parceria surgiu após a emissões de multas devido as podas drásticas realizadas pelas equipes da CPFL, uma vez que os mesmos não seguiam o manual municipal de arborização urbana, a partir de então a CPFL juntamente com a Prefeitura instituíram no município o programa "arborização mais segura" onde a Prefeitura definiu o cronograma para substituição das espécies, e Lucas completa informando que até o ano de 1998 a Prefeitura realizava todo o serviço de poda gratuitamente, mas com o fim das equipes de poda o serviço extinguiu-se, o que justifica as árvores de tamanhos enorme principalmente nas regiões mais antigas, uma vez que o munícipe não quer custear o serviço. Lucas relata ainda que há pouco registro de quedas de árvores, e as ocorrências são mais comuns nas espécies onde há presença de cupins, geralmente são as Ipês, Oitis e Farinha Secas. Lucas complementa ainda que há 4 anos estão desenvolvendo a lista de espécies indicadas para arborização urbanas baseado nas instruções estaduais, no ecossistema local, estão realizando um zoneamento das espécies como onde ocorrem o cerrado e o cerradão e o histórico e arborização da cidade. Danielle questiona se há Manual de poda e treinamento para podadores e Lucas relata que o curso é realizado anualmente, e há a intenção de se criar um manual on line. Não tendo mais nada a se tratar sobre o assunto de meio ambiente e sustentabilidade, Danielle deu por encerrado a reunião agradecendo a presença de todos.



## ATA DA REUNIÃO TÉCNICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARAÇATUBA – ESPORTE, LAZER E RECREAÇÃO.

Ao sexto dias do mês de outubro de dois mil e vinte, na sala da Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação da Prefeitura Municipal de Araçatuba, localizada na Rua Francisco Braga, nº 351, Vila Bandeirantes, na cidade de Araçatuba, estado de São Paulo, teve início às nove horas a presente reunião. O arquiteto João Felipe deu início a reunião apresentando a equipe e explicando o processo de desenvolvimento da revisão do Plano. João relata que foi feito um questionário inicial para ter base no assunto e o Sr. Sergio passa a relatar que no Município existe vários tipos de programa de incentivo ao esporte, pois em todo local que existe um núcleo esportivo já é um meio de incentivo a pratica de esporte , englobando áreas institucionais, centros comunitário, educação e da exemplo da base dos bombeiros, onde há uma quadra e piscina, que mesmo se tratando de uma área institucional é oferecido aulas de natação e outros esportes de quadra, outro exemplo são as quadra do Sesi, que mesmo que particulares, são oferecidas atividades desenvolvidas pela Prefeitura, então em todo local onde há possibilidade de desenvolver atividades esportivas, é considerado um incentivo a pratica de esportes. Sergio relata também que é considerado incentivo ao esporte e participação em eventos esportivos fora do município, como ligas e torneio, onde Prefeitura custeia as inscrições, deslocamento e alimentações, abrangendo todas as faixas etárias, inclusive para a terceira idade. João Felipe questiona se as competições estão diretamente ligadas a um núcleo esportivo e Sergio explica que existe as escolinhas e os treinamento de rendimento, que só participam das ligas os atletas que praticam o treinamento de rendimento. Danielle questiona se para participar das escolinhas e treinamento há alguma exigência como nível de notas escolares e Sergio explica que na verdade depende somente de desempenho técnico, sendo avaliados por um técnico. João questiona se há algum incentivo fiscal ou bolsa de Estudos e Sergio relata que existe o auxílio atleta, e que hoje existente 20 atletas que tem bolsas universitárias, sendo 17 bolsas integral, e mais 120 atletas que recebem recursos em dinheiro dentro de todas modalidades, somando todas as modalidades há 450 atletas de competição e não há possibilidade de pagar todos, então há uma lista de critérios para seleção dos atletas que irão receber auxilio, tendo um recurso municipal de R\$38.000,00 para distribuição, sendo o valor maior de R\$600,00 e o menor valor de R\$150,00 e um dos critérios para o recebimento do auxílio é a classificação nos jogos regionais e jogos abertos. Analisando os resultados do atleta no jogos regionais e jogos aberto é projetado para o primeiro semestre do próximo ano, pagando 10 auxílios para os atletas. João questiona se há algum regulamento para distribuição desse auxílio atleta. Sergio explica que faz uma reunião com os técnicos de cada esporte e como base no desempenho do atleta é distribuído o auxílio. Para os atletas bolsistas é feito o pagamento direto para a faculdade, sendo 5 auxilio no primeiro semestre diante o resultado dos jogos regionais e 5 auxilio no segundo semestre com base no resultado dos jogos abertos. Todos atletas devem preencher um formulário e assinar o recibo com o devido valor do auxílio atleta recebido. João questiona se é possível identificar qual seria a pratica esportiva que usaria mais recursos para a formação, treinamento e competição formação dos atletas. Danielle

comenta qual seria o esporte tradicional na cidade e o mais procurado pelos atletas. Sergio comenta que possui atletas pré-olímpicos no judô e que todos atletas possuem nível de competição, que possui cerca de 34 modalidades inscritas nos jogos regionais e abertos e com isso não é possível destinar um valor específico para o esporte e tenta ajudar todos os esportes com transporte e despesas. As taxas de inscrição e arbitragem é diferente para cada esporte por isso não tem um valor específico. E os esportes mais procurados é a ginástica rítmica tendo 640 meninas matriculas com 300 na fila de espera, e o basquete com 360 alunos tanto masculino quanto feminino e com uma lista de espera de 100 alunos. João pergunta se existe algum outro esporte que é requisitado pelo público. Sergio declarou que o ciclismo é um esporte muito procurado pela população, e pergunta se existe a possibilidade de fazer a instalação de ciclovias no plano diretor, para aumentar o número de ciclistas, incentivando a prática do esporte, uma vez que existe muitos campeonatos na cidade organizado pela prefeitura junto com os ciclistas. João questiona se tem alguma política a respeito do uso de ciclovias, ciclofaixas operacionais, vias abertas. Sergio declara que não existe nenhuma lei institucionalizada a respeito de ciclovias, que apenas foi conversado com o prefeito. Danielle comenta que foi realizado uma pesquisa na cidade sobre ter as faixas nos bairros e a população comentou que não havia ciclovias ou ciclo faixas. Sergio comenta que existe uma ciclofaixa, mas não existe a possibilidade de realizar treinamentos nela por possuir 1200 metros, e apresentar muitas pessoas correndo. João questiona quais são as áreas públicas destinadas a pratica de esporte e se existe programa dentro delas e Sergio responde que são parte dos 73 núcleos, tanto público quanto particular, que todas as áreas públicas apresentam programa dentro delas e que existe programas dentro de espaços públicos que não são controlas pela secretária de esporte como por exemplo em praças e futebol de campo, sendo autorizado o uso do local e que existe aproximadamente 120 escolinhas de futebol que são realizadas por profissional particular. João pergunta se tem algum espaço público que não esteja em uso e que poderia ter um potencial para ser utilizada. Sergio explica que as quadras mais novas não estão em uso por não possuírem técnicos disponível para a realização das atividades, por não ter condições operacionais para atender todos os núcleos. João questiona sobre quadras ou clubes que não possui a infraestrutura adequadas para a realização das atividades, e que tenha interesse em utiliza-las. Sergio comenta sobre o CSU que já foi realizado o melhoramento do campo de futebol, mas ainda precisa melhorar a infraestrutura da piscina e que foi inserido no plano de governo como meta o melhoramento do local. Danielle pergunta e o CSU é completo possuindo quadra, campo de futebol e piscina, Sergio comenta que sim, e que foi pedido a reforma desses lugares. João questiona se existe bairros que não apresenta quadras ou atividades esportivas no local. Sergio comenta que sim pelo fato da cidade estar expandindo muito principalmente para a zona norte, e ainda não possui equipamento para a realização de atividades esportivas em todas as regiões. Para finalizar o assunto de esporte, João questiona se tem algo a mais para informar, ou que seria importante para cidade, algum plano interno, alguma política de governo. Sergio comenta que gostaria de fazer alguma isenção do ISS para os atletas, possuindo mais recursos para ajudar os atletas, e apoio de patrocinadores para ajudar nos gastos com seus atletas. Relata ainda que foi colocado um plano de esclarecimento para a população para incentivá-

los a apoiar mais os atletas, a ação está no plano de governo para tentar resolver estes problemas. João questiona se tem algum esporte que tenha interesse de resolver a infraestrutura. Sergio comenta que gostaria de área específicas de treinamento, criados especialmente para aquele esporte, como por exemplo um ginásio específico para ginástica. Danielle pergunta se existe algum esporte que se torna inviável devido ao custo dos equipamentos e Sergio explica que não, mais alguns problemas com quantidade de público para assistir os jogos e o tamanho oficial das quadras para a realização dos campeonatos de acordo com as exigências dos campeonatos, os espaços físicos que são complicados. Danielle questiona se existe algum clube grande que mantém as equipes e Sergio explica que na cidade não existe clubes para manter as equipes e que seria bom ter esses clubes para poder ter um nível maior de competitividade dos atletas. João questiona se tem algum bairro que pede equipamento e Sergio comenta que existe muito pedido para academia ao ar livre nos bairros, mas com a falta de recurso não tem como fazer as instalações e que ainda possui muitas academias mal instalada em lugares com muito sol e não é utilizada por esse motivo. João questiona se existe o pedido para a construção de alguma quadra ou pista de skate e entro outros. Sergio explica que é pedido muitas quadras de areia para a prática de esporte. E com isso é gasto muito com areia para a implantação dessas quadras. Pedem também muitos troféus e medalhas para os torneios. Danielle questiona se existe o controle sobre o uso das quadras. Sergio comenta que existe sim o controle do uso, dando preferência para a atividades do município e depois com agendamento de horários, sendo usado pela população com a autorização dada pela secretária de esporte. Não tendo mais nada a ser discutido sobre o tema, João Felipe agradece a colaboração dos presentes e encerra a reunião, todos os presentes assinaram a lista de presença apresentada a seguir.



## ATA DA REUNIÃO TÉCNICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARAÇATUBA – CULTURA.

Ao sexto dias do mês de outubro de dois mil e vinte, na sala da Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação da Prefeitura Municipal de Araçatuba, localizada na Rua Francisco Braga, nº 351, Vila Bandeirantes, na cidade de Araçatuba, estado de São Paulo, teve início às onze horas a presente reunião. João Felipe deu início a reunião perguntando como é organizado os eventos culturais, esportivos e religiosos na cidade e Sergio – Secretário de Cultura explica que a cultura é trabalhada com edital, pelo fato de precisar de muitos funcionários em diversas áreas, e eventos como fanfarra municipal, escola municipal de dança, escola municipal de balé e a orquestra municipal são fixas pela secretaria, mas que existe também atividades realizadas por terceiros ou parceiros onde são contratadas via edital, como por exemplo: o Festival Música Instrumental de Araçatuba e o Festar, e a secretaria entra com o suporte técnico e curadoria desses eventos. João questiona se o município possui algum calendário de como é realizado esses eventos durante o ano e Sergio explica que existe sim um calendário, e que possui eventos que são fixos em um determinado período, não possuindo uma data específica marcada. João questiona se há locais específicos para a realização desses eventos e se são espaços da prefeitura ou são de parceiros, Sergio comenta que existe lugares da prefeitura que são menores e para eventos com uma maior estrutura é usado lugares de parceiro. João questiona se além do teatro, quais outros lugares pode haver um desenvolvimento da cultura e Sergio relata que além do teatro existe a biblioteca municipal, teatros a céu aberto, dois teatros fechados, Estação Cidadania que é um espaço específico para esporte e cultura. Danielle questiona sobre o vagão ser um espaço cultural e se a plataforma existente no local será utilizado para algum projeto de praça e Sergio explica que existe dois projetos para a construção da praça com concha acústica, um com a demolição da plataforma e o outro com reforma da plataforma, pelo fato dela apresentar um valor histórico, mas não é considerada um patrimônio histórico, diferente da oficina de locomotivas que é tombada como patrimônio histórico e está em processo no CONDEPHAAT, e tem valor gasto na reforma que gira em torno entomo de 7 milhões de reais. Sergio comenta sobre o vagão ser um museu e que existem 3 museus na cidade que conta a história da ferrovia. O museu do vagão está em análise da CONDEPHAAT, e o processo está parado pelo fato da pandemia. Danielle questiona se os 3 museus são de responsabilidade da Secretaria de Cultura, se é cobrado entrada para o acesso do público e se recebe verbas do estado para a manutenção. Sergio responde que sim, é de responsabilidade da Secretaria, os gastos com manutenção são todos do município e que não é cobrado entrada quando agendada a visita, e que possui programa de visitação de escolas. João questiona se na região central onde está localizada a Secretaria de Cultura existe algum projeto de maior incentivo para eventos culturais. Sergio explica que possui um projeto para construção de um espaço aberto destinada a eventos culturais, mas por possuir casas no local que são tombadas não tendo como retirá-las, então há a necessidade de encontrar fomar e recursos para mantê-las, hoje algumas residências da antiga vila Ferroviária são cedidas para algumas associações dando uso nelas e assim mantendo a conservação, mas que tem casas que não estão sendo utilizadas e ainda existem duas casas que estão sendo usadas de forma irregular, portanto tem que pensar em

todos esses casos para manter o local em estado de uso, assim atraindo a população para utilização do local. João questiona se existe algum projeto para conservação e utilização dessas casas e Sergio comenta que é feito um pedido por alguma associação para a Secretaria, é analisado se possui alguma casa disponível, então é feito por meio de concessão de uso, que será cedido por um período estabelecido. João questiona se as associações têm que estar ligadas a algum fim cultural e Sergio relata que essas associações precisam sim ser ligadas a fim cultural, por exemplo a associação dos artesões, eventos culturais como carnaval e indígenas. João pergunta se existe roteiros específicos sobre as atividades culturais na cidade e Sergio comenta que não existe um roteiro específico da Secretaria de Cultura, mas algo mais informal para visitação e alguns mapas turístico que possui pontos culturais marcados. João questiona se existe algum projeto não desenvolvido em rela o a cultura e Sergio relata que Araçatuba tem um potencial muito grande para a dança e que possui muitos alunos no Balé Municipal que estão dançando em companhias de dança espalhadas pelo mundo inteiro, portanto está no plano de governo transformar Araçatuba em referência da dança, ampliando os est dios de dança, realiza o de eventos relacionado ao assunto. João questiona quanto a infraestrutura relacionada a cultura, se existe algum bairro carente de equipamento e Sergio explica que todos equipamentos da cultura estão centralizados no centro da cidade, e que somente a Esta o Cidadania está na zona norte. João questiona se Sergio acha importante uma política de regionaliza o e se possui algum equipamento móvel para o acesso nos bairros. Sergio relata que   muito importante ter essa regionaliza o, para facilitar o acesso da popula o nos teatros, tendo um local específico nos bairros   mais conveniente para a popula o local, e que não possui equipamentos volantes, mais algo contratado por edital que atende todos cantos da cidade. João pergunta se nas periferias existem esses programas por edital e Sergio comenta que as associa es dos bairros são sempre utilizadas, mas algumas não são vinculadas como espaço físico da Secretaria de Cultura, e   contratada via edital, mais sem ter algum espaço físico da própria Secretaria, mas que disponibiliza a montagem de palcos móveis. Danielle questiona se os equipamentos são da Secretaria ou tem que fazer a contrata o desses equipamentos e Sergio relata que depende do Rider Técnico dos eventos, que possui um palco de 18m<sup>2</sup> e se precisar de algo maior para a realiza o das peças   necessário contratar de terceiros. Danielle questiona se o evento Virada Cultural foi encerrado e Sergio informa que a Virada Cultural   um programa do Estado de São Paulo, e por possuir um valor elevado não era viável manter, mas que em 2020 foram contemplados 19 municípios com o valor de 70 mil reais e por isso Araçatuba iria se inscrever no programa, mais estava esperando o projeto ser contemplado pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. João questiona se existe alguma região ou categoria que exige uma determinada demanda que a secretária não consegue atender. Sergio explica que recebe uma demanda de todos os segmentos e bairros da cidade, mas como possui muitos editais para a realiza o desses eventos e a popula o não concorreu a eles, a secretária não atende esse tipo de demanda, e como os editais   lançado com antecedência a prefeitura não consegue atender a todas as demandas, outro problema   a demora para serem lançados esses editais para atender a demanda de cada segmento. João questiona a identifica o de grupos que sempre utiliza o mesmo espaço físico, e Sergio explica que existe uma regra que disponibiliza por exemplo, o uso do teatro duas vezes por reserva para cada

instituição, assim evita que apenas um grupo utilize o local e possibilite que outros grupos possam utilizar também, outra questão são os lugares que são fornecidos pela prefeitura e não é cobrado taxas sobre o uso. Danielle questiona se não é cobrado nenhuma taxa ou ajuda de custo para o uso desses lugares e equipamentos, e se não seria interessante cobrar esses gastos. Sergio explica que não é cobrado nenhuma taxa, toda parte de estrutura é fornecida, e que todo Rider Técnico é disponibilizado pela prefeitura. E que está sendo conversado sobre a cobrança dessas taxas de uso dos locais, para a manutenção, gastos e preservação dos locais. João questiona sobre o conselho de patrimônios e Sergio explica que eles têm os projetos que são encaminhados para o CONDEPHAAT que é um órgão do estado, e possui o Conselho Municipal de Políticas Culturais que é um órgão responsável pelos projetos a serem lançados, este órgão possui câmeras técnicas separadas para cada assunto. Sergio explica também que existe uma diretoria de patrimônio onde é analisado se há a necessidade de ir para a câmera técnica ou não. João questiona se os edifícios do centro foram tombados pelo Estado e se possui alguma relação dos patrimônios tombados. Sergio relata que foram sim tomados pelo estado e pelo município, e que há uma relação desses edifícios. Danielle questiona se tem algum prédio ou construção que não é tombado como patrimônio cultural/histórico e que seria interessante fazer o tombamento e Sergio explica que existe algumas casas que possuem valor histórico, mais como a multa para a demolição é baixa, num valor de R\$ 812, 00 reais, os donos dos estabelecimentos preferem pagar a multa a aguardar a resposta da prefeitura sobre a demolição. João pergunta se existe alguma política específica para quem é dono de construções que tenha um valor de patrimônio histórico. Sergio comenta que não tem, e que deveria ter algum desconto ou isenção do IPTU. João questiona como é a atuação da sociedade sobre o patrimônio da cidade e Sergio relata que a preocupação da população com os imóveis tombado é muito baixo, pelo fato do mercado imobiliário interferir e a população não enxergar o valor histórico dos imóveis. João questiona se a Diretora de Patrimônio é participativa. Sergio comenta que sim. Não tendo mais nada a ser discutido sobre o tema, João Felipe agradece a colaboração dos presentes e encerra a reunião, todos os presentes assinaram a lista de presença apresentada a seguir.



## **ATA DA REUNIÃO TÉCNICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARAÇATUBA – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RELAÇÃO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL**

Ao sexto dia do mês de outubro de dois mil e vinte, na sala de reuniões da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Relação do Trabalho Urbana da Prefeitura Municipal de Araçatuba, localizada na Rua Gonçalves Ledo, nº 80, na cidade de Araçatuba, estado de São Paulo, teve início às quatorze horas e trinta minutos a presente reunião. O arquiteto João Felipe deu início a reunião agradecendo a presença e colaboração dos presentes, explicou brevemente sobre o processo de revisão do Plano Diretor e a importância dos dados coletados. Logo relata brevemente sobre os assuntos que serão abordados na reunião, sendo projetos futuros das secretarias, as principais atividades econômicas e suas localizações, e os grandes empreendimentos, ofertas de emprego, se há programas de qualificação de mão de obra, licenciamento de uso do solo e a relação com lei de zoneamento e expansão do município e o sr. Marcelo Mazzei – Secretário de Desenvolvimento Econômico relata que hoje não há lei de zoneamento vigente no município e que o uso e ocupação do solo fica a cargo da secretaria de planejamento, João questiona se qualquer tipo de empreendimento é permitido em qualquer espaço territorial e Marcelo relata que não há restrição e que há algum tempo já se vem discutindo a necessidade de criação deste documento para organizar a ocupação, e tendo os distritos industriais, as empresas são alocadas nestes distritos, sendo áreas com comportam as atividades industriais e prestadores de serviço. Marcelo passa a relatar sobre o histórico econômico de Araçatuba, que inicialmente era baseado na agropecuária, sendo o Município conhecido como a "Terra do Boi Gordo", onde as cotações do boi eram ditadas pelo município, e ao longo dos anos a economia foi se diversificando, e hoje a economia é extremamente diversificada, tem um grande rol de atividades, passando pela silagem e indústria alimentícia (Nestle, com a linha de laticínios), sendo o pico hoje de 70% da economia baseada na prestação de serviços e comércio, 20% são indústria (2 usinas de álcool e açúcar) e agropecuária corresponde aos 10% restantes segundo dados do IBGE, o município possui ainda um campo muito forte em tecnologia, indústria alimentícia, indústria de transformação e um comércio muito potente principalmente os supermercado atacadistas, o que atrai pessoas de cidades vizinhas para realização de compras, sendo que no ano de 2019 o Município foi selecionado para o Concurso Top Destinos Turísticos na categoria compras e João complementa que foi relatado na reunião com a secretaria de turismo que o município tem o como principal atrativo o comércio, e Flavio Lamonica complementa explicando a relação com a "multiplicidade econômica", que em razão das faculdades de medicina e de fisioterapia, da Santa Casa que atende a região, a quantidade de clínicas com diversas especialidades, a diversidade e opções medica tem tomado a cidade de Araçatuba um polo de "turismo hospitalar, uma vez que é a maior cidade da região com todos esses tipos de serviços, e ressalta ainda que foi observado que não serve somente os municípios dentro do raio de 43 km da região administrativa de Araçatuba, mas que também recebe pessoas de outros estados, como do município de Três Lagoas no Mato Grosso do Sul. Danielle comenta que a localização geográfica do Município e o entroncamento de

duas importantes rodovias acaba tornando Araçatuba como um centro de fácil acesso a diversos serviços. Marcelo complementa que os serviços médicos e de educação com de mais de 10 instituições de ensino superior estão alocados no setor de prestação de serviços e são os maiores arrecadadores de ISS do Município. João questiona se existem outros serviços que tem apontado como promissor e Marcelo relata que a maior empresa de telemarketing esta alocada em Araçatuba com mais de dois mil funcionários e sobre o comercio é notável que os mercados atacadistas têm crescido muito nos últimos anos e João questiona se é sabido o motivo do porque essas empresas estão se instalando no município, se é por motivo de poder aquisitivo e de compras dos municípios e Marcelo responde que certamente é devido a localização regional, por ser a maior cidade no raio de 100 km, e por já ser procurada para compras antes mesmo da instalação desses atacadistas, tendo sido o Assai Supermercado Atacadista o ultimo a se instalar ( inaugurado a duas semana), investindo um montante de aproximadamente 70 milhões de reais entre área, instalações e estoque, Danielle questiona quantas vagas foram abertas com a instalação desta empresa e Marcelo relata que são 260 mãos de obra direta e 190 vagas indiretas. João questiona como são avaliadas as indústrias e Marcelo relatada que a grande empresa hoje é a Nestle, por ser uma multinacional Suíça, de mercado muito forte que frequentemente investe na planta do município e no final do ano de 2019 anunciou um novo investimento que é estimado em aproximadamente quatrocentos milhões de reais, sendo a indústria mais antiga e mais pujante, tendo sua linha de produção o leite em pó, creme de leite, lácteos infantil, suplementação hospitalar, e Danielle relata que eles buscam por matéria prima em outros município e Marcelo complementa que a bacia leiteira da região não supre a demanda desta indústria, sendo necessário buscar laticínios até em outros estados. Marcelo relata ainda que a Colomaq é a segunda maior empresa da cidade, com faturamento próximo a oitocentos milhões de reais/ano, trabalhando com a linha branca com a intenção de abertura de uma nova linha de produção no município, com abertura de 300 nova vagas aproximadamente. João questiona se essas grandes indústrias estão alocadas em distritos e Marcelo explica que essas estão independentes e explica ainda que dentro dos 3 distritos estão industrias de serviços bem diversificados, como por exemplo empresas de polpa de suco, empresas de batatas, naval, algumas empresas no ramo de reciclagem, de reciclagem de resíduos da construção civil, empresa de processamento de óleo vegetal, e curtume, o que demonstra uma variedade muito grande de serviços no Município. Marcelo relata também que existem o distrito portuário com empresas de extração de areia, um grande estaleiro particular ao lado do porto onde se pretende instalar o porto hidroviário de cargas, uma vez que tem crescido muito o comercio de soja e outros grãos, e juntamente com o governo do estado, pretende-se retomar as atividades de transporte hidroviário, aproveitando as instalações já existentes, e já se discute a criação de um distrito industrial com isenções fiscais como se fosse uma zona franca, para que as empresas do agronegócio possam se instalar lá, Danielle menciona a existência do aeroporto estadual, e ferrovia que ainda funciona mesmo que com pouca a atividade e o entroncamento das duas rodovias estaduais, e que se diante dessas infraestruturas já existentes, há a possibilidade ou interesse em criar um porto intermodal e Marcelo afim que a ideia é justamente de se criar o porto intermodal uma vez que reativando o porto, a rodovia Eliéser Montenegro Magalhaes será duplicada

até o porto já tendo investimento do Governo Estadual, há também a possibilidade da Rumo Logística fazer um terminal de cargas próximo ao distrito industrial, o que com toda certeza irá atrair muito mais indústrias e prestadores de serviços para o município. João pergunta como está a ocupação dos distritos industriais, e Marcelo informa que algumas áreas são doações (ocorridos a mais de 20 anos atrás) e outras áreas com concessões de uso, que no distrito Maria Isabel, que foi recentemente regularizado tendo somente 10% de áreas disponíveis, já o distrito Alexandre Biagi está 100% ocupado, e o distrito Antônio Xavier Couto que é o menor também está com a ocupação de 100% de suas áreas, o que aponta a necessidade de uma área para um novo distrito industrial. Danielle questiona se a equipe tem a visão de uma possível área, que atenda principalmente a facilidade logística e Flavio relata que hoje há um problema de ocupação de áreas cedidas em concessão e que o investidor não faz a implantação de obras/empreendimento, ficando esta área ociosa, sendo a primeira opção a retomada dos lotes que não cumpriram com os acordos estabelecidos nos contratos de concessão de uso, e que certamente que após esse levantamento de áreas nestas situação e a retomada de posse dos mesmo, haverá uma disponibilidade maior de áreas para novos empreendimentos, após esta ação e observado que realmente não há mais espaços ociosos, ai será pensado uma nova área para um novo distrito. Danielle questiona se há uma ideia em % das áreas que estão ociosas e Flavio relata que há aproximadamente 30%. Danielle relata que no Plano diretor vigente a área do porto e rodovia Elieser estão dentro de uma área classificada como "Área de Especial de Interesse Logístico", e pergunta se deve ser mantido essa classificação, uma vez que os distritos industriais também já estão alocados nesta área e provavelmente com a reativação do porto, tendência é que se houver a necessidade de criação de um novo distrito, o mesmo fique próximo a essa região e toda a equipe presente é unanime e afirma que deve-se manter como está e Celso Gatto relata que próximo ao porto a área será pouca para a instalação de um novo distrito, então João sugere a possibilidade de criação de instrumento dentro do Plano é uma "zona de expansão dirigida para fins industriais", não sendo restritiva a outros usos, mas ser preferencialmente industrial, ficando a cargo de um particular realizar/lotear, Danielle explica a importância de ser criar uma lei de zoneamento no Município afim de se evitar futuros transtornos entre moradores e indústrias e Celso confirma que não existe nenhum tipo de trabalho neste sentido, e mesmo que a região de interesse do Porto não tenha nada residencial é importante já criar regras para evitar esses problemas no futuro. Celso explica que hoje os distritos industriais do Município estão localizados margeando a Rodovia Elieser e do outro lado já existe um projeto para implantação de silos e transformação de grãos e são áreas dentro do perímetro urbano, e para a implantação de atividades industriais é necessário criar a zona de expansão que hoje é realizada de forma parcial, expandindo somente no local de interesse de implantação de empreendimento, uma vez que não existe uma limitação de área de expansão urbana, João Felipe dá o exemplo de outras cidades onde áreas de interesse para parques industriais são denominadas ZICS – Zona Industrial, de Comercio e Serviços, geralmente margeando as rodovias até 500 metros ou mais para dentro da área, podendo esse valor variar conforme o interesse do município e não há a incidência de IPTU pois se trata de uma área de interesse de crescimento industrial e a equipe solicitou que seja incluído de alguma forma no Plano

Diretor. Em relação ao comércio e serviços, João questiona como está distribuído a oferta no território e Celso afirma que em Araçatuba o comércio é bem concentrado na região central e distribuído em alguns corredores de serviços que ligam a região central aos bairros, inclusive em alguns trechos das marginais da Rodovia Marechal Rondon e Elieser. Danielle questiona se há no Município a Lei de Usos e Ocupação do Solo que classifica as vias como uso residencial, misto ou preferencial e a equipe respondeu que não sendo possível um comércio abrir em qualquer local e Danielle questiona se não há reclamações de moradores referente a incômodos gerados por comércios e outros tipos de estabelecimentos e a equipe responde também que sempre há reclamações e que seria importante regravar algumas situações, então é sugerido pela equipe do Ceteclins a criação de zonas residenciais com corredores de uso misto. João questiona se há alguma região que seja mais atrativa para a prestação de comércio e Celso explica que o município ficou muito tempo sem desenvolver as vias de acesso e que neste último ano ocorreu investimento onde pode fazer as 4 principais, acesso a zona leste (que abrange a região da Unimed, Concordia) pois não há acesso a Rodovias, mas na Zona Norte e Oeste que cresce mais principalmente margeando o entroncamento das Rodovias Rondon e Elieser. A respeito da qualificação de mão de obra, João questiona se existe algum ramo que possa receber mais investimento e demanda de mão de obra especializada que não existe no município, que mesmo tendo Sesi, Senai etc, se existe uma dificuldade de algum setor quanto a mão de obra e Marcelo explica que há principalmente no setor de tecnologia uma dificuldade em encontrar mão de obra qualificada, sendo necessário trazer de fora ou levar para capacitar fora e até ocorreu uma conversa com as universidades para se atentarem a essa demanda de forma a trazerem cursos que atendam essas demandas, uma outra grande dificuldade é a respeito de horário de serviços, que as pessoas que procuram por emprego não querem as muitas vagas que surgem principalmente nos atacadistas por conta dos horários de serviços que normalmente são de segunda a segunda, sem feriado, com horários noturno e rodízio de folgas, e complementa que a Prefeitura formou várias parcerias principalmente com o Senac e ofertaram cursos gratuitos para pessoas de baixa vulnerabilidade principalmente na área de auxiliar administrativo. Marcelo complementa que ocorreu muita parceria também com o Governo do estado quanto a oferta de cursos e treinamento, e ressalta ainda que é importante as universidades adequarem seus currículos quanto as atividades serem mais práticas para melhor capacitação do indivíduo que irá entrar no mercado de trabalho. João pergunta se há instituições que ofertam cursos técnicos e a equipe afirma que sim, como Fatec, Senac, Sesi, Sebrae e Danielle questiona se essas instituições abrem os cursos de forma a atender a demanda de serviços do município e Marcelo afirma que muitas vezes os cursos ofertados são aleatórios, sem haver um estudo prévio se haverá campo para absorver os formandos, principalmente os cursos que vem da parceria com o Estado de São Paulo. João questiona se há alguma formação específica que tem sido mais requisitada e Flavio informa que os treinamentos ofertados pela Prefeitura são baseados na demanda do balcão de empregos da Prefeitura, a pessoa que vai até o balcão atrás de uma vaga preenche um formulário onde há uma listagem de cursos oferecidos e através desta pesquisa é possível observar qual a demanda da população, como por exemplo auxiliar administrativo e auxiliar de Recursos Humanos, e ressalta que o curso de auxiliar de idosos foi o que

teve mais procura fechando duas turmas grande nos últimos cursos, e Celso coloca ainda que há uma grande procura por curso de mecânica de motos e bicicletas, porém a Prefeitura não conseguiu ainda disponibilizar os cursos e ressalta que Araçatuba é a cidade que mais tem bicicletas e motos do Brasil, o que explica essa grande demanda, Flavio relata outros cursos já ofertados e tiveram sucesso como por exemplo mecânico de freios e embreagem de automóveis, costureira, operador de empilhadeira e caixa que são os mais comuns. João questiona se há dificuldade na questão de infraestrutura como oferta de água e energia elétrica e Marcelo relata que nesta área, Araçatuba é privilegiada, dando exemplos do aeroporto que para pôr um processo de licitação e certamente melhorará sua prestação de serviços e anteriormente a pandemia tinha 3 companhias operando voos, rodovias duplicadas, há também a existência do gasoduto que corta o município sendo possível atender a diversos empreendimentos, malha ferroviária, a cidade 100% cabeada com fibra ótica, oferta de água e tratamento de efluentes, além de a região produzir 47% de energia elétrica do estado de São Paulo, sendo um problema recorrente a questão de picos de energia devido a questão de transmissão, prejudicando as indústrias que trabalham com linha de produção. Danielle pergunta qual é o produto do agronegócio mais forte hoje no município e Marcelo explica que os maiores criadores de gado nelore do país estão em Araçatuba, porém a criação é realizada principalmente no estado do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, agora é um momento de novas culturas como a cana de açúcar, mas não é um setor que expressa crescimento, e sim um aumento expressivo de cultivo de soja e de a uva de uma forma tímida ainda, a produção de borracha também devido as áreas de seringueiras. Danielle questiona a respeito de agricultura família, se é um movimento crescente no Município e Marcelo responde que sim e acrescenta ainda que forneceram um treinamento para os produtores para participarem da feira do produtor rural e há a possibilidade de expansão inclusive nos próprios assentamento agrícolas, tendo inclusive um programa de aquisição de alimento desses grupos que são utilizados nos equipamentos públicos como creches e cras, e é utilizado verba federal para a manutenção deste programa e explica ainda que mesmo ocorrendo feiras-livres praticamente todos os dias da semana, é um setor que tem minguado, uma vez que a população tem se tomado cada vez mais adepta a comprar hortifrúti nos mercados. Flavio expõe um exemplo de incentivos a empresas em outros municípios e questiona como isso poderia ser implantando em Araçatuba e João explica que isenções de taxas e impostos não podem constar dentro do Plano Geral, e geralmente são ações esporádicas e pontuais de Planos específicos de forma a tornar alguma localização mais atrativa, mas dificilmente será aplicada em todo o território do Município. Flavio relata que estudou o Plano diretor de São Paulo, onde encontrou trechos interessantes e questiona se poderiam agregar a revisão do Plano Diretor de Araçatuba, sendo elas: "proteger áreas industriais em funcionamento e estimular sua expansão em moldes compatíveis a novas condições territoriais do município", "incentivar o comercio e os serviços locais, especialmente os instalados em faixadas junto as ruas", "potencializar a capacidade criativa, o conhecimento científico e tecnológico e a inovação existente no município para gerar atividade econômica de alto valor agregado e ambientalmente sustentável", "promover a infraestrutura necessária ao desenvolvimento sustentável, incluído obras, empreendimentos e serviços de utilidade pública na zona urbana e rural", "reforçar a posição da

cidade como polo de eventos, ampliando a infraestrutura e os espaços destinados a exposição e congressos". Flavio ressalta que o último item é muito interessante ao Município de Araçatuba, uma vez que hoje abriga um dos maiores eventos equestre do País (ABQM) além das grandes feiras agroindustriais do interior. Danielle relata que esses grandes eventos atraem fornecedores, comércio e produtores da área do evento, e Flavio ressalta que esta situação também irá acontecer com o empreendimento "Speed Park". Danielle questiona se o planejamento do município já tem trabalhado as ODS e Marcelo informa que ainda não mesmo sabendo da necessidade e importância, e a equipe já está estudando a forma para readequar para atender alguns dos itens selecionados entre os 17 objetivos. Não tendo mais nada a ser discutido sobre o tema, Danielle agradece a colaboração dos presentes e encerra a reunião, todos os presentes assinaram a lista de presença apresentada a seguir.



## ATA DA REUNIÃO TÉCNICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARAÇATUBA – CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE.

Ao sétimo dia do mês de outubro de dois mil e vinte, as oito horas foi realizada por meio digital (vídeo chamada), com o acesso de participação no link <https://us02web.zoom.us/j/84992521108>, sob id 849 9252 1108, teve início a presente reunião. O biólogo Marcelo Oliveira, representante da Secretária Municipal de Meio Ambiente de Araçatuba deu início a reunião agradecendo a presença dos participantes e apresentando a engenheira ambiental/ civil Danielle que tomou a palavra e apresentou a equipe do CetecLins envolvida no projeto, e passou a explicar os processos de desenvolvimento da revisão do Plano Diretor, relatou sobre as reuniões que foram e estão sendo realizada. A conselheira Bruna Bonizoli representante da ONG A.G.A. questiona via chat quais ONGs foram convidadas para fazer parte do conselho gestor e Danielle relata que o conselho foi montado através de convites feitos da prefeitura. O conselheiro Rodrigo Cella relata sobre o comitê gestor, e que gostaria de participar deste comitê. Danielle explica que o comitê é um grupo de acompanhamento do andamento dos trabalhos de revisão e após a aprovação do Plano o mesmo grupo é incumbido de acompanhar a implantação das ações propostas nos próximos anos e a indicação da sociedade civil foi feita através de convites e indicações da prefeitura e em seguida é montado uma lista para selecionar quem participará das reuniões, e por se tratar de um grupo de acompanhamento é indicado somente uma entidade por seguimento, mas os trabalhos são abertos a toda sociedade através das oficinas participativas, link de pesquisas disponíveis no site da Prefeitura bem como por meio das audiências públicas. Marcelo explica que em relação a fiscalização existe somente uma fiscal ambiental concursada, mas devido a contratação de muitas pessoas para o ecoponto, não foi possível contratar mais fiscais, portanto ela depende muito da participação da guarda municipal, principalmente em campo porque eles fazem os boletins de ocorrência e o encaminha para a fiscal, e a partir desses boletins é aplicado a multa e os devidos procedimentos. Danielle ressalta a importância do trabalho realizado em parcerias pelas secretarias, e que isso demonstra que para vários outros assuntos dentro a cidade, uma Secretária 'pode trabalhar em parceria com outras, desde que haja uma boa comunicação e planejamento do trabalho e que desta mesma forma deve ser as proposições do Plano Diretor, para que não sobrecarrega somente uma pasta. Rodrigo comenta que gostaria de fazer um encaminhamento dentro do CONDEMA sobre a formação da câmara técnica, devido o interesse dos alunos de arquitetura em questão ao urbanismo e possuem muitas propostas sobre o assunto. Danielle orienta que se a criação da câmara técnica for burocrática e demorada, aconselhasse a montar um grupo e realizar uma reunião junto com o Cetec para que seja ouvido os projetos e propostas, e assim encerrar os diagnósticos deixa aberto para agendarem uma reunião on line com os alunos interessados. Marcelo relata que disponibilizou um mapa sobre a abrangência das áreas especiais em interesse ambiental, expandindo para toda a montante da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Bagaçu incluindo a área rural, para agilizar o processo de lei para a proteção dessa bacia, e assim ser colocado no Plano Diretor. Levantou também algumas questões para ser colocado no Plano Diretor do Município, como: manter essas áreas especiais entorno de aterro sanitário, em áreas de tratamento de esgoto respeitando a distância de mil metros que não pode ser construído e áreas que podem se tornar novos parques urbano. Rodrigo pergunta se a reunião

é somente para explicar o Plano ou se também poderia enviar propostas e Danielle explica que a princípio e intenção da reunião era mostrar o que está sendo realizado e ouvir opiniões e propostas dos conselheiros e Rodrigo relata ter uma lista de propostas, como por exemplo a nascente do Córrego Machadinho, que está praticamente urbanizado e se haveria como construir um parque urbano tornando a região um cinturão verde, colocando arborização mais robusta e preparando a expansão urbana, outra sugestão foi o melhoramento da Área de Preservação Permanente do córrego Água Branca e Danielle solicita que as propostas sejam também enviadas via e-mail para constar no Plano. Marcelo comenta sobre o Córrego Água Branca não ser reflorestado, o mesmo possui TCRA antigo impossibilitando assim não conseguir reflorestar o local e a mesma situação ocorre em outros locais e questiona qual a maneira de realizar um plantio nessas áreas já comprometidas, porém que não possuem de fato espécies arbóreas no local, se poderia constar algo no Plano Diretor. Danielle comenta que seria o caso de encaminhar reunir com a CETESB as informações quanto a essas áreas comprometidas em TCRA's que não foram executados e propor uma ação para o plantio dessas áreas, sem vincula-los a um novo TCRA, com o objetivo de realmente garantir a qualidade dos corpos hídricos e não somente para se cumprir uma documentação. Rodrigo comenta também a proposta sobre os fundos de vale que se restringe apenas no código florestal, fazendo um aumento da faixa de APP, integrando uma faixa não edificando, podendo formar parques, ciclovias ou outras funcionalidades, outra sugestão é a questão de loteamento grandes em glebas que não foram loteadas como é realizado a questão da disposição das áreas públicas, sobre o aumento das calçadas para 3 metros em novos loteamentos principalmente pela questão de mobilidade e arborização de forma a dar melhores condições a arborização que hoje além de estar deficitária, sofre grandes conflitos com outas estrutura de urbanização, e outra sugestão é a delimitação nas áreas de mananciais uma categoria de especial interesse ambiental. Marcelo comenta que dentro dos serviços prestados pela Cetec, já está sendo realizado o levantamento de todas as árvores da cidade com diagnóstico e criado um banco de dados completo para orientar as políticas públicas e também está incluso entregar o plano municipal de arborização urbana. João Felipe explica que a reunião seria de primeiro contato com todo o conselho, havendo outras propostas ou sugestão encaminhar através de e-mail, e se houvesse a possibilidade agendar outras reuniões virtuais, para ajudar no processo de revisão do Plano Diretor. Claudio Talão, conselheiro representando a Secretária de Planejamento, o mesmo comenta sobre a questão das calçadas e relata que em bairros novos o projeto é obrigatório as calçadas terem três metros de largura que já consta no Plano de Mobilidade do Município e que se não houver árvore no projeto das novas casas não é emitido o habite-se. Marcelo comenta que no processos dos novos loteamentos é feito um acompanhamento em todos os processos desenvolvidos para que seja implantado a arborização nos locais e após a aprovação é realizado uma fiscalização para se constatar se de fato a arborização foi implantando conforme o projeto aprovado O conselheiro Flavio representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico pergunta até quando iria a fase de ouvir a população e João explica dias gostaria de estar enoerando a fase de diagnóstico, porque iria ouvir todas as propostas em seguida, e que em geral é a parte mais produtiva, para ter todo material escrito e trabalhar com algo mais concreto. João sugere também criar um novo formulário mais livre, para ouvir a proposta da população. Não tendo mais nada a ser discutido sobre o tema, Marcelo agradece a colaboração dos presentes e encerra a reunião.



**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - 07 DE OUTUBRO DE 2020**  
23 visualizações • 7 de out. de 2020

**COMDEMA ARAÇATUBA**  
6 inscritos

**ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA, A SER REALIZADA POR MEIO DIGITAL (VIDEO CHAMADA) AO SÉTIMO DIA DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE, ÀS 8H, COM ACESSO PARA PARTICIPAÇÃO ATRAVÉS DO LINK: <https://us02web.zoom.us/j/84992521108> ID de reunião: 849 9252 1108**

8h: Primeira Verificação de presença dos conselheiros.  
8h45: Segunda Verificação de presença dos conselheiros.

**ITEM ÚNICO:** Coleta de informações referentes ao meio ambiente para complementação das reuniões técnicas para a Revisão do Plano Diretor. Convidada: Danielle Ferreira, engenheira ambiental/civil, supervisora de projetos urbanos e de meio ambiente no Centro de Tecnologia da Fundação Paulista de Tecnologia e Educação.

**MOstrar MENOS**

## ATA DA REUNIÃO TÉCNICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARAÇATUBA – SAÚDE

Aos quatro do mês de novembro de dois mil e vinte, na sala da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Rio de Janeiro, nº 300 na cidade de Araçatuba, estado de São Paulo, teve início às nove horas e trinta minutos a presente reunião. O arquiteto João Felipe inicia a reunião agradecendo a colaboração de todos e explica brevemente sobre o processo de revisão do Plano Diretor. A engenheira Danielle descreve o questionário aplicado à população e alguns dos tópicos abordados nele, citando que a respeito à saúde, os serviços (como exemplo os Postos de Saúde) foram bem elogiado, já sobre a Santa Casa, foi relatado pela população que devido a Santa Casa atender além dos munícipes, também a região, muitas vezes a população do município fica em segundo plano. João Felipe dá um panorama geral do andamento do Plano Diretor que atualmente está na etapa de propostas e está disponível no site da prefeitura e questiona qual a visão em relação as principais demandas e deficiências do sistema de saúde municipal. Sandra relata que existe o Plano Municipal de Saúde e a Programação Anual de Saúde e João Felipe relata que recebeu a Programação Anual de Saúde, Plano de Contingência, Relatório Quadrimestral, SISFACTO (Sistema de Pactuação de Indicadores) e o Plano de Contingência de Arbovirose e Carmem informa que todos esses documentos fazem parte do Plano Municipal de Saúde. João Felipe relata que o diagnóstico é panorâmico, sendo necessário o esclarecimento da organização geral da saúde no município, sobre o funcionamento, quantidade de atendimentos. Carmem relata que essas informações fazem parte do Plano Municipal de Saúde, sendo necessário atualizar pois o Plano data de 2018. João Felipe questiona sobre o funcionamento e organização da saúde e cita como exemplo a Santa Casa. Carmem relata que os serviços sob gestão municipal são organizados da seguinte maneira: a Secretaria Municipal de Saúde responsável pela gestão de atenção básica e serviços especializados, seu próprio núcleo administrativo, financeiro, licitações e possui também os serviços de diretoria da atenção básica, especializada, urgência/emergência, vigilância epidemiológica, diretoria financeira, assessorias de planejamento e o conselho municipal de saúde, já em relação aos serviços de atenção básica eles possuem dezessete unidades na zona urbana, uma unidade na zona rural e os demais são considerados como postos de atendimento, na rede especializada possuem um ambulatório de especialidade médica, um ambulatório de DST/AIDS, um CEREST (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador), um Centro Odontológico, e também a rede de atenção psicossocial CAPS I (Centro de Assistência Psicossocial Infantil), CAPS 3 (Centro de Atenção Psicossocial Adulto), CAPS AD e duas residências terapêuticas, na área de vigilância existem as vigilâncias sanitária, epidemiológica e o CCZ (Centro de Controle de Zoonoses), na área de departamento especializado além dos serviços especializados existe também a assistência farmacêutica (dentro do departamento de atenção especializada), dentro da urgência/emergência está o Pronto Socorro Municipal e a Central de Regulação e Transporte de Urgência e Emergência com o SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), já em termos de atenção básica existem as unidades básicas, a saúde da família em oitenta por cento do município com quarenta e cinco equipes, vinte e duas equipes de saúde bucal, dentistas em treze escolas, e um laboratório de prótese dentária. João Felipe questiona se todos estes serviços são dentro da gestão municipal e Carmem confirma e relata que o município possui também o Pronto Atendimento Odontológico e o Hospital da Mulher que atualmente funciona somente serviços de ambulatório voltado para a criança e mulher, para os partos de baixo risco existe um convênio com a Santa Casa que viabilizou os serviços da

Santa Casa e da Secretaria Municipal de Saúde com um custo menor e resolutividade muito grande em vista de que anteriormente a este convênio se fosse necessária a UTI Neonatal, era encaminhado para outros municípios devido a indisponibilidade de vagas. João Felipe questiona se o Hospital da Mulher está desativado assim como consta no Plano e questiona também sobre a Associação de Amparo ao Excepcional Ritinha Prates e Carmem relata que o Hospital da Mulher está em funcionamento sendo que ele foi passado para a Santa Casa no final do ano e acrescenta que o Plano foi desenvolvido no ano de Dois Mil e Dezessete sendo que nesta época o local funcionava como Hospital da Mulher, em setembro foi passado o serviço para a Santa Casa, sendo que entre setembro e dezembro foi realizado um chamamento público para ver se seria feito o retorno para o local, sendo que somente no começo de Dois Mil e Dezoito foi firmado um convênio de continuidade com o serviço na Santa Casa, já a Associação de Amparo ao Excepcional Ritinha Prates está sob a gestão municipal, mas não pertence ao município, lá são atendidos casos neurológicos sem condições terapêuticas, dando como exemplo pacientes tetraplégicos com lesões graves, que moram em residências onde os próprios moradores não possuem condições de realizar os tratamentos ou também pelo tipo de tratamento específico, sendo que o hospital possui somente sessenta vagas no total e é considerado um hospital regional. Danielle questiona se são atendidas somente pessoas com especialidades de traumas neurológicos e Carmem dá como exemplos pessoas que tentaram suicídio e que se encontram em situação vegetativa devido à algum medicamento, sendo um hospital de excelência com 60 vagas para atender cerca de 40 municípios, mas ainda sim as vagas não são suficientes, há a possibilidade de criação de mais 20 leitos para casos mais simples, aguardando a habilitação pelo Ministério da Saúde, visto que é uma demanda importante em relação a condição de vida das pessoas. Carmem relata que possuem ainda dois serviços importantes, sendo os serviços dos Centros Especializados de Reabilitação (CER II – Reabilitação Intelectual e Física - APAE, e o CER III – Reabilitação Auditiva, Visual e Física – Neurológico e FPT – Ritinha Prates) sendo que o Ritinha Prates é parceiro em dois serviços (Hospitalar e CER). João Felipe questiona se os serviços do CER são realizados no espaço da Associação Ritinha Prates e Carmem confirma e afirma que o outro serviço é prestado dentro do espaço ambulatorial em ambos os CERs. Danielle questiona se existe outro hospital regional para causas neurológicas na região e Carmem relata que a Santa Casa também atende a causas neurológicas, mas ela está dentro da gestão estadual, dando continuidade ela relata que foram citados anteriormente os que são prédios do município e que possuem serviços que foram optados por realizar convênios (Os CERs e os CAPS) sendo que o CAPS AD (álcool e drogas) é convênio com a Associação Benedita Fernandes que funciona no prédio deles, e outros dois contratos de gestão com a Associação Benedita Fernandes para o CAPS 3 (funcionamento 24 horas) e um outro para o CAPS I, e duas residências terapêuticas (Violeta e Beija-flor) que fazem parte do contrato de gestão do CAPS 3. Danielle questiona se as residências terapêuticas são destinadas para aqueles que ficariam internos em um hospital, mas ficaria em uma residência pois consegue ter uma autonomia e Carmem relata que dentro da política de esvaziamento dos hospitais psiquiátricos as residências terapêuticas são para aqueles que não possuem familiares ou que os familiares encaminham para a residência, sendo que muitos dos que foram recebidos nessas residências são de hospitais psiquiátricos de Sorocaba e explica ainda que o Estado tinha um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) para esvaziar os hospitais psiquiátricos de Sorocaba e que os internos chegaram a Araçatuba em situação deplorável, muito deles caquéticos e depois de acolhidos em Araçatuba, alguns deles até estudaram e casaram, e relata ainda que foi um momento de transição entre governos, portanto quando

ela entrou o processo já estava em andamento, e considerando que o ministério paga entre trinta a quarenta por cento das residências terapêuticas, e parte das pessoas que vieram a ocupar essas residências não possuíam autonomia, foi necessária a contratação de muitos profissionais para mantê-la, além da fila de espera da população do município. João Felipe questiona se isso não foi uma demanda específica, fruto de um TAC, ou seja, algo que não é recorrente e Carmem relata que se existe a solicitação de vaga em uma residência terapêutica, é feito um pedido pela DRS (Departamento Regional de Saúde) que é responsável por definir onde existe vaga disponível dentro do estado, porém foram atendidas diversas pessoas de Sorocaba e a população de Araçatuba ficou desatendida, já o Hospital Psiquiátrico Benedita Fernandes foi fechado, mas ainda ficaram pacientes no local em sistema de moradia até a implantação da residência terapêutica, parte dos pacientes que estavam no hospital foram para esse sistema de moradia e os demais encontraram familiares, mas como não tinham vínculos com essas pessoas, isso os levou novamente a situação de rua, concluindo que a questão da rede de atenção psicossocial é uma fragilidade tanto no sofrimento psíquico quanto na questão das substâncias psicoativas (álcool e drogas) que atualmente é uma demanda a ser melhorada dentro do município mesmo o município possuindo uma boa rede de CAPS, e a questão financeira que para o início desses serviços, é necessário financiar os gastos, como no caso dos CAPS I, CAPS 3 e as residências terapêuticas que foram iniciadas no começo do ano de dois mil e dezessete, tendo recebido o recurso do ministério somente em setembro do ano de dois mil e dezoito. Danielle questiona se a Secretaria possui uma equipe de assistência social que realiza o acompanhamento dessas pessoas e Carmem relata que eles possuem a equipe do CAPS 3 que é responsável pelas residências terapêuticas, e três questões para dez anos que são preocupantes, primeiramente em relação as pessoas com questões neurológicas que perdem os familiares próximos e não possuem alguém para realizar os devidos cuidados (uma questão social e de saúde que deve ser avaliada em conjunto), outra questão são os idosos que ao atingirem uma idade avançada não possuem mais autonomia mesmo possuindo uma aposentadoria e residência, e por último os pacientes de saúde mental que é uma demanda que possui a tendência de aumentar cada vez mais, devido a melhoria na qualidade de vida, a expectativa de vida dessas pessoas aumenta, portanto deve ser avaliada com atenção. Danielle relata que através da projeção populacional foi possível identificar que a população idosa irá aumentar justamente pela melhoria da qualidade de vida e os avanços em relação à saúde, e ainda cita que a equipe da assistência social relatou em reunião que não existem instituições de internação permanente suficientes para atender a essa demanda e Carmem relata que o ideal seriam moradias coletivas pois essas pessoas possuem uma renda razoável, mas a partir de certa idade não possuem mais autonomia, portanto deveriam ser realizados investimentos em espaços onde tenha um suporte e cuidadores e avaliar se a questão asilar seria a ideal, João Felipe cita como exemplo o Programa Vila Dignidade onde existe um núcleo de moradias, Carmem relata que o ideal era existir um local com toda infraestrutura necessária para essa população, com áreas de convívio citando como exemplo o hostel, onde existem áreas coletivas e privadas. João Felipe relata que o Programa Vila Dignidade possui projetos padronizados todos com acessibilidade e em um dos que foram entregues, tinha suas moradias voltadas para um pátio interno, contando também com praças, centro comunitário, etc., porém como em alguns casos ocorreram vários problemas com a qualidade construtiva utilizada (manutenção), as novas residências desse programa tiveram algumas mudanças de padronização. Danielle relata que em reunião com a assistência social, ao questionar sobre a negligência com pessoas idosas foi relatado que aqueles

que possuem algum familiar idoso em sua residência, acaba por deixar essa pessoa em condições inadequadas devido a necessidade de trabalhar durante o dia todo, e questiona se um local de atendimento centralizado para essa população não seria o ideal. Carmem relata que a questão não é somente de saúde pois nem todos precisam de cuidados médicos (curativos), mas sim de um cuidador (auxílio nas atividades diárias), devendo então ser sempre avaliado se a demanda é relacionada a saúde ou aos cuidados diários, e conclui que deveria existir políticas intersetoriais pois o que ocorre atualmente é que cada um identifica as necessidades na sua área e mesmo tendo uma comunicação entre setores, não existe uma Política municipal da Criança ou do Idoso, e visto que foi identificado que a primeira infância é prioridade para essa ação, e não existe atualmente uma área que coordene as políticas prioritárias e o planejamento no município, em vista de que o cenário ideal seria onde existe alguém para articular as políticas, identificar o que está listado nos planos e se ele está sendo seguido corretamente, avaliação, monitoração, reavaliação, etc., e cita como exemplo a ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) e que não é trabalhado na forma Município. Carmem afirma ainda que dentro dos planos municipais não existe uma articulação com a ODS e conclui que falta o planejamento de políticas interligadas dentro da prefeitura, considerando que a saúde abrange todas as áreas. Carmem afirma que todas as demais áreas são determinantes para a saúde e que a questão do plano de trabalho intersetorial já foi pontuado no Plano de Governo, e cita que a Secretaria de Educação apontou isso no Plano em relação a primeiríssima infância, e o mesmo não ocorreu na Secretaria de Assistência Social. Carmem relata que a população idosa possui tendência a se manter ou retornar para as cidades do interior, seja por questões de segurança, ou mobilidade, saúde e também atividades onde possa interagir, portanto é muito importante fazer do município um local atrativo para esse público. João Felipe questiona sobre como é realizado o funcionamento de transporte de pessoas que necessitam se deslocar para outro município por questões de saúde e Carmem relata que isso é relacionado à assistência, sendo que parte é resolvida pela Secretaria da Saúde e o que não cabe a eles, João Felipe questiona se existe algum órgão, coordenação ou setor específico para receber as políticas inter setoriais vinculadas aos idosos e Carmem relata que não existe um órgão governamental dentro da estrutura da prefeitura, e a saúde precisa estar articulada com todas as demais secretarias. Sandra relata que a ideia é que a prefeitura tenha uma secretaria de planejamento que possua conhecimento do plano de todas as secretarias e que venha a exigir o cumprimento do que está contido neles e faça essa articulação entre setores e tenha conhecimento de como solucionar as eventuais situações. Carmem relata que existe o monitoramento daquilo que é comum e sai daquilo que é específico e inclusive foi realizada a proposta de que a Secretaria de Participação Cidadã que está em conjunto com a Secretaria de Assistência Social, onde todo planejamento, programas e população vulnerável, estão todas concentradas e não existe um bom funcionamento, então seria ideal que essa secretaria fosse específica para o planejamento articulado. Sandra relata que essa Secretaria já possui suas especificidades (coordenadoria da mulher, da juventude, do idoso, LGBT, etc.). Danielle questiona se a Secretaria de Participação Cidadã está sem um secretário e Carmem relata que ela foi unificada com a Secretaria de Assistência Social, e afirma que o planejamento deve ser melhor trabalhado e articulado entre secretarias, e melhorar também as pessoas e os processos e cita como exemplo o processo administrativo (a máquina e os processos são muito demorados) e não existem normativas, sendo processos difíceis e tudo muito demorado. Danielle questiona se o inter-relacionamento entre a administração municipal e o Estado é bem articulado e Carmem relata que o setor de Recursos Humanos trabalha com questões de documentação, sendo que é necessária a

gestão pessoas. Danielle questiona se isso está enraizado nos profissionais da prefeitura Carmem relata que não existe a gestão de pessoas, mas sim um lugar onde são feitas somente a documentação de departamento pessoal. Então todos esses investimentos, avaliação, são importantes pois a saúde não é dependente de investimentos nesse nível, mas sim de pessoas, ou seja, se não houver um investimento na gestão de pessoas elas acabam se desmotivando, então uma solução seria modernizar a gestão de pessoas e de trabalho. Carmem ainda relata que os processos administrativos dentro da prefeitura são demorados e não possuem uma normativa, os processos não estão desenhados, e que dentro da prefeitura, a comunicação é muito pessoal, não possui de pessoas, em vista de que as pessoas são o seu maior material, então devem existir avaliações para conseguir alcançar um ótimo plano, e se as pessoas não forem motivadas, e se não existir nada que venha da prefeitura, da própria estrutura, se isso não avançar, o trabalho trava, e o maior material da saúde são as uma organização de serviço da identidade, não existe um padrão, então para o Plano de governo do próximo ano, isto deve estar definido e exemplifica com a compra de materiais que frequentemente demora até um ano para ser aprovado. Danielle menciona sobre o período de pandemia onde o setor da saúde foi o mais afetado diretamente e Carmem afirma que neste período ficou mais evidente as dificuldades de "pessoal", que essas questões interferem na execução, se não existe o trabalho da gestão das pessoas, modernização administrativa, desenho dos processos. João Felipe afirma que são questões protocolares e que se resolvem por "conhecidos" e deveria ser o realizado de forma normal, através de processos e Carmem relata que isso seria um grande avanço para o município e Sandra relata também que funcionários são sobrecarregados para dar conta da demanda dos serviços. Carmem informa que existem OS (Organização Social) na atenção básica, urgência emergência e na rede de atenção psicossocial, pois mesmo que a Secretaria da Saúde possua mais conhecimento de gestão, essa demora nos processos da prefeitura dificultam o funcionamento dos serviços (citando como exemplo se falta soro fisiológico em um pronto socorro e é necessário realizar o pedido desse material que é considerado essencial). Danielle questiona se existe algo que impede o funcionamento dos serviços de saúde no município por não conseguir contratos pela licitação e Carmem relata que atualmente não é comum este tipo de ocorrência que impeça o funcionamento da saúde e acrescenta que este é o motivo de possuírem Organizações Sociais nos serviços prioritários, pois já houveram ocasiões onde o soro fisiológico estava em falta e foi necessário se deslocar para vários postos de saúde para poder conseguir esse material, e que hoje existe um estoque regulador para os materiais onde toda segunda feira é levantado quais produtos essenciais estão em falta (este serviço é realizado pela equipe do almoxarifado e da assistência farmacêutica) e somente em casos específicos acontece de interromper os serviços por um prazo máximo de quinze dias. João Felipe questiona sobre a equipe da Secretaria de Turismo relatar que Araçatuba se tornou um polo regional muito ligado aos serviços de saúde e Carmem relata que em Araçatuba está instalado o DRS (Departamento Regional de Saúde) e a maioria dos serviços especializados e de alta complexidade que atende a região de quarenta municípios está localizado dentro do município de Araçatuba, tanto público como privado, a UNIMED atende a região de Penápolis até depois de Andradina e a Santa Casa atende a alta complexidade cardíaca e vascular, Carmem acrescenta que a Santa Casa é regional e tem dupla missão, atender a microrregião nos atendimentos de média complexidade, sendo as principais cidades atendidas Araçatuba, Santo Antônio do Aracanguá, e Nova Luzitânia e é regional para todos os serviços de alta complexidade, o CER (Centro Especializado de Reabilitação) que atende regionalmente e é do município, o AME (Ambulatório Médico

de Especialidade) que é um equipamento Estadual que atende toda a região consorciada e a central, o NGA (Núcleo de Gestão Assistencial 2) e também os médicos de maior especialidade. Carmem relata que aqueles que vem de van e ônibus para exames e consultas médicas em Araçatuba precisa esperar até que todos que vieram juntos tenham sido atendidos para poder ir embora, muitas vezes pode levar o dia todo, portanto este tempo ocioso é o que movimenta o turismo de saúde dentro do município. João Felipe questiona se todas essas especialidades médicas estão concentradas próximas ao prédio da Secretaria Municipal de Saúde e se existe algum serviço mais especializado que é referência no país do qual vem esse turismo e cita como exemplo o Centrinho de Bauru e o Hospital do Câncer de Barretos e Carmem confirma e relata que os principais são o AME, Santa Casa e o NGA, mas não possui uma referência específica. Carmem relata que os convênios e serviços citados anteriormente são todos municipais (CAPS, residências terapêuticas), mas existe também o CAOÉ (Centro de Assistência Odontológica Excepcional), o COB (Centro de Oncologia Bucal), ambos são conveniados com a Faculdade de Odontologia da UNESP. Danielle questiona se existe uma procura de regiões específicas pelos serviços de oncologia bucal e Carmem relata que a especialidade mais procurada pela população do estado de Mato Grosso é o Centro de Atendimento Odontológico ao Excepcional. Carmem relata a questão de repasse de verbas aos AMEs, dando exemplo de Andradina que recebe muito mais verbas do que Araçatuba quando se comparar a questão de atendimentos, uma vez que o AME de Araçatuba atende muito mais pacientes da região. Carmem passa a relatar a questão das vigilâncias, que são a Sanitária e a Epidemiológica e Danielle questiona como funciona a parte de Zoonoses, Carmem então explica que a Secretária de Saúde é responsável pela questão de zoonoses, porém não há uma Secretária responsável pela questão de "bem-estar animal" e não é obrigação da Saúde custear essas ações, porém a veterinária alocada em zoonoses acaba atendendo as ocorrências que chegam até o Município através da Secretaria de Segurança (Guarda Municipal) por exemplo, sendo necessário uma boa articulação intersetorial para a questão de bem-estar animal, sendo uma demanda muito grande e crescente, podendo até realizar parcerias com a UNESP e no Salesiano que possuem cursos de medicina veterinária, interessante também criar a "Saúde Única" uma vez que os animais e a população interagem. Carmem relata ainda que o município possui duas veterinárias, sendo uma que trabalha com os agentes de endemia e comunitários, abrangendo todo o território do município, sendo que o agente comunitário faz as visitas rotineiras para as questões do SUS e para a questão de vetores o município foi dividido em territórios para as visitas dos agentes de endemias e controle de vetores para as ações como determina a SUCEM - Superintendência de Controle de Endemias – sendo que os dois tipos de agente interagem, sabendo dos problemas territoriais, Carmem explica ainda que um agente comunitário tem como área de 150 a 230 imóveis, enquanto o agente de endemias tem cerca de 1000 imóveis para visitar. Uma ocorrência de vetores no município são os "barbeiros" que ficam em ninhos das maritacas, então os agentes vistoriam esses ninhos, recolhem esses vetores e ainda encaminham para a SUCEM para identificar se está contaminado ou não, outro exemplo é o monitoramento das capivaras dos parques pela questão de febre maculosa, que mesmo não havendo casos no município a SUCEM (que foi extinta) possui um laboratório no município que auxilia no constante monitoramento. Carmem relata que há pontos específicos no Município com criações que são casos de zoonoses como no bairro Umuarama que tem presença de vaca. Outro grande problema é a questão de escorpião que é muito grande no município, que mesmo com a melhoria nas ações de limpeza pública, já se instalou a problemática de vetores associados ao descarte irregular de resíduos, sendo essencial a

melhoria nesta questão, uma vez que o gasto com ações paliativas a respeito dos resíduos é muito alto e que poderia ser aplicado diretamente na saúde. Carmem relata ainda que na questão de vetores, a vigilância sanitária emite a multa, porém o risco ainda continua, um problema muito recorrente neste sentido é a questão dos acumuladores, pois precisam de um acompanhamento psicológico/psiquiátrico, é realizado um trabalho conjunto com a Atenção Básica e Zoonoses pois os acumuladores juntam também animais além dos inservíveis, e é necessário um monitoramento, uma vez que é retirado caminhões de lixo das residências dessas pessoas, e pouco tempo depois é observado que o lixo voltou a ser acumulado no mesmo local. Carmem relata também que outra questão importante dentro da saúde é a questão de reestruturação de cargos e salários pois é previsto no SUS e o salário da Prefeitura é o mais baixo da região, sendo necessário uma reforma administrativa, acertando os cargos, atribuições e pré-requisitos, e criar um Plano de Cargos e Salários para os funcionários terem uma perspectiva para continuar no trabalho da rede de saúde do município, outra questão levantada é a revisão da estrutura da saúde, sem necessariamente a criação de novos cargos. Carmem prossegue relatando as dificuldades do setor de saúde, informando que hoje está caminhando para uma Secretaria mais voltada para o planejamento, diretriz, monitoramento, avaliação e regulação e a execução direta está sendo passada para terceiros, existe algumas diretorias e cargos devem ser de efetivos para dar continuidade aos trabalhos independente do Prefeito que assume. Para a questão do financiamento, Carmem relata que o Ministério da Saúde tem colocado cada vez menos recurso, o que deixa uma situação de instabilidade, deixando na dúvida se daqui a dez anos ainda teremos o SUS, sem perspectiva de continuidade de financiamento de saúde, e o Município não terá condições de arcar com todos os custos pois prejudica outras áreas, e hoje o Município aplica 25% dos seus recursos na saúde, o Estado repassa verba em forma de serviços. Carmem passa a relatar que outro ponto importante é o serviço de Atenção Básica, que deve caminhar para o serviço ser mais resolutiva, mais ágil no atendimento, trabalhar com suas prioridades e não ser tão burocrática é uma das opções para melhoria, sendo um setor prioritário, sendo necessário a participação do Estado e do Ministério da Saúde. Na Atenção Especializada, Carmem ressalta que o gargalo está na Média Complexidade, dando o exemplo que é mais fácil conseguir uma cirurgia de marca-passo do que uma cirurgia de hérnia, e a região de Araçatuba é um local com dificuldades de conseguir realizar cirurgias eletivas, possui dificuldade de financiamento, sendo necessidade de interação entre a baixa complexidade e média, e na Região existe dois hospitais Estaduais, sendo um em Mirandópolis com baixíssima taxa de ocupação de resolutividade bem como o de Promissão e os dois conseguiram atender Araçatuba, dando fluidez aos atendimentos em serviço de mutirão, o que tornaria mais viável do que enviar pacientes para cirurgias na capital e complementa ainda que Araçatuba faz parte da RRAS de São José do Rio Preto que deveria prestar atendimento ao que Araçatuba não atendem, porém isto não acontece em 100%, então mesmo que Araçatuba seja considerada um polo de saúde, não é um polo tão resolutivo e é importante mudar essa situação. Carmem comenta sobre a judicialização da saúde, que interfere muito na saúde sendo gargalos. Carmem volta a falar da questão do SUS que cada vez tem menos repasse, e cada vez é mais usado devido à perda de renda da população que deixou de pagar por saúde privada e tem buscado o serviço público. A respeito do serviço de Urgência e Emergência hoje, Carmem relata que possui como referência o Pronto Socorro da Santa Casa e precisa ser mais resolutivo, e com o Programa Saúde na Hora tem diminuído os atendimentos passando para o atendimento na Saúde Básica. Danielle relata que o questionamento feito pela população durante as entrevistas era questão de falta de pediatra e

ginecologistas nos Postos de Saúde e Carmem explica que no Posto o Médico da Família está disponível em todos os postos para solucionar os casos mais comuns e simples, e caso seja necessário aí sim é agendado o Pediatra, e está em reforma o antigo Pronto Socorro onde será instalado o Centro de Especialidade onde terá o pediatra para atendimento de maiores riscos e complementa que a Secretaria tem trabalhado cada vez mais para fortalecer o Atendimento Básico para cada vez mais ser mais resolutivo, afim de evitar encaminhamento desnecessários aos especialistas criando assim um outro gargalo na saúde. João questiona sobre o comentário de Carmem a respeito de uma plataforma do Pronto Socorro, o Centro de Especialidade e o Hospital Veterinário (Clínica Meu Pet – Programa do Estado de São Paulo) e se existe algum outro tipo de infraestrutura que esteja em tratativa e Carmem relata de tem mais dois prédios que seriam as UPAs, sendo um já autorizado pelo Ministério da Saúde a ser utilizado como UBS no Novo Umurama e no Bairro Morada dos Nobre está localizada outra UPA que está em reforma/adequação para iniciar o processo junto ao MS para também ser utilizado como UBS, ressalta também a questão do almoxarifado que precisa ter um espaço maior e mais adequado, o CEO que está em um prédio precário também precisa de muitas melhorias, quanto a questão de frota (que é grande) para atendimento à saúde, Carmem relata que está alocado na área do CCZ e é nesta área que será construída a clínica do “Programa Meu Pet” sendo necessário alocar a frota em uma outra área que abrigue toda a frota e ressalta ainda que é necessário ter um política para renovação da frota, e sugere a alocação de frota uma vez que a manutenção de frotas é muito morosa, relata ainda sobre a política de renovação da parte tecnológica/informática pois os equipamentos disponíveis são antigos e ultrapassados e muitas vezes trava ao acessar um sistema do MS acarretando em perda de recurso. Carmem relata também sobre a importância de utilização das mídias para acelerar os processos como por exemplo a vídeo consulta se aplicando a telemedicina nos casos mais simples, as confirmações de consultas e procedimentos via aplicativo whatsapp, e já Secretaria está colocando em pratica o consultório virtual, uma ação que foi acelerada pela pandemia. Por fim, Carmem passa a relatar a questão de atendimento domiciliar para pessoas acamadas, que está alocado na saúde da família, porém não consegue atender a demanda devido à falta de recursos. Sobre os conselhos municipais da área de saúde, Carmem informa que tem o Conselho Municipal de Saúde, o Conselho Gestor de Unidade que trabalhou bem pouco devido a situação de pandemia e pensar de uma melhor forma a participação popular, a respeito do Conselho que aborda o álcool e droga, foi incluído no Plano de Governo que deve ser multidisciplinar, em conjunto com Assistência Social. Carmem solicita ainda que seja incluso no Plano a questão de gestão de informações, uma vez que há dificuldade no acesso às informações, e divulgação das mesmas, incluso melhoria no sistema de comunicação interna também da Prefeitura Municipal de forma geral, imprensa e população. Não tendo mais nada a se tratar sobre o assunto de saúde, o arquiteto João Felipe deu por encerrada a reunião agradecendo a presença de todos.



## ATA DA REUNIÃO TÉCNICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARAÇATUBA – EDUCAÇÃO

Aos quatro do mês de novembro de dois mil e vinte, na sala da Secretaria Municipal de Educação no Edifício SIRAN (Sindicato Rural da Alta Noroeste) de Araçatuba, localizada na Rua Conselheiro Oscar Rodrigues Alves, nº 55, na cidade de Araçatuba, estado de São Paulo, teve início às quatorze horas e dez minutos a presente reunião. O arquiteto João Felipe inicia a reunião agradecendo a colaboração de todos e explica brevemente sobre o processo de revisão do Plano Diretor. João Felipe dá seguimento a reunião baseando-se no questionário técnico respondido pela equipe da Prefeitura sobre educação. Silvana realiza uma breve apresentação dos presentes na reunião (Silvana (secretária de educação) Simone (Diretora do departamento de informação) Renata (Diretora do departamento de educação). João Felipe questiona quais ações e avanços o setor da educação deve ter em um prazo de dez anos e realiza uma breve leitura sobre o questionário. Silvana explica que as informações relacionadas as instituições estaduais e particulares estarão disponíveis com a Diretoria de Ensino, sendo que a Secretaria de Educação possui acesso às informações somente das escolas particulares que estão vinculadas a ela, sendo que somente as escolas particulares de ensino infantil estão sob a supervisão da Secretaria de Educação. Danielle explica sobre a etapa de diagnóstico, citando que parte da população gostaria que existissem mais cursos superiores. João Felipe questiona sobre qual a situação atual da educação no município. Silvana relata que em relação as escolas municipais a secretaria da educação consegue atender por volta de todos os bairros, sendo a zona norte e oeste do município regiões com maior demanda de deslocamento por conta de não possuírem escolas de ensino fundamental, e com a pandemia muitas escolas foram ampliadas e reformadas, então em relação as vagas em creche, o município atende cerca de oitenta por cento das crianças de zero a três anos sendo que a os planos nacional e municipal de educação colocam como meta que seja atendido pelo menos cinquenta por cento dessa população, excepcionalmente devido a pandemia o número da procura por novas matrículas para o ano de dois mil e vinte e um nas creches teve uma diminuição. Danielle questiona se nos últimos dois anos existia a lista de espera para as vagas em creches. Silvana confirma e relata que devido a pandemia muitas reformas e ampliações foram concluídas o que levou a um aumento significativo no número de vagas. Danielle questiona sobre a procura pelas rematrículas e se houve questionamento dos pais em relação a atual situação e ao ano de dois mil e vinte e um. Silvana relata que as rematrículas para garantia da vaga foram realizadas, porém foi optado pelo retorno somente após o ano de dois mil e vinte devido à somente dezessete por cento dos pais votarem a favor da volta as aulas presenciais, acrescentando que o retorno no ano de dois mil e vinte e um ainda está incerto pois depende de diversos fatores externos. Danielle questiona sobre a volta das aulas presenciais em vista de que muitos pais necessitam das escolas devido o retorno presencial de algumas atividades e serviços e também em relação às refeições que muitas vezes é a única refeição da criança. Silvana relata que em relação às refeições, após o recesso houve o retorno das aulas em formato remoto e o programa "Merenda no Lar" onde são distribuídos alimentos do gênero secos (arroz, feijão, leite em pó, etc.) e

complementado com alimentos da agricultura familiar dos produtores locais que vem acontecendo desde o mês de abril. João Felipe questiona se a quantidade de vagas em creche é suficiente em um contexto de normalidade. Silvana relata que ainda faltam vagas em creches, mas o déficit de vagas já foi reduzido dando como exemplo que o número de vagas deficitárias chegou a um número de mil e quinhentos e atualmente são por volta de quinhentas. Danielle questiona se foram construídas novas unidades ou ampliadas as existentes. Silvana relata que as escolas foram construídas, reformadas e ampliadas e também houve a contratação de mais de cem profissionais para a execução dessas melhorias, sem considerar os professores, tendo um aumento de aproximadamente mil vagas. Danielle questiona se foram utilizados somente recursos municipais. Silvana afirma que não houve recurso federal sendo utilizados somente recursos municipais. João Felipe questiona se o déficit é regionalizado assim como da região norte para o ensino fundamental. Silvana relata que não existe um déficit de vagas no ensino fundamental, mas sim que não existem vagas para todos os moradores da região norte nas proximidades das residências, tendo então que optar pelo maior deslocamento. Silvana continua relatando que existe a pretensão de construção de mais escolas na região, considerando que em média são transportados diariamente seiscentos alunos e com isso haveria espaço físico remanescente nas escolas das demais regiões, viabilizando a ampliação do período integral que é visto como imprescindível, sendo que atualmente somente sete escolas de período integral duas de atividades complementares (o período integral é cumprido conforme a opção dos pais) e dois CEMFICAs (Centros de Atividade Complementar) onde as crianças estudam no período regular em outras escolas e no contra turno realizam atividades complementares no local. João Felipe questiona se existe algum ponto específico regionalizado de déficit de vagas em creches. Silvana afirma que atualmente o déficit normalmente é relacionado ao berçário devido às necessidades de espaços físicos específicos que acomodem descanso, preparo de leite e banho, é pretendida a construção de berçários em unidades existentes para que não haja um aumento de custo operacional, considerando que essa demanda é variável no tempo. João Felipe relata que em diversos municípios as creches são direcionadas em pontos estratégicos do município como em áreas centrais e locais com uma grande oferta de trabalho ou então em locais que estão no caminho do trabalho. Silvana relata que atualmente existem quarenta creches distribuídas territorialmente atendendo a todo o município, e então que as ampliações seriam feitas em locais estratégicos, considerando que a população tem preferências por matricular os filhos nas escolas que estão no caminho do trabalho ou próximo a algum familiar que irá buscar as crianças e acrescenta que as creches localizadas nas áreas centrais não possuem uma grande procura pelos pais. João Felipe questiona sobre a localização das áreas institucionais distribuídas nos bairros. Silvana relata que boa parte das unidades escolares ainda possuem áreas livres onde é possível realizar a ampliação e instalação das creches. João Felipe questiona se existe alguma região onde não existem mais áreas institucionais livres, quais os critérios para fornecimento de transporte até as escolas e se o transporte também é fornecido para alunos da rede estadual. Silvana relata que existem áreas institucionais em todo o município e o transporte somente é fornecido em caso de existência de barreiras (rodovias) ou uma distância maior do que dois quilômetros, e algumas rotas são juntas e outras exclusivas para

o Estado. Danielle questiona sobre o funcionamento da parceria. Silvana relata que são realizados pagamentos, sendo que a pouco tempo houve o fornecimento de um ônibus para utilização exclusiva na rota das escolas estaduais, porém esse ônibus não comporta a quantidade de alunos da rede estadual que são transportados diariamente que totalizam trinta alunos e o ônibus comporta somente quinze alunos, portanto está em andamento o planejamento de uma parceria com a disponibilização de passes para uso do sistema público. João Felipe questiona se já existe algum sistema de subsídio relacionado aos passes escolares. Silvana afirma que é realizado o transporte, não disponibilizando passes para os alunos do convênio estadual. João Felipe questiona se todas as escolas possuem berçários. Silvana relata que são somente cinco escolas considerando as de zona rural que não possuem o berçário, sendo que a ideia é ampliar os berçários existentes. Danielle questiona quais são as escolas que não possuem berçários. Renata cita que as escolas que não possuem berçários são as EMEBs: Alice Couto de Moraes, Mariazinha Sanches de Oliveira Milochi, Adriano Goulart Arruee, Zilda Arns Neuamnn e Fernando Gomes de Castro. João Felipe questiona se existem barreiras específicas que separam bairros próximos que poderiam ser solucionadas. Silvana relata que as principais barreiras são as rodovias, já na região dos bairros São José e Ezequiel Barbosa para o Porto Real (Bairro do programa Minha Casa Minha Vida) que são próximos, porém a infraestrutura é precária (acessos por vias de terra, falta de iluminação pública) levando ao fornecimento do transporte nesse caso. João Felipe explica que uma das indicações realizadas no Plano é de obras prioritárias do sistema viário. Renata relata que existe o acesso de terra entre os bairros Conj. Hab. José Saran e Morada dos Nobres. João Felipe questiona sobre o diagnóstico em relação também as escolas estaduais. Silvana relata que a E.E. Maria do Carmo Lelis está fechando por falta de alunos por conta de estar desconectado dos demais bairros e sobrecarregando a E.E. Prof. José Augusto Lopes Borges. João Felipe sugere que sejam mapeadas as rotas para que haja uma integração dos bairros e consequentemente reduzir os gastos com o transporte. Danielle relata que foi notada a construção de diversos condomínios e loteamentos próximos à rodovia, na região norte do município e questiona se essa população é atendida em relação às escolas e creches municipais. Silvana relata que em relação às creches essa população é atendida por uma existente e outra que está em construção, já as escolas nessa região precisam ser planejadas em conjunto com a ampliação das existentes pensando nos novos conjuntos habitacionais, citando como exemplo os conjuntos habitacionais que se estendem à estrada Caram Rezek que leva ao bairro Engenheiro Taveira. João Felipe questiona se existe uma relação com o setor de planejamento no processo de aprovação dos loteamentos e se a Secretaria da Educação possui algum representante dentro do setor. Silvana relata que já foi pontuado pelo secretário em relação à zona norte e que à princípio não havia a comunicação com o setor, mas atualmente há a comunicação entre si. Silvana relata que houve a inauguração de seiscentas casas de um conjunto habitacional em um local onde não existiam escolas próximas com vagas livres e no mesmo período o SESI unificou suas sedes e desocupou as áreas, possibilitando a instalação das escolas nesses locais. Danielle relata que é notável que o crescimento do município está acontecendo nas proximidades da estrada vicinal Caram Rezek e este será o único meio de acesso para esses locais. Silvana relata que a ideia é ampliar e separar em

alas a escola existente no bairro Taveira que atualmente é dividida em ensino infantil e fundamental, para otimização dos gastos. João Felipe questiona se as metas contidas no Plano de Educação são divididas em curto, médio e longo prazo. Silvana relata que o Plano Municipal de Educação é similar ao Plano Nacional da Educação e não teve uma construção coletiva com as características reais do município e o prognóstico não foi bem direcionado em relação a prazos e metas. Danielle questiona se o Plano Nacional é responsável por reger o Plano Municipal de Educação. Silvana confirma e acrescenta que este é o Plano Municipal de Educação relacionado à educação e além dele existem os Projetos Político-Pedagógico institucional (com duração de quatro anos) da Secretaria de Educação que norteia o Projeto Político-Pedagógico das escolas existentes. João Felipe questiona se são inseridas nos Projetos Político-Pedagógicos metas físicas de construção de novas unidades. Silvana relata que de construção de novas unidades não, e sim metas para as escolas existentes. João Felipe questiona se existe algum material compilado das metas para os próximos anos e metas para um novo governo. Silvana relata que existe o novo plano de governo estruturado com base em avaliações e a tabulação de tudo o que foi cumprido ou não e avaliando todas as metas traçadas no plano anterior e o novo cenário atual que foi desenvolvido de forma colaborativa. João Felipe questiona o que foi traçado neste plano de governo traçado como metas de médio e longo prazo para o sistema de educação. Silvana relata que a construção de berçários é uma meta de médio a longo prazo pois depende de vários fatores como projeto arquitetônico e aprovação orçamentária, cita também a questão de ampliação quantitativa e qualitativa das escolas de tempo integral. João Felipe questiona se com a região norte recebendo novas unidades educacionais isso não disponibilizaria espaço nas demais para daí ofertar a educação complementar. Silvana relata que eles têm compreendido que embora a gestão de uma escola de período integral seja mais simples, existem aspectos a serem considerados como a preferência dos familiares, sendo que se realizado como uma complementação aos estudos, existe um melhor aproveitamento desse período. João Felipe questiona se existe algum local prioritário para a implantação dessa complementação. Silvana relata que são as regiões periféricas como o bairro São José onde existe uma vulnerabilidade muito grande e por outro lado existem escolas que estão com um número muito baixo de matriculados e hoje atendem aos bairros que não possuem escolas, que abriria a possibilidade. João Felipe afirma que algumas das escolas citadas serão ocupadas com atividades complementares com a redução no número de alunos matriculados e outros locais somente serão ocupados dessa maneira com a construção de novas escolas. João Felipe questiona se a Secretaria possui como meta implantar o período integral ou complementar nas novas escolas a serem construídas na região norte. Silvana afirma que a meta é implantar as atividades complementares e cita como exemplo a escola que está em construção no bairro Atlântico que será inaugurada no final do ano, onde toda a estrutura foi criada pensando na execução de atividades complementares. João Felipe questiona quais as diferenças estruturais em uma escola com atividades complementares. Silvana relata que no contra turno é necessário ofertar oficinas que demandam um espaço físico que possibilitem a realização de atividades diferenciadas da sala de aula, sendo que uma das principais metas é o avanço tecnológico nas escolas (rede wi-fi e recursos tecnológicos), sendo que é possível verificar a limitação dos

espaços existentes. Silvana ainda cita que foi realizada a modernização das salas de aula com a instalação de ar-condicionado e possuem como meta a instalação de rede wi-fi em todas escolas fundamentais, porém devem considerar que nem todos os alunos da rede pública possuem equipamentos próprios gerando uma demanda para a escola de equipamentos (notebook, tablets) sendo que esses possuem um limite de bateria e com isso faltam locais para recarga desses equipamentos. João Felipe questiona se a tecnologia impacta no ensino mesmo não sendo de tempo integral ou complementar. Silvana relata que o impacto é em todas as modalidades, sendo que foi possível concluir com a pandemia que é viável o alcance dos professores e alunos à distância de modo a ofertar atividades complementares remotas, porém para essa modalidade é necessária a implantação de rede wi-fi em todo o alcance do município sendo também uma meta para os próximos anos. Danielle relata sobre a existência de rede wi-fi na Praça do Boi no centro da cidade. Silvana relata que essa tecnologia é limitada, portanto não seria ideal para a utilização para o ensino remoto, então para a implantação de ensino remoto é necessária a implantação de meios para a população que não dispõe dessas tecnologias, pois senão há um aumento na distância do aluno ao acesso à informação. João Felipe questiona se existem outras barreiras de tecnologia além da rede wi-fi. Silvana relata que uma das metas para as escolas de tempo integral é a instalação de laboratórios voltados para a "cultura maker" baseada no estímulo da criatividade, disponibilizando as ferramentas necessárias e incluir também a formação e capacitação dos professores e da metodologia para esse trabalho. João Felipe questiona se já existe algo similar. Silvana relata que houve uma parceria com o UniSalesiano de desenvolvimento de atividades de robótica, porém não obteve sucesso. Danielle questiona se existem e são utilizados laboratórios tradicionais de química, física e biologia. Silvana confirma e relata que possivelmente após o período da pandemia o seu uso será mais frequente, pois um dos empecilhos era a falta de domínio em relação aos professores que com a pandemia tiveram que aprender a utilizá-los e conta também que o sistema que antes era utilizado somente para gestão das escolas foi disponibilizado para postagem de atividades facilitando o contato entre professores e alunos. Silvana ainda cita que outra meta é a criação de um auditório para ser utilizado como espaço de formação dos professores, considerando que mesmo com toda tecnologia, a modalidade de educação a distância, a qualidade do ensino presencial ainda é superior e os espaços físicos disponíveis no município não comportam a quantidade de professores do município. João Felipe questiona se não existe nenhum espaço disponível atualmente no município e dá exemplos como o teatro municipal. Simone relata que atualmente existem mais de mil professores, considerando que o local com maior capacidade de pessoas é o UniSalesiano com aproximadamente 600 lugares. Simone relata que em diversas vezes foram amparados por igrejas que possuem grandes salões e o clube dos bancários, porém estes espaços não possuem os equipamentos necessários. Silvana relata que atualmente está sendo construído o almoxarifado e uma garagem para os veículos do transporte escolar, pois atualmente os mesmos funcionam em espaços adaptados e geram muitas perdas por falta de uma organização funcional do espaço além de outros problemas. Danielle questiona se é o local próximo ao recinto de exposições. Silvana confirma e relata que uma das ideias é unificar a Secretaria da Educação concentrando todas atividades relacionadas a educação na área,

visto que atualmente a secretaria da educação é dividida em duas unidades uma localizada no Edifício SIRAN e a outra na rua São Paulo e mais outras três unidades também ligadas à educação, pois é notável que essa separação das unidades dificulta o serviço e os processos. João Felipe questiona sobre o funcionamento da unidade da rua São Paulo e se é realizado o atendimento presencial aos pais. Silvana explica que lá funciona o departamento administrativo, ouvidoria e o atendimento presencial aos pais devido a facilidade de acesso ao local e ainda acrescenta que foram montadas salas para formação dos professores. Danielle relata que realizou a projeção populacional até o ano de dois mil e quarenta com base em dados da Fundação SEADE, sabendo que devido a pandemia o coeficiente será recalculado, e acrescenta que a progressão de crescimento da faixa etária dos quinze aos trinta e cinco anos entre os anos dois mil e dois mil e vinte foi mais lenta e questiona se esse dado é perceptível nas escolas. Silvana relata que não foi possível identificar por conta dessa faixa etária não ser atendida pelas escolas municipais, e acrescenta que em relação as escolas municipais o aumento é grande. Silvana relata que devido as creches não serem obrigatórias é mais difícil identificar esse aumento, e com a melhoria na educação da rede pública ocorreram processos de migração das escolas particulares para o sistema de ensino público. João Felipe relata que foi constatado em reunião com a Secretaria da Saúde que muitas pessoas estão saindo dos planos de saúde particulares e migrando para o sistema público devido à qualidade dos serviços prestados. Silvana relata que a única região que houve uma redução da população foi a zona leste sendo que foram construídas várias escolas na região e com essa redução, essas escolas são ideais para a implantação do período integral, sendo que a causa dessa redução foi a inauguração de diversos conjuntos habitacionais nas zonas oeste e norte. Silvana relata que houve uma grande quantidade de matrículas de outras cidades, principalmente vindos do litoral devido as oportunidades de trabalho na área da construção civil e também relacionados ao atendimento de pessoas com necessidades especiais pois o município está se tomando referência nesse tipo de atendimento por conta de existir a AMA (Associação de Amigos do Autista de Araçatuba) e a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araçatuba) e também o CAEMA (Centro de Apoio Educacional Especializado e Multidisciplinar de Araçatuba) e também pelo fato de as demais cidades não possuírem essas especialidades. João Felipe relata que o turismo de saúde está se tomando muito comum no município. Silvana relata que já não é mais considerado como turismo pois essa população está se fixando no município devido a frequência dos tratamentos. João Felipe questiona se existem muitas culturas sazonais no município. Silvana relata que existe a cultura da cana, olarias e construção civil nas regiões do bairro Alvorada que possuem uma alta rotatividade. João solicita que seja discutido um diagnóstico geral do ensino municipal em relação ao ensino médio, técnico e superior. Silvana relata que faltam cursos superiores públicos sendo que a UNESP (Universidade Estadual Paulista) oferece somente cursos de medicina veterinária e odontologia. Renata relata que existe também a universidade particular FAC - FEA Faculdade da Fundação Educacional de Araçatuba. Silvana relata que a UNIVESP possui cursos voltados para a área da educação, porém existe o potencial de ofertar mais cursos devido ao porte do município. João Felipe questiona sobre a formação dos professores. Silvana relata que grande parte dos professores foram formados nas

universidades UniToledo e FAC – FEA. Renata destaca que o curso de graduação de pedagogia da FAC – FEA é nota cinco no MEC. Silvana relata que faltam mais opções de cursos técnicos, sendo que os existentes são do SENAI e a ETEC com novo programa denominado Novotec Expresso além dos demais cursos. João Felipe questiona se existem graduações voltadas para a formação agroindustrial. Silvana relata que a UniToledo oferece o curso de graduação de Engenharia Agrônômica. João Felipe questiona sobre a permanência dos alunos dentro do município. Silvana relata que a Secretaria da Educação não realiza o acompanhamento destes dados justificando que o ensino municipal se limita ao quinto ano. João Felipe questiona se há uma fuga de capital intelectual em relação aos estudos e trabalho. Silvana relata que boa parte se desloca para outras regiões onde existem diversas opções de formação superior. João Felipe questiona se as universidades são consideradas relevantes para o município e se é considerada uma cidade universitária. Silvana relata que em relação ao contexto regional, Araçatuba é uma cidade universitária. João Felipe questiona se existe fretamentos para aqueles que são da região e se existe alguma relação do município com as universidades. Silvana confirma e relata que existem parcerias com o UniSalesiano dando ênfase em formação de primeiros socorros e com a FAC – FEA. Não tendo mais nada a se tratar sobre o assunto de educação, o arquiteto João Felipe deu por encerrada a reunião agradecendo a presença de todos.



## ATA DA REUNIÃO TÉCNICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARAÇATUBA – PLANEJAMENTO URBANO

Ao sétimo dia do mês de outubro, na Prefeitura Municipal de Araçatuba, setor de Planejamento Urbano, localizada na Rua Coelho Neto, nº 73, na cidade de Araçatuba, estado de São Paulo, teve início às dez horas e quarenta e cinco minutos a presente reunião. O arquiteto João Felipe inicia a reunião agradecendo a colaboração da equipe presente e relata brevemente sobre o andamento dos trabalhos técnicos referentes a revisão do Plano Diretor. João prossegue a reunião questionando se a equipe é responsável somente pela aprovação dos novos loteamentos ou se também é responsável pela avaliação e aprovação de grandes empreendimentos e Ariela – arquiteta de Planejamento Urbano responde que a equipe multidisciplinar é responsável pelas avaliações e aprovações de ambos. João gostaria de saber como está a situação da legislação, em relação ao parcelamento e uso do solo, o que poderia ser feito para melhorar e quais dificuldades que a população ou empreendedores enfrentam na ocupação. Ariela explica que a legislação é antiga e está defasada por esse motivo não consegue seguir suas orientações, e o que apresenta mais dificuldades na aprovação de loteamentos é em questão da distribuição das vias públicas. João comenta sobre o as larguras das vias serem de sete metros e se atualmente é pedido diretrizes com larguras maiores. Cesar comenta sobre a dificuldade de não conseguir fazer com quem os empreendedores respeitem o limite imposto por eles, por possuir uma lei que autorize uma medida inferior a nove metros. João questiona se é possível tentar resolver esses problemas com diretrizes e Ariela explica que na legislação a largura mínima das ruas é permitida até 6 metros, portanto não é possível obrigar os empreendedores a fazer vias mais largas. Danielle questiona se 9 metros seria um tamanho ideal e Cesar comenta que depende da região onde é feito o projeto, e por possuir uma incoerência na lei em questão a mobilidade é muito difícil aplicar os devidos tamanhos, mostra também problemas em loteamento distante do perímetro urbano apresentando dificuldades para levar a iluminação pública devido ao alto custo e seria possível se houvesse verbas, assim acaba gerando bairros escuros e sem sinalizações. João questiona se não existe lei específica para polo gerador de tráfego. Cesar comenta que não existe, que segue somente o CTB, e que depende muito da negociação com o empreendedor. João questiona se é previsto área química. Ariela explica que não possui e a única utilizada é a área institucional, comenta também que a parte mais crítica na legislação é em questão as vias e a mobilidade. João Felipe questiona sobre os passeios públicos respeitarem três metros segundo a lei de mobilidade. Ariela relata que os projetos novos são exigidos os 3 metros por conta da rampa de acessibilidade, mais que existe alguns casos de interesse social, que não é respeitado está medida por não ter uma lei na legislação que obrigue o este tamanho e acaba permitindo o uso de 2 a 2,5 metro de largura e prejudica no projeto das rampas de acessibilidade, comenta que se tivesse como regularizar está questão com a Consab seria de grande importante. João Felipe explica como é organizado essas divisões, que são colocadas vias artérias e colaterais para todo o zoneamento em qualquer tipo de zona, com exceção das ZEIS ou área declaradas como interesse social tendo uma tabela a parte para redução das vias e calçadas assim não inviabilizando os valores de financiamentos. Cesar comenta que gostaria de trazer a legislação de outros municípios para a cidade, tendo respaldo que não interfira no crescimento do município, fazendo com que os investidores

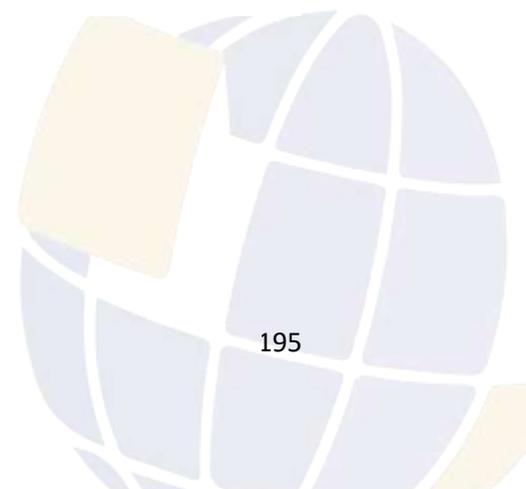
não desanimem de investir no município. João explica que está sendo muito utilizado para essas negociações imobiliárias o EIV (Estudo de Impacto de Vizinhança), é apresentado um estudo feito diretamente com a população colhendo informações sobre os impactos causados pelos projetos sendo abordado assuntos como: iluminação pública, drenagem, sinalização. Ariela comenta que seria interessante ser exigido o estudo já na pré aprovação dos projetos para verificar os impactos causados. João comenta que seria interessante fazer o EIV ou polo gerador para verificar esses impactos públicos que a lei não consegue trabalhar. Ariela relata que não possui uma legislação mostrando qual seria o raio mínimo em curvas, e vias sem retorno. João comenta que atualmente é complicado especificar um raio mínimo devido a tecnologia avançada, mas o interessante seria o setor técnico quando contrato fazer uma análise de projeto mostrando qual raio ideal para as vias. Cesar comenta sobre os loteamentos fechados que depois de aprovados como aberto são fechados não sendo especificado no projeto onde seria instalado a portaria ou muro para fechá-los. Danielle comenta se as portarias atrapalham no tráfego no local e Ariela explica que as portarias antigamente eram feitas em áreas verdes e lazer, mas que hoje é deixado um lote para fazê-las, se existe uma lei obrigando os empreendedores apresentar os projetos como loteamentos fechados seria melhor. João explica que primeiramente seria pré-aprovado como aberto, e teria que protocolar no projeto o interesse em fechar o loteamento, assim aprovando o projeto e Ariela comenta que no requerimento é colocado se o loteamento vai ser aberto ou fechado. Danielle questiona se no requerimento apresentado, mostra onde é feito o fechamento do loteamento. Ariela explica que tem pessoas que entra com diretriz previa sobre a definição dos loteamentos e tem projetos que são feitos apenas um croqui de localização. Mas que normalmente é demonstrado o interesse em fechar os loteamentos, no próprio requerimento. Danielle pergunta se teria como vincular o interesse de fechamento dos loteamentos e apresentar um projeto de fechamento, seguindo as devidas diretrizes. Ariela comenta que já tem os devidos recuos mais não possui nenhuma diretriz quanto a isso. João questiona se existe problemas com áreas institucionais e verdes internas, e se é criado áreas de lazer em lote nos loteamentos fechados. Ariela comenta que para as áreas institucionais em loteamentos fechados tem que instalados para fora do loteamento, mais as áreas verdes podem ser projetadas dentro, em questão a área de lazer são feitas em lotes, as vezes sendo feito a aprovação como lotes misto e depois aprovando como área de lazer. Cesar comenta sobre um caso de utilizar faixas de servidão como área verde, se é possível. João explica que não seria correto, por possuir apenas vegetação rasteira, não tendo a presença de árvores. Ariela comenta também que não seria possível por não ter a compensação do solo. João questiona o percentual aplicado para áreas públicas. Ariela comenta que na legislação 5% de área institucional, 15% somando áreas verde e de lazer e 20% de sistema viário, mas como não passa 15% da área verde na CETESB é utilizado 20% de área verde. João questiona sobre o tamanho mínimo dos lotes, as medidas de suas testadas e se existe alguma legislação para essas medidas. Ariela explica que existe a legislação e para lotes com testada de cinco metros a área mínima é de 125m<sup>2</sup> e para testadas com 10m a área seria de 200m<sup>2</sup>. Danielle questiona se existe algum mapeamento de ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), e se tem definido essas áreas. Ariela explica que não existe o mapeamento e que é definido pela própria secretária. João Felipe questiona como é dividido para saber se é interesse social ou não. Ariela explica que é pedido uma certidão já classificando com aberto ou fechado e se é de interesse social ou não, mais

não existe nenhum decreto para descrever as ZEIS. João questiona sobre os índices de aproveitamento, taxas de ocupação. Ariela relata que só existe em áreas de interesse ambiental que não possui uma lei específica, apresentado somente no código sanitário. Comenta ainda que a lei especificamente está muito confusa por não separar os condomínios e loteamentos, dando a entender que o condomínio não tem a necessidade de fazer o parcelamento do solo. João Felipe comenta sobre os condomínios em glebas não parceladas multifamiliar, se é deixado algum espaço para área verde ou área institucional. Ariela explica que as diretrizes não parceladas, teriam que colocar 5% de área institucional e 20% área verde, mas não há embasamento pelo fato da lei não ser muito específica em relação a diferenciação de condomínio e loteamento. Danielle pergunta se a área de interesse ambiental está seguindo o mapa do plano diretor. Ariela explica que são seguidos dois mapas, um que mostra o perímetro urbano e outro que mostra a cidade toda, mas é apresentada informações divergente entre eles. João Felipe questiona sobre áreas que possui grandes gleba não parcelada e são feitos projetos de condomínios, como é aprovado o projeto de circulação dentro desses condomínios. Ariela comenta que é só analisado o projeto arquitetônico, deixando apenas a largura mínima das vias, mas não é exigido da secretaria de planejamento. Comenta também que os condomínios feitos de casas são os que possuem mais problemas em suas vias por deixarem ruas estreitar e mão dupla, tendo problema no tráfego. Danielle questiona sobre os condomínios que são feitos por prédios se existe algum recuo da portaria e Ariela explica que não é citado nenhum recuo para a portaria, mais é deixado espaço para entrada de dois veículos parados antes da portaria segunda a diretriz. João comenta da possibilidade como mandar as diretrizes para ser feito uma análise e tentar aprovar como leis a respeito dos sistemas viários internos e recuos, melhorando as normas do município. Cesar explica que a certidão de iluminação pública em loteamentos fechados é estabelecida pela secretaria, seguindo as normas da CPFL para evitar desperdício de energia, mas existe loteamentos fechados que não segue as recomendações dada pela secretaria pelo fato de não ser especificado em lei, aumentando assim o consumo de energia que é pago pela prefeitura segundo a lei municipal criada. João Felipe comenta se existe uma liminar sobre os gastos de energia que são pagos pelo município ou pelas concessionárias. Cesar explica que a decisão foi definitiva pelo Tribunal Regional Federal obrigando as CPFL a fazer as manutenções das redes elétricas em condomínios fechados, a não ser que o município queira assumir os gastos, e são aplicadas tarifas para a manutenção das redes, foi aprovada a lei e a concessionária recolhe o valor e abate nos gastos do município. João questiona sobre as normas das instalações de antenas. Cesar explica que segue leis federais, não possuindo restrições quanto ao recuo, para aprovação do projeto é pedido uma certidão de uso e ocupação do solo para ver se existe alguma restrição na região ou lote. Danielle questiona se é pedido alguma certidão para a restrição de determinados tipos de antena. Cesar comenta que já é feito na certidão de uso e ocupação do solo, solicitado uma autorização COMAR e um laudo radiométrico realizado pela ANATEL, em seguida é lançado para o cadastro mobiliário. João comenta qual seria o principal produto no setor imobiliário, como por exemplo: uma área de alto padrão ou perto da Unesp. Ariela comenta que os principais seriam as áreas de interesses sociais, como por exemplo na zona norte. João comenta que não há nenhuma delimitação de zoneamento, apenas de interesse ambiental, mais se não teria nenhuma verificação de gabarito ou coeficiente. Cesar explica que nos casos de estação de rádio base, se o morador local não quiser a instalação dessas antenas perto de suas casas, é feito uma

liminar para verificar a possibilidade da construção, mas não possui nenhuma lei ou diretriz delimitando no zoneamento. Ariela comenta que gostaria de levantar mais assuntos sobre os problemas viários, pelo fato de não possuir uma legislação específica, com isso gera muitos problemas na aprovação de projetos. João questiona se os problemas com desdobro de lotes irregulares são decorrentes e Ariela explica que existe alguns casos, mas não é algo que acontece com frequência. João Felipe questiona sobre construção de empreendimentos, como por exemplo: bares, boates, que saem em áreas residências causando incomodo para os moradores locais e se a secretaria não consegue restringir, Ariela comenta que é acompanhado pela secretaria e não possui reclamação sobre os estabelecimentos, tanto quanto a barulho ou problemas no trânsito. João questiona sobre áreas de loteamento fechados que são mais afastadas do centro, se existe alguma diretriz ou porcentagem de lotes específico para eles em relação a área comercial ou acesso ao local e Ariela explica que em loteamentos abertos é orientado deixar avenidas mistas e comércios espalhados para atender a população local, mas não possui qualquer porcentagem de divisão de lotes comerciais. João questiona se existe uma legislação falando sobre o tipo de construção usada para fechar os loteamentos e Ariela relata que na diretriz onde é permitido o fechamento dos lotes não especifica os tipos de barreiras a serem construídas. João pergunta sobre expedição de diretrizes quanto a drenagem e Danielle questiona se os projetos de reformas de drenagem passa pela secretaria de planejamento urbano, então Ariela explica que é um projeto, mas analisado pelo Kiyoshi e que ele saberia orientar melhor sobre o assunto. Ariela passa a relatar sobre a construção de ciclovias em todas avenidas, que é uma proposta feita pelo prefeito e Danielle comenta que observou que apesar do Plano Diretor de Mobilidade ser recente, não existe nenhum mapeamento que possa mostrar onde as ciclovias podem ser instaladas. Ariela comenta que é orientado fazer construções em todas as avenidas de loteamentos mesmo que afastado da cidade, mas não existe um mapa sobre as ciclovias. João questiona se é usado uma infraestrutura específica quanto ao tipo, ciclovia ou ciclofaixa, questiona também se a diretriz é somente em avenidas ou possui algo para vias coletoras e arteriais e Ariela explica que é colocado como ciclovias, mais é apresentado um estudo para analisar qual infraestrutura é mais adequado para os locais, e que na diretriz é descrito somente avenidas, não precisando fazer as instalações em outras vias. Ariela comenta também que a apresentação das legislações e as diretrizes urbanísticas são separadas por tópicos, como acessibilidades, pavimentações guias e sarjetas e drenagem, iluminação e sinalização viária e que as diretrizes de iluminação são mais recentes, pois foi atualizado na certidão o uso de lâmpadas LEDs. João questiona se possuem um traçado básico sobre projeções de avenidas futuras e ligações de novos bairros ou loteamentos e Cesar comenta que não existe e que todos os conjuntos habitacionais projetados não foram pensados fazer a interligações das vias, somente dentro do loteamento. Danielle comenta que existe este problema na drenagem, por não ser feito um estudo sobre o lançamento de loteamentos futuros, como por exemplo em lotes de montante, não apresentado cálculos mostrando as devidas tubulações para captar a água corretamente. Cesar relata também que nunca foi pensando em um plano para fazer essas ligações viárias, e que tem um caso que o empreendedor está querendo fazer a aberturas de lotes, mas possui apenas uma avenida que interliga o local, o que causaria um transtorno no fluxo. João questiona se nesses casos existe alguma diretriz que força o empreendedor a fazer as intervenções de rotatórias, e comenta na utilização do EIV para tentar resolver esses casos, por afetar a segurança da população. Cesar explica que

não é exigido do empreendedor a interligação de vias, mais que alguma benfeitoria para a população tem que ser feita, para evitar acidentes. João sugere mitigar esses problemas viários, estabelecendo um raio de 1 km de influência, para tentar diminuir os problemas de segurança, fazendo mais o uso do EIV. Sugere levantar uma proposta para o plano diretor de fazer um mapa de diretriz viária, pensar como as vias iriam seguir para fora da cidade e tentar indicar os estabelecimentos que possam ser indicados para aplicar o EIV, analisando os casos críticos, assim tendo mais força com essas diretrizes regulamentadas. Ariela comenta que na área de interesse social são os casos mais complicados para fazer planos viários. Cesar comenta que para evitar colisões laterais exige a construção de rotatórias ou colocação a de semáforos em cruzamentos de 90 graus e em avenidas exige a construção de alças de aceleração e desaceleração em retornos para novos parcelamentos. João questiona qual instrumento de aprovação é utilizado para os loteamentos que estão fora de perímetro, como por exemplo os em volta do Condomínio Alphaville. Danielle questiona se possui alguma expansão urbana. Ariela comenta que não há expansão urbana e cada condomínio possui um decreto novo para a aprovação, não possuindo uma legislação geral sobre o limite da expansão urbana. João relata que seria interessante delimitar a expansão urbana, assim distinguindo corretamente até onde pode-se abrir novos loteamentos, para que facilite a prestação de serviço entregue pela prefeitura. Não tendo mais nada a se tratar sobre diretrizes de Planejamento Urbano, o arquiteto João Felipe deu por encerrado a reunião com essa equipe agradecendo a presença de todos. Em seguida, na mesma sala se inicia a reunião que aborda o tema drenagem pluvial com a presença do Sr. Kiyoshi explicando os motivos para fazer a revisão do plano diretor. João questiona quem é o responsável sobre os projetos de drenagem. Kiyoshi explica que os novos loteamentos são de responsabilidade dele, e os projetos mais antigos são do Toshio, comenta também que existe um plano de macrodrenagem. Danielle questiona se seguem o plano de macrodrenagem, e se conseguem executar em áreas existente que apresenta problemas. Kiyoshi explica que sim, e que existe no prolongamento da Avenida Pompeu um projeto e está sendo executado. João questiona sobre a expedição diretriz de novos loteamentos, e o que costuma solicitar e Kiyoshi explica que é solicitado via diretriz o projeto de retenção, mas para projetos como "minha casa minha vida" que não é solicitado João questiona se nesses novos loteamentos apresentam algum problema de drenagem, por exemplo: enxurradas, alagamentos, vindo de loteamentos antigos. Kiyoshi explica que não possui nos loteamentos novos mais são decorrentes em loteamentos antigos. João questiona se existe alguma lei sobre ser obrigado a construção de bacias em novos loteamentos, e Kiyoshi relata que não existe leis, somente as diretrizes. João questiona se é feita alguma exigência na aprovação das bacias de contenção e piscinões e. Kiyoshi explica que é feito mais tudo via diretriz, falando se pode ou não fazer a construção das bacias e como deve ser feito a construção. João relata que gostaria de ver o mapa de risco onde localiza as áreas de alagamento, ou áreas problemáticas quanto a drenagem e Tarso Luís exhibe os trabalhos realizados para resolver os problemas nos pontos de risco, que foram realizadas obras de contenções para amenizar os problemas de alagamento, movendo a população para CDHU por estar em zona de risco e não poder ser legalizado pelo "Cidade Legal" e questiona ainda a possibilidade ser colocado no plano diretor ideias para fazer a revitalização de nascentes. Danielle questiona se existe sistema de drenagem na avenida, e se não foi construído caixas de contenções e Tarso comenta que foi feito recentemente a construções de caixas de contenção devido os problemas

gerados pelo volume de água no local. Danielle questiona se a estimativa foi de 100 anos e Tarso explica que foi calculado para 100 anos toda área já urbanizada, usando um coeficiente runoff 0,6. E continua mostrando problemas que precisam ser solucionados, em questão de drenagem. Danielle questiona sobre as chácaras da Alvorada que dão fundo ao córrego Alvoradinho, se possui problemas e Tarso explica quando tem chuvas volumosas apresenta problemas de enchente e que há projetos para melhoria, Danielle questiona ainda se o Ribeirão Bagaçu chega a extravasar nas ruas e Tarso explica que não chega nas ruas, mas somente a várzea dele mesmo e está sendo um feito um estudo no trecho. Danielle questiona se começar a ocupar as áreas próximo a Unesp, vai ter problemas de drenagem se não tiver as contenções corretas e Tarso explica que existe algumas contenções em alguns bairros da região, mais são feitas de modo linear, como bacias de contenção e não apresenta drenos de fuga ou uma estrutura adequada para suportar grandes volumes de chuva, portanto não é eficiente. Danielle questiona se tem algum projeto para a área perto do Condomínio Boulevard e Kiyoshi comenta que existe uma galeria eficiente para coletar água da chuva no local. Tarso comenta sobre o um estudo feito perto da lagoa das flores, que foi colocado um sistema para esvaziar a lagoa por meio de bombas por não apresentar desnível, mas acumula um pouco de água na rua por não ter bocas de lobo suficiente, então foi feito um projeto com a contenção no local, Danielle pergunta se a Lagoa das Flores é uma nascente do Córrego Machado de Mello e Tarso explica que era uma nascente mais foi aterrado o local, e explica como está a drenagem no local, e que nas rotatórias são drenadas naturalmente para a Lagoa das Flores. Tarso comenta também que em no bairro Ibirapuera, possui trechos que necessita de um projeto de drenagem pois há problemas de escoamento de águas pluviais que chegam até a avenida Valdemar Alves onde já está executando um projeto de drenagem, mas são necessários estudos para contenção das águas antes de chegarem superficialmente até a Valdemar Alves. Outro ponto problemático na questão de drenagem pluvial ocorre na Avenida Dois de Dezembro, que possui um canal e em dias de intensas precipitações, a água transborda o canal invadindo residências lindeiras. Em termo de expansão da área urbana no futuro, Tarso indica que está ocorrendo mais para zona leste, no sentido do Município Birigui. Tarso comenta ser importante também elaborar um projeto para a região do aeroporto, uma vez que há uma grande tendência de ocupação na região. Não tendo mais nada a se tratar sobre o assunto de drenagem, o arquiteto João Felipe deu por encerrado a reunião agradecendo a presença de todos.





## ATA DA REUNIÃO TÉCNICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARAÇATUBA – Agroindústria.

Ao decimo primeiro dia do mês de maio de dois mil e vinte um, na sala Startup da Secretaria de Desenvolvimento Agroindustrial da Prefeitura Municipal de Araçatuba, localizada na Rua Gonçalves Ledo, nº 800, São Joaquim, na cidade de Araçatuba, estado de São Paulo, teve início às quinze horas a presente reunião. A Engenheira Ambiental/Civil Danielle deu início a reunião explicando o processo de desenvolvimento da revisão do Plano, e questiona se o Município de Araçatuba possui a Casa da Agricultura. Jose Celso explica que possui a casa da agricultura que atende o município e o EDR que possui sede em Araçatuba e atende 18 municípios da região. Danielle questiona se houve alguma dificuldade com as mudanças realizadas pela nova gestão do Estado em relação a Casa da Agricultura e o EDR (Escritório de Desenvolvimento Rural). Jose Celso comenta que sempre foi prestado serviços municipalizados, existindo um convênio chamado SEIAA (Sistema Estadual Integrado de Agricultura e Abastecimento), e a partir do ano de 2020 com a nova gestão teve uma reestruturação do estado na parte da secretaria da agricultura passando a ter novas atribuições, mas pelo fato da Secretaria de Desenvolvimento Agroindustrial não trabalhar mais municipalizada acabou que não atingindo o Município. Comenta também que a Secretaria fornece todo apoio para os agricultores de forma integrada mais cada um com sua atribuição, foi feito um convênio devido o novo sistema de governo, que é o Sistema Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável onde possui um agrônomo e um veterinário que atende os agricultores, e é desenvolvido atividades durante o ano todo por meio de um convênio de compartilhamento de bens realizado entre a Secretaria que presta os serviços e o estado fornece veículos de apoio, existe também o Programa Cidadania do Campo que faz parte do Sistema Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, onde o Município participa de ranqueamento com 10 critérios técnicos que avaliam a qualidade de gestão municipal, por meio de adesões. Danielle questiona se é semelhante ao Programa Município VerdeAzul da Secretaria de Meio Ambiente. Jose Celso comenta que é parecido com o Programa e que o Município foi premiado por ser bem classificado no ranking. Danielle Questiona se foi nomeado algum interlocutor. Jose Celso explica que o interlocutor do Programa Cidadania do Campo é o Arnaldo secretário de Desenvolvimento Agroindustrial. Danielle questiona se estão na segunda etapa de coleta de informações e se o programa não é dividido em duas etapas. Jose Celso explica que feito de ano em ano com novas diretrizes, comenta também que devido a pandemia não está podendo realizar eventos agropecuários o que está prejudicando um pouco na pontuação do município. Danielle sugere fazer palestras online que outros municípios estão fazendo para pontuar no programa, algo que é forte no município como palestras sobre a uva, voltada a esses assuntos. Jose Celso comenta que está sendo feito uma ação, junto com veterinário, sobre a vacinação da febre aftosa e a brucelose e é realizado tudo através de mídias e serviços online, e outras atividades como a Expô Araçatuba e a ABQM não estão podendo ser realizada no município. Danielle pergunta se o setor de agronegócio tem um plano específico de desenvolvimento. Arnaldo comenta que existe o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de 2018 a 2021 e será atualizado para os próximos anos e querem escrever

também o Plano Municipal de Segurança Alimentar. Claudio talão comenta da importância de constar esses projetos para se tornarem lei validando-os nos próximos anos. Danielle explica que é importante consolidar na lei, obrigando revisar os planos de quatro em quatro anos e será obrigado a cumprir os planos. Jose celso comenta que sempre foi revisado o plano de agroindústria e muito importante fazer a participação da população nessas revisões, mais existe muitas dificuldades em fazer com que eles participem das reuniões para ouvir as opiniões. Arnaldo questiona se a equipe da Cetec tem o plano de governo, e comenta que o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural vai ser colocado como lei para ser revisado de quatro em quatro anos. Danielle explica que pode ser feito por meio de lei ou decreto, então é importante toda vez que realizar ou ser feito um plano ser aprovado por meio de lei na câmara, ou via decreto por ser mais fácil. Danielle questiona sobre o SIRAN se existe parceria entre eles. Jose Celso explica que existe uma parceria entre eles, e o SENAR que são desenvolvidos vários cursos, palestra e eventos. Danielle questiona sobre palestras, cursos e eventos que são desenvolvidos pela Secretaria, se possui um calendário fixo. Jose Celso comenta que o SENAR trabalha com as associações realizando vários cursos que são apoiados pela Secretaria. Claudio Talão questiona se existe algum convênio com o SENAR ou é apenas um convite. Jose Celso explica que o SENAR realiza a execução dos cursos, e o município participa. Joel explica que é uma parceria com o SENAR para realizar cursos, palestras cedendo o local para realização. Danielle questiona se existe eventos que a secretaria realiza e atrai os produtores e a população do município e região. Joel explica que a Secretaria está ligada a Exposição (Expô Araçatuba), na parte de agricultura e palestras são elaborados pela Secretaria. Claudio comenta que vários setores da Prefeitura estão ligados na exposição principalmente ligadas ao agronegócio, que dão atendimento ao Município dentro do recinto. Joel comenta que existe uma horta que é montada pela secretaria dentro do recinto. Claudio comenta que a Exposição é um evento presencial, que é realizado vários eventos, cursos e palestras para atender os produtores e a população, e são tudo de responsabilidades das secretarias do município, fazendo também parceira com o SIRAN, SEBRAE, SENAR e associações. Olair comentar que outro evento importante realizado no município é a ABQM (Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Quarto de Milha) e por conta da pandemia está parado, mais que no município está na sua terceira edição. Claudio explica que a ABQM é um evento que é realizado três vezes no evento, por ter o campeonato nacional, o mundial e o potro futuro, e todos são realizados no município de Araçatuba, explica também que a Prefeitura Municipal de Araçatuba, o SIRAN e a ABQM fecharam parceria para a realização do evento, sendo concedido o espaço dentro do Sindicato para construção do evento. Joel comenta que em relação ao turismo outro evento ligado à Secretaria é o Rally da Poeira. Claudio questiona qual a quantidade de assentamentos que a secretaria presta assistência, Jose Celso explica que existe 3 assentamentos com 406 lotes, e possui 7 associações, que a secretaria presta assistência. Danielle questiona qual a maior produção desses assentamentos. Jose Celso explica que a produção leiteira, que foi feito um levantamento e muitos desses alimentos produzidos pelos assentados são entregues para o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Claudio questiona se existe algum convênio do Município de Araçatuba para entregar todo os produtos produzidos pelos assentados, associações e pela

agricultura familiar. Joel explica que existe o PAA que é um programa municipal, sendo uma parceria com o Ministério da Cidadania, com recursos do governo federal e o município fazendo a gestão, a Secretaria compra os produtos dos agricultores familiares e são doados para entidades especiais e equipamentos públicos. Danielle questiona sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Joel comenta que existe o programa no município e os produtos comprados são da agricultura familiar, mais não é feito a gestão pela Secretaria de Desenvolvimento Agroindustrial e sim pela Secretaria de Educação e está ligada a Secretaria de Agroindústria por prestar serviços e suportes aos produtores familiares que são os mesmos do PAA. Danielle pergunta sobre o Programa Paulista de Agricultura e Interesse Social (PPAIS) se possui no município. Jose Celso explica que o programa é do estado e a prefeitura não participa deste programa. Claudio Talhão pergunta se com a vinda da ABQM para o município se existe a perspectiva de inserir outras raças ou não. Amaldo explica que o sindicato rural que fez parceria com a ABQM para realização dos três eventos sobre Quarto de Milha, mas o espaço utilizado é do SIRAN podendo realizar outros eventos pela prefeitura. Danielle questiona qual a relação do sindicato com a Prefeitura em relação a eventos. Amaldo explica que todas ações realizadas pelo sindicato existem apoio da Prefeitura por serem muitos parceiros. Danielle pergunta sobre a quantidade de propriedades associadas ao SIRAN. Amaldo explica que com a diminuição de recursos todas as associações perderam um pouco de sócios, por exemplo o SIRAN que perder grande parte dos grandes produtores por não verem muita necessidade dos sindicatos, e hoje no SIRAN a maior parte dos associados são pequenos e médios produtores pelo fato do sindicato prestar todas as assistências necessárias e benefícios para eles. Claudio Talhão explica que existe uma diferença sobre o quantitativo de imóveis rurais tem o CAR (Cadastro Ambiental Rural) é uma obrigação legal, mas nem todos possuem o cadastro do GEO ou CAR. Jose Celso comenta que existe um levantamento do Governo do Estado através da Secretaria de Agricultura que é feito pelo LUPA e tem a quantidade de propriedades atualizadas. Amaldo comenta que no SIRAN existe 374 sócios ativos, porém não implica que todos eles tenham propriedades no município. Danielle questiona se existe uma relação entre o SIRAN e a Prefeitura, se são sempre parceiros nos eventos. Amaldo comenta que a prefeitura sempre está presente em cursos, em programas como a Feira do Produtor Rural, de Viticultura que é a produção de uva, de alimentos orgânicos, e que são realizados conforme a demanda. Danielle questiona se pela prefeitura ou SIRAN existe algum programa que certifica os produtores de orgânicos na região, por causa da Feira de Produtos Rurais. Amaldo explica que a Feira dos Produtores Rurais é uma parceria entre o SIRAN, SENAR e a Prefeitura, que os produtores fazem o programa durante todo ano e são capacitados a participar desta feira, muitos deles tratam seu produto como orgânico mais não possuem certificado, existe apenas um produtor que possui o certificado de produto orgânico, então ainda não há a possibilidade de realizar um trabalho por depender muito dos produtores. Joel comenta que existe o SIM (Serviço de Inspeção Municipal) que realiza a inspeção desses produtos e os certifica. Danielle questiona se existe algum programa de desenvolvimento pela secretaria sobre pecuário, como o Serviço de Inspeção Municipal que inspeciona produtos de origem vegetal e animal e se possui alguma certificação sanitária. Joel explica que a Secretaria possui SIM, mais que inspeciona somente

produtos de origem animal, como queijos, leite, mel e ovos. Danielle questiona se existe programa de melhoramento genético e exames em equinos. Joel comenta que não possui nenhum tipo de melhoramento genético e o exame em equinos. Danielle pergunta se existe a patrulha agrícola. Jose Celso explica que a patrulha agrícola é gerenciada pela Secretaria, para adquirir os produtos é feito uma sessão de uso com as associações que enviam relatórios para a Secretaria, de forma organizada entregando para as associações. Danielle questiona sobre as associações e se elas se comunicam. Jose Celso explica que são doze associações no Município: Água Limpa, Prata, Paquerê, Pratinha e Divisa, que os assentados se comunicam muito bem menos as que são mais distantes por conta da distância entre elas. Joel comenta que existe também os serviços do INCRA. Claudio explica que é um convênio entre o município e Superintendência Regional do Inca São Paulo e leva para o município toda infraestrutura que possui o Inca de São Paulo como o cadastramento de todos móveis rurais de Araçatuba. Arnaldo comenta que trouxe para o município o Escritório Regional do Inca como ponto de apoio para a população assim facilitando o acesso que antes era tudo feito na Superintendência Regional do Inca em São Paulo. Arnaldo questiona sobre o Serviço de Inspeção Municipal. Danielle comenta sobre as informações obtidas. Danielle questiona se existe piscicultura no município, e se são instalados no rio Tietê. Arnaldo comenta que existe tanques escavados mais não estão em usos e sobre viveiros no rio é de outro município, e não possui nenhuma agroindústria sobre o assunto, tem como plano de governo um projeto de estabelecer o SISBI onde os produtores que se adequarem a ele podem fazer a comercialização dos seus produtos para o Brasil todo. Danielle questiona se existe alguma dificuldade de os produtores atender os serviços de inspeção municipal ou exigência da CETESB. Arnaldo explica que não existe nenhum abatedouro no município por conta disso as exigências são com laticínios e agroindústrias e todos eles estão seguindo as exigências necessárias. Danielle questiona se possui o Concelho de Segurança Alimentar. Arnaldo comenta que existe o Conselho de Desenvolvimento Rural e o Conselho de Segurança Alimentar todos eles sendo ativos. Danielle questiona sobre as feiras realizadas no município com apoio da secretaria. Jose Celso explica que as feiras são realizadas quase todos dias menos de segunda-feira e sexta-feira, e terça-feira existe a Feira do Produtor. Danielle questiona se esta feira é de produtos orgânicos. Arnaldo comenta que não é uma feira de produtos orgânicos mais sim de produtor, e só pode participar dela os produtores que realizaram o programa, e que as feiras livres os produtores fazem um requerimento podendo participar delas. Danielle questiona se tinha a CODASP e se foi deixado algum benefício com o fechamento dele. Arnaldo explica que a CODASP foi extinta, possui uma área no município mais não fechou nenhuma parceria sobre o espaço e equipamentos dela. Danielle questiona se participam do programa Melhor Caminho do estado, se foi feita alguma reforma em estradas e se a Prefeitura faz a recuperação dessas estradas fora do programa. Arnaldo explica que é disponibilizado 6 Km por programa e na primeira gestão foi liberado apenas um programa para reforma dessas estradas, mas por conta do município está sendo realizados reformas em alguns trechos com parceira das Usinas de Alcool. Danielle questiona se existe algum ponto com problemas devido chuvas intensas. Arnaldo comenta que foi solucionado todos trechos que tinham problemas com chuvas, tem alguns pontos mais críticos, mas foram todos solucionados, comenta também que

no município existe 280 Km de estradas rurais não pavimentadas. Danielle questiona se tem alguma estrada com a necessidade de fazer a pavimentação. Arnaldo explica que existe algumas prioridades como por exemplo: Copacabana, Jacutinga, a 050, 070. Jose Celso comenta que a 050 existe um problema grande com a ponte Férrea. Danielle comenta que é um ponto importante porque entra a questão da Concessionária Rumo, e os programas de investimento que ANTT está prevendo para as ferrovias, principalmente o trecho Bauru – Corumbá, e esse ponto de interseção entre a Ponte Férrea e a Estrada Municipal 050 é um ponto importante para constar o melhoramento no local. E questiona se existe mais algum ponto importante das estradas rurais. Arnaldo comenta sobre as pontes para serem feitas. Danielle questiona se tem o Plano de Macrodrenagem Rural. Arnaldo comenta que não possui no município o Plano de Macrodrenagem Rural nem o Plano de Conservação de Solo que faz o controle de erosões. Claudio Talão comenta que é importante fazer o Plano de Macrodrenagem porque quando não tiver mais os recursos para fazer o melhoramento das galerias de águas pluviais no município, e se começa a perder esse foco será necessário recorrer ao Plano de Macrodrenagem obrigando a fazer reformas em vias que fazem o escoamento para pontos hídricos assim evitando o assoreamento desses pontos. Danielle comenta que todo problema hídrico urbano do município influencia no assoreamento rural, e que o Baixo Tietê financiou todos os Planos de Macrodrenagem Urbana e obrigatoriamente era necessário ter o Plano de Macrodrenagem Rural e em Araçatuba não foi feito, e deveria existir o plano para obrigar a ter recursos para solucionar os problemas e explica a importância de fazer o plano. Danielle questiona se existe algum programa que envolve a secretaria e os produtores no município. Claudio comenta que existe do município próprio e o estado entra em contato direto com os agricultores. Jose Celso explica que existe o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) mais é a secretaria da educação que realiza, e tinha o Projeto Cati Leite que foi substituído pelo programa Mais Leite Saudável (PMLS) e a Casa da Cultura que realizava, mais eles entram em contato direto com as associações. Arnaldo sugere fazer um endereçamento rural no município, pois foi feito em parceria com a antiga CATI e a Prefeitura um levantamento de toda malha viária georreferenciada, com todas tubulações e informação presente, e queria criar todo um sistema para facilitar o acesso nas propriedades. Danielle complementa que o objetivo seria identificar as propriedades fazendo o emplacamento, e comenta que as propriedades rurais vão ser georreferenciada, portanto será uma sugestão colocada no plano diretor. Claudio explica como funciona o sistema de georreferenciamento urbano e como será aplicado nos imóveis rurais. Danielle questiona para os próximos anos se existe alguns projetos importante para o município, por exemplo o município era forte no gado de corte, e agora não existe um número elevado de gados de corte, o que levou a perder essa cultura. Arnaldo explica que foi a busca por terras mais baratas, pecuária de forma extensiva que levou para o centro oeste, e a chegada de outras culturas como cana-de-açúcar, soja. Danielle questiona se existe usina de moagem no município. Jose Celso comenta que existe duas usinas de álcool. Danielle pergunta se existe frigorífico e laticínios, além da Nestlé que industrializa os produtos, algum que produz queijo. Jose Celso comenta que possui o frigorífico mais está desativado e no município possui 4 laticínios grandes, mais outros pequenos que produzem queijos e derivados. Danielle questiona se existe empresa de suco, ou como o setor de

uva que está crescendo, que industrializa esses produtos. Arnaldo comenta que ainda não existe por ser algo muito recente produzido em pequena escala. Danielle questiona sobre a coleta de embalagem de agrotóxicos, se existe algum projeto da prefeitura sobre coleta ou orientação para os produtores. Arnaldo comenta que foi promovido um simpósio sobre a coleta das embalagens, importância da reciclagem e será feito cursos nos assentamentos, dando toda a orientação do descarte. Danielle questiona se existe alguma produção forte no município. Jose Celso comenta que a cultura da banana, seringueira, mandioca, cana-de-açúcar, produção leiteira e hortifrúti. Danielle questiona sobre a relação da Secretaria de Agroindústria com a CATI, SIRAN, Casa da Agricultura, por não possuir tantos técnicos para atender. Arnaldo explica que as relações com eles são muito boas, que sempre é fornecido equipamento para a prefeitura e técnicos, foi celebrado um convênio de compartilhamento de bens. Claudio questiona sobre o programa de compartilhamento de equipamentos agrícolas para as associações, se teve algo do novo governo. Arnaldo explica que foi recebido uma patrulha agrícola doada para o município, que transferiu para as associações o uso dos equipamentos. Arnaldo comenta também sobre o tratamento do saneamento básico na zona rural, em parceria com SAMAR, com o objetivo de ser 100% de sanidade na zona rural, o projeto começou por um bairro rural e o intuito é fazer o saneamento em todos bairros rurais inclusive nas propriedades mais isoladas. Danielle questiona se nenhum desses bairros possuem fossas séptica somente fosse negra. Arnaldo responde que são todas fossas negras, portanto está feito uma estação de tratamento de esgoto compacta em parceria com a FEHIDRO para liberação de recursos, e será feito o tratamento de todos bairros. Danielle pergunta se esses bairros são atendidos por poços e se é de responsabilidade da SAMAR. Arnaldo comenta que sim mais não é de responsabilidade da SAMAR e sim do Município. Danielle questiona se existe alguma ocorrência de contaminação desses poços. Arnaldo explica que a parceria com a SAMAR surgiu a partir deste ponto, por se preocupar em fazer os tratamentos desses poços e a secretaria se preocupa em cuidar desse assunto, e que os associados procuram a secretaria para poder resolver essas questões de contaminação. Danielle comenta que em Araçatuba 70% do abastecimento é do rio Baguaçu e existe uma especulação imobiliária muito grande na região montante do rio antes do ponto de captação, diminuindo o parcelamento e tamanhos de lotes mudando a legislação para facilitar o loteamento o que acaba comprometendo o futuro abastecimento do município, portanto uma solicitação da Secretaria do Meio Ambiente é fazer a preservação do rio Baguaçu e os produtores que estão a margem dele realizar a preservação com matas ciliares, pergunta se a Secretaria de Agroindústria tem algum projeto sobre o assunto, voltado para a recuperação de nascentes e voltados para essas região visadas. Arnaldo comenta que a secretaria não possui nenhum projeto, o que tem é o sindicato rural que trabalha junto com a Secretaria de Meio Ambiente. Danielle comenta se existe mais alguma proposta ou ideia para ser colocado no plano diretor, e comenta da importância da reunião. Claudio Talão explica os processos realizados pela equipe do Cetec para realização do plano diretor e as reuniões que serão feitas. Arnaldo fala sobre a importância de efetuar o plano municipal de controle de erosões, fazer o monitoramento de estradas rurais, colocando o plano de governo feito pela secretaria. Jose Celso comenta sobre as hortas urbanas. Danielle questiona sobre a quantidade das hortas urbanas no

município. Jose Celso comenta que existe aproximadamente 7 hortas urbanas no município. Adriana que a secretaria presta assistências para os produtores, equipamentos e fornecimentos de mudas. Danielle questiona se a Secretaria disponibiliza espaços e orientação de como cuidar das hortas. Jose Celso explica que a maioria das áreas ocupadas são feitas por cessão de uso, onde os produtores são orientados por técnicos da Secretaria de Agroindústria a pedir solicitação para liberação dessas áreas na Secretaria de Planejamento, e comenta que a secretaria de agroindústria fornece mudas, sementes, equipamentos e todo suporte técnico para fazer a manutenção das hortas. Danielle questiona se é fornecido água e tudo de necessário. Jose Celso comenta que a água muitas vezes são fornecidas por escolas para fazer a irrigação. Adriana comenta que muitas vezes as escolas procuram técnicos para orientar as crianças a aprender a cuidar das hortas, mexer na terra. Jose Celso comenta que além das hortas comunitárias possui as hortas escolares, mais devido a pandemia parou com o projeto das hortas escolares. Danielle questiona sobre a orientação para adubação. Jose Celso comenta que nessas hortas não é usado agrotóxico, por precisar da orientação de agrônomos para a compra de defensivos agrícolas e a adubação é feito por esterco e produtos caseiros, mais tudo com orientação da secretaria. Adriana comenta que existe uma estufa no município que produz as mudas para o fornecimento das hortas. Danielle pergunta se tem uma base de quantas mudas são produzidas e distribuídas, e se a demanda para aumentar esse programa. Jose Celso comenta que são produzidas muitas mudas, mas não tem uma base de quantas são distribuídas por ser um número elevado, e tem uma demanda elevada sobre a procura dessas mudas, mas o problema maior é a disponibilidade de locais para a construção dessas hortas. Danielle questiona se tem mais algum item importante para complementar o plano diretor, e se tem algo mapeado para ser colocado no mapa. Jose Celso comenta sobre a importância de colocar as estradas rurais e os mapas dos assentamentos. Claudio sugere englobar as informações e localização das associações e assentamentos em um único mapa, por ser todos caracterizados imóvel rural facilitando a localização nesses pontos. Não tendo mais nada a se tratar sobre o assunto de agroindústria, a Engenheira Ambiental/Civil Danielle deu por encerrada a reunião agradecendo a presença de todos.

